



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE
E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO (FACE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO, LEITURA E INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL NAS
BIBLIOTECAS BRAILLE DE CAMPO GRANDE-MS: um estudo de caso

Maria Rosa Pimentel Faria de Miranda

Brasília, 2006.



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação – FACE
Departamento da Ciência da Informação – CID
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Mestrado Interinstitucional em Ciência da Informação
UnB/Uniderp – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

**INFORMAÇÃO, LEITURA E INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL NAS
BIBLIOTECAS BRAILLE DE CAMPO GRANDE/MS: um estudo de caso**

Maria Rosa Pimentel Faria de Miranda

BRASÍLIA
Fevereiro/2006



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e
Documentação – FACE
Departamento da Ciência da Informação – CID
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Mestrado Interinstitucional em Ciência da Informação
UnB/Uniderp – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

**INFORMAÇÃO, LEITURA E INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL NAS
BIBLIOTECAS BRAILLE DE CAMPO GRANDE/MS: um estudo de caso**

Maria Rosa Pimentel Faria de Miranda

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Walda de Andrade Antunes

BRASÍLIA

Fevereiro/2006

M672 Miranda, Maria Rosa Pimentel Faria de
Informação, leitura e inclusão educacional e social nas
Bibliotecas Braille de Campo Grande/MS: um estudo de
caso/ Maria Rosa Pimentel Faria de Miranda. Campo
Grande: UNB/UNIDERP, 2005 .

216p.: 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)
Universidade de Brasília/UNIDERP, Campo Grande, 2005.

1. Biblioteca Braille 2. Bibliotecário. 3. Educação. I.T.

CDU 023:37

**INFORMAÇÃO, LEITURA E INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL NAS
BIBLIOTECAS BRAILLE DE CAMPO GRANDE/MS: um estudo de caso**

Linha de Pesquisa: Gestão de Informação e Ciência do Conhecimento

Autora: Maria Rosa Pimentel Faria de Miranda

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciência da Informação

Dissertação aprovada em 14 de fevereiro de 2006.

Profa. Dra. Walda de Andrade Antunes
Presidente-Orientadora (UnB/BPGCINF)

Prof. Dr Antonio Lisboa de Carvalho Miranda
Membro Interno (UnB/BPGCINF)

Profa. Dra. Maria de Fátima Guerra de Souza
Membro Externo UnB/Departamento de Educação

Profa. Dra Sely Maria. de Souza Costa.- Suplente
Membro Interno (UnB/BPGCINF)

DEDICATÓRIA:

Dedico essa dissertação a todos os que lutam e sonham com a Inclusão Educacional e Social, aos meus futuros netos que sirva de exemplo e inspiração. À Deus, meu Pai e Criador, Onipotente e presente em todos os dias de minha vida. Sem Sua presença seria impossível buscar o meu lugar ao sol, voar com o vento do novo dia ou ir até o mais alto das montanhas, para reencontrar minha esperança o meu triunfo e a minha sabedoria.

Para a UNIDERP e UNB, sinônimos de conhecimento e reconhecimento acadêmico.

“Tudo posso Naquele que me fortalece”. (S.Paulo Filipenses 4 (13))

AGRADECIMENTOS:

Quero expressar minha gratidão a todas as pessoas e instituições do Brasil e internacionais que colaboraram para a realização desta pesquisa, seria impossível aqui nomeá-las. Em destaque à: Judy Welch, Ellen Book, José Carlos Pesente e Teresinha Bazé .

Agradeço a Deus por dar-me a oportunidade de chegar onde estou, completar mais uma etapa das várias que ainda virão na minha vida. E às pessoas tão especiais, colocadas em meu caminho como: meu marido Carlos pelo seu carinho e apoio, minhas filhas Fernanda e Flavia, pela ajuda e compreensão, ao meu genro Gregory e familiares, que possibilitaram a minha visita à Biblioteca Pública de Boston, para realização de parte desta pesquisa. Aos meus irmãos: Magno e Marco Antonio, às minhas irmãs: Mirza e Maria Augusta, pela nobre torcida devotada à distância, aos meus pais e sogro (in memorian), aos meus sobrinhos e sobrinhas, à minha sogra, aos meus cunhados, cunhadas e familiares. Às minhas comadres: Cida e Clau, ao Vinícius e Larissa, ao Adelino, Dona Lurdes, Nilair, aos verdadeiros amigos que vibraram comigo desde o início. Agradeço ainda pelos Anjos que Deus colocou em meu caminho para me levantar nas horas em que estive abatida. Nestes incluem-se a professora Dra. Walda Antunes, minha orientadora, o professor Dr. Antônio Miranda, a professora Dra. Sely Costa, a professora Dra. Maria de Fátima Guerra de Souza, que mesmo sem me conhecer, com seu carisma, muito me ajudou, os quais reservaram parte de seu escasso tempo livre para opinar e aperfeiçoar este trabalho, aceitando fazer parte da banca orientadora. À todos os professores do Mestrado, ao Professor Dr. Eron Brun , Professora Dra. Suely Amaral, Professora Dra. Alexandra Anache, Professora e cunhada Dra. Marília de Miranda: pela motivação e confiança e outros mais, que tanto apoio me concederam na realização deste trabalho. Aos meus colegas de mestrado, especialmente a Mara e a Márcia à professora, amiga e bibliotecária Célia Fátima, que com um enorme carinho me animava nos momentos de dúvida e sempre com o material bibliográfico disponível para pesquisas Aos funcionários da UNIDERP, de forma especial à Malu, Sueli, Lídia e Bartira, às bibliotecárias Orlinda Isidoro, Rosa Hirata e demais colegas da UNAES, e tantas outras mais. Às mestras: Rosimeri Pereira, e Jasônia com quem troquei idéias e sugestões. À minha sobrinha Carla Cristina, que tornando-se recentemente deficiente visual com baixa visão, pela sua força de vontade de vencer, foi motivo de luta e inspiração para eu continuar esta dissertação. Ao pessoal do ISMAC, representados pela Diretora. Telma e do CAP.DV/MS, representados pela Coordenadora. Claunice. Ao grupo de Intercessão e da Renovação Carismática Católica, pelas orações que foram o meu sustentáculo nas horas difíceis. Ao Marcel e familiares. Aos alunos do Curso de Biblioteconomia do IESF e a todos os deficientes visuais parceiros desta jornada o meu mais sincero obrigada !

Epígrafe

A perda da visão, não significa a perda da vida. Há belezas e encantos em todos nós, que não nos chegam pelos nervos óticos. A vida contém muitos desafios, que se aproveitados de forma criativa, transformam-se muitas vezes em valiosas oportunidades (Joana de Souza)

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo de caso, utilizando a metodologia da Pesquisa Participante, realizada nas Bibliotecas Braille do CAP.DV/MS e do ISMAC, ambas em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Ele teve como objetivo investigar se os Deficientes Visuais encontram-se ou não incluídos social e educacionalmente nestas Bibliotecas.

Os principais dados encontrados foram: Os usuários buscam informações sobre legislação, escrita e leitura em Braille, mas poucas informações são encontradas e nem sempre estão disponíveis.

Neste trabalho o bibliotecário é descrito como Arquiteto da Informação e mediador da Inclusão Educacional e Social através de habilidades de leitura e da Biblioterapia.

O estudo relaciona as principais leis para os deficientes visuais, o impacto tecnológico da informática e dos sintetizadores de voz, abrangendo a área da Educação Especial.

Neste contexto, cada profissional faz progredir sua especificidade, ao instruir e permutar experiências com outros profissionais, visando o benefício comum no atendimento dos usuários especiais.

Palavras-Chave: Inclusão Educacional e Social, Biblioterapia, Bibliotecas Braille, Ciência da Informação, Deficientes visuais, Arquiteto da Informação, Educação Especial, Leitura.

ABSTRACT

This work concerns to a case study using the methodology of Participant Research. It was carried out at Braille Libraries: CAP. DV/MS and ISMAC, both in Campo Grande, Mato Grosso do Sul State, in Brazil.

It's main objective was to investigate, if the special users are include or not into social and educational environment in these libraries.

The findings were that the blinds usually search for information about legislation, writing and reading materials in Braille. But, they often find few informations which aren't always available.

In this work, the librarian is considered as an Information Architect and a mediator of educational and social inclusion using reading skills and bibliotherapy.

The research relates the main laws for blinds, the impact of informatics technologies and voice synthesizer within the special education area.

In this environment, each professional may improve their work specialties by sharing experiences with others professionals to better attend the special users.

Keywords: Educational and Social Inclusion, Bibliotherapy, Braille Library, Information Science, Blinds, Information Architect, Special Education, Reading, Educational and Social Inclusion

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

ABEDEV	Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ÁUDIO-BOOKS	Livros sonoros
BV	Baixa visão (ou visão subnormal, ou reduzida)
BRAILLE	Sistema de escrita e leitura para cegos. Combinação de 6 pontos em relevo.
BRAILLE HABLADO	Sintetizador de Voz para computador
CAP.DV.MS	Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual de Campo Grande - MS
CD	Compact Disc
CD- ROM	Compact disc Read Only Memory
CNEC	Campanha Nacional de Educação de Cegos
CONSEP	Conselho Estadual da Pessoa portadora de Deficiência
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
CORDE	Coordenadoria de Integração da pessoa portadora de Deficiência
E-MAIL	Eletronic mail (correio eletrônico)
DB	Decibéis (medida para audição)
DOS-VOX	Software que permite sons e falas inclusive pela Internet (Sintetiz. de Voz)
DSI	Disseminação Seletiva da Informação
DV	Deficiente Visual
DV`s	Deficientes Visuais
FEBEC	Federação Brasileira das Entidades de Cegos
IBC	Instituto Benjamim Constant

IBICT	Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto para Veículos Automotivos
ISMAC	Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos “Floriano Vargas”
JAWS	Sintetizador de Voz, permitindo som e falas, interativo com o usuário
KWIC	Key Word in context (palavra chave no contexto)
KWOCK	Key Word out of context (palavra-chave fora do contexto)
LAYOUT	Planta, Projeto, Diagramação, Organização, Disposição
LIBRAS	Linguagem Brasileira de Sinais (considerada 1ª língua para os surdos)
LDB	Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional
MAM	Museu de Arte Moderna
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MEC	Ministério da Educação
MORHAN	Movimento de Reintegração dos Hansenianos
MS	Mato Grosso do Sul
OGs	Organizações Governamentais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONDEF	Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
ONG's	Organizações Não-Governamentais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas

PAMPD	Programa de Ação Mundial para pessoas Deficientes
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PD	Pessoa com deficiência
PD's	Pessoas com deficiências
PDV	Pessoa com deficiência Visual
PPDV's	Pessoas Portadoras de Deficiências Visuais
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENABRAILLE	Seminário Nacional de Bibliotecas Braille
SERASA	Centralização de Serviços de Bancos S/A
SIBI –USP	Sistema Integrados de Bibliotecas da USP (Universidade. de São Paulo)
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UI's	Unidades de informação
ULAC	União Latino-Americana de Cegos
UMC	União Mundial de Cegos
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação e a Ciência
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIDERP	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
WWW	World WideWeb (rede ampla de teias, sinônimo para a Internet)

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
EPÍGRAFE	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vi-viii
GRÁFICOS	p.15, 22,164,179
QUADROS	p.17,18,25,26,50,51,73-78
1. INTRODUÇÃO	p 1-4
2. JUSTIFICATIVA	p.5-8
3. PROBLEMA	p.8-10
4. OBJETIVO GERAL	p. 11
4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	p. 11
5. CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA	p. 12-13
5.1. AUDIOTECA - INSTITUTO DOS CEGOS DE LONDRINA – PR.....	p. 12
5.2 BIBLIOTECA BRAILLE DO CENTRO CULTURAL DE SÃO PAULO.....	p.12
5.3 BOSTON PUBLIC LIBRARY.....	p.12
5.4. LARAMARA.....	p.12
5.5. DORINA DOWIL.....	p.13
5.6. MIAMI DADE PUBLIC LIBRARY.....	p.13

5.7 BIBLIOTECA ELMO LUZ – BRASÍLIA-DF.....	p.13
6. REVISÃO DE LITERATURA	p 14 -15
6.1 INCLUSÃO SOCIAL: DEFINIÇÕES, LEGISLAÇÕES E ABRANGÊNCIAS PARA OS DEFICIENTES VISUAIS	p.16-33
6.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO DAS PESSOAS DEFICIENTES VISUAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO	p.34-65
6.3.POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS EXISTENTES NO BRASIL E EM ALGUNS ESTADOS COMO: SÃO PAULO, MATO GROSSO DO SUL, E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES E BENEFÍCIOS PARA OS DEFICIENTES VISUAIS.....	p. 66-83
6.4. A BIBLIOTERAPIA, O BIBLIOTECÁRIO COMO CONSULTOR DE INFORMAÇÕES, BIBLIOTERAPEUTA E INCENTIVADOR DO HÁBITO DE LER, NAS BIBLIOTECAS ESPECIAIS EM BRAILLE.....	p.84-103
6.5. ECOLOGIA DO CONHECIMENTO: UM NOVO OLHAR EXERCIDO PELO PROFISSIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	p.104-24
6.6. ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO: APLICAÇÃO DA INDEXAÇÃO DE RECORTES DE JORNAIS E ARTIGOS DE PERIÓDICOS NA BIBLIOTECA BRAILLE.....	p.126-39
6.7. O GRANDE SONHO DA INCLUSÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESPECIAIS EM BRAILLE	p.140-60
7. METODOLOGIA.....	p.161
7.1 PROCESSO METODOLÓGICO- PESQUISA PARTICIPANTE – DEFINIÇÃO	p.162
7.2. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA: PRÉ-TRESTE E QUESTIONÁRIOS.....	p.162-3
7.3 COLETA DE DADOS.....	p.163
8. QUESTIONÁRIO DA DISSERTAÇÃO PARA OS ALUNOS DVS DO ISMAC..	p.163-71
8.1 . QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DOS DV's DO ISMAC.....	p.171-3
8.2. QUESTIONÁRIO PARA FUNCIONÁRIOS DA BIBLIOTECA DO ISMAC.	p.173-7
8.3. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O ISMAC.....	p.177-8
8.4 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A COLETA DE DADOS FEITA NO CAP.DV./MS	p.179

8.5 QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DO CAP.DV/M.....	p.179-82
8.6 QUESTIONÁRIO PARA OS FUNCIONÁRIOS DO CAP.DV/MS	p. 183-6
8.7.QUESTIONÁRIO PARA FUNCIONÁRIO DA BIBLIOTECA DO CAP/MS.....	p.186-90
8.7.1 QUESTIONÁRIO PARA FUNCIONÁRIO DA BIBLIOTECA DO CAP/MS.....	p.190-195
8.7.2. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O CAP.DV/MS.....	p.195-6
8.8 COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE A EXECUÇÃO DA PESQUISA ANÁLISE, DIS- CUSSÃO DOS RESULTADOS.....	p 196
9. RECOMENDAÇÕES.....	p.198
9.1 OS PONTOS FORTES	p.198-9
10. SUGESTÕES COLOCADAS PELOS RESPONDENTES DO ISMAC.....	p.200
10.1 SUGESTÕES FEITAS PELOS RESPONDENTES DO CAP.DV/MS	p.200
10.2 OUTRAS SUGESTÕES COMPLEMENTARES	p.200-1
10.3. SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	p.201-202
10.4. SUGESTÕES E CONTRIBUIÇÃO PARA A ÁREA DA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	p.202-3
11. DECÁLOGO PARA REFLEXÕES E AÇÕES.....	p.204
12. CONCLUSÃO.....	p.205-9
REFERÊNCIAS	p.210-223
ANEXOS	

INFORMAÇÃO, LEITURA E INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL EM BIBLIOTECAS BRAILLE DE CAMPO GRANDE/MS: um estudo de caso.

(Dissertação de Mestrado)¹

MIRANDA, Maria Rosa Pimentel Faria de²

“Deus quer, o homem sonha. A obra nasce” (Fernando Pessoa)

1. INTRODUÇÃO:

No seu preâmbulo, a carta Magna Brasileira, preconiza a instituição de um Estado Democrático de Direito, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais. Visa promover a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos tanto na redução das desigualdades sociais (inciso III) e regionais como a erradicação da pobreza, da marginalização e a promoção do bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação (Inciso IV)

Também no art. 170 a Constituição Brasileira, reforça o objetivo da erradicação da desigualdade já manifestado nos objetivos da República no seu inciso VII, não deixando dúvidas sobre a forma de tratamento diferenciado a grupos desfavorecidos.

O interesse por este assunto, sobre a inclusão dos deficientes visuais, presente desde longa data na vida da autora, intensificou-se desde que a mesma matriculou-se como aluna ouvinte na disciplina “**Educação Especial e a Pessoa Com Necessidades Educativas Especiais**”, ministrada pela professora, doutora Alexandra Anache, no Curso de Mestrado em Educação, na UFMS, em 2001.

Traz a idéia que agora surge, nas Bibliotecas do CAP.DV/MS, (Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual de Campo Grande, e do ISMAC, (Instituto Sul-matogrossense Para Cegos, caracterizando que a própria candidata é professora, bibliotecária e deficiente auditiva,

¹ Dissertação para conclusão do Mestrado em Ciência da Informação apresentado ao processo de seleção interinstitucional entre a UNIDERP e UNB (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal/ Universidade de Brasília). abril de 2004.

². Bibliotecária graduada pela UEL (Universidade Estadual de Londrina) em 1979, Biblioterapeuta voluntária do ISMAC Ledora voluntária do CAP.DV/MS e, Docente do Departamento de Cursos Sequenciais da UNIDERP (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal).

com disacusia severa e profunda, apresentando grande perda de audição nos dois ouvidos. Sua vida foi repleta de muitas lutas e dificuldades contra discriminação e rejeição sentidas, aprendeu no dia a dia a leitura orofacial (bilabial) até por uma questão de sobrevivência e forma de comunicação, mas não desanimou.

Tem 25 anos de experiências como bibliotecária e em sua conscientização social de que é educadora. E pretende contribuir para que a inclusão social e educacional seja uma realidade nas Bibliotecas do CAP.DV/MS. e do ISMAC.

A ínfima existência de material teórico editado em Português a respeito do assunto, serviu de estímulo à esta pesquisa e ao planejar o que deveria escrever, a proponente comparou-se a um artista, que procura explicar as cores, os matizes, as nuances o traçado, o relevo com a sensibilidade que lhe é peculiar, no intuito de levar clareza, ação, energia no nível das informações trazidas, visando melhorar o atendimento aos usuários desprovidos de visão do ISMAC e do CAP.DV/MS em Campo Grande.

Antes mesmo da aprovação da candidata no processo seletivo de ingresso, do Programa de Mestrado Interinstitucional em Ciência da Informação em convênio entre a UNB (Universidade de Brasília) e UNIDERP (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal), foram iniciados estudos sobre assuntos relacionados com o Hábito de ler desde o tempo de sua graduação, transformando este desejo em forma de artigo, publicado no Boletim da UEL em Londrina PR no ano de 1978, seguindo-se A importância da Leitura nos dias de hoje, publicado em 1979. Mudando-se para Campo Grande/MS, continuou pesquisando produzindo e publicando textos, entre eles: Dicas de Como preparar uma Boa Leitura, 1980, O hábito de leitura, em 1982, Reengenharia, 1996 etc.

Sempre em direção da melhoria contínua de educação, realizou vários cursos até chegar à oportunidade de concorrer com o Pré-projeto: A Gestão de Informações na Biblioteca Especial do CAP: Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual de Campo Grande-MS, como possibilidade de inclusão do usuário portador de deficiência.

Tendo sido aceita e aprovada no referido Mestrado, a partir desta temática, continuou os seus estudos sobre assuntos inter-relacionados, com as suas indagações na atuação das Bibliotecas Braille, onde teve início esta investigação.

Com ela pretende compreender e documentar a dimensão do campo da Biblioteconomia no pensamento pedagógico, na Biblioteca Especial em Braille, contido na atuação dos usuários que freqüentam estas bibliotecas, nesta cidade, numa perspectiva de resgatar informações de interesse para as áreas de: Ciência da Informação, Inclusão Social e Educacional, Sociedade da Informação, que como discorre Miranda (2002):

[...] vêm sendo discutidas as visões ou cenários previstos: vão do otimismo mais alienado ao pessimismo mais renitente. Os desafios estão ou estarão necessariamente correlacionados aos novos paradigmas, a saber: novas tecnologias, organização virtual, acesso à informação, qualidade e produtividade, cooperação.

Agregando valor ao tema: a mestranda escreveu e apresentou trabalho no 3º **SENABRAILLE** – Seminário Nacional de Bibliotecas Braille, ocorrido de 23 a 26 de novembro de 2004 em Goiânia, GO, com o tema: “**Arquitetura da Informação: aplicação da indexação de recortes de Jornais e Artigos de periódicos em Bibliotecas Braille**”. Produziu recentemente o artigo: **Ecologia do conhecimento um novo olhar do Cientista da Informação para a Biblioteca Braille.**

Com estas informações expostas, diríamos que uma troca eficiente depende de algo mais do que a lógica da comunicação inter-pessoal, que vai abrindo brechas, ocupando espaços como um arquiteto cujos conhecimentos acumulados resolve deixar aflorar e romper sua sutil sabedoria para vislumbrar uma luz que emana de sua capacidade de criação prazerosa, em contraste com a penosa obrigação do cotidiano. Cruzando caminhos nem sempre favoráveis, com pistas escorregadias, mas, lutando e lançando dardos sobre o campo da pesquisa, do trabalho bibliotecário e da docência, sem perder de vista as metas a que nos determinamos a atingir, seguimos firmes e nesta postura, foi possível traçar uma rota mais segura, onde a frágil nau conseguisse chegar ao seu norte planejado. Pretendemos viver do aprender a aprender, do prazer de trocar, do enriquecimento cultural da comunidade, que segundo Suaiden, (1995): “É uma área de vida dotada de certo grau de coesão social. As bases da comunidade são: localidade e consciência de si mesma”.

Nesta pesquisa serão analisadas algumas das implicações que o tema oferece sobre a inclusão social e educacional dos deficientes visuais. Partindo-se do reflexo do contexto histórico e legislativo atual, onde a Ciência da Informação juntamente com a Educação Especial Brasileira, a exemplo do que já ocorre em outros países, vai se fundamentando entre as diferentes vertentes de necessidades educacionais, conforme as possibilidades de cada instituição, do apoio recebido e do comprometimento de cada dirigente, a fim de que possam ser generalizadas para o âmbito cultural do Brasil e, serem partilhadas como atividades canalizadas para outros contextos de abrangências mundiais, estaduais e municipais.

Pensamos que já é possível apresentar o tema desse trabalho e colocá-lo como o nascimento de uma tentativa de dizer **como a prática da inclusão social e educacional pode ocorrer numa Biblioteca Braille, tendo a leitura como suporte.**

Entretanto, alguns seres humanos, portadores de algum tipo de restrição dos sentidos

sensoriais, necessitam de formação específica que garanta o seu acesso à informação, sob pena de se tornarem elementos excluídos do processo de aprendizagem, crítica e reconstrução do conhecimento adquirido ao longo da história e, formulado por outros seres humanos. O que, conseqüentemente, pode restringir também a ação social desses cidadãos. A exclusão pode ocorrer em vários níveis:

No nível físico:

- o acesso de utilizadores de cadeiras de rodas: em alguns prédios públicos, tais como museus, bibliotecas, etc, necessitam de rampas de acesso, ou uso de elevadores especiais;
- a impossibilidade de utilização de determinada tecnologia, como, por exemplo, o manuseio físico de aparelhos e instrumentos de acesso aos computadores, máquinas leitoras de microfilmes, etc.
- ou mesmo a simples dificuldade física de acesso a uma estante de livros, em uma biblioteca, impedindo o usuário de interagir diretamente com o acervo, já se constitui em uma restrição excludente da plenitude de acesso, se considerarmos que, para realizar determinada consulta, dependerá de conhecer previamente o conteúdo do acervo, antes de pretender que lhe seja franqueado o acesso a determinado título;
- a pesquisa bibliográfica realizada por terceiros, que impede o acesso do usuário diretamente à fonte do conhecimento, já se constitui em uma escolha da informação, ou seja, uma restrição ao pleno acesso à informação.

No nível sensorial:

- a impossibilidade de leitura a um determinado texto original, a utilização de meio alternativo, a interpretação que seja formulada por terceiro, a impossibilidade sensorial de participar de uma discussão temática, a falta de interatividade com a fonte de informação, constituem filtros da informação que restringem o acesso pleno à informação. Nesse último caso, o fato de que os meios alternativos de difusão da informação originalmente formatada, não disponibiliza acesso a toda informação existente, já se constitui em uma importante separação restritiva da informação.
- a pouca disponibilidade, por exemplo, de fontes de informação em Braille seria, tal, como se fosse retirada de circulação determinada obra do conhecimento científico por formulação de juízo restritivo quanto ao seu conteúdo.
- os filtros, nesses casos não são conscientes, mas a inconsciência do ato impróprio consistiria

em uma violência contra alguns seres humanos, impedindo-os de ter acessibilidade plena às informações e formar seu próprio espírito crítico.

2. JUSTIFICATIVA:

As atividades por nós apresentadas justificam este trabalho porque a educação especial e a inclusão social fazem parte das reformulações de atendimento em Bibliotecas para pessoas excluídas. Como analisa Suaiden, (1994):

É premente a necessidade de democratizar e interiorizar os serviços bibliotecários no tratamento elitista que sempre priorizou, deve dar lugar para o atendimento, aos que não tem noção de cidadania, os que são excluídos, aos que não exercem os seus direitos e deveres na sociedade.

As experiências vividas apontam para a necessidade de conhecer como se processa a inclusão na Biblioteca Braille através da leitura, e da educação especial nesta cidade, no sentido de compreender a realidade na qual convivemos. Na verdade, é a história da educação brasileira, que também é a da nossa sociedade sul-mato-grossense. A partir dessa temática, continuaremos os estudo sobre assuntos inter-relacionados, com as indagações na atuação das Bibliotecas Especiais de Campo Grande-MS.

O caminho desta Dissertação de Mestrado demonstra em seu traçado que a Inclusão e a Ciência da Informação trazem benefícios numa biblioteca especial em Braille. Este trabalho pretende ser uma contribuição no campo, suprimindo a escassez de pesquisas, especificamente na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Uma vez que as formas de educação especial fazem parte das reformulações das políticas consideradas indispensáveis no contexto educacional brasileiro como parte do contexto social. No entendimento de que essa análise possa ser útil para educadores e educandos e, para a certeza de que as propostas oficiais possam se tornar realidade, tendo um novo rumo no papel da inclusão social e educacional através gosto e da prática da leitura.

Nesta pesquisa estudamos o papel do Bibliotecário como arquiteto da Informação, como Biblioterapeuta, como Mediador da leitura e Promotor da Inclusão Educacional e Social, na Sociedade da Informação tendo como âncoras a inclusão social e educacional que contemplam nosso objeto de estudo, ao sistematizar as informações que permitam descrever e caracterizar os processos de atendimento aos DVs, nas Bibliotecas Braille de Campo Grande/MS, referente ao modo de como é feita a transmissão das informações e do hábito de ler dos usuários que freqüentam estas bibliotecas.

A relevância científica desta dissertação aparece para reunir os componentes históricos do momento, dentro dos quais se situam os agentes sociais (deficientes, bibliotecários, voluntários, prestadores de serviços públicos e familiar

Esta pesquisa se justifica também por identificar como o deficiente visual é atendido, na potencialidade dos seus talentos. Instiga-nos a demonstrar que a educação especial é pertinente em todos os setores da vida humana, porém, necessita de melhorias, como exposto a seguir:

Os responsáveis pelos programas e projetos na área da educação especial acreditam que este tipo de educação justifica-se dentro de uma perspectiva mais global de democracia, onde se prevê que, todas as pessoas devem ter acesso à informação, conhecimento e meios necessários para a formação plena de sua cidadania. (LIMA, 2001).

A delimitação direcionada para o sistema das informações acerca do atendimento ao usuário cego, originou-se da necessidade sentida e difundida, de conhecer concretamente esta comunidade. Isto se tornou possível através de levantamentos de dados e de fontes, para definir se estamos aptos na forma de aproximação com os alunos, professores, diretores e demais usuários destas bibliotecas.

Para o exercício competente da profissão, o bibliotecário que também é educador, não deve falar ou pensar na qualidade de atendimento, do ensino e transferência das informações, se a biblioteca estiver alijada do processo. Ela precisa estar adequadamente instalada, suprida e coordenada, tal como apregoado por Mário de Andrade em 1939:

A criação de bibliotecas populares parece-me, uma das atividades atualmente mais necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver quaisquer dos dolorosos problemas de nossa cultura, o da alfabetização, por exemplo, Mas, a disseminação no povo do hábito de ler, se bem orientado, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. (SUAIDEN, 1980).

Conscientes da complexidade e relevância do assunto, e da carência de artigos escritos sobre Bibliotecas Braille, compreendemos ser necessário que se perceba a importância dos livros escritos em Braille, onde eles se encontram e dos audio-books (livros sonoros) existentes. Graças a eles, os canais de informação puderam multiplicar-se, quantitativa e qualitativamente. Entretanto, o autor Vogel, coloca a seguinte observação ressaltando a precariedade dos acervos escritos em Braille:

Mas é de domínio público o fato incontornável de que o acervo de obras no Sistema Braille disponível nas bibliotecas especializadas ou não, continua muito aquém até mesmo das mais modestas expectativas e necessidades dos portadores de deficiência visual. E não há indícios positivos de que, no curto prazo, tal situação venha a modificar-se. (VOGEL, 2001).

Em contraposição ao exposto acima, encontramos estudos que demonstram existir instrumentos tecnológicos, capazes de subsidiar a necessidade de informação dos deficientes visuais em geral, como podemos verificar a seguir:

Talvez tenha sido válido o argumento de que não era possível fazer de outro modo. Isto, no entanto, mudou. E mudou muito se levamos em consideração o arsenal tecnológico de que dispomos hoje em dia no mercado, exemplificado pelos sintetizadores de voz, máquinas de leitura ótica, *Braille Hablado*, além do CCTV, *DOSVOX* (software que permite sons e fala inclusive por via Internet, que, no nível institucional, resolvem o problema de acesso à leitura pelo

portador de visão subnormal. (Cad. TV ESCOLA/2001).

Ao atender os deficientes em geral, as bibliotecas e escolas, deixam de reproduzir a separação entre os especiais e os comuns, destacando que são seres humanos capazes de grandes feitos como os de Louis Braille: que inventou o alfabeto Braille em 1837 e outros mais que serão comentos nos próximos tópicos.

A fim de analisarmos a conjuntura atual, reportamo-nos a alguns estudiosos do assunto, às legislações realizadas pelos órgãos governamentais e suas implicações, desejosos de obter e dar respostas aos interessados, referentes às questões da área educacional e social, propiciando o fator de inclusão como explicado abaixo:

Em defesa dessa lógica, a população começa a ser estimulada a assumir responsabilidades, na busca da melhoria da educação, como em outros setores sociais, além de atingir aspirações universais tidas como naturais em todo ser humano: vivência da cidadania, participação coletiva, exercício da democracia. Cabe ao Estado, arbitrar os anseios da sociedade civil e administrar os conflitos (MIRANDA, 2000).

Entretanto, há diferentes formas de responder às essas questões. De acordo com Barroso (1996):

Os países e, no Brasil, os Estados brasileiros, estão “territorializando” a sua educação, ou seja, há propostas internacionais, planetárias, de ocidentalização do mundo (“despolitizada”, “desterritorializada”, “desnacionalizada”, “desideologizada”). Isto significa, teoricamente, que os proponentes permitem a cada Estado responder-lhes a seu modo, em diferentes etapas, conforme as potencialidades locais de cada um.

De fato, as alternativas direcionadas ao deficiente visual, indicam que, na Biblioteca, ele poderá ter um convívio que irá auxiliá-lo a desenvolver seus próprios recursos de integração social. Tais alternativas indicam também, que a condição necessária de sua realização é a aceitação do indivíduo cego, dentro de suas limitações. Além disso, a Biblioteca e os bibliotecários deverão estar preparados para satisfazer as exigências de um trabalho que leve em conta estratégias de atendimento e quebra de paradigmas compatíveis com as necessidades específicas de leitura, aprendizagem e do convívio que um deficiente traz consigo, quando é inserido no CAP.DV/MS e no ISMAC.

Sendo assim, procuramos, localizar nesse estudo, quais as contribuições oferecidas nestas duas Bibliotecas com as obras em Braille, como complemento na construção do conhecimento em termos cognitivos, textuais e sociais.

Lourenço Filho (1944), um dos integrantes do movimento Escola Nova, crítico reformador do sistema educacional brasileiro, preconizava:

"Ensino e biblioteca são instrumentos complementares, ensino e biblioteca não se excluem, complementam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, *ou* seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será por seu lado, instrumento vago e incerto”.

Nesta perspectiva, além dos autores citados anteriormente, também nos fundamentaremos justificando esta pesquisa nas teorias de Freire (1986), Silva (1995), Davenport (1998), Castells (2003) e outros, que compõem o referencial teórico-metodológico, para explicitar como ocorre a comunicação das informações e da prática de leitura com os usuários deficientes visuais, numa apropriação de conhecimentos a ser implementado, visando a sua otimização.

Esses autores foram significativos numa perspectiva anti-discriminatória em relação aos deficientes visuais, chamando a atenção para necessidades de mudança de atitude efetiva de todos os envolvidos: professores, coordenadores, bibliotecários, e outros, que, por decisão voluntária ou por designação trabalham junto a eles.

3. PROBLEMA:

Ao iniciarmos o tema desta pesquisa, percebemos que estava envolto por idéias que foram aos poucos sendo desvendadas, refletimos sobre o seu desenvolvimento com as questões sociais e educacionais, concernentes aos diversos setores que abrangem nossa sociedade, elegendo a leitura e a comunicação de seus participantes como forma de inclusão educacional.

Assim, decidindo, propusemo-nos a buscar as origens dos fatos históricos e, suas definições, entremeando-os com a conjuntura social, do qual fazem parte. Analisando o contexto, reportamos-nos a alguns estudiosos do assunto, às legislações promulgadas, desejosos de obter e dar respostas aos interessados, para que a informação venha a melhorar e trazer o conhecimento de seus direitos e deveres e, conseqüentemente a melhoria para sua qualidade de vida.

Considerando a relevância dos assuntos, optamos por um recorte em forma de Pesquisa Participante. Como fundamentação teórica desta pesquisa, temos as principais citações encontradas nos trabalhos de Nagahama (1986), Suaiden (1994), Ouaknin (1996), Sasaki (1998), Neves (2001) entre outros.

O esboço desta pesquisa já implicou perguntas, as quais permitiram projetar o problema a ser investigado que impulsionou-nos nesta busca:

Sendo a inclusão social a meta que move todos os cidadãos, tendo a leitura como um dos meios facilitadores desse processo, quais as oportunidades de acesso ao conhecimento que os deficientes visuais de Campo Grande encontram para beneficiar-se do apoio da leitura e da escrita?

Integramos uma revisão de literatura, pertinente à questão da leitura, embasados pelas

citações dos autores destacados anteriormente e que pretendemos demonstrar através do nosso tema: “A inclusão educacional e social através da leitura nas Bibliotecas Braille de Campo Grande/MS. Fizemos uma análise de documentos oficiais e percebemos que estava envolto por idéias que foram pouco a pouco sendo desvendadas, refletimos, então sobre seu envolvimento com a questão social e educacional, concernentes aos diversos setores que abrangem a nossa sociedade, elegendo a leitura como forma de inclusão de seus participantes.

Há evidência de que a leitura é fundamental para todos os usuários especiais, e vital para as pessoas em geral, como afirmado por Lima (2000):

A leitura, portanto, não é só um passatempo, nem se reduz tampouco, a um meio para se conseguir conhecimento. A leitura não pode ser apenas informativa. A informação pela informação não modifica o pensar e, quando isto acontece não há alteração do sujeito que pensa e nem, do seu modo de agir na prática.

Assim decidindo, fomos em busca das origens, dos fatos históricos, suas definições, entremeando-os com o contexto social, do qual fazem parte. Diante do problema acima apresentado, este questionamento sugere outros aspectos dos pressupostos colocados, onde podemos projetar de que forma há em Grande/MS, garantia de um pleno atendimento das necessidades de conhecimento das Pessoas Deficientes Visuais (PDV) e sua inclusão educacional e social nas Bibliotecas Braille.

3.1. NÚMEROS APROXIMADOS DOS DEFICIENTES VISUAIS, DEFICIENTES COM BAIXA VISÃO OU VISÃO PARCIAL

Podem ser definidas como: agudeza central reduzida ou perda do campo visual. Ser um deficiente visual, significa ter a visão comprometida. Dezenas de patologias oculares reduzem a capacidade visual, dentro do assunto podemos qualificar como as mais freqüentes degenerações maculares; retinopatias e atrofia do nervo ótico.

Em maio de 2000, a OMS (Organização Mundial da Saúde), disponibilizou na Internet as seguintes estatísticas:

Há hoje no mundo, 180 milhões de desassistidos por incapacidade visual necessitando de suporte e serviços sociais, vocacionais, econômicos e de reabilitação. Destes, 40 a 45 milhões, são cegos e não podem se locomover sozinhos... e 160 milhões, estão incapacitadas por deficiências visuais. Até 2025 serão 320 milhões, se não houver uma mobilização geral com decisões rápidas e sérias a fim de reverter estas projeções.

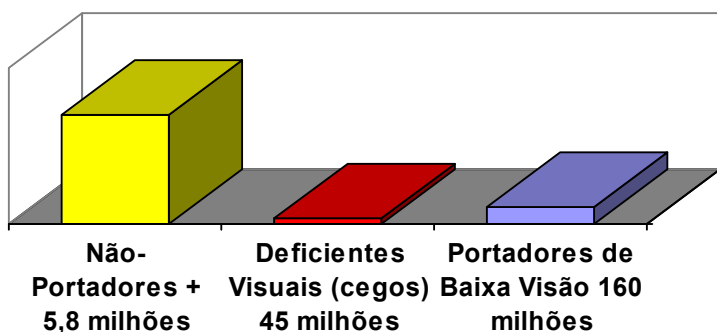
O objetivo da OMS e de seus membros, é dar assistência e apoiar de forma global, campanhas preventivas para reduzir a cegueira a menos de 0,5% no mundo e a menos de 1%

em vários países.

A OMS mantém um banco de dados internacional com informações sobre patologias que afetam a visão e podem levar à cegueira. Entre os diversos fatores que agravam estas patologias, está a exposição à luz solar, que emite radiações ultravioletas, acelerando as degenerações oculares.

Gráfico 1 Quadro comparativo de portadores de deficiências no mundo, por tipo de deficiência.

NO MUNDO - COMPARATIVO POR TIPO



**População em
2000: +6 milhões
(estimada)**

Fonte: OMS (maio 2000)

4. OBJETIVO GERAL:

Verificar como se encontra a Educação Especial em Campo Grande/MS, na perspectiva da Inclusão Social e Educacional e das Políticas Públicas, para investigar se o deficiente visual desta cidade, detém os conhecimentos necessários para usufruir dos benefícios trazidos pela leitura e escrita nas Bibliotecas Braille, nesse processo.

4.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Identificar a situação da Educação Especial em Campo Grande, tendo como foco os deficientes visuais.
- 2) Conhecer os serviços de tecnologias de informação: *Jaws*, *Virtual Vision*, Internet, Sintetizadores de voz, o tipo de material existente e, o seu uso nas Bibliotecas Braille de Campo Grande MS.
- 3) Caracterizar as estratégias utilizadas para a formação do hábito de leitura dos deficientes visuais.
- 4) Verificar se os serviços oferecidos estão em consonância com as atuais Políticas Públicas e de Educação Especial.

5. CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

O caminho para encontrar as respostas foi traçado a partir do contato pessoal em instituições especializadas, onde foram realizadas visitas técnicas em várias Bibliotecas Braille e Seções Braille existentes tanto no Brasil como no exterior, destacando-se:

5.1) AUDIOTECA DO INSTITUTO DOS CEGOS DE LONDRINA - PR.

Mantém Áudio e Biblioteca Braille acessível aos usuários cegos, pesquisadores, professores, e à comunidade em geral. O acervo é constituído de materiais instrucionais, informativos documentários e recreativos.

5.2) BIBLIOTECA BRAILLE DO CENTRO CULTURAL DE SÃO PAULO

Planejada e equipada para atender aos portadores de deficiência visual, a Biblioteca Braille reúne, em seu acervo, obras de assuntos diversos, inclusive didáticas, infanto-juvenis, ficção e periódicos. São 23.255 volumes - referentes a 5.618 títulos de livros em Braille e 668 títulos de fitas de áudio - que podem ser consultados no local ou emprestados aos usuários. Possui equipamento de informática para impressão em Braille e conta com o serviço de voluntários na gravação e transcrição de obras.

5.3) BOSTON PUBLIC LIBRARY, Massachussets, EUA,

Biblioteca Pública de Boston, onde a pesquisadora visitou, conheceu o sintetizador de voz “JAWS” e realizou um vídeo explicando sobre os serviços e a seção Braille existentes nessa Biblioteca, em Janeiro de 2005.

5.4) LARAMARA, (Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual)

Centro de Referência Nacional para habilitação e inclusão da pessoa com deficiência visual. É quem tem os direitos autorais para comercializar o “jaws”, que oferece tecnologia de voz sintetizada em ambiente Windows, para acessar software, aplicativos e recursos na Internet. Sintetizador de voz integrado ao software utiliza a placa e as caixas de som do computador para dar aos usuários maiores condições de realizar seus trabalhos via on line.

5.5) DORINA DOWIL

Também localizada em São Paulo, esta Fundação possui Biblioteca Braille, Museu e outros, e desenvolve serviços especializados para atender necessidades, tratar e orientar crianças, jovens e adultos com deficiência visual ou visão subnormal, nas áreas de educação, reabilitação, profissionalização, cultura e prevenção da cegueira.

5.6) MIAMI DADE PUBLIC LIBRARY, Miami, Flórida, EUA

Biblioteca Pública de Miami, onde a pesquisadora desempenhou atividades como voluntária principalmente nos serviços realizados com os audio-books, em dezembro 2004.

5.7 BIBLIOTECA BRAILLE “ELMO LUZ”

Localizada em Brasília, DF : em outubro de 2005, visitou a referida Biblioteca que possui um grande acervo de livros em Braille, em audio-cassete e áudio CD, além de acesso à Internet. Dentro da biblioteca funciona também o Clube de Voluntários. No site o usuário vai poder consultar toda a listagem de livros e audio-livros, ela se encontra integrada no mesmo prédio onde funciona o CAP.DV/DF.

Paralelamente a essas visitas, foi coletado material bibliográfico para o embasamento teórico. Grande parte dele foi encontrado nas Bibliotecas: do Centro Cultural de São Paulo, do CAP.DV/MS. do CAP.DV/DF, da Biblioteca do MEC em Brasília, além das Bibliotecas Públicas de Miami e Boston (EEUU).

A perspectiva discutida, nesta dissertação é a que rege a proposta de atendimento aos deficientes visuais na integração social, assumida em documentos oficiais norteadores da política nacional. Informando que as diretrizes e metas dessa proposta, poderão ser repassadas em nível regional, estadual e municipal aos responsáveis por instituições as mais diversas que, têm trabalhado em prol destes cidadãos. O seu valor está em levantar reflexões e discussão do problema da inclusão, sugerir e apoiar ações que sirvam de base para sua implementação.

Pois, o homem, na busca e apreensão do conhecimento, faz uso de todos os seus sentidos sensoriais interagindo com outros seres e, com os objetos através dos meios que lhe disponibiliza a tecnologia, como elementos facilitadores da pesquisa, da observação e da formulação de sua percepção da realidade.

6. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura nesta dissertação foi seletiva visando situar os métodos utilizados a respeito do enfoque com que foram tratados os assuntos seguindo uma estrutura lógica, em itens temáticos para facilitar a compreensão dos objetivos do trabalho, bem como o agrupamento das idéias da pesquisadora, cujos termos foram elencados em conjuntos distintos. Neste item, foram abordados todos os assuntos constantes do embasamento teórico-metodológico consultado: as citações dos autores referendados, as legislações consultadas, os conceitos, análises e interpretações dos tópicos assim distribuídos:

6.1. A INCLUSÃO SOCIAL: DEFINIÇÕES, LEGISLAÇÕES E ABRANGÊNCIAS. PARA OS DEFICIENTES VISUAIS

6.2. EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO DAS PESSOAS DEFICIENTES VISUAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

6.3. POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS EXISTENTES NO BRASIL, E EM ALGUNS ESTADOS COMO: SÃO PAULO, MATO GROSSO DO SUL, E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES E BENEFÍCIOS EXISTENTES PARA OS DEFICIENTES VISUAIS

6.4. A BIBLIOTERAPIA E O BIBLIOTECÁRIO COMO BIBLIOTERAPEUTA E INCENTIVADOR DO HÁBITO DE LER, NAS BIBLIOTECAS ESPECIAIS EM BRAILLE

6.5. ECOLOGIA DO CONHECIMENTO: UM NOVO OLHAR EXERCIDO PELO CIENTISTA DA INFORMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS BRAILLE

6.6. ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO: APLICAÇÃO DA INDEXAÇÃO DE RECORTES DE JORNAIS E ARTIGOS DE PERIÓDICOS NA BIBLIOTECA BRAILLE

6.7. O GRANDE SONHO DA INCLUSÃO DOS USUÁRIOS DEFICIENTES VISUAIS NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESPECIAIS EM BRAILLE

Agregando-nos pela generosidade dos colaboradores do conteúdo desta investigação, registramos que foi extremamente gratificante o processo de realização deste estudo, cujo resultado está divulgado mediante esta Dissertação de Mestrado, onde espera-se que fique registrado a importância e a necessidade de considerar a força da comunidade, a natureza da inclusão social, do aprendizagem e do conhecimento que esta pesquisa nos proporcionou.

O tema é envolvente. Cada indivíduo reflete o foco deste ambiente de interações, ajudando-nos a construir um planejamento, onde o desenvolvimento das pessoas contribuem para a acessibilidade de informações aos usuários.

Constatamos que há diversas formas de aprendizado, em diferentes circunstâncias para traduzir em melhores resultados. As teorias do conhecimento indicam que é possível um melhor diálogo entre Biblioteca e Educação, ancorados na cooperação e intercâmbios, entre a investigação e aprendizagem das pessoas que fazem uso delas constantemente, representadas abaixo no Gráfico Comparativo por Região Geográfica.

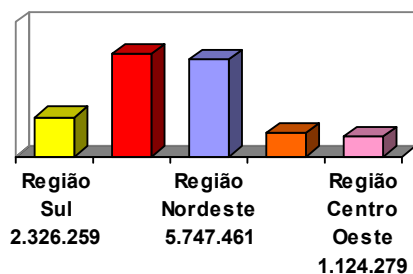
O IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA), através do **Censo 2000** mostrou que, aproximadamente, **24,5 milhões** de pessoas, ou **14,5%** da população total, apresentaram algum tipo de incapacidade ou deficiência, sendo **48,1%** deficiência visual. Entre **16,5 milhões** de pessoas com deficiência visual, **159.824** são incapazes de enxergar.

De acordo com o último censo realizado pelo IBGE, no ano 2000, dos **16,5 milhões** dos deficientes visuais, cerca de **160 mil** têm deficiência total. A região sudeste tem a maior concentração, quase seis milhões de pessoas. Proporcionalmente, porém, a região nordeste é a que tem maior número por habitante: **11,2%** da população (**5,6 milhões**) têm deficiência total ou baixa visão.

Total dos deficientes visuais: **16.644.842**. Portadores de deficiência visual total (cegos):**160.000** Região Sul: **2.326.259** Região sudeste **6.031.472** Região Nordeste **5.747.461** Região Centro Oeste: **1.124.279** Região Norte: **1.415.370** Mato Grosso do Sul: **198.358** Campo Grande – MS: **56.168**

Gráfico 3 – Pessoas com algum grau de deficiência visual no Brasil por região

BRASIL - COMPARATIVO POR REGIÃO GEOGRAFICA



Fonte IBGE (Censo 2000)

6.1. A INCLUSÃO SOCIAL: DEFINIÇÕES, LEGISLAÇÕES E ABRANGÊNCIAS PARA OS DEFICIENTES VISUAIS

A partir da década de 90, com a realização da Conferência de Educação Para Todos (na Tailândia) e, com a Declaração de Salamanca (na Espanha), dos princípios, políticas e práticas para pessoas com necessidades educativas especiais em que as exigências não se referem apenas “ao direito da pessoa com deficiência à integração social, mas sim, ao dever da sociedade, como um todo, de adaptar-se às diferenças individuais”. (Brasil, 1994, Sasaki, 1998, Santos, 2000).

A idéia de definir este assunto, resultou também dos estudos de Sasaki (1998): “a sociedade inclusiva começou a ser construída a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas deficientes na década de 80”.

Se analisarmos essa abordagem como nos orienta o referido autor a inclusão social, portanto “é um processo que contribui para a construção de um outro tipo de sociedade, através das transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos, na mentalidade das pessoas, bem como na mudança de comportamento das pessoas com deficiências”.

Não obstante, o processo de inclusão vai muito além da inserção de alunos cegos na escola regular, exige mudança na estrutura social, no sentido de organizar uma classe atenta aos interesses de todos, no exercício da cidadania e sem discriminação.

Estudamos e procuramos entender a Inclusão Social como cidadania, isto é, a participação na condição de cidadão na sociedade, com os mesmos direitos e deveres dos demais membros dessa sociedade. Isso implica numa coletividade onde cada um é responsável pela qualidade de vida do outro, mesmo quando esse outro é muito diferente de nós e dos demais membros desse grupo.

Observa-se que o capitalismo é um sistema de exclusão social, onde as práticas interacionistas favorecem a sua manutenção principalmente quando propõem que a pessoa se adapte à estrutura vigente. Já o processo de inclusão denuncia as desigualdades, o desrespeito às minorias, reivindicando inovações nas estruturas físicas, e também nas concepções, pensamentos e planejamentos da esfera social. Onde as diferenças individuais sejam respeitadas e não menosprezadas, a fim de que o termo inclusão não seja um sonho inatingível, uma utopia, mas ação concreta, realizável não só para as pessoas com deficiência visual, mas a todos esse direito seja contemplado. Neste cenário o que significa inclusão?

6.1.1 INCLUIR segundo o dicionário “Aurélio”, vem do Latim. Includere verbo transitivo direto: compreender, abranger; conter em si, envolver, implicar, inserir, intercalar, introduzir, fazer parte, figurar entre outros; pertencer juntamente com outros.

O verbo incluir apresenta vários significados, todos eles com o sentido de algo ou alguém inserido entre outras coisas ou pessoas. Em nenhum momento essa definição pressupõe que o ser incluído precisa ser igual ou semelhante aos demais aos quais se agregou. Quando falamos de uma sociedade inclusiva, pensamos naquela que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. É dentro dela que aprendemos a conviver, contribuir e construir juntos um mundo de oportunidades reais (não obrigatoriamente iguais) para todos.

Inclusão Social é o processo pelo qual a Sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais para desempenharem seus papéis, buscando equacionar problemas e soluções, efetivar a equiparação de oportunidades e simultaneamente, estas se prepararem para assumir o seu lugar no conjunto social. (SASSAKI, 2002).

6.1.2 INCLUSÃO OU INTEGRAÇÃO?

Semanticamente incluir e integrar têm significados muito parecidos, o que faz com que muitas pessoas utilizem esses verbos indistintamente. No entanto, nos movimentos sociais inclusão e integração representam filosofias totalmente diferentes, ainda que tenham objetivos aparentemente iguais, ou seja, a inserção de pessoas com deficiência na sociedade.

Os mal-entendidos sobre o tema começam justamente aí. Muitas pessoas usam o termo inclusão quando, na verdade, estão pensando em integração.

Quais são as principais diferenças entre inclusão e integração? O conteúdo das definições do quadro abaixo é de autoria de Claudia Werneck (2004), extraído do primeiro volume do Manual da Mídia Legal:

Inclusão:	Integração:
A inserção é total e incondicional (crianças com deficiência não precisam "se preparar" para ir à escola regular).	A inserção é parcial e condicional (crianças "se preparam" em escolas ou classes especiais para estar em escolas ou classes regulares).

Inclusão: Exige rupturas nos sistemas.	Integração: Pede concessões aos sistemas.
Mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem "ganha" mais; TODAS ganham).	Mudanças visando prioritariamente a pessoas com deficiência (consolida a idéia de que elas "ganham" mais).
Inclusão: Exige transformações profundas	Integração: Contenta-se com transformações superficiais.
A sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de TODOS.	As pessoas com deficiência se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas alguns ajustes.
Defende o direito de TODAS as pessoas, com e sem deficiência.	Defende o direito de pessoas com deficiência.
Traz para dentro dos sistemas os grupos de "excluídos" e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para TODOS.	Inserir nos sistemas os grupos de "excluídos que provarem estar aptos" (sob este aspecto, as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão).
O adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para TODAS as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo etc).	O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas a pessoas com deficiência considerada aptas (escola, biblioteca, clube, empresa, etc).
Valoriza a individualidade de pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos etc).	Como reflexo de um pensamento integrador podemos citar a tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo (exemplo: cegos são excelentes massagistas).
Não quer disfarçar as limitações, porque elas são reais.	Tende a disfarçar as limitações para aumentar a possibilidade de inserção.
Não se caracteriza apenas pela presença de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente.	A presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador

Em conformidade com o exposto por Marshall (1965), a cidadania abrange:

Na sociedade capitalista, a cidadania compreende direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis referem-se à liberdade individual, os direitos políticos dizem respeito à participação no exercício do poder político através da representação ou da participação e os direitos sociais compreendem o bem-estar do indivíduo, isto é, direitos à segurança, ao trabalho, ao lazer, à educação, à saúde, entre outros.

A essas dimensões podem ser acrescentadas à ordem simbólica, que representa as crenças, os valores e as significações socialmente estabelecidas e aceitas, que servem de mediação entre os indivíduos e o Estado.

Entretanto, é importante destacar que o modelo de cidadania varia de uma sociedade para outra e numa mesma sociedade, pois ela reflete as condições econômicas, políticas, sociais e culturais das sociedades em um determinado contexto. Para Martine (1990), “uma sociedade democrática é idealizada, sendo evidente que este cenário ideal não existe em nenhuma parte do mundo”.

Nesse sentido, o jogo democrático, realizado numa esfera de disputas, pressupõe o reconhecimento explícito do papel da confrontação e negociação entre os grupos sociais que lutam pela construção e efetivação de seus direitos. Assim, abre-se espaço para as organizações e associações representantes do interesse dos diversos grupos e segmentos sociais, seja pela via institucional, seja através de movimentos sociais, por meio de Organizações Governamentais (OGs) e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Através do entendimento de que não há homogeneidade entre as pessoas deficientes, sendo esse grupo subdividido de acordo com as especificidades físicas, tratamentos e adaptações diferentes às barreiras físico-sociais impostas, busca-se neste trabalho estudar o segmento de pessoas com deficiência sensorial, especificamente a visual. A meta da pesquisa foi descrever o procedimento de inclusão educacional e social desses deficientes visuais e com baixa visão nos variados campos sociais, no âmbito das duas Bibliotecas Braille oficialmente existentes em Campo Grande-MS.

A problemática aqui desenvolvida situa-se no contexto das ações governamentais e não-governamentais envolvidas com o apoio, ao atendimento, orientação, ensino, formação e capacitação, bem como encaminhamento profissional dos deficientes visuais. O interesse central é o conhecimento das possibilidades existentes para que os deficientes visuais possam vencer os obstáculos colocados por essa deficiência e das dificuldades existentes para sua inclusão como cidadãos.

6.1.3 HISTÓRICO: DO RECONHECIMENTO SOCIAL À INCLUSÃO

Foi no bojo do processo de formação de movimentos sociais em prol de novos direitos, intensificados no pós-2ª Guerra Mundial, que as pessoas com deficiências passam a ser reconhecidas também como sujeitos de direitos. Segundo o Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes, da ONU (1982):

A experiência tem demonstrado que, em grande medida, é o meio que determina o efeito de uma deficiência ou de uma incapacidade sobre a vida cotidiana da pessoa. A pessoa vê-se relegada à invalidez quando lhe são negadas as oportunidades de que dispõe, em geral, a comunidade, e que são necessárias aos aspectos fundamentais da vida, inclusive a vida familiar, a educação, o trabalho, a habitação, a segurança econômica e pessoal, a participação em grupos sociais e políticos, as atividades religiosas, os relacionamentos afetivos e sexuais, o acesso às instalações públicas, a liberdade de movimentação e o estilo geral da vida diária.

Com isso, a ONU afirma ter por perspectiva que os deficientes sejam respeitados e considerados cidadãos possuidores de direitos e obrigações, participantes e construtores da sociedade. Nesse sentido, vem à tona o destaque de alguns dos direitos contidos na Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes, proclamada pela ONU em 1975:

“Direito ao respeito por sua dignidade humana, ou seja, de desfrutar dos mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, visando ter-se uma “vida decente, tão normal e plena quanto possível” (3);

“Direitos civis e políticos iguais aos demais seres humanos” (4);

“Direitos à capacitação visando à conquista da autoconfiança” (5);

“Direito a tratamento médico, psicológico e funcional, a aparelhos, à reabilitação médica e social, à educação, ao treinamento vocacional e à reabilitação, à assistência, ao aconselhamento e outros serviços que possibilitem ao máximo o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades, acelerando o processo de “integração social” (6);

“Direito à segurança econômicas e sociais, obtidas através do desenvolvimento de atividades úteis, produtivas e remuneradas, realizadas de acordo com suas capacidades, além da participação em sindicatos” (7);

“Direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social da nação” (8);

“Direito de viver com suas famílias e de participar de todas as atividades sociais, criativas e recreativas. Caso for indispensável à permanência em estabelecimentos especializados, estes deverão aproximar-se da realidade da vida normal de pessoas de sua idade” (9);

“Direito de proteção contra toda exploração e discriminação” (10);

“Direito à assistência legal qualificada e a medidas judiciais de acordo com suas condições físicas e mentais” (11);

“Direito das organizações de pessoas deficientes de serem consultadas em todos os assuntos referentes aos direitos de pessoas deficientes” (12);

“Direito à informação sobre os direitos contidos nesta Declaração” (13).

No Brasil, segundo Pinheiro (1997):

As lutas dos diversos movimentos sociais organizados em prol da condição de sujeitos de sua vontade e de direitos das pessoas portadoras de deficiência remetem-se a menos de três décadas. Nesse período, houve avanços significativos que constituem um patamar mínimo de visibilidade social. No entanto permanecem ainda obstáculos que mantêm a exclusão das pessoas portadoras de deficiência, em termos de uma vida independente, auto-sustentada e plena.

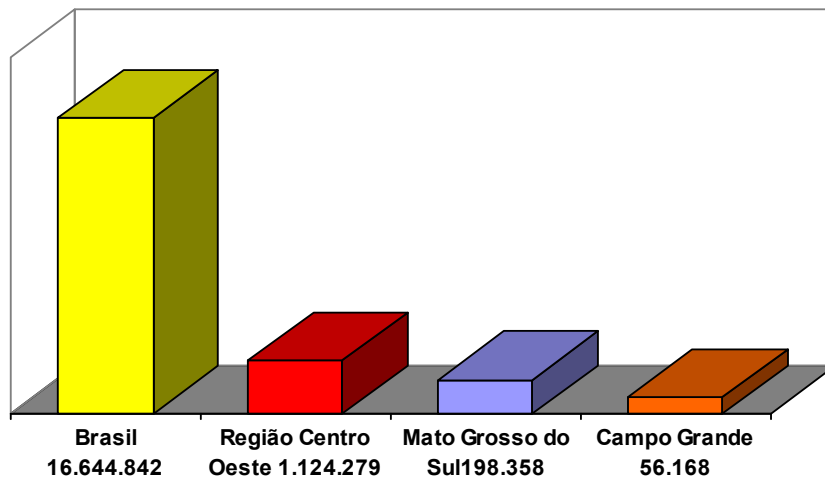
A legislação brasileira, até a década de 1980, tinha um caráter basicamente assistencialista e paternalista, ratificando a visão e a prática com as quais geralmente vinham sendo tratadas as questões envolvendo as pessoas portadoras de deficiência. Tais políticas centravam-se, no caso dos deficientes visuais, na organização do ensino e instalação de classes em braille e na adaptação social e reabilitação. Sendo assim, cabia à pessoa adaptar-se ao meio onde vive e não o contrário.

Atualmente, a postura legalista e política nacional adotada visam à integração dos portadores de deficiência, acompanhando as iniciativas realizadas em âmbito internacional, organizadas pelos Movimentos de Direitos Humanos, pela ONU, entre outros. Nesse sentido, a inclusão é entendida no sentido amplo, envolvendo as esferas culturais, socio-econômicas e políticas. O objetivo, não obstante, concentra-se em "normalizar" aqueles que "são tidos como anormais".

6.1.4 APROXIMADAMENTE QUANTOS SÃO OS DEFICIENTES VISUAIS?

Gráfico 4 – Pessoas com algum grau de deficiência visuais no Brasil, em Campo Grande e Mato Grosso do Sul no cenário nacional

QUADRO COMPARATIVO - BRASIL



Fonte IBGE (Censo 2000)

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em torno de 0,5% da população possui deficiência visual grave (baixa visão e cegueira), sendo que esse número poderia chegar a 1% em países subdesenvolvidos (Jornal da Tarde, 6/05/2001).

No Brasil, somos 16 milhões e 644.842 pessoas, ou seja, 14,5% da população tem algum tipo de deficiência. Na Região Centro-Oeste 1.124.279 pessoas: (IBGE, Censo 2000)

Adotou-se, nesta pesquisa, o termo deficiente visual incluindo principalmente, pessoas com baixa visão e as completamente cegas. Com base nessa noção, estima-se que a população em estudo representa aproximadamente o número de deficientes visuais 198.358 pessoas no Estado de Mato Grosso do Sul, e do município de Campo Grande 56.168 pessoas, aproximadamente. Estes dados foram calculados de acordo com a Estimativa de Habitantes para 2005, feita pelo IBGE onde consta a população de Campo Grande: 749.768 habitantes e, para o Estado de Mato Grosso do Sul: 2.264.468 habitantes.

6.1.5 INCLUSÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS NAS DIVERSAS ABORDAGENS:

Na abordagem das perspectivas de inclusão das pessoas com deficiência visual, consideramos, em primeiro lugar, as questões referentes à identificação dessas pessoas e ao combate à discriminação, que dizem respeito a fatores culturais da sociedade, fundamentais

para a compreensão das perspectivas de inclusão civil, social e política das Pessoas com deficiência visual. Em seguida, tratamos dos aspectos que dizem respeito à inclusão formal-legal. Depois, abordamos a inclusão social e econômica: educacional e formação profissional e política. Finalmente, discorreu-se sobre um aspecto da inclusão civil: a acessibilidade.

6.1.6 A INCLUSÃO CULTURAL

Considerou-se neste item como a pessoa com deficiência visual é entendida e percebida em nossa sociedade. Conforme destacado por Pinheiro (1997):

É importante frisar que definir é um ato relativo, subjetivo, no qual estão envolvidos, no mínimo dois pólos, o que define e o que é definido". Nesse sentido, o autor afirma que, historicamente, quem desenvolve esta ação definidora são os grupos que detêm o poder.

É válido ressaltar que as noções de "saúde", "doença", "normalidade", "anormalidade", "eficiência", "deficiência", entre tantas outras, são construções histórico-sociais. A palavra deficiência, no dicionário Houwais é definida como: falta ou carência, que pode dar a idéia de incapacidade, e a expressão "portador de deficiência" incorpora o mesmo sentido. Vale destacar a diferenciação entre deficiência e incapacidade, uma vez que a última deriva-se, segundo o Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes (PAMPD), "da relação entre as pessoas deficientes e o seu ambiente", marcada pelas "barreiras culturais, físicas ou sociais", que impedem o acesso aos diversos sistemas da sociedade disponíveis aos demais cidadãos. Historicamente as PPDVs são vítimas de estereótipos e discriminações, rotuladas como desviantes do que se considera o padrão de normalidade dos seres humanos. Conforme Ventura (2001): "Expressões como tão" bonitinho e cego "pobrezinho, coitado", "e" coitado do ceguinho "mal disfarçam o sentimento de superioridade, mesmo que involuntária, de quem as pronuncia".

"Conseqüentemente, essas pessoas vêm sendo tratadas como "objetos da ação e da piedade sociais". Pinheiro (1997).

Ventura (2001) alerta-nos que:

O preconceito e a discriminação não se corrigem só pelo uso bem-comportado da linguagem, por mais importante que ela seja como portadora de clichês e estereótipos. Não adianta evitar palavras e expressões como "denegrir", "judiar", "cego de raiva", sem mudar o pensamento e as atitudes. Assim, como retórica, o politicamente correto serve apenas para disfarçar o preconceito e tornar a convivência mais cordial.

Como um dos aspectos novos na luta por direitos, encontra-se a ação de associações representantes de DVs que, ao mesmo tempo em que combatem a discriminação, chamam a atenção para os estereótipos e para as dificuldades existentes para a efetiva inclusão dos deficientes visuais. Todos os casos de discriminação que chegam a essas associações são combatidos de imediato, e, cada vez que seus representantes tomam conhecimento de situações de discriminação ou suspeitam que a reprovação de um candidato a uma vaga ou a recusa em empregá-lo se devem à discriminação, recorrem à Justiça, acionando o Ministério Público.

Para destacar a possibilidade de inclusão dessas pessoas, Oliveira (1999) adotou a escrita da palavra "deficiência" com uma alteração simbólica – dEficiência – de forma a destacar a ambigüidade do termo. Em seu trabalho, a autora procurou confirmar a hipótese de que o "deficiente" poder ser eficiente, concorrendo em iguais condições com pessoas tidas como "normais", desde que consideradas suas diferenças.

Segundo Oliveira (1999):

Ainda que não ocorra consenso quanto ao uso da terminologia, constata-se (...) que existem diversidades significativas quanto ao significado geral da dEficiência. Se para um grupo é uma questão de “cabeça”, psicológica ou criada por pessoas ditas “normais”, para outros é fato inegável que portar uma limitação física real e concreta expressa a dificuldade de realizar tarefas e funções “comuns”, por exemplo, as que dependem de locomoção. Para outros, ainda, representa a situação de transpor dificuldades e, por fim, tem aqueles que associam a dEficiência especialmente ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, é interessante a idéia de Boaventura Souza Santos (2002), incluída no material de divulgação da FADERS:

O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

Percebe-se a inexistência de um consenso sobre os termos utilizados para a identificação do deficiente visual. As próprias associações, a legislação, os pesquisadores e profissionais utilizam palavras distintas para se referirem a essas pessoas. Durante muito tempo, foi utilizado o termo "cego"; posteriormente, esta expressão foi considerada por algumas pessoas como estigmatizante. Outras expressões foram utilizadas para substituí-la, porém, dependendo do contexto e da forma como são empregadas, apresentam características semelhantes.

Outro aspecto diz respeito a como os deficientes visuais se autodenominam. Apesar da existência de um termo "oficial" – portador de deficiência visual – criado para evitar o preconceito e a discriminação, nem todos os indivíduos incluídos nesta categoria identificam-se com ele. É possível que esta terminologia ainda não esteja suficientemente difundida, mas o certo é que sua formulação não contou com a participação dos próprios interessados, dificultando sua identificação com ela. Ao mesmo tempo, os depoimentos dos entrevistados indicam que o uso da expressão "cego", dependendo do contexto em que é utilizado, não é necessariamente ofensivo ou discriminatório e também Pessoa com Deficiência Visual (PDV), ou Deficientes Visuais (DVs).

6.1.6 A INCLUSÃO FORMAL-LEGAL

No Brasil, vêm sendo implementados diversos dispositivos legais com vistas à inclusão do deficiente visual:

a) criação de um órgão (CORDE), vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça (1989);
b) obrigação das empresas com número de cem ou mais empregados a preencherem de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, desde que habilitadas (1998);
c) legislação sobre o voto do eleitor deficiente visual analfabeto (1998);
d) instituição da Política Nacional para a Integração da Pessoa Deficiente, que propõe o desenvolvimento de uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade civil, visando assegurar a "plena integração" da pessoa portadora de deficiência no contexto sócio-econômico e cultural, o respeito e o reconhecimento de seus direitos "sem privilégios ou paternalismos" (1999);
e) obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino público e particular a ofertar matrícula em cursos regulares, oferecer educação especial realizada por uma equipe multiprofissional e oportunizar benefícios iguais aos conferidos aos demais educandos (1999);
f) fixação de critérios especiais para concursos públicos, com a reserva de um percentual mínimo de cinco por cento das vagas disponíveis a pessoas portadoras de deficiência (1999);
g) instituição, no âmbito das Delegacias Regionais do Trabalho, de Núcleos de Promoção da

Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação, encarregados de coordenar ações de combate à discriminação em matéria de emprego e profissão;

h) obrigatoriedade das instituições de ensino superior em oferecer aos alunos deficientes a adaptação das provas seletivas de ingresso e avaliações das disciplinas, apoios necessários e uma sala de apoio ao deficiente visual, utilizada durante todo o curso, contendo: máquina de datilografia e impressora braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio, *software* de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para o aluno com baixa visão, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador, plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille, entre outros.

6.1.8 A INCLUSÃO SOCIO-ECONÔMICA: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Segundo dados disponíveis no *site* do Ministério da Educação, no ano de 1999, nas redes de ensino em âmbito nacional estavam matriculados 18.629 alunos portadores de deficiência visual, correspondendo a 5% do total de alunos matriculados, portadores de necessidades especiais.

Uma escola de referência no atendimento a cegos, em Campo Grande, é o Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos ISMAC. O Instituto tem 60 anos de trabalho educativo, primeiramente somente com os deficientes visuais e, hoje, ela é uma instituição de caráter privado, que conta com doações e recursos de alguns projetos. O funcionamento atual é na forma de externato, visando um maior convívio sócio-familiar de seus alunos. A escola oferece o ensino fundamental regular e atividades extras como informática, estudo de francês, etc. Os alunos DVs são distribuídos em turmas "Tais alunos recebem um atendimento especializado de apoio pedagógico suplementar e contam com a Biblioteca Braille, os recursos técnicos necessários para a aprendizagem (gravações em fita cassete, livros em braille, material com texturas diversas e outros materiais). Além disso, a escola procura informar os alunos das atividades que acontecem "fora de seus muros", ou seja, na sociedade ampla, despertando sua consciência política.

Esta pesquisa não contempla as condições da educação do Ensino Fundamental e Médio em escolas da Rede Estadual e da Rede Municipal. No entanto, temos também o

Centro de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais (CAP.DV/MS) da Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul; que proporciona capacitação e treinamento aos professores e demais interessados que lecionam e convivem com os deficientes visuais.

A partir de 1996, quando foi realizado em São Paulo um Congresso Latino-Americano de profissionais em braille, passou-se a ampliar, no País, a produção de material didático-pedagógico impresso em sistema braille e de tipos comuns adaptados para alunos com deficiência visual. Foi criado um projeto nacional (do qual o estado de Mato Grosso do Sul é partícipe), com apoio do Ministério da Educação, que oferece treinamento de pessoal e equipamentos; os estados e/ou municípios integrantes do projeto garantem a área física, recursos humanos, manutenção e material de consumo.

Os deficientes visuais aprovados em vestibular em geral, enfrentam outro tipo de dificuldade ao freqüentarem a Faculdade, uma vez que a bibliografia específica de seu curso é de uso por demais restrito para justificar sua impressão em braille, ficando dependentes dos colegas em leituras, reprodução de trabalhos e provas, sendo que, em muitos casos, esses serviços são pagos, e somente os que dispõem de recursos podem pagá-los.

6.1.9 O MERCADO DE TRABALHO

A inclusão dos PDVs no mercado de trabalho também é resultado da relação de diversos agentes sociais. São diversas as entidades que procuram intermediar o acesso do PDV ao mercado de trabalho, Em âmbito federal, o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, desenvolve o atendimento aos trabalhadores através de convênios com os estados, dando suporte técnico-financeiro com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Esse atendimento é feito através do Sistema Nacional de Emprego (SINE), que presta serviços aos trabalhadores desempregados com o objetivo principal de viabilizar sua colocação ou reinserção no mercado de trabalho, através de atividades de intermediação de mão-de-obra, reciclagem profissional e atendimento ao Seguro-Desemprego (informações e orientações gerais e serviços de pré-triagem), e da elaboração de análises, estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho.

Muitas são as dificuldades existentes para a inserção dos deficientes visuais no mercado de trabalho. Uma das dificuldades diz respeito às vagas oferecidas, uma vez que se limitam a poucas opções, tais como telefonista e ascensorista. Nesse sentido, é muito comum

observar profissionais qualificados, em certos casos com nível superior de ensino, em funções de baixa qualificação, como vendedor e recepcionista. Mas os deficientes visuais podem ser qualificados para desenvolver atividades profissionais como massagista, especialista em informática, psicólogo, professor de primeiro e segundo graus, músico, entre outras.

Sobre os portadores de deficiência física no Brasil, Mattar chama a atenção para a situação das pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho. Segundo a autora,

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), ligado ao Ministério da Justiça, é o órgão responsável pelas políticas públicas para o setor". Existe uma legislação nacional criada para facilitar a empregabilidade dessa parcela da população. A Lei 8.213/91, por exemplo, estabelece a reserva de postos de trabalho em empresas privadas. A Constituição Federal prevê vagas em concursos públicos. (Mattar, 2002).

No bojo da discussão sobre o emprego de pessoas portadoras de deficiência, a autora traz o depoimento de João Baptista Cintra Ribas, coordenador do programa de empregabilidade de pessoas com deficiência do SERASA S/A. Segundo expõe Mattar:

Para Ribas, se as vagas estiverem surgindo apenas porque o auditor fiscal do Ministério do Trabalho está batendo às portas das empresas e ameaçando autuá-las, as contratações de portadores(as) de deficiência têm muito para fracassar". Para ele, "o ideal são as ofertas de empregos oferecidas por empresas socialmente responsáveis. Essas sim têm consciência de que devem não apenas contratar, mas desenvolver profissionalmente seus funcionários para retê-los como talento. (MATTAR, 2002).

Mattar conclui seu artigo com o relato de Eugênia Fávero, procuradora da República do Ministério Público de São Paulo. Para Eugênia,

Ainda há muita resistência quanto à contratação de portadores de deficiência. Os motivos são diversos: preconceito, falta de disposição em arcar com os custos e adaptação do local de trabalho. À medida que forem assumindo postos de trabalho, a resistência irá diminuir, até que as vagas surjam naturalmente. Por isso, acredito que as reservas, apesar de não serem o ideal é um bom caminho. Elas dão a oportunidade de, no exercício do cargo, o portador de deficiência mostrar que tem aptidões e limitações como qualquer outra pessoa. (MATTAR, 2002).

De acordo com a lei, as empresas maiores precisam contratar um certo número de deficientes, mas a lei não especifica o tipo de deficiência. Como resultado, os deficientes visuais são preteridos em benefício de outros deficientes que as empresas consideram mais aptos para exercer as funções existentes, e o deficiente com visão parcial é preferido ao que não enxerga nada. "Os deficientes visuais só vêm antes dos deficientes mentais".

6.1.10 A INCLUSÃO POLÍTICA

Neste aspecto, considera-se tanto o direito de votar como o de ser candidato a cargos eletivos nos poderes Legislativo e Executivo. Para que os portadores de deficiência visual, com idade acima de 16 anos, assim como os demais eleitores, possam exercer sua cidadania através da eleição de membros das câmaras municipais, estaduais e federais, do Senado e de prefeitos, governadores e Presidente do País, as urnas eletrônicas devem ser adaptadas com identificação em braille nas teclas, de forma semelhante à dos aparelhos telefônicos, ou devem existir seções especiais.

A partir das eleições de 2002, o Tribunal Superior Eleitoral determinou que os juizes eleitorais, sob a coordenação dos tribunais regionais eleitorais, deverão criar seções eleitorais especiais destinadas a eleitores portadores de deficiência. Nos municípios em que não for possível a criação de seção unicamente para esse fim, o juiz eleitoral poderá designar uma das seções existentes para também funcionar como seção especial para eleitores portadores de deficiência. Os portadores de deficiência visual devem manifestar sua necessidade, com alguma antecedência (até noventa dias antes das eleições). (O Sul, 31/08/02, p.21).

No que diz respeito à participação política, como candidato e como eleito, ela é muito restrita. Não se conhece nenhum caso de portador de deficiência visual que tenha sido senador ou deputado federal, embora haja relatos de PDVs participando como assessores ou auxiliares de algum parlamentar. Consta-se, porém, uma relativa eficácia das associações de cegos, em vários estados brasileiros, no sentido de mobilizar parlamentares e instituições para a diversidade no meio social e, especialmente, no ambiente escolar, é fator determinante do enriquecimento das trocas intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que nele interagem. Acreditamos que o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais válidos para todos os alunos resultaram, naturalmente, na inclusão escolar dos deficientes.

Em conseqüência, a inclusão social adquirirá uma nova significação. Tornar-se-á uma modalidade utilizada também no ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos, o dos deficientes, mas especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes, e compatível com os ideais democráticos de uma educação para todos.

6.1.11 FUSÃO DO ENSINO REGULAR COM O ESPECIAL

A perspectiva da fusão, os desafios que temos a enfrentar são inúmeros e toda e qualquer investida no sentido de se ministrar o ensino especializado do aluno, depende de se ultrapassar as condições atuais de estruturação do ensino escolar para deficientes visuais. Em outras palavras a fusão do ensino regular com o especial. Mas fusão não é justaposição ou agregação de uma modalidade, fundir significa incorporar elementos distintos para se criar uma nova estrutura, na qual desaparecem os elementos iniciais, como eles são originariamente. Assim sendo, apenas instalar uma classe especial em uma escola regular nada mais é do que uma justaposição de recursos.

Outros obstáculos à consecução de um ensino especializado ao aluno DV, implicam na adequação de novos conhecimentos oriundos das investigações atuais em educação e às intervenções tipicamente escolares, que têm vocação institucional específica de sistematizar os conhecimentos acadêmicos às disciplinas curriculares. De fato, nem sempre os estudos e as comprovações científicas são diretamente aplicáveis à realidade escolar, e as implicações pedagógicas que podemos retirar de um novo conhecimento também precisam ser testadas para confirmar sua eficácia.

O paradigma vigente de atendimento especializado e segregativo é extremamente forte e enraizado no ideário das instituições e na prática atual dos profissionais que atuam no ensino especial. A indiferenciação entre os significados específicos dos processos de integração e inclusão social e escolar reforçam ainda mais a vigência do paradigma tradicional de serviços. Ocorre que os dois vocábulos, integração e inclusão, embora tenham significados semelhantes, estão sendo empregados para expressar situações de inserção diferentes, e têm detrás de si posicionamentos divergentes para a consecução de suas metas.

6.1.12 INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO

A noção de integração é compreendida de diversas maneiras quando aplicada à escola. Os diversos significados que lhe são atribuídos devem-se ao uso do termo para expressar fins diferentes, sejam eles pedagógicos, sociais, filosóficos ou outros. O emprego do vocábulo é encontrado até mesmo para designar alunos agrupados em escolas especiais para deficientes visuais, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer, residências para deficientes. Por tratar-se de um construto histórico recente. A partir de 1960 a idéia de

intergração sofreu a influência dos movimentos que caracterizaram e reconsideraram outras idéias, como as de escola, sociedade e educação. O número crescente de estudos referentes à integração escolar e o emprego generalizado do termo têm gerado muita confusão a respeito das idéias que cada caso encerra.

Os movimentos em favor da integração de pessoas com deficiência visual surgiram nos países nórdicos (NIRJE, 1969), quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação, assim como as atitudes sociais em relação às pessoas com deficiência intelectual.

A noção de base em matéria de integração é o princípio de normas que atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas em todas as etapas de vida das pessoas, sejam elas afetadas ou não por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptação. A normalização visa tornar acessível às pessoas socialmente desvalorizadas, condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis, de um modo geral, ao conjunto de pessoas de um meio ou sociedade; implica a adoção de um novo paradigma de entendimento das relações entre as pessoas, fazendo-se acompanhar de medidas que objetivem a eliminação de toda e qualquer forma de rotulação.

6.1.13 MODALIDADE DE INSERÇÃO

Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém e nada se questiona do esquema em vigor. Já a inclusão institui a inserção de forma mais radical, completa e sistemática, uma vez que o objetivo é incluir o aluno ou grupo de alunos que não foram anteriormente excluídos. A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá que se adaptar às particularidades de todos os alunos para concretizar a sua metáfora, o caleidoscópio, onde todos são necessários para formar um todo com as suas belas partes.

6.1.14 O PESO DO FATOR HUMANO

De certo que a inclusão se concilia com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior: aquele que recai sobre o fator humano. Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação

na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivar o processo ensino-aprendizagem. Nesse contexto, a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias. Enfim, uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento social humano.

6.1.15 A INCLUSÃO CIVIL: ACESSIBILIDADE

Considera-se acessibilidade “a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia” especificamente dos espaços, mobiliários (objetos existentes nas vias e espaços públicos, tais como semáforos, postes de sinalização, cabines telefônicas, lixeiras) e equipamentos urbanos (componente das obras de urbanização, como pavimentação), das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação. Vale destacar que os parâmetros de acessibilidade são estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entidade privada que não disponibiliza suas normas à consulta gratuita, o que dificulta o acesso às informações e à fiscalização das normas estabelecidas.

Além da aplicação das normas referentes à acessibilidade, é preciso ampliar a conscientização da população. Neste sentido, acreditamos que a existência de sinalização sonora é insuficiente para garantir a segurança dos cegos, pois concluímos que os motoristas brasileiros, de um modo geral, não respeitam os sinais de trânsito. Outras barreiras, referem-se aos orelhões (cabines telefônicas), que têm um formato que dificulta sua percepção pelas PDVs, mesmo quando auxiliadas por uma bengala ou por um cão-guia, levando-as, com frequência, a chocar-se com eles. Em Campo Grande/MS, todas as cabines públicas dispostas nas calçadas têm esse formato. Existe uma lei federal (de 1994) que prevê a concessão de passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual comprovadamente carentes. A ASSETUR em nossa cidade, auxilia os PDVs que a procuram a comprovarem a carência e a obter uma carteira comprobatória para obtenção do passe livre no transporte municipal. Outro aspecto de grande importância para a locomoção dos cegos é o acesso a cães-guia. No Brasil, o acesso a estes animais está relacionado às condições materiais dos portadores de deficiência, uma vez que adquirir um cão-guia envolve recursos financeiros elevados, além de disponibilidade de tempo para o cuidado do animal. A questão é ainda mais

grave, uma vez que é pequeno o número de associações que investem em projetos de capacitação e treinamento de cães para essa função. Uma iniciativa pioneira começou em Florianópolis, Santa Catarina, em 2001, quando uma deficiente visual desenvolveu o "Projeto Cão Guia", com o objetivo de treinar cachorros para serem doados a cegos. Como primeiro passo na direção da implementação deste tipo de iniciativa, foi aprovada a Lei Estadual 10.784 (em São Paulo), que permite ao deficiente visual circular em lugares públicos com cão guia.

A acessibilidade também se faz através de equipamentos especializados. Os avanços tecnológicos – como é o caso das máquinas de datilografia e impressoras em braille, dos softwares computacionais para uso de deficientes visuais e das calculadoras que falam as respostas – passam a ser consumidos quase que de imediato, vindo a fazer parte do dia-a-dia dos usuários. No entanto, nem todas as PDVs têm acesso a eles, por falta de recursos financeiros, devido à grande desigualdade econômica existente entre eles. Isso nos remete, além da questão física das PDVs, às enormes contradições existentes na sociedade brasileira. Por isto se justifica a existência de entidades como o CAP.DV/MS e o ISMAC, que possuem esses recursos e sua Biblioteca especializada em Braille, à disposição dos DVs e outros.

6.1.16 CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTAS INFORMAÇÕES:

As informações obtidas através da pesquisa demonstram que foram dados passos importantes para a inclusão dos deficientes visuais nos aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos da sociedade. Verificou-se a ocorrência de um avanço significativo na legislação existente, graças à qual houve uma mudança na abordagem da problemática das pessoas com deficiência, que pode ser descrita como o abandono de uma postura assistencialista/paternalista e a adoção de uma visão e de estratégias visando à promoção de direitos e a integração social dessas pessoas. No entanto, a análise realizada durante a pesquisa viabilizou a constatação de que essa legislação só é implementada diante da perspectiva de fiscalização e de pressão por parte das associações representativas dos interesses dos deficientes. Enquanto a igualdade formal preconiza que o estado se abstenha de discriminar e combata o preconceito nas relações entre os grupos sociais, a igualdade material impõe a criação de instrumentos normativos e de condições necessárias à equalização de oportunidades das minorias historicamente discriminadas.

6.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO DAS PESSOAS DEFICIENTES VISUAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

A história da inclusão de alunos com deficiência, no ensino regular, tem sido um tema cada vez mais debatido nos ambientes escolares nas últimas décadas, apresentando-se como determinante das políticas públicas educacionais em todos os seus níveis: nacional, estadual e municipal. As discussões sobre políticas inclusivas e a implementação de práticas inclusivas tem provocado reflexões desde a própria terminologia adotada como os meios de efetivação de suas práticas.

Ao abordarmos sobre a temática da educação especial na perspectiva da chamada educação inclusiva, é necessário refletirmos sobre a origem da educação especial e a compreensão de quem são as pessoas com deficiência as terminologias utilizadas para definir a educação especial.

Primeiramente, buscamos em Bueno (1997) a origem da educação especial:

O início da educação especial com o advento da chamada sociedade industrial que surge como resposta aos anseios de democratização da educação, o que significa atender àquelas crianças que apresentavam deficiências. E a visão denominada de liberal tradicional.

- Outra visão, e oposta a anterior, entende que a educação especial teve origem com a finalidade de segregar o indivíduo com deficiência, uma vez que as instituições surgidas a partir do final do século XVIII eram, em sua totalidade, internatos. O atendimento à população com deficiência ocorreu, então, em asilos, separando os ditos “anormais”. O autor ainda afirma que esse paradigma permaneceu mesmo depois que os asilos foram substituídos por instituições abertas.

Considerando a diversidade de práticas e conceitos, verificados entre os educandos nas instituições escolares, são necessárias medidas de flexibilização e dinamização do currículo para atender, efetivamente, às necessidades educacionais especiais dos que apresentam deficiências.

Sobre a educação inclusiva, Carvalho (2004), pretende:

Colocar os pingos nos “is” da questão, defendendo que a inclusão envolve a reestruturação das culturas, políticas e práticas das escolas que, como sistemas abertos, precisam rever suas ações, até então predominantemente elitistas e excludentes. Há necessidade de se criarem mecanismos que permitam com sucesso que o aluno se integre educacional, social e emocionalmente com seus colegas e professores e com os objetos do conhecimento e da cultura.

Nesta mesma direção, o MEC (2001) inspirou-se no documento maior de nossa legislação para o estabelecimento de sua política - intitulado Plano Nacional de Educação (pós LDB), abordando que:

A constituição federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III) o direito à educação comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas regulares. A participação nas classes comuns, de recursos, sala especiais, escola especial. (MEC, 2001)

Entendemos por Educação Especial Inclusiva, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Destaca-se a oferta da educação especial na educação infantil (0 a 06 anos, em creches e pré-escolas).

6.2.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PROCESSO HISTÓRICO

A história da atenção voltada à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela conseqüente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado. No decorrer da História da Humanidade foram se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência, modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio-históricas. Procurando focalizar a relação entre sociedade e deficiência no contexto da organização econômica vigente, da organização sócio-política, e dos conceitos de homem, de educação e de deficiência que constituíram o pensar de cada época. É importante lembrarmos de que termos tais como “deficiência”, “deficiente”, “portador de deficiência” e “portador de necessidades especiais” surgiram bem recentemente, já no século XX.

6.2.2. ANTIGÜIDADE

Praticamente não se dispõe de dados registrados. Pode-se, entretanto, encontrar, na literatura da época, bem como na Bíblia, passagens que permitem inferir sobre sua natureza e procedimentos. Caracterizava-se, essencialmente, pela existência de dois agrupamentos sociais: o da *nobreza* - senhores que detinham o poder social, político e econômico, e o *populacho* - considerados sub-humanos, dependentes economicamente e eram propriedades dos nobres.

Nesse contexto, a pessoa diferente, (*Surdos, cegos, deficientes mentais, deficientes físicos, órfãos, doentes idosos, dentre outros.*) com limitações funcionais e necessidades diferenciadas, eram praticamente exterminados por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral. A Bíblia traz referências ao cego, ao manco e ao

leproso - a maioria dos quais sendo pedintes ou rejeitados pela comunidade, seja pelo medo de doença, seja porque se pensava que eram amaldiçoados pelos deuses. Kanner (1964) relatou que *“a única ocupação para os retardados mentais encontrados na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e de seus hóspedes.*

6.2.3 IDADE MÉDIA

Neste período, houve uma significativa mudança na organização político-administrativa. O advento do cristianismo, com a conseqüente constituição e fortalecimento da Igreja Católica, alçou gradativamente ao cenário político um novo segmento: o clero. Seus membros foram assumindo cada vez maior poder social, conquistaram rapidamente o domínio das ações da nobreza, tendo, desta forma, passado a comandar toda a sociedade.

Ao povo, da mesma forma que no período anterior, pessoas doentes, defeituosas e/ou mentalmente afetadas (provavelmente deficientes físicos, sensoriais e mentais), em função da ascensão das idéias cristãs, não mais podiam ser exterminadas, já que também eram criaturas de Deus.

Assim, eram aparentemente ignoradas à própria sorte, dependendo, para sua sobrevivência, da boa vontade e caridade humanas. Da mesma forma que na Antigüidade, alguns continuavam a serem “aproveitados” como fonte de diversão, como bobos da corte e como material de exposição, etc.

“No século XIII começaram a surgir instituições para abrigar deficientes mentais, e as primeiras legislações sobre os cuidados a tomar com a sobrevivência e, sobretudo, com os bens dos deficientes mentais, como os constantes de Prerrogativa Regis baixado por Eduardo II da Inglaterra”.(DICKERSON (1981), em PESSOTTI (1984)

A educação, nessa época, tinha duas vertentes de objetivos: uma, de natureza religiosa, visava formar elementos para o clero. Outra, caracterizada por objetivos específicos diferenciados, dependendo do local e dos valores assumidos pela sociedade, variando de formação para a guerra, até a formação para as artes.

No transcorrer de cinco séculos, a partir do século XII, com momentos de maior ou menor tensão e gravidade: a Inquisição Católica e a Reforma Protestante. Os documentos da Igreja, que tinham a função de orientar os membros do clero para identificar e interrogar os suspeitos de heresia, eram claramente ameaçadores e perigosos para as pessoas com deficiência, e dentre estas, especialmente para as pessoas com deficiência mental. As pessoas com deficiência, entretanto, não eram as únicas a sofrer perseguições, torturas e exterminação.

Todos os que de alguma forma discordavam das ações do clero, bem como os inimigos pessoais.

Na Reforma Protestante era de se esperar que nesse processo, a situação melhorasse para as pessoas com deficiência. Entretanto, “a rigidez ética carregada da noção de culpa e responsabilidade pessoal conduziu a uma marcada intolerância cuja explicação última, reside na visão pessimista do homem, entendido como uma besta demoníaca quando lhe venha a faltar à razão ou a ajuda divina”.

“É o que Pintner (1933) chamou de época dos açoites e das algemas na história da deficiência mental. O homem é o próprio mal, quando lhe faleça a razão ou lhe falte a graça celeste a iluminar-lhe o intelecto: assim, dementes e amentes são, em essência, seres diabólicos.” (PESSOTTI, 1984).

Assim, constata-se que, conquanto na Antigüidade a pessoa diferente não era sequer considerada ser humano, no período medieval, a concepção de deficiência passou a ser metafísica, de natureza religiosa, sendo a pessoa com deficiência considerada demoníaca.

“ora era possuída pelo demônio, ora “expiador de culpas alheias, ou um aplacador da cólera divina a receber, em lugar da aldeia, a vingança celeste, como um pára raios”. (PESSOTTI, 1984).

6.2.31 DO SÉCULO XVI AOS DIAS DE HOJE

Várias foram as mudanças ocorridas neste período, tanto que em termos das estruturas: social, política e econômica da sociedade, como nas concepções filosóficas assumidas na leitura e análise sobre a realidade.

A Revolução Burguesa, uma revolução que se deu, na realidade, no âmbito das idéias, derrubou as monarquias, destruiu a hegemonia religiosa, e implantou uma nova forma de produção: o capitalismo mercantil, que foi a primeira forma de capitalismo.

No que se refere à deficiência, começaram a surgir novas idéias, referentes à sua natureza orgânica, produto de causas naturais. Assim concebida, passou também a ser tratada por meio da alquimia, da magia e da astrologia, métodos da então iniciante medicina, processo importante do século XVI.

O século XVII foi palco de novos avanços no conhecimento produzido na área da Medicina, o que fortaleceu a tese da organicidade e, ampliou a compreensão da deficiência como processo natural. Segundo Pessotti, (1984):

“A tese da organicidade favoreceu o tratamento médico e defendia que as deficiências são causadas por fatores naturais e não por fatores espirituais, transcendentais”.

6.2.4.O PARADIGMA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Entende-se por paradigma o conjunto de idéias, valores e ações que contextualizam as relações sociais, observa-se que o primeiro paradigma formal a caracterizar a relação da sociedade com a parcela da população constituída pelas pessoas com deficiência foi o denominado **Paradigma da Institucionalização**. Conventos e asilos, seguidos pelos hospitais psiquiátricos, constituíram-se locais de confinamento, em vez de locais para tratamento das pessoas com deficiência. Na realidade, tais instituições eram, e muitas vezes ainda o são, pouco mais do que prisões.

A Medicina foi evoluindo, produzindo e sistematizando novos conhecimentos; outras áreas de conhecimento também foram se delineando, acumulando informações acerca da deficiência, de sua etiologia, seu funcionamento e seu tratamento. Entretanto, esse paradigma permaneceu único por mais de 500 anos, sendo, ainda hoje, encontrado em diferentes países, inclusive no nosso.

Caracterizou-se, desde o início, pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, freqüentemente situadas em localidades distantes de suas famílias. Somente no século XX, por volta de 1960, é que o paradigma da Institucionalização começou a ser criticamente examinado.

Por outro lado, há que se lembrar que a década de 60 marcou-se, intensa e fortemente, por um processo geral de reflexão e de crítica sobre os direitos humanos e, mais especificamente, sobre os direitos das minorias, sobre a liberdade sexual, os sistemas e organização político-econômica e seus efeitos na construção da sociedade e da subjetividade humana, na maioria dos países ocidentais.

É interessante lembrar que nessa época o capitalismo, no mundo ocidental, já tinha se movimentado de mercantil para comercial, encaminhando-se para o capitalismo financeiro. Assim, interessava aumentar a produção e a diminuição do custo e do ônus populacional tornando ativa toda e qualquer mão de obra possível. Fazia-se também importante suprimir o custo social rapidamente, diminuindo os gastos públicos e aumentando, assim, a margem de lucro dos capitalistas.

A década de 60 do século XX tornou-se, marcante pela relação da sociedade com a pessoa com necessidades educacionais especiais incluindo às com deficiências. Dois novos conceitos passaram a circular no debate social: normalização e desinstitucionalização.

Iniciou-se, no mundo ocidental, o movimento pela desinstitucionalização, baseado na ideologia da normalização, que defendia a introdução da pessoa com necessidades educacionais especiais na sociedade, procurando ajudá-la a adquirir as condições e os padrões da vida cotidiana, no nível mais próximo possível do normal.

Paradigma de Serviços: ao se afastar do Paradigma da Institucionalização e adotar as idéias de Normalização, criou-se o conceito de integração, que se referia à necessidade de modificar a pessoa com necessidades educacionais especiais, de forma que esta pudesse vir a se assemelhar, o mais possível, aos demais cidadãos, para então poder ser inserida, integrada, ao convívio em sociedade. Assim, integrar significava localizar no sujeito o alvo da mudança, embora para tanto se tomasse como necessário à efetivação de mudanças na comunidade. Entendia-se, então, que a comunidade tinha que se reorganizar para oferecer às pessoas com necessidades educacionais especiais, os serviços e os recursos de que necessitassem para viabilizar as modificações que as tornassem os mais “normais” possíveis. A esse modelo de atenção à pessoa com deficiência se chamou **Paradigma de Serviços**. Este se caracterizou pela oferta de serviços.

A segunda, de intervenção, na qual a equipe passaria a oferecer (à pessoa com deficiência, atendimento formal e sistematizado, norteado pelos resultados obtidos na fase anterior; a terceira, de encaminhamento (ou re-encaminhamento) da pessoa com deficiência para a vida na comunidade.

Ampliou-se a discussão sobre o fato de a pessoa com necessidades educacionais especiais ser um cidadão como qualquer outro, detentor dos mesmos direitos de determinação e de uso das oportunidades disponíveis na sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento que apresentem.

Paradigma de Suporte: de modo geral, assumiu-se que pessoas com deficiência necessitam, sim, de serviços de avaliação e de capacitação oferecidos no contexto de suas comunidades. Mas também que estas não são as únicas providências necessárias caso a sociedade deseje manter com essa parcela de seus constituintes uma relação de respeito, de honestidade e de justiça.

Cabe também à sociedade se reorganizar de forma a garantir o acesso de todos os cidadãos (inclusive os que têm uma deficiência) a tudo o que a constitui e caracteriza, independentemente das peculiaridades individuais.

Foi fundamentado nessas idéias que surgiu o terceiro paradigma, denominado **Paradigma de Suporte**. Ele tem se caracterizado pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos. Foi nessa busca que se desenvolveu o processo de

disponibilização de suportes, instrumentos que garantam à pessoa com necessidades educacionais especiais o acesso imediato a todo e qualquer recurso da comunidade.

Os suportes podem ser de diferentes tipos (social, econômico, físico, instrumental) e têm como função favorecer a construção de um processo que se passou a denominar Inclusão Social que não é um processo que envolva somente um lado, mas sim um processo bi-direcional, que envolve ações junto à pessoa com necessidades educacionais especiais e ações junto à sociedade. Na realidade, o conceito de inclusão envolve o mesmo pressuposto que o da integração, a saber, o direito da pessoa com necessidades educacionais especiais à igualdade de acesso ao espaço comum da vida em sociedade.

Já o paradigma de suportes, no qual se contextualiza a idéia da inclusão, prevê intervenções decisivas e afirmativas, em ambos os lados da equação:

- no processo de desenvolvimento do sujeito;
- no processo de reajuste da realidade social.

Considerações Importantes

No âmbito da educação, a opção política pela construção de um sistema educacional inclusivo vem coroar um movimento para assegurar a todos os cidadãos, inclusive aos com necessidades educacionais especiais, a possibilidade de aprender a administrar a convivência digna e respeitosa numa sociedade complexa e diversificada. A convivência na diversidade proporciona à criança com deficiência que tenha necessidades educacionais especiais maior possibilidade de desenvolvimento acadêmico e social. Proporciona ainda, para todos, alunos e professores, com e sem necessidades educacionais especiais, a prática saudável e educativa da convivência na diversidade e da administração das diferenças no exercício das relações interpessoais, aspecto fundamental da democracia e da cidadania.

Em resumo, assim, variou da desconsideração da pessoa enquanto ser humano, para uma visão metafísica; desta, para uma visão organicista; a essas, somaram-se à concepção educacional, a concepção social e mais recentemente, a sócio-histórica.

O princípio da igualdade está posto. A opção política pela construção de um sistema educacional inclusivo está feita. Cabe a todos nós, agora, dedicarmo-nos à efetivação desse desafio que, embora de difícil realização, é de nossa competência e obrigação. Precisamos enfrentar nossos medos, a fim de garantir as condições e construir nossos modelos de inclusão educacional.

Um sistema educacional inclusivo é aquele que permite a convivência de todos no cotidiano, na diversidade que constitui os agrupamentos humanos. Revendo nossa história de relações com a pessoa com deficiência A menção à pessoa com deficiência nos arquivos de nossa história aparece várias vezes, embora não como tema central.

6.2.5 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A educação especial, no Brasil instituiu-se e expandiu-se por meio de instituições privadas de caráter filantrópico, através da iniciativa de familiares, onde havia membros deficientes. Teve seu início no período Colonial em 1600, com a criação de uma instituição particular especializada na área de deficiência física, junto à Santa Casa de Misericórdia em São Paulo.

Segundo Silva (1987), da mesma forma que na Europa,

Também no Brasil a pessoa deficiente foi considerada por vários séculos dentro da categoria mais ampla dos “miseráveis”, talvez o mais pobre dos “pobres”. Os mais afortunados que haviam nascido em “berço de ouro” ou pelo menos remediados, certamente passaram o resto de seus dias atrás dos portões e das cercas vivas das suas grandes mansões, ou então, escondidos, voluntária ou involuntariamente, nas casas de campo ou nas fazendas de suas famílias. Essas pessoas deficientes menos pobres acabaram não significando nada em termos de vida social ou política do Brasil, permanecendo como um “peso” para suas respectivas famílias.

À classe menos abastada no Brasil cabia, como nos relata Silva:

Os mais pobres ficavam à mercê dos improvisadores, curandeiros, barbeiros (que então atuavam também como cirurgiões) e quem mais se habilitasse a ajudar. Logo após a chegada efetiva dos portugueses ao Brasil observou-se que os índios praticamente não apresentavam aleijões e quando deformações havia, elas eram reconhecidamente de origem traumática. (op.cit)

A atenção formal para com as pessoas deficientes iniciou-se com a criação de internatos, ainda no século XVII, idéia importada da Europa, no período imperial. Segundo Bueno (1993), Januzzi (1985), e Pessotti (1984), o primeiro a ser criado foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (I.B.C.), no Rio de Janeiro, pelo Imperador D. Pedro II, através do Decreto Imperial nº 1.428, de 12/09/1854. Benjamin Constant assume a direção do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro em 24/01/1891 que, através do Decreto nº 1.320, e receberia o seu nome, criando o cargo de Professor de Primeiras Letras para o ensino de cegos e surdo-mudos.

O segundo foi o Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (I.N.E.S.), também criado no Rio de Janeiro e oficialmente instalado em 26/09/1857.

Ambos foram criados pela intercessão de amigos ou de pessoas institucionalmente próximas ao Imperador, que atendeu às solicitações, dada a amizade que com eles mantinha. Essa prática do favor, da caridade, tão comum no País naquela época, instituiu o caráter assistencialista que permeou a atenção à pessoa com deficiência, no país, e à educação especial, em particular, desde seu início. As instituições foram gradativamente assumindo uma natureza de asilos, destinadas ao acolhimento de pessoas inválidas. Após a proclamação da República, os profissionais que haviam ido estudar na Europa começaram a retornar mais entusiasmados com a idéia de modernizar o País.

Em 1906, as escolas públicas começaram a atender alunos com deficiência mental, no Rio de Janeiro.

Logo em seguida, em 1911, foi criado, no Serviço de Higiene e Saúde Pública, do Estado de São Paulo, a inspeção médico-escolar, que viria trabalhar conjuntamente com o Serviço de Educação, na defesa da Saúde Pública. Em 1912, segundo Januzzi, (1985), segundo Pessotti (1984) foi criado o chamado Laboratório de Pedagogia Experimental ou Gabinete de Psicologia Experimental, na Escola Normal de São Paulo (atual Escola Caetano de Campos). Em 1917, dando continuidade à providência anterior, foram estabelecidas as normas para a seleção de “anormais”, já que na época prevalecia a preocupação com a eugenia da raça, sendo o medo de degenerescências e taras uma questão determinante na área da Saúde Pública.

Em 1932 foi fundada a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte, através da educadora Helena Antipoff, com a finalidade de prestar atendimento ao deficiente mental e, em 1954, com a iniciativa de familiares no sentido de buscar alternativas para os filhos deficientes mentais, surge o movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais: APAE. As principais tendências das políticas nacional de educação especial do século XX foram os atendimentos terapêuticos e assistencialistas, em detrimento do educacional.

No século XX, especialmente a partir da década de 20, iniciou-se a expansão das instituições de educação especial, caracterizada principalmente pela proliferação de entidades de natureza privada, de personalidade assistencial.

No que se refere à rede pública de ensino, ela atendeu, inicialmente, somente às pessoas com deficiência mental. Determinava-se, então, que as crianças com deficiência mental fossem encaminhadas à educadora sanitária, a qual devia assegurar que a escola só as aceitasse se não atrapalhassem “o bom andamento da classe”.

A educação especial, emprestando da medicina seus procedimentos, adotou como seu núcleo e objetivo central a cura, a reabilitação, ao invés da construção do conhecimento, e por consequência a busca de eficiência nos processos de ensino, propriamente ditos:

Além dos serviços de Higiene Mental, da área da Medicina, a Psicologia também passou a “oferecer o aval do especialista para a segregação dos que ”prejudicavam” o bom andamento da escola (BUENO, 1993).

“Os Anais do 1º Congresso Nacional de Saúde Escolar, por exemplo, recomendavam que se criassem classes especiais com número reduzido de alunos para atender os alunos-problema, já que a deficiência mental constitui sério empecilho à redução do número de repetentes 1942. (BUENO, 1993).

A partir da década de 50, continuou-se a proliferação de entidades assistenciais privadas, ampliando-se também o número de pessoas atendidas na rede pública. As entidades assistenciais tenderam a se conglomerar em federações estaduais e nacionais. Já o sistema público começou a oferecer Serviços de Educação Especial nas Secretarias Estaduais de Educação e realizar Campanhas Nacionais de educação de deficientes, ligadas ao Ministério da Educação e Cultura. A partir da década de 60 o Brasil foi palco do surgimento de centros de reabilitação para todos os tipos de deficiência, no Paradigma de Serviços, voltados para os objetivos de integração da pessoa com deficiência na sociedade em suas diversas instâncias.

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei nº 4.024/61) veio explicitar o compromisso do poder público brasileiro com a educação especial, no momento em que ocorria um aumento crescente das escolas públicas no País.

Em 1971, o MEC criou um Grupo Tarefa para tratar da problemática da Educação Especial, o qual produziu a proposta de criação de um órgão autônomo, para tratar da Educação Especial. A Lei nº 5.692/71 veio introduzir a visão do tecnicismo para o trato da deficiência no contexto escolar.

O Plano Setorial de Educação e Cultura, por sua vez, (1972-1974) incluiu a Educação Especial no rol das prioridades educacionais no país (Projeto Prioritário nº. 35).

Assim, em 1973, foi criado, por meio do Decreto nº 72.425, de 03/07/73, o CENESP, Centro Nacional de Educação Especial.

O ano de 1981, Ano Internacional da Pessoa Deficiente, veio motivar uma sociedade que clamava por transformações significativas nessa área, para debater, organizar-se e, estabelecer metas e objetivos que encaminharam novos desdobramentos importantes.

A década de 90 iniciou-se com a aceitação política da proposta de Educação Para Todos, produzida em Jomtien, Tailândia, na Conferência Mundial da UNESCO.

Ao assumir tal compromisso, o País determinou-se à profunda transformação do sistema educacional brasileiro, de forma a poder acolher a todos, indiscriminadamente, com qualidade e igualdade de condições.

Dando continuidade a esse processo, o Brasil adotou a proposta da Declaração de Salamanca, em 1994, comprometendo-se então com a construção de um sistema educacional inclusivo, especificamente no que se refere à população de alunos com necessidades educacionais especiais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (P.C.Ns) publicados em 1998, vieram nortear e orientar os profissionais da Educação quanto à relação professor e aluno, no desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem eficaz e significativo. Como passo subsequente a essa coletânea, o MEC/SEESP publicou os P.C.Ns. - Adaptações Curriculares em Ação.

Atualmente, encontra-se em processo de estudo, de reflexão, de experimentação e de busca de modelos eficazes e eficientes de educação inclusiva para nossa realidade.

Nesse processo, tem-se, na rede pública, a provisão do direito do acesso ao ensino público, preferencialmente na rede regular de ensino, a toda e qualquer criança com necessidades educacionais especiais. Já a rede privada tem envidado esforços na busca de compreensão sobre a inclusão, bem como de formas de participação e auto-ajuste para participar construtivamente do processo de construção de um sistema educacional inclusivo.

6.2.6.FATOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DOS CEGOS NO BRASIL:

Inaugurado, em Belo Horizonte, o Instituto São Rafael Para Cegos.

A Comissão do Ensino Secundário do Conselho Nacional de Educação através do Parecer nº 291, permite o ingresso de aluno cego em escola do sistema regular de ensino, na cidade de Curitiba.

Edição em Braille pelo Instituto Benjamim Constant da primeira Revista Brasileira para Cegos.

A Comissão de Legislação do Conselho Nacional de Educação, através o Parecer nº144, autoriza a inscrição de aluno cego na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Criada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, com a finalidade de divulgar o livro em Braille.

Portaria Ministerial nº 504 garante a distribuição gratuita dos livros em Braille para todo o Brasil.

Portaria Ministerial nº 12 autorizou a matrícula de alunos cegos nos estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos ou equiparados pelo Governo Federal. Autoriza, ainda, a interpretação da legislação de ensino, pelo Conselho Nacional de Educação, para facultar o acesso de cegos nos cursos universitários.

Parecer nº 50 da Comissão de Legislação do Conselho Nacional de Educação dá parecer favorável ao ingresso de aluno cego no curso de Geografia e História da Faculdade Fluminense

Decreto 44.236 institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão.

Portaria Ministerial nº 477 fixa instruções para a organização e execução da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, campanha ligada diretamente à direção do Instituto Benjamin Constant.

Decreto nº 48.252 desvincula a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes da Visão do Instituto Benjamin Constant, passando a ser subordinada diretamente ao Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, com a denominação “Campanha Nacional de Educação de Cegos” (CNEC).

A Fundação para o Livro do Cego no Brasil cria o Centro de Reabilitação de Cegos no Brasil. Campanha Nacional de Educação de Cegos obtém do MEC a destinação de fundos para sua ação, recursos que foram incluídos no Plano Nacional de Educação.

Criada a Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais/ ABEDEV.

Parecer nº 252, do Conselho Federal de Educação determina que o Curso de Pedagogia deverá ter uma ou duas habilitações em Educação Especial.

Parecer nº 3.763 do Conselho Federal de Educação dispõe sobre tratamento especial para cegos no exame vestibular.

A Constituição Federal Brasileira garante a educação como direito de todos, instituindo no Inciso III, do Art. 208, do Capítulo III que, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Criação da União Brasileira de Cegos.

Dec. 914/89 Coordenadoria de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, CORDE, estabelece direitos dos portadores de Deficiência Visual.

Criação do Programa de Distribuição de Materiais Didáticos para Deficientes Visuais.

Lançamento do Programa de Implantação de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais/CAP.

Implantação da Tecnologia do DOS-VOX no Sistema Sintetizador de Voz, para suporte na educação dos cegos.

Elaboração do documento Adaptações Curriculares para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Âmbito dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Criação da Comissão Brasileira de Braille, junto à SEESP.

Lançamento da produção do Livro Didático em Braille.

Decreto nº 3.956 promulga a Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, de acordo com Mazzotta (1996):

A história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida em três períodos: 1854/1956 - marcado por iniciativas de caráter privado. 1957/1993 - definido por ações oficiais de âmbito nacional, caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar”.

“O grande marco ocorreu no ano de 1981, declarado o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, hoje considerado o embrião da educação inclusiva. A partir de então a educação especial passou a ser pauta de discussões internacionais, como por exemplo, em 1994 foi realizada em Salamanca, na Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade.

6.2.7 FATOS E EVENTOS INTERNACIONAIS

- . Declaração de Cuenca sobre novas tendências na Educação Especial UNESCO/OREALC - no Equador.
- . Declaração de Sunderberg - resultado da Conferência Mundial sobre as Ações e Estratégias para a Educação, Prevenção e Integração dos Impedidos - Torremolinos, Espanha.
- . XXIII Conferência Sanitária Panamericana - Análise da situação do atendimento em reabilitação de pessoas com incapacidades.
- . Conferência Mundial de Educação para Todos - Jomtien, Tailândia.
- . Declaração Mundial de Educação para Todos, 1990.
- . Declaração de Cartagena de Índias sobre Políticas Integrais para Pessoas com Deficiências na Região Ibero-Americana - Colômbia.

Conferência Hemisférica de pessoas com deficiências. Agenda para o futuro - Washington, EUA.

. Declaração de Santiago - resultou da V Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe, com o objetivo de melhorar os níveis globais da qualidade de aprendizagem.

. Parecer CNE/CEB nº 17/2001 e Resolução CNE/CEB nº 02 de 11/ 09/2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

. Portaria 657/MEC institui a Comissão Brasileira de Estudo e Pesquisa do Sorobã.

Nesse sentido, a adequação curricular procura subsidiar a prática docente propondo alterações a serem desencadeadas na definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, no transcorrer de todo processo avaliativo, na temporalidade e na organização do trabalho didático-pedagógico no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno especial.

6.2.8 CONCEITO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – Art. 3º do Decreto 914, de 06 de Setembro de 1993, estabelece como pessoa portadora de deficiência:

“Aquele que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

De acordo com a legislação brasileira, em consonância com a Organização Mundial da Saúde - OMS, consideram-se PPD's, o portador das seguintes deficiências:

a) sensorial – surdos ou cegos	b) mental – Síndrome de Down, paralisia cerebral e similar
c) física – cadeirantes, muletantes e outras deficiências do plexo superior ou inferior.	
d) múltiplas – ter duas ou mais deficiências.	

O confronto com uma realidade social insustentável foi o índice de desemprego em geral e das pessoas deficientes – PD's – concluiu-se que o fator mais importante, entre diversos outros, é a falta de capacitação e de preparo das PD's.

Embora a Lei 8213/91 reserve um percentual que varia de 2 a 5% das vagas em empresas com mais de 100 empregados, muitos dos candidatos que se apresentam não estão capacitados a ocupar as vagas ofertadas.

Os objetivos tradicionais na educação de pessoas com necessidades educativas específicas, ainda se orientam por conseguir alcançar comportamentos sociais controlados, quando deveriam ter como objetivo que essas pessoas adquirissem cultura suficiente para que pudessem conduzir sua própria vida. Ainda vivemos em um modelo **assistencial** e **dependente** quando a meta da inclusão é o modelo **competência e autônomo**.

O pensamento pedagógico de muitos profissionais, ainda se pautam em admitir que as pessoas com necessidades educativas específicas são os únicos responsáveis (ou culpados) por seus problemas de aprendizagem (às vezes esse sentimento se estende aos pais), mas raras vezes questionam o sistema escolar e a sociedade. O fracasso na aprendizagem deve-se aos próprios deficientes, e não ao sistema, pensa-se que são eles e não a escola quem tem que mudar e adaptar-se.

É um modelo baseado no **déficit**, que destaca mais o que a pessoa cega não sabe fazer do que aquilo que ela pode realmente fazer. Assim, esse modelo se centra na necessidade do especialista, e se busca um modo terapêutico de intervir, como se a resolução dos problemas da diversidade estivesse sujeita à formação de especialistas que se fazem profissionais da deficiência. Essa escola seletiva que ainda temos, valoriza mais a capacidade dos que os processos; os agrupamentos homogêneos do que os heterogêneos; a competitividade do que a cooperação; o individualismo do que a aprendizagem solidária; os modelos fechados, rígidos e inflexíveis do que os projetos educativos abertos, compreensivos e transformadores; apóia-se em desenvolver habilidades e destrezas e não conteúdos culturais e vivenciais, como instrumentos para adquirir e desenvolver estratégias, que permitam os discentes resolverem os problemas da vida cotidiana.

Essa postura é um problema ideológico, por que o que se esconde atrás dessa atitude é a não-aceitação da diversidade como valor humano e a perpetuação das diferenças entre os alunos, **ressaltando que essas diferenças são insuperáveis**.

6.2.9. A ESCOLA E A INCLUSÃO

A escola inclusiva é aquela onde o modelo educativo subverte essa lógica e pretende, em primeiro lugar, estabelecer ligações cognitivas entre os alunos e o currículo, para que adquiram e desenvolvam estratégias que lhes permitam resolver problemas da vida cotidiana e que lhes preparem para aproveitar as oportunidades que a vida lhes ofereçam. Às vezes, essas

oportunidades ser-lhes-ão dadas, mas, na maioria das vezes, terão que ser construídas e, nessa construção, as pessoas com deficiência têm que participar ativamente.

A escola com acessibilidade, como postula Mantoan (1997):

Promove ações voluntárias capacitando as pessoas deficientes, para o trabalho, como meio de inclusão social para a instrução de seus alunos cegos ou com baixa visão, tendo em seu meio:

Segurança no acesso físico; desobstrução de caminhos; sinalizações sonoras onde há sinal luminoso. Eliminação de condições de riscos.

Esta incompreensão da cultura da diversidade implica em que os profissionais pensem que os processos de integração estavam destinados a melhorar a "educação especial" e não a educação em geral. Encontramo-nos em um momento de crise, por que os velhos parâmetros estão agonizando e os novos ainda não terminaram de emergir. Pensamos que a cultura da diversidade está colocando contra a parede o fim de uma época (o ocaso da modernidade?) educativa.

A cultura da diversidade vai nos permitir construir uma escola de qualidade, uma didática de qualidade e profissionais habilitados. Todos teremos de aprender a "ensinar a aprender". A cultura da diversidade é um processo de aprendizagem permanente, onde TODOS devem aprender a compartilhar novos significados e novos comportamentos de relações entre as pessoas. A cultura da diversidade é uma nova maneira de educar que parte do respeito à diversidade como valor educacional fundamental na vivência da comunidade.

6.2.10. OITO MITOS SOBRE DEFICIENTES FÍSICOS (Baker, 2004) MEC:

Existe um velho ditado que diz: “Longe dos olhos, longe do coração?” Para algumas coisas talvez seja um bom conselho, mas quando aplicado a cegos pode ser arrasador.

Com o processo do movimento dos direitos civis surgiram algumas leis que protegem o direito de igualdade dos deficientes. Infelizmente, algumas pessoas se sentem mais confortáveis tendo pessoas com deficiências fora da vista e, conseqüentemente, longe do coração. Existem razões muito difíceis de mudar esteriótipos em relação aos deficientes.

Transcrevemos um quadro com 8 mitos e realidades sobre as pessoas com deficiências:

<p>1º MITO – Pessoas com deficiência necessitam ser dependentes de outros</p>	<p><u>REALIDADE</u> – Muitos deficientes necessitam de algum grau de assistência para realizar suas atividades diárias. Por definição, deficiência é incapacidade para fazer alguma coisa. Não obstante, a maioria das pessoas deseja ser o máximo independente possível, e pessoas consideradas incapacitadas não são diferentes.</p>
<p>2º MITO – Pessoas deficientes são mal-ajustadas, zangadas e infelizes</p>	<p><u>REALIDADE</u> – Muitas pessoas bem-ajustadas viajam em cadeira de rodas, lêem em braile, têm óculos e aparelhos de audição, usam aparelhos ortopédicos, usam bengalas, muletas ou falam através de uma linguagem de sinais. Uma criança que tem uma deficiência congênita acha aquilo normal até que percebe que a maioria das pessoas é diferente dela. Um adulto que perde alguma habilidade física irá durante um período lastimar a perda. Isto é natural, mas com o tempo aceitará o fato e prosseguirá enfrentando os desafios da vida. As pessoas deficientes são como todas as demais pessoas – felizes e tristes, agressivas e passivas, atrativas e não-atrativas, ricas e pobres, antipáticas e agradáveis, egoístas e prestativas.</p>
<p>3º MITO – Pessoas com deficiência são marcadas e menos inteligentes e nos passam medo</p>	<p><u>REALIDADE</u> – É desnecessário ter medo de pessoas deficientes. Este conceito errado poderia ser vencido se mais pessoas conversassem com as que têm deficiência e aprendessem como elas são. Estar informado é uma boa maneira de se dissipar do medo. Ter uma incapacidade não torna uma pessoa violenta, sem predicados e pronta para cair morta a qualquer momento. Nem a deficiência é contagiosa. Basicamente o medo de muitas pessoas está ligado à realidade de quão vulneráveis todos somos para nos ferir e adoecer. As pessoas deficientes também podem ter variedade em graus de inteligência. Mas assumir que uma pessoa pelo fato de ser portadora de uma incapacidade física é também menos inteligente ou transmite medo é um grande erro.</p>
<p>4º MITO – Os incapacitados drenam a economia e são improdutivos</p>	<p><u>REALIDADE</u> – A verdade é que os empregadores tendem a oferecer sub-empregos aos deficientes. Nossa sociedade precisa fazer mais no sentido de assalariar pessoas deficientes que possam e desejam atuar em um trabalho apropriado. A força de trabalho a partir do ano 2000 empregou mais pessoas com danos físicos e mentais. E a</p>

	<p>tecnologia tem nos dado muitas novas ferramentas eletrônicas e computadorizadas que ajudam a credenciar melhor os deficientes ao trabalho. A perspectiva para o futuro é de que as escolas proverão equipamentos especializados para a formação de estudantes com deficiência a fim de que, quando requisitados, possam corresponder à demanda de produção dos setores para os quais forem habilitados.</p>
<p>5º MITO – Pessoas deficientes, ou cegas, não têm os mesmos relacionamentos das pessoas sem deficiência física ou que enxergam</p>	<p><u>REALIDADE</u> – O isolamento social e físico experimentado por algumas pessoas deficientes pode ser devastador à auto-estima e ao desenvolvimento. Todavia, muitas pessoas deficientes possuem um relacionamento muito satisfatório. O deficiente não é necessariamente uma pessoa incapaz de manter relacionamentos íntimos, ter relações sexuais, ou tomar parte em assuntos pertinentes a uma família ou a um grupo social.</p>
<p>6º MITO – Pessoas deficientes merecem compaixão e piedade</p>	<p><u>REALIDADE</u> – Pessoas deficientes não necessitam de piedade, mas de oportunidades para desenvolverem seu potencial.</p>
<p>7º MITO – O lugar para deficientes são instituições especializadas</p>	<p><u>REALIDADE</u> – Em alguns casos, pessoas são beneficiadas por situações de vida alternativa. No entanto, a experiência tem demonstrado que na maioria das vezes a institucionalização não funciona.</p>
<p>8º MITO – As pessoas deficientes estão sendo punidas por algum pecado</p>	<p><u>REALIDADE</u> – Não tem sentido! O pecado e escolhas erradas têm produzido uma variedade de acidentes, prejuízos, doenças, aos quais todas as pessoas estão sujeitas. O contato de Jesus com pessoas deficientes nos tempos bíblicos não foi intransigente nem preconceituoso, mas apropriadamente útil e honesto. Devemos agir da mesma forma.</p>

6.2.11. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ALUNOS CEGOS

É através dos sentidos que o homem percebe as informações que formam sua experiência. É baseando-se nessas impressões recebidas pelos sentidos que criará o mundo de suas percepções e conceitos, de sua memória, imaginação, pensamento e razão.

Quando existe deficiência em um dos sentidos o mundo de experiências é afetado de tal forma que pode dificultar a pessoa de receber informações importantes ao seu desenvolvimento intelectual, afetivo e social. Em função de ausência de um dos sentidos, a experiência se forma, de modo diferente e o mundo das percepções, representações, imagens e idéias se formam em base alterada, e tais alterações se desenvolvem naturalmente, de tal modo que o indivíduo possa apresentar características que não condizem com os padrões estabelecidos, a menos que se dê a ele, a possibilidade de organizar-se e estruturar-se de forma a ter acesso às informações, que lhes falta por outros meios.

“Deixai cada um ser, tornar-se tudo o que for capaz de ser; expandir se possível até seu pleno florescimento; suportar todas as limitações, rejeitar tudo o que for estranho, especialmente aspectos nocivos, e mostrar-se em toda a grandeza de sua dimensão e estatura, sendo aquilo que possa ser”. (THOMAS CARLYLE, 1999).

De acordo com as informações encontradas no site do MEC (2002), transcrevemos a organização de significados que têm importância para a educação de cegos:

6.2.12 ORGANIZAÇÃO DE SIGNIFICADOS

1. LÍNGUA: Conjunto do vocábulo de um idioma, e de suas regras gramaticais; idioma. Ex.: Inglês, Português, Braille, LIBRAS, etc.

2 LINGUAGEM: Capacidade que o homem e alguns animais possuem para se comunicar, expressar seus pensamentos.

Ex.: **Linguagem artística:** música, poesia, pintura etc.; **Linguagem de trânsito:** placas de trânsito, faixas pintadas nas ruas, semáforo; **Linguagem computacional:** programas de computador – Word, etc.; **Linguagem das abelhas e das formigas:** comunicam-se entre si para informar onde há alimentos.

3. PORTUGUÊS: É a língua oficial falada no Brasil, em Portugal e em alguns lugares da África. É muito importante na comunicação com os ouvintes e na expressão e recepção da informação escrita.

4. GESTO: Movimento do corpo, principalmente da cabeça e dos braços, para exprimir idéias ou sentimentos; aspectos; fisionomia; parecer.

5. LINGÜÍSTICA: O estudo da linguagem humana. Trata-se de uma ciência descritiva, que observa e interpreta os fenômenos lingüísticos:

a) Numa dada língua; b) Numa família ou bloco de línguas; c) Nas línguas em geral, para descrever os princípios fundamentais que regem a organização e o funcionamento da faculdade da linguagem entre os homens. É a ciência da linguagem, estuda a estrutura das línguas; o que é igual ou diferente nas línguas através de levantamentos descritivos de dados das línguas.

6. LINGÜISTA: É a pessoa que estuda lingüística.

7. METODOLOGIA: Parte da lógica que estuda os métodos das diversas ciências, segundo as leis do raciocínio, arte de dirigir o espírito na investigação da verdade; conjunto de regras empregadas no ensino de um ciência ou arte.

8. MÉTODO: Processo racional (caminho) para chegar a determinado fim; maneira ordenada de fazer as coisas; sistema educativo ou conjunto de processos didáticos; obra que contém os princípios elementares de uma ciência ou arte; ordem; prudência.

6.2.13 FILOSOFIAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

A) **ORALISMO:** É a filosofia educacional que só se preocupa com o ensino da língua oral através de vários métodos. Tais como: verbo tonal, leitura e outros. Em nosso país, as pessoas que seguem a filosofia oralista, ensinam a língua portuguesa.

B) **COMUNICAÇÃO TOTAL:** É a filosofia que procura desenvolver todas as habilidades da comunicação. Tais como, a fala, a audição, os sinais, a leitura, a escrita e outros recursos. No Brasil e em outros países, a comunicação total usa muito o “BIMODALISMO”: é a utilização simultânea das duas modalidades de língua: a oral-auditiva e a gestual-visual, misturando as duas línguas e deformando-as.

6.2.14 INCLUSÃO DE PESSOAS CEGAS NAS ESCOLAS REGULARES

A preocupação em desenvolver o estudo da inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais no Ensino Fundamental vem ao encontro das Leis de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB), Lei no. 9.394/96 que em seu capítulo V define a Educação Especial como: "Modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais".

Afinal, o que é Educação Inclusiva? Como ela se diferencia da Educação Integrativa? Embora, algumas pessoas podem pensar que estes termos são iguais e que se trata apenas de uma troca de palavras, a concepção filosófica e paradigmática destes termos repousa em bases diferentes, sendo que a concepção de integração é historicamente anterior a de inclusão e representa um momento importante na Educação de pessoas com deficiências e um avanço em relação a total exclusão que os sistemas anteriores ofereciam.

Na integração ou educação integradora, o aluno é o único responsável pelas suas dificuldades dentro da escola, sendo integrado somente aquele que consegue adaptar-se à sala regular, resultado de uma transferência do atendimento terapêutico realizado em uma determinada instituição especializada. A educação especial é tida como sistema paralelo; modalidade de atendimento, tendo como base o déficit do aluno em um *continuum* de serviços educacionais que vai desde a classe regular, classes especiais/salas de apoios e pelas escolas especiais e termina nas instituições.

Para entendermos os passos da escola integradora, Correia (2001) esclarece que a educação apropriada, "avalia o aluno a partir de um diagnóstico procurando adequar os serviços a partir desta avaliação".

Para definirmos "inclusão" é importante antes conhecermos o sentido social desta palavra. Sasaki (2001), entende que a inclusão social:

É o processo pelo qual a sociedade se adaptará para incluir as PNEE, que por sua vez deverá preparar-se para assumir suas posições na sociedade. Assim, a inclusão é um processo bilateral onde os excluídos e a sociedade buscam uma igualdade de oportunidades.

A inclusão social das pessoas com deficiência em geral requer seu efetivo acesso às novas tecnologias de informação e de comunicação, considerando a importância da acessibilidade e limitações de cada pessoa.

Devemos motivar a utilização das técnicas de acessibilidade no desenvolvimento das novas tecnologias, levando em conta a diferença entre os usuários.

A expressão acessibilidade presente em diversas áreas de atividades tem importante significado. Representa para o usuário não só o direito de ter acesso à rede de informações da WWW, mas também o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de ter um lugar com iluminação adequada para as pessoas que necessitam de mais ou menos intensidade de luz para poder estudar, como é o caso de algumas pessoas com baixa visão, ter disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados e adaptados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, incluindo os sintetizadores de voz.

Conforme Sasaki (2001): a partir da proposta de inclusão temos:

O princípio da inclusão no nosso estudo apela à educação inclusiva onde todos os alunos sem ou com necessidades educativas especiais, em particular os portadores de deficiência, possam interagir em um mesmo ambiente em congruência com os interesses, as características e necessidades para um aprendizado global.

O papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades, amplia-se ainda mais e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos. Vivemos numa era marcada pela competição e pela excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas, principalmente para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Tal demanda impõe uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país.

6.2.15 PCNs: PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais surgiram, com a intenção de ampliar e aprofundar um debate educacional que envolvesse escolas, pais, governos e sociedade e tivessem origem de uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro. Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar as diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras.

Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos alunos ter o acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

6.2.16 OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DENTRO DOS PCNs

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e os sentimentos de pertinência ao país;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sócio cultural brasileiro, bem como aspectos sócio-culturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- utilizar as diferentes linguagens — verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir as produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

6.2.17 A INCLUSÃO DOS CEGOS NA EDUCAÇÃO CONVENCIONAL

A educação inclusiva, em vez de focalizar a deficiência, deve enfatizar o ensino e a escola, bem como as formas e as condições de aprendizagem. O professor é o profissional da aprendizagem - alguém que aprende quando ensina, porque pode observar o processo de desenvolvimento de seus alunos, e estabelecer as trocas de informação e comunicação com eles.

A inclusão escolar para deficientes visuais, constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada.

Ao pensar a implementação imediata do modelo de educação inclusiva nos sistemas educacionais de todo o país (nos estados e municípios), há que se contemplar alguns de seus pressupostos:

- O que professor no modelo inclusivista prevê?
- O professor é especializado em todos os alunos, até nos que apresentam deficiências?

O plano teórico-ideológico da escola inclusiva requer a superação dos obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino. Seu ideário defronta-se com dificuldades operacionais e pragmáticas reais e presentes, como recursos humanos, pedagógicos e físicos ainda não contemplados nesse modelo no Brasil afora, mesmo nos grandes centros. Essas condições, a serem plenamente conquistadas em futuro remoto, supõe-se, são exequíveis na atualidade, em condições restritamente específicas de programas-modelo ou experimentais.

Alguns dados sobre a situação da educação em nosso país são significativos para pensarmos essa dimensão:

- Os/as alunos/as brasileiros/as passam, em média, apenas cinco anos na escola e os que concluem o Ensino Fundamental levam mais de 11 anos para concluir as oito séries.

Em 1997, apenas 9,3% dos jovens entre 18 e 24 anos terminaram o Ensino Médio.

- Quase três milhões de crianças e jovens em idade escolar, de 7 a 17 anos, estão fora da escola. Apesar da campanha "Toda a criança na escola" (1998).
- Em 1998, o número de crianças de 5 a 14 de idade trabalhando era de 2,9 milhões, sendo que a maior parte estava na atividade agrícola.
- Fonte: Censo Educacional MEC (1988)

Esses são fatos que nos levam a pensar a educação inclusiva como um movimento de toda a educação e não da educação especial. Os sistemas educacionais devem garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os alunos, inclusive àqueles com necessidades especiais, particularmente os alunos com altas habilidades, condutas típicas de síndromes, quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, alunos com deficiências: aqueles que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores genéticos, inatos ou ambientais, de caráter temporário ou permanente e que, na interação dinâmica com fatores socioambientais, resultam em necessidades muito diferentes da maioria das pessoas. (MONTEIRO, 2001).

O que se configura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento, é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente deficientes ou não.

É indiscutível a dificuldade de efetuar mudanças, ainda mais quando implicam novos desafios e inquestionáveis demandas socioculturais. O que se pretende, numa fase de transição onde os avanços são inquietamente almejados, é o enfrentamento desses desafios mantendo-se a continuidade entre as práticas passadas e as presentes, vislumbrando o porvir; e procurar manter o equilíbrio cuidadoso entre o que existe e as mudanças que se propõem.

Observando-se a legislação atual. Quando se preconiza, para o aluno com necessidades especiais, o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino evidencia-se uma clara opção pela política de integração no texto da lei, não devendo a integração – seja como política ou como princípio norteador – ser penalizada em decorrência dos erros que têm sido identificados na sua operacionalização nas últimas décadas.

O êxito da integração escolar depende, dentre outros fatores, da eficiência no atendimento à diversidade da população estudantil, incluindo os deficientes visuais.

Como atender a essa diversidade? Sem pretender respostas conclusivas, sugerem-se estas, dentre outras medidas:

- elaborar propostas pedagógicas baseadas na interação com os alunos, desde a concepção dos objetivos;

- reconhecer todos os tipos de capacidades presentes na escola; sequenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos;

- adotar metodologias diversas e motivadoras;

- avaliar os educandos numa abordagem processual e emancipadora, em função do seu progresso e do que poderá vir a conquistar.

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada, devendo firmar a convivência no contexto da diversidade humana, bem como aceitar e valorizar a contribuição de cada um conforme suas condições pessoais.

A educação tem se destacado como um meio privilegiado de favorecer o processo de inclusão social dos cidadãos, propondo ser uma escola realmente para todos, como instância sociocultural. A prática escolar tem evidenciado o que pesquisas científicas vêm comprovando: os sistemas educacionais experimentam dificuldades para integrar o aluno com necessidades especiais. Revelam os efeitos dificultosos de diversos fatores de natureza familiar, institucionais e socioculturais.

A maioria dos sistemas educacionais ainda baseia-se na concepção médico psico-pedagógica quanto à identificação e ao atendimento de alunos com necessidades especiais. Focaliza a deficiência como condição individual e minimiza a importância do fator social na origem e manutenção do estigma que cerca essa população específica. Essa visão está na base de expectativas massificadas de desempenho escolar dos alunos, sem flexibilidade curricular que contemple as diferenças individuais.

A educação eficaz supõe um projeto pedagógico que enseje o acesso e a permanência – com êxito – do aluno no ambiente escolar; que assuma a diversidade dos educandos, de modo a contemplar as suas necessidades e potencialidades. A forma convencional da prática pedagógica e do exercício da ação docente é questionada, requerendo-se o aprimoramento permanente do contexto educacional. Nessa perspectiva é que a escola virá a cumprir o seu papel, viabilizando as finalidades da educação.

Em uma dimensão globalizada da escola e no bojo do seu projeto pedagógico, a gestão escolar, os currículos, os conselhos escolares, a parceria com a comunidade escolar e local, dentre outros, precisam ser revistos e redimensionados, para fazer frente ao contexto da educação para todos, onde a **lei nº 9.394** – de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – respalda, enseja e oferece elementos para a transformação requerida pela escola de modo que atenda aos princípios democráticos que a orientam.

6.2.18 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A Educação Especial tem sido definida no Brasil segundo uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos. Conforme define a nova LDB, “trata-se de uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania”.

Como elemento integrante e indistinto do sistema educacional, realiza-se transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educacionais de todos.

Os serviços educacionais especiais, embora diferenciados, não podem desenvolver-se isoladamente, mas devem fazer parte de uma estratégia global de educação e visar suas finalidades gerais.

A análise de diversas pesquisas brasileiras identifica tendências que evitam considerar a educação especial como um subsistema à parte e reforçam o seu caráter interativo na educação geral. Sua ação transversal permeia todos os níveis – educação especial, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior, bem como as demais modalidades – educação de jovens e adultos e educação profissional.

Na educação especial, um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social. Até bem pouco tempo, a teoria e a prática dominante quanto ao atendimento às necessidades educacionais especiais de crianças, jovens e adultos ressaltavam apenas o que neles era a falta e quais seriam os recursos para a reparação dessas faltas. Vygotsky (1989), no entanto, nos lembra que "a deficiência não é só impossibilidade, mas também é força. Nesta verdade psicológica se encontra o início e o fim da educação social dos alunos com deficiência. (MONTEIRO, 2001).

6.2.19 NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam a atenção à diversidade da comunidade escolar e baseiam-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares possam atender as necessidades particulares de aprendizagem dos alunos cegos e com outras deficiências. Consideram que a atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levam em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas, também, seus interesses e motivações.

A atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso à escola e visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, irrestritamente, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização. A escola, nessa perspectiva, busca consolidar o respeito às diferenças, conquanto não elogie a desigualdade. As diferenças vistas são como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, podendo e devendo ser fatores de enriquecimento.

A diversidade existente na comunidade escolar contempla uma ampla dimensão de características. Necessidades educacionais podem ser identificadas em diversas situações representativas de dificuldades de aprendizagem, como decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos:

- com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas;
- com deficiência e bem dotadas;
- trabalhadoras ou os que vivem nas ruas;
- de populações carentes, distantes ou nômades;
- de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais;
- de grupos desfavorecidos ou marginalizados.

A expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se a alunos cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada às deficiências.

O termo Pessoa com Deficiência (PD), surgiu para evitar os efeitos negativos de expressões utilizadas no contexto educacional – deficientes, excepcionais, subnormais, superdotados, infradotados, incapacitados etc. – para referir-se aos alunos com altas habilidades/superdotação, aos que têm deficiências cognitivas, físicas, psíquicas e sensoriais (cegos e surdos). Tem o propósito de deslocar o foco do aluno e direcioná-lo para as respostas educacionais que eles requerem, evitando enfatizar os seus atributos ou condições pessoais que podem interferir na sua aprendizagem e escolarização. É uma forma de reconhecer que muitos alunos sejam ou não deficientes ou com superdotação, apresentam necessidades educacionais que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas e adequadas a cada caso.

No momento atual, quando entendemos que estamos na era dos direitos, pensa-se diferentemente acerca das necessidades especiais. A ruptura com a ideologia da exclusão visa à implementação de uma política de inclusão, que vem sendo debatida e exercitada em vários países, entre eles o Brasil, respaldada pela Constituição Brasileira (1988), pela Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jontiem (1990), pela declaração de Salamanca (1994) e a LDBEN, que

preconiza o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais *preferencialmente* em classes comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino. (MONTEIRO 2001).

A elaboração e a execução de um programa dessa natureza devem contar com a participação da família e serem acompanhadas, de um criterioso e sistemático processo de avaliação pedagógica e psicopedagógica do aluno, bem como da eficiência dos procedimentos pedagógicos empregados na sua educação.

6.2.20 SISTEMAS DE APOIO

As decisões sobre adaptações curriculares podem incluir as modalidades de apoio que favorecem ou viabilizam a sua eficácia na educação dos alunos com necessidades especiais. Pode-se definir apoio como recursos e estratégias que promovem o interesse e as capacidades da pessoa, bem como oportunidades de acesso a bens e serviços, informações e relações no ambiente em que se vive. O apoio tende a favorecer a autonomia, a produtividade, a integração e a funcionalidade no ambiente escolar e comunitário.

As modalidades de apoio devem estar circunscritas ao projeto pedagógico da escola (atender aos critérios gerais adotados pela comunidade escolar, definição das funções do apoio, número de alunos a serem contemplados, tomadas de providências etc.); As modalidades de apoio devem estar associadas ao número e às características dos alunos, ao local e ao momento onde será ministrado, bem como à sua duração e frequência (individual ou grupal, grupos homogêneos ou mistos, dentro ou fora da sala de aula, temporário ou permanente etc.).

6.2.21 AVALIAÇÃO, PROMOÇÃO, LIMITES E AFETO

O processo avaliativo é de suma importância em todos os âmbitos do processo educacional para nortear as decisões pedagógicas e retro alimentá-las, exercendo um papel essencial nas adaptações curriculares.

Quando relacionado ao aluno cego, em face de suas necessidades especiais, o processo avaliativo deve focalizar:

- os aspectos do desenvolvimento (biológico, intelectual, motor, emocional, social, comunicação e linguagem);

- o nível de competência curricular (capacidades do aluno em relação aos conteúdos curriculares anteriores e a serem desenvolvidos);
- o estilo de aprendizagem (motivação, capacidade de atenção, interesses acadêmicos, estratégias próprias de aprendizagem, tipos preferenciais de agrupamentos que facilitam a aprendizagem e condições físico-ambientais mais favoráveis para aprender).

Quanto à promoção dos alunos que apresentam necessidades especiais de visão, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adaptações, quando necessárias. Alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

- a possibilidade de o aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial;
- a valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem;
- a competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado;
- o efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família.

A decisão sobre a promoção deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração das adaptações curriculares do aluno deficiente visual.

Interessante também é prestarmos atenção no nosso discurso. Não é o que se diz, mas a emoção com que se fala que define o dizer como uma ação. Um escutar que aceita o outro ou um escutar que o rejeita ou o desqualifica levam a significados diferentes, definindo ações diferentes na conversação. Os significados que se formam são coerentes com o estado emocional de quem participa desta conversação.

Assim, as ações na educação e na linguagem estão totalmente entrelaçadas com as emoções que as sustentam. De acordo com esta linha de pensamento, pode-se dizer que colocar limites é uma ação que se fundamenta em uma emoção. Ela pode estar calcada numa aceitação do outro ou numa rejeição, que por vezes implica numa desqualificação. Traz consigo uma carga afetiva que é percebida pelo outro e que, portanto, desencadeia também uma resposta afetiva. Para estabelecer limites e avaliação escolar, tem-se a ver com o estabelecer de regras, normas, que não são escolhidas aleatoriamente, mas que tem muito a ver com estados emocionais e com contextos socioculturais nos quais emergem. Aceitamos que pensem diferente de nós? Como o outro vê/sente esta ordem? Podemos tolerar que ele não concorde? (O que não significa abrir mão de condutas tidas como inegociáveis, apenas saber tolerar as diferentes visões de mundo).

Quando pais e professores percebem que estão intimamente implicados com sua emoção no ato de disciplinar e de educar, podem se ver fazendo parte do que se nomeia de práticas dialógicas: conversações nas quais o contexto é definido pelo pedido. Deve se, então estabelecer limites e disciplina que podem ser entendidos como um ato de afeto, que respeita e legitima o outro, proporcionando-lhe melhores condições de adaptação à realidade. Concordando com Bower (1996), quando afirma que o desenvolvimento do ser humano:

É um processo de “diferenciação do self”, que é favorecido ao se estabelecer limites com afeto. Este é, ao mesmo tempo, um conceito intrapsíquico e interpessoal. A diferenciação intrapsíquica supõe a capacidade do sujeito de perceber sentimentos e pensamentos, diferenciando os próprios dos alheios. A diferenciação interpessoal implica o sujeito saber separar o eu do outro, podendo se perceber nesta relação.

Em todas as formas de educação especial, pais e professores muito têm a contribuir, mas desde que estejam aptos a educar, disciplinar e colocar limites de forma sintonizada com suas emoções e com as emoções que despertam no outro. Entendendo que, em se tratando de relações humanas, não existem regras prontas nem receitas, mas acreditando no poder da (auto) reflexão - saber fazer perguntas é uma arte! - na força de se ver implicado na situação, no desafio de perceber os próprios sentimentos e de saber respeitar nossos interlocutores (mesmo que eles sejam bem mais jovens, diferentes e inexperientes).

“Sendo uma questão de respeito ao direito à educação, a educação de alunos com necessidades especiais deve estar baseada em princípios como:

A preservação da dignidade humana; - A busca de identidade; - O exercício da cidadania.

Esses princípios podem ser sintetizados pela fala de Boaventura Santos (1997), quando afirma: "temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizem; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracterize". Esse direito deve ser analisado, avaliado e planejado conjuntamente a partir de uma concepção de uma educação plena, significativa, justa, participativa; sem as restrições impostas pela beneficência e a caridade; sem a obsessão curativa (normalizadora), através da qual se apagam as singularidades. (SANTOS, 1997).

Para a organização da educação pautada em direitos, que preservem a equidade, mas que respeitem a diferença, a proposta pedagógica deve assegurar um conjunto de recursos e serviços educacionais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e até substituir os serviços educacionais comuns, garantindo o atendimento às diferenças dentro da diversidade humana. Todo o compromisso dos educadores deve estar voltado para garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento pleno do indivíduo, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. Como política de educação, a inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e sua permanência

física junto com aqueles considerados “normais”, representam possibilidades de revermos concepções e paradigmas, num profundo respeito pelas suas diferenças. Conviver com as diferenças - não será esta uma das maiores dificuldades da humanidade e, portanto da escola?

Assim, a educação inclusiva, apesar de encontrar sérias resistências por parte de muitos, constitui, uma proposta que objetiva resgatar valores sociais voltados à igualdade de direitos e de oportunidades para todos. No entanto, para que esta inclusão se concretize, não é suficiente existirem leis que determinem a sua efetivação. Há, então, que se refletir sobre certos conceitos, como por exemplo, concepção de homem, educação, e sociedade como seus determinantes econômicos, sociais e políticos. Podemos confirmar que a tão almejada igualdade educacional se firma aos poucos, em relação aos deficientes visuais em um princípio específico, o da inclusão. E este direito à inclusão como todos os demais, têm ônus, depende da existência de recursos e leis orçamentárias pelo Poder Executivo em sua iniciativa e do Legislativo na fase de liberação desses recursos.

Finalmente, com relação à educação, há que se distinguir entre o ensino fundamental, que por imposição expressa da Constituição, tem eficácia plena e aplicabilidade. A Constituição de 1988 destinou atenção especial aos deficientes, buscou de maneira precípua, erradicar a marginalização educacional dessa minoria, por meio do combate a todas as formas de discriminação ilícita, bem como pelo fomento de discriminação lícitas, daqueles que atendem à adequação, à necessidade e proporcionalidades em sentido restrito na criação de Políticas Públicas Educacionais.

A Carta maior destinou a estes sujeitos, uma série de direitos como: saúde e educação especiais, combate à discriminação restrição ou preferência, acessibilidade à informação, aos transportes e logradouros públicos, acesso à matrículas e vagas em escolas públicas, à cargos e empregos públicos, à proteção no mercado de trabalho contra toda e qualquer distinção e exclusão baseada em raça, cor, ou etnia. Têm direito à reabilitação e renda mínima, assegurada por meio do benefício legal de prestação continuada no exercício de igualdade aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública .

Porém, ao analisarmos detalhadamente, verificaremos que estas práticas inclusivas, poderão colocar-nos na posição de co-construtores, de cada situação singular de ensino que se nos apresenta, nessa maravilhosa experiência que é viver e educar de forma inclusiva!

6.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS EXISTENTES NO BRASIL, E EM ALGUNS ESTADOS COMO: SÃO PAULO, MATO GROSSO DO SUL, E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES E BENEFÍCIOS PARA OS DEFICIENTES VISUAIS

Apresentamos uma reflexão sobre a inclusão dos deficientes visuais a partir das Políticas Públicas existentes na cidade de Campo Grande, do Estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil. Estes tópicos foram escolhidos por estarem ligados ao tema desta dissertação e, principalmente, por vislumbrar que os deficientes visuais, apesar de terem os seus direitos garantidos na legislação brasileira, ainda estão carentes de opções que os levem a exercerem sua cidadania com real aproveitamento.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas, a fim de conhecermos as políticas públicas, projetos e avanços obtidos no setor, e verificar se o poder público do Município e do Estado de MS, proporcionam de acordo com as leis existentes, um deslocamento e o apoio que confirmam aos deficientes visuais, uma atitude autônoma diante das circunstâncias da vida social, a fim de que seja possível conhecer e exercer seus direitos e os benefícios que estas legislações proporcionam.

O Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº. 7.853, de outubro de 1989, em seu art. 3.º, define a deficiência como: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, no padrão considerado normal para o ser humano.

A deficiência permanente é aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente a não permitir a recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos. Já a incapacidade consiste na redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidades de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. O conceito de deficiência traz implícita a concepção de incapacidade, no seu conceito regulamentar. Segundo o disposto no art 4 do referido Decreto, a deficiência pode ser física, auditiva, visual, mental e múltipla.

6.3.1. TIPOS DE DEFICIÊNCIA

Existem deficiências de nível leve, moderado, severo ou profundo e inadequação no comportamento adaptativo, tanto maior quanto o grau do comprometimento (dificuldades cognitivas). E a deficiência múltipla: na concomitância de duas ou mais deficiências na mesma pessoa.

Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplesia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldade para o desempenho de funções.

Deficiência auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) - surdez leve;
- b) de 41 a 55 db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db - surdez severa;
- e) acima de 91 db - surdez profunda;
- f) anacusia.

Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; h) trabalho.

Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

Deficiência visual: acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações. E a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica. A deficiência visual manifesta-se como: **Baixa Visão, Visão subnormal ou visão reduzida:** acuidade visual entre 6/20 e 6/60¹, no melhor olho, após correção máxima.

Cegueira: consta na definição médica perda da visão em ambos os olhos, de menos 0,1 (10%), no olho melhor, e após correção, ou um campo visual não excedente de 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes para correção. Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou residual mínima de visão, que leva o indivíduo a necessitar do sistema Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação.

Definição médica: 6/20 significa que o indivíduo só enxerga na distância de seis metros o que aquele de enxerga a 20 metros; 6/60 que o indivíduo com visão subnormal só vê a seis metros o que aquele vê a 60 metros, utilizando o seu melhor olho e com auxílio de óculos.

6.3.2 O PROBLEMA CULTURAL (HISTÓRICO)

O conceito de deficiência se confunde com a história do próprio homem. Não da forma como passaram a ser caracterizados os diversos tipos de deficiências, a partir da metade do século XX, mas com a conotação de menos valia, já descrita na Bíblia. Onde são mencionados o cego, o surdo, o aleijado, o leproso, de forma a denotar piedade das pessoas.

O deficiente existe desde os tempos mais remotos da civilização. Relatos mostram que na antigüidade havia duas posturas em relação às pessoas doentes, idosas ou deficientes - uma postura era de aceitação e tolerância; outra, majoritária, optava pela eliminação, menosprezo ou destruição. Mas havia tribos que aceitavam as crianças ou adultos com deficiência, porque acreditavam que maus espíritos habitavam nessas pessoas para tornar os demais membros normais. Tribos nômades acabavam abandonando os idosos, os doentes e os deficientes.

Segundo Aristóteles, a deficiência não deveria consistir em atos de benevolência ou de caridade, mas em verdadeiros direitos impostos pelas legislações aos deficientes que não podiam exercer trabalhos para obter ganhos para a sua sobrevivência.

Platão recomendava que os *defeituosos* se unissem às *defeituosas*, o mais raramente possível, e que seus filhos não fossem criados.

Na era clássica, Homero - aquele a quem Platão denominou na *República* o maior de todos os poetas, deixou lavrado em seus versos, onde narra a saga dos Aqueus contra Tróia, a *tarefa* estratégica legada ao deus Hefesto, que era coxo, pelos deuses do Olimpo, era, segundo a mitologia grega, que Hefesto instalasse uma ferraria no fogo de um vulcão e forjava maravilhas, *como jóias e filigranas*. Entre as obras de destaque atribuídas ao deus do fogo (Hefesto) está a confecção das armas e do famoso escudo de Aquiles, um dos maiores heróis da conquista de Tróia. Portador de defeito físico, Hefesto era casado com Afrodite, a deusa do amor.

Ainda, os romanos tinham uma espécie de obsessão contra os defeitos físicos, dando um tratamento altamente discriminatório, manifestado explicitamente nos textos da Lei das XII Tábuas, que estatuiu que o filho nascido monstruoso fosse morto imediatamente.

A Tábua do Pátrio Poder - tratava do direito de família, iniciando-se de forma autoritária: "I - Que o filho nascido monstruoso seja morto imediatamente".

A Pena de Talião também retribuía a mutilação àquele que a provocou em outrem.

Os hebreus acreditavam que a deficiência era uma punição divina. Já os hindus consideravam os cegos como pessoas de sensibilidade interior aguçada e os estimulava ao ingresso nas carreiras religiosas. Na Índia antiga, os deficientes e os doentes incuráveis tinham suas bocas e narinas tapadas com a lama do rio sagrado e eram atirados às águas do rio Ganges.

Césare Lombroso narra que até 1600, na Suécia, era considerado normal os velhos e doentes incuráveis serem mortos por seus familiares. Enfim, a eutanásia e eugenia caminhavam de braços dados para extinguir os deficientes e os velhos da sociedade produtiva. As idéias de Aristóteles ecoaram na Inglaterra com a chamada *Lei dos Pobres*, que foi posta em vigor, devido ao enfraquecimento do regime feudal e ao rompimento das relações do rei Henrique VIII com o Vaticano. O fato desarticulou o sistema de abrigo e tratamento de inválidos mantidos pelos feudos e mosteiros; assim coube ao Estado proteger os deficientes de qualquer natureza.

Segundo Shimazaki (1999), com o advento do Renascimento, quando a cultura e os valores se voltaram para o homem, ocorreu a superação dessa fase de ignorância e rejeição do indivíduo deficiente e começa a se falar em direitos e deveres dos deficientes.

O **Renascimento** é um movimento que caracterizou os séculos XV e principalmente o XVI e seus valores eram contrários aos que se ignoravam na Idade Média. O Renascimento formou um modelo de homem caracterizado pela ambição, pelo individualismo e pela rebeldia. Esse período se caracterizava pelo **humanismo**, que consiste na busca e reconhecimento do valor do homem, influenciado pelo naturalismo e cientificismo, trazendo avanços na área da reabilitação física, e as experiências se iniciaram nessa época com significativos resultados. Era preciso reconhecer e respeitar as diferenças individuais dos homens livres, valorizando o indivíduo.

A partir do período **Renascentista** surgem os primeiros interessados em deficiências. Valentin Haüy (1746-1822) criou em Paris um Instituto para crianças cegas. Em 1784 criou-se o instituto para cegos tendo **Louis Braille** (1806-1852), como aluno, que era cego e foi o criador do famoso sistema de leitura conhecido por sistema Braille.

Utilizado universalmente na leitura e na escrita por pessoas cegas, foi inventado na França por Louis Braille, um jovem cego, reconhecendo-se o ano de 1825 como o marco dessa importante conquista para a educação e integração dos deficientes visuais na sociedade.

O Sistema Braille é um sistema de leitura e escrita tátil que consta de seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas de três pontos. Os seis pontos formam o que convencionou-se chamar de "cela Braille".

6.3.2.1 ALGUMAS PESSOAS DEFICIENTES FAMOSAS

Grandes personalidades deficientes despontaram no campo da cultura, ciência, arte e música. **Luís de Camões** (1524-1580), o maior poeta lírico e épico da língua portuguesa, perdeu o olho direito numa batalha contra os mouros em Celta, em 1547. **Cervantes** (1547) o maior dos escritores espanhóis, perdeu a mão esquerda na batalha de Lepanto, **Galileu Galilei** (1564-1642), ficou cego no final de sua vida; **Johannes Kepler** (1630) aos quatro anos de idade passou a ser deficiente visual devido ao sarampo; (1608-1674), poeta e ensaísta inglês, deficiente visual; **Antonio Francisco da Costa** (1730-1814), maior escultor do período barroco brasileiro, mais conhecido como o Aleijadinho, sofreu uma doença desconhecida (lepra) que lhe causou a perda dos dedos dos pés, ao mesmo tempo em que os dedos das mãos se atrofiaram, curvando-se; **Beethoven** (1770-1827), alemão, era deficiente auditivo; **Antonio Feliciano de Castilho** (1800-1875), poeta, prosador, ensaísta e português, padeceu de cegueira desde os seis anos; **Toulouse-Lautrec** (1865-1901), pintor francês, sofreu duas quedas de cavalo, o que o deixou anão e estropiado das pernas. Na fase denominada moderna, em especial na Europa, várias foram as tentativas de se superarem as deficiências. Podemos citar o alemão **Stephen Farfler** que construiu a primeira cadeira de rodas para uso próprio, visando acesso ao trabalho e ao lazer. Outros apetrechos; como bengalas, muletas, calçados especiais, camas, móveis, etc. foram inventados a partir do século XIX.

Temos também a magnífica **Helen Keller** (1880 -1968) que aos 18 meses ficou cega e surda, teve uma luta árdua e vitoriosa para se integrar na sociedade, tornando-se além de célebre escritora, filósofa e conferencista, uma personagem famosa pelo trabalho incessante que desenvolveu para o bem estar das pessoas com deficiências.

Da antiguidade aos tempos modernos, o tratamento destinado aos deficientes pela sociedade assumiu as mais variadas formas de tratamento, ora com o repúdio preconceituoso, ora com a segregação caridosa. Somente após as duas Grandes Guerras mundiais, que produziram um número expressivo de mutilados, não só de militares como também de civis, é que começa a surgir a preocupação em dar uma vida social digna aos deficientes. O fato dessas pessoas terem ido à guerra, como dever cívico para os seus países, gerou um dever do Estado para com

elas. Ou seja, os países envolvidos nas guerras começaram a elaborar, no contexto jurídico, as primeiras leis e constituições federais, que passam a colocar contornos de proteção, reintegração e, principalmente, de inclusão na sociedade da pessoa com deficiência. O processo gradual de institucionalização do atendimento à pobreza, e, conseqüentemente, às pessoas deficientes e doentes mentais, não banuiu das práticas e costumes das sociedades, as relações discriminatórias contra esses indivíduos, manifestadas, sobretudo na linguagem dos mais variados discursos.

6.3.3. DEFICIENTES VISUAIS

Com relação aos deficientes visuais, o quadro geral desses juízos gerais de valor (estereótipos sociais), coloca-os em dois pólos, aparentemente opostos, mas, igualmente discriminatórios. Ora esses indivíduos são vistos como seres inferiores, desqualificados, ora são vistos como heróis, e seres sobrenaturais.

A associação da cegueira à idéia de castigo, punição, pecado a ser expiado, fenômeno que pode ser ilustrado em diversas passagens da Bíblia, do Alcorão e do Livro dos mortos, demonstram que o discurso religioso pode ter sido um dos "nichos" privilegiados onde se desenvolveu e se difundiu esse tipo de juízo geral de valor. Igualmente, a literatura, o cinema, a telenovela, tendencialmente recorreram às metáforas usuais sobre a cegueira, na composição dos seus personagens.

Os processos de interação entre grupos minoritários e a sociedade mais ampla, em geral tendem a serem marcados por relações que estigmatizam e discriminam aqueles indivíduos que tem algum atributo diferencial, pessoas deficientes, negros, homossexuais, etc. Ao longo da história das sociedades humanas, as culturas alimentaram-se de um conjunto muito rico de crenças para forjarem respostas sociais mais ou menos similar para o fenômeno da interação entre a sociedade mais ampla e os chamados grupos minoritários.

6.3.4. AS CAUSAS DAS DEFICIÊNCIAS

Neste momento, poderá estar nascendo em algum lugar deste mundo, uma criança com uma ou mais deficiências. Uma deficiência mental, talvez, que a impedirá de dirigir-se para o resto existência. Ou, então, essa lesão poderá estar disfarçada, influenciando em seu comportamento e aprendizado. Ela poderá nascer com uma lesão na coluna, que lhe negará a andar, correr ou praticar esportes. Ou, nascer surda, impedindo-a que ouça obras dos famosos, ou o cantar dos passarinhos ou o barulho da chuva, da cachoeira. Ou se nascer cega, que tornará impossível a perspectiva de vislumbrar a beleza e as cores da vida...

Neste momento, poderá acontecer que alguém nascido perfeito poderá ficar paralítico porque mergulhou e bateu a cabeça no fundo de um rio, ou escorregou no banheiro e lesionou a coluna vertebral, ou teve um acidente automobilístico, ou bateu a cabeça numa atividade esportiva. Alguém estará ficando cego em decorrência de ter contraído uma rubéola com possibilidades de causar no feto, entre outras deficiências, defeitos oculares: microftalmia (globo ocular pequeno), catarata congênita, corioretinite, glaucoma, ou sífilis, ou sarampo, ou infecção hospitalar, ou diabetes, causando retinopatia diabética, ou possuir uma doença hereditária, ou sofrer um acidente qualquer. Portanto, em questão de segundos a vida de alguém pode estar tomando rumos irreversíveis, independente da escala social a que pertença. Evidentemente ninguém gostaria de estar em uma situação como essa, porém situações inesperadas acontecem e nós, como pessoas não queremos ser discriminados ou “taxados” de incapacitados por causa de uma deficiência. Dentro do conceito de deficientes inegavelmente se enquadram muitos idosos, portanto a velhice acarreta uma redução em várias capacidades físicas, integrando-os ao grupo de pessoas vulneráveis.

Atualmente, a obesidade é considerada doença além de provocar inúmeras outras como o Diabetes Melitus, que causa a cegueira e limita as atividades e a locomoção dessas pessoas, sendo comumente enquadradas em piadas de mau gosto. Assim, as diferenças tornam-se barreiras que impedem a integração e o exercício da cidadania. Por anos o conceito de deficiência foi aceito como algo a ser excluído, eliminado, repugnado. O progresso da ciência impediu que doenças e acidentes acabassem por tornarem-se fatais, mas não conseguiu eliminar todas as seqüelas resultantes, fazendo com que pessoas que outrora morreriam, hoje sobrevivam tendo algum tipo de deficiência.

6.3.5 LEGISLAÇÕES QUE TRATAM DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A atual Constituição do Estado do Rio de Janeiro (1998) destinou um capítulo às pessoas com deficiência, em que especifica as obrigações do Estado e do cidadão deficiente em todos os aspectos da sociedade (Título VIII - Da Ordem Capítulo VII). Em seu art. 338, garante ser dever do Estado assegurar às pessoas de qualquer deficiência a plena inserção na vida econômica e social e o total desenvolvimento de suas potencialidades. No art. 341 aponta que as leis municipais instituirão deliberativos sobre a política municipal de apoio à pessoa deficiente, assegurando a participação de suas entidades representativas. Assegura no art. 342 que cabe ao

poder público celebrar convênios necessários a garantir aos deficientes físicos as condições ideais para o convívio social, o estudo, o trabalho e a locomoção, inclusive mediante reservas de vagas nos estacionamentos públicos.

A Constituição do Estado de São Paulo (1999), em seu art. 223, g, discorre em particular aos portadores de deficiência, no tocante à saúde, com reflexos ao Sistema Único de Saúde(SUS), dando-lhe competência para garantir a implantação de atendimento integral aos portadores de deficiência, por intermédio de medidas que visem ao fornecimento de todos os equipamentos necessários à sua integração social (art. 223, VI e IX). Ainda, cuidou, no art. 277, inciso I, garantir os direitos sociais aos portadores de deficiência, assegurando com absoluta prioridade o direito à profissionalização, determinando que as instituições que recebem recursos financeiros do Estado fiquem obrigadas a implantar programas, projetos e atividades *educacionais e outras*, assim como, *do acesso e a participação de portadores de deficiência. ao Museu de Arte Moderna (MAM), Museu de Arte de São Paulo (MASP), Memorial do pune* oferecendo até 50% de desconto no valor da entrada, ficando a critério do usuário a quais irá visitar. (SCHWARZ; HABER, 2001).

O Governo do Estado de São Paulo promulgou em 9 de março de 2001 a Lei n 10.779, que obriga os *shoppings centers* e estabelecimentos similares a fornecerem cadeiras de rodas para pessoas com deficiência e às pessoas idosas. Esses estabelecimentos são obrigados a afixar em suas dependências internas cartazes ou placas nos locais onde as cadeiras de rodas se encontram.

A seguir, estão disponibilizadas algumas leis municipais de São Paulo para informar como um grande centro tem atendido aos anseios dos deficientes.

6.3.5.1 - ALGUMAS LEIS DE SÃO PAULO QUE DÃO SUPORTE AO DEFICIENTE

Leis Municipais	Assunto
Lei nº. 10.012, de 13. 12.1985	Os veículos de transporte coletivo de passageiros devem ter assentos reservados para gestantes, mulheres com crianças no colo, idosos e pessoas portadoras de deficiência.
Lei nº.11.250, de out/1992	As pessoas com deficiências físicas, mentais, auditivas ou visuais, com ou sem acompanhante não pagam a passagem de ônibus urbano e desembarcam pela porta dianteira, bastando mostrar a Carteira de Passageiro Especial.
Lei nº.11.992, de 16.01.1996	As pessoas com deficiência física podem descer do ônibus urbano fora dos pontos normais de embarque e desembarque.

Lei nº. 12368, de 10.10.1997	Dispõe sobre a adequação das unidades esportivas municipais a deficientes, idosos e gestantes.
Lei nº. 12.495, de 10.10.1997	Institui no âmbito do município de São Paulo o Dia do Lazer para o Deficiente Físico.
Lei nº.12.561, de 08.01.1998	Dispõe sobre a criação de locais específicos reservados exclusivamente para deficientes físicos, que necessitem de cadeira de rodas para sua locomoção, nos estádios de futebol e ginásios esportivos do município de São Paulo.
Lei nº.12.575, de 24.3.98	Institui o Dia da Pessoa Portadora de Deficiência.
Lei nº.12.821, de 07.04.99	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos bancários com acesso único através de portas-giratórias manterem acesso, em rampa quando for o caso, ou cadeiras de rodas.

6.3.5.2 LEGISLAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL:

A Câmara Legislativa do Distrito Federal criou a Lei nº 2.687, de 29 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a instalação de trilhas para portadores de deficiência física e visual nos Parques do Distrito Federal. Em seu art. 2.º determina que as trilhas deverão ter o percurso, o revestimento de piso e corrimãos e a sinalização compatíveis com as necessidades dos portadores de deficiência física e visual, de acordo com as Normas Técnicas Brasileiras (Distrito Federal, 2001).

Também, através da Lei n.º 2.680, de 15 de janeiro de 2001, regulamentou a utilização de cães-guia por deficientes visuais. O seu art. 1.º prevê que os portadores de deficiência visual utilizam-se de cães-guia podem adentrar em qualquer recinto de utilização pública de transporte coletivo juntamente com seus animais, observadas as disposições definidas por referida lei (Distrito Federal, 2001):

Conforme a Instrução Normativa n.º 01/200 da Secretaria das Administrações de 12 de fevereiro de 2000, que trata sobre a acessibilidade no município de São Paulo e em locais de reunião com capacidade de lotação superior a 100 pessoas, tais como teatros, ou casas de concertos; templos religiosos; salões de festas ou danças; ginásios ou museus; restaurantes lanchonetes e congêneres; clubes esportivos e recreativos -e ter as edificações adaptadas com dependências destinadas aos usuários portadores de ia, garantia de acesso adequado, sinalização de acessos, reserva de espaços e em platéias, número de sanitários e demais parâmetros estabelecidos na legislação em vigor. (SCHWARZ; HABER, 2001).

A Constituição Estadual do Mato Grosso do Sul (1989), em seu art. 208, estabelece que o Estado assegurará condições de prevenção da deficiência física, sensorial ou mental, com prioridade para a assistência pré-natal e a infância, bem como a integração social do adolescente portador de deficiência, através de treinamento para o trabalho e para a convivência e, a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e remoção de obstáculos arquitetônicos.

6.3.5.3 LEIS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Leis	Assunto
Lei nº. 1.267, de 19.5.1992	Dispõe sobre a construção e reforma de edifícios de propriedade pública estadual que deverão ser adaptados para os portadores de deficiência.
Lei nº. 1.312, de 25.11.1992	Assegura aos deficientes visuais o direito de transcrição de provas de concursos públicos para o Braille.
Lei nº. 1.372, de 27.5.1993	Dispõe sobre o atendimento prioritário a idosos, portadores de deficiência e gestantes, nos órgãos públicos que menciona.
Lei nº. 1.424, de 1º .10.1993	Assegura aos portadores de deficiência a entrada gratuita nos estádios, ginásios e parques aquáticos pertencentes ao Estado de Mato Grosso do Sul.
Lei nº. 1.475, de 4.1.1994	Disciplina a adaptação de veículos de transporte coletivo para possibilitar o acesso aos deficientes físicos.
Lei nº. 1.772, de 29.9.97	Dispõe sobre o Programa Estadual de Educação Especial.
Lei nº. 2.040, de 3.12.1999	Determina a inclusão, no acervo das Bibliotecas Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, de exemplar da Bíblia Sagrada em Braille.
Lei nº. 2.083, de 16.02.2000	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instituir sanitários e bebedouros adaptados aos portadores de deficiência física nos estabelecimentos bancários.
Lei nº. 2.264, de 17.7.2001	Assegura ao portador de deficiência, por meio de financiamento, a aquisição de equipamentos corretivos.
Lei nº. 2.494, de 2002	Trata de grafias em Braille.

Lei nº. 10.728, de 12.4.2002	Dispõe sobre a destinação de unidades habitacionais constituídas no âmbito do Programa Habitacional "Che roga mi" às pessoas portadoras de deficiência.
------------------------------	---

Fonte: LEGISLAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL (2002).

6.3.5.4 DECRETOS ESTADUAIS DE MATO GROSSO DO SUL:

Os Decretos Estaduais nº.s 10.015, de 3 de agosto de 2000, que dispõe sobre a Política Estadual para a Promoção e Integração Social da pessoa Portadora de Deficiência, consolida as de proteção e dá outras providências;

E o Decreto nº. 10.323, de 10 de abril de 2001, que altera dispositivos do Decreto nº.s 8.875, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre o Conselho *Estadual* da Pessoa Portadora de Deficiência (CONSEP). A Resolução nº. 1, de 19 de setembro de 1997, do Estado do Mato Grosso do Sul, torna público o Regimento Interno do CONSEP.

6.3.5.5 LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS DE CAMPO GRANDE/MS

A Lei Orgânica do Município de Campo Grande (2003, p.21) dispõe em seus arts. 167 e 168:

Art. 167 - Os edifícios de uso público e os logradouros só terão suas plantas aprovadas quando contiverem garantia de acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. Parágrafo único. A lei disporá sobre adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo, atualmente existentes, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2.º, da Constituição Federal.

Art. 168 - As empresas de transporte coletivo garantirão facilidades ao deficiente para utilização de seus veículos.

Para melhor observação de como estão sendo atendidos os anseios da população de deficientes em Campo Grande, MS, listamos a seguir algumas leis municipais de Campo Grande.

Leis Municipais	Assunto
Lei nº. 2.044, de 22.12.1991	Assegura aos deficientes visuais a realização de provas de concursos públicos em Braille.
Lei nº. 2.176, de 7.12.1983	Dispensa os deficientes físicos, idosos e gestantes, de passarem pela catraca de coletivos.
Lei nº. 2.209, de 23.7.1992	Dá prioridade ao atendimento aos idosos, gestantes e portadores de deficiência nos órgãos municipais.
Lei nº. 2.374, de 29.12.1986	Autoriza o Poder Executivo Municipal a isentar os idosos e os deficientes: físicos, áudio-visuais, mentais e múltiplos, de pagar passagem nos transportes coletivos urbanos (<i>alterada pela Lei n.º 2.661 de 08.12.89</i>).
Lei nº. 2.802, de 21.3.1991	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência.
Lei nº. 2.844, de 22.11.1991	Assegura aos deficientes visuais o direito de transcrição de provas de concursos públicos para o Braille.
Lei nº. 3.036, de 21.3.1994	Disciplina o Conselho Municipal de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência (<i>alterada pela Lei n.º 3.575/98</i>).
Lei nº. 3070, de 4.7.1994	Dispõe sobre adaptação de equipamento especial de acesso aos veículos de transporte coletivo urbano destinado às pessoas portadoras de deficiência física.
Lei nº. 3.082, de 19.7.1994	Autoriza o Poder Executivo a assegurar condições de prevenção à pessoa portadora de deficiência física.
Lei nº. 3.087, de 09.9.1994	Assegura atendimento prioritário nos estabelecimentos bancários aos idosos, portadores de deficiência, gestantes e mães com filhos de até um ano..
Lei nº. 3.242, de 10.4.1996	Dispõe sobre a criação em ônibus de transporte coletivo urbano do município de Campo Grande, assentos privativos para gestantes, idosos e pessoas portadoras de deficiência.
Lei nº. 3.418, de 17.12.1997	Dispõe sobre a adaptação de logradouros e edifícios de acesso público, garantindo acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.
Lei nº. 3.461, de 27.5.1998	Institui o Programa de Diagnóstico Precoce da deficiência auditiva em neonatos, no município de Campo Grande.
Lei nº. 3.649, de 3.9.1999	Autoriza o Poder Executivo municipal a isentar os idosos e os deficientes físicos audiovisuais, mentais e múltiplos de pagar passagem nos transportes coletivos urbanos.
Lei nº. 3.661,	Dispõe sobre normas e procedimentos para a prevenção à deficiência.

de 4.10.1999	
Lei nº. 3.670, de 29.10.1999	Dispõe sobre a adequação de logradouros e edifícios abertos ao público, garantindo acesso apropriado às pessoas com deficiência.
Lei nº. 3.730, de 11.4.2000	Dispõe sobre a transcrição para a grafia do sistema Braille da nomenclatura dos logradouros públicos do município de Campo Grande.
Lei nº. 3.731, de 11.8.1993	Dispõe sobre a adaptação de listas de preços e cardápios, em bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares ao uso por deficientes visuais.
Lei nº. 3.9026, de 13.4.2000	Dispõe sobre adaptação de equipamento especial de acesso aos veículos de transporte coletivo urbano destinado às pessoas portadoras de deficiência física.

Ainda o Decreto nº. 7.794, de 26 de janeiro de 1999, que regulamenta o passe aos portadores de deficiência: física, auditiva, visual, mental e múltipla no transporte coletivo de Campo Grande; Portaria nº. 13, da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito (SETRAT) de 29 de janeiro de 1990, normatiza o Decreto nº. 6.004, de 22.01.90, que REGULAMEN TOU o passe gratuito aos deficientes físicos, auditivos, visuais, mentais e múltiplos, nos transportes coletivos urbanos, instituídos na Lei nº. 2.661, de 08.12.89;

Outra conquista obtida pelos deficientes físicos é que os veículos por eles adquiridos são passíveis de isenção nos seguintes impostos: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) Lei Federal n.º 8.989, de 24.2.95), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto Veículos Automotivos (IPVA). A isenção do ICMS é válida não só para a compra de carros 0 km, mas também para equipamentos de adaptação que facilitam a dirigibilidade do veículo e para os produtos que proporcionam ou auxiliam a locomoção da pessoa com deficiência, como cadeiras de rodas, andadores, entre outros. Todavia, os deficientes não condutores, que abrangem uma grande parcela da população, como os portadores de deficiência visual, mental e múltipla, não detêm esse direito e, sem dúvida, deveriam ter respeitado o seu direito de ir e vir.

6.3.6 BENEFÍCIOS CONQUISTADOS PELAS PESSOAS DEFICIENTES

A questão da deficiência no Brasil sempre foi marcada por um profundo preconceito. Durante décadas essa realidade marcou a vida de milhões de brasileiros que foram literalmente

excluídos do convívio social e impedidos de exercerem sua cidadania. A imagem da deficiência sempre esteve vinculada à imagem da doença, da invalidez, da incapacidade e da improdutividade. Nossa sociedade sempre tratou os deficientes de forma extremamente assistencialista e paternalista, obrigando-os a permanecerem confinados em casa ou em instituições de caridade. As famílias ou as instituições é que decidiam suas vidas e futuros.

Com a II Guerra Mundial, pela primeira vez, os países, principalmente os da Europa e dos Estados Unidos, passaram a ter que responder de forma eficaz às demandas de grande número de jovens cidadãos com diferentes tipos de deficiências, através de reabilitação, tratamentos especializados, aposentadoria, etc. Essas deformidades não mais podiam ser consideradas como uma maldição, visto que simbolizavam o heroísmo daqueles que lutaram por sua pátria.

Desta forma, a postura da sociedade teve que ser alterada. Os deficientes passaram, num primeiro momento, a ser respeitado. Os países considerados desenvolvidos, desde a segunda metade do século passado, passaram a investir de forma efetiva na qualidade de vida das pessoas deficientes, de forma a implementar programas governamentais, sinalização em Braille, rampas em prédios públicos, elevadores, calçadas, adaptação em ônibus, empresas apostaram na mão-de-obra dos deficientes, enfim, perceberam que, embora com suas especificidades, é possível garantir a esse segmento o direito de uma vida plena e feliz. Mas esses benefícios e conquistas não aconteceram sem luta. Observando-se a trajetória do reconhecimento em nível formal e externo dos direitos dos deficientes, destacamos documentos internacionais a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que reafirma normas de direito inerentes ao ser humano nos seus diversos artigos, entre eles o que consolida a **igualdade de todos** perante a lei e o direito de todos a **igual proteção** contra qualquer discriminação que viole a declaração (art. VII); o direito à segurança social, como membro da sociedade, e os direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua família, saúde e bem-estar, tendo direito de ser amparado em caso de doença, de invalidez, de viuvez, de velhice, de desemprego forçado e em qualquer outro caso de privação dos meios de sustento, por circunstâncias, independentes de sua vontade (art. XXV).

A partir desse, diversos documentos internacionais buscam cuidar da temática dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência, como: a **Recomendação 99**, que trata da reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes (Adaptação e Reabilitação dos Inválidos - Organização Internacional do Trabalho - 1955), onde são investigadas as modalidades de assistência ao deficiente com vistas ao mercado de trabalho, a Declaração dos Direitos da Criança (art. 5.º - Organização das Nações Unidas); os dois acordos internacionais sobre os direitos civis e políticos e sobre os direitos econômicos, sociais e culturais (Resolução 2200 - A - XXI - Organização das Nações Unidas 1966) e as Declarações sobre Progresso e Desenvolvimento

Social (art. 19) - 1969; dos Direitos do Deficiente Mental - 1971; dos Direitos das Pessoas Deficientes - 1975.

Durante a Assembléia Geral da ONU, em 9 de dezembro de 1975, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, que dispõe em seu art. 3º e da resolução nº. 33/3447-ONU:

As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

Na década de 80, a Organização das Nações Unidas para a Educação, e a Ciência (UNESCO) promoveu a Conferência Mundial sobre Ações e Estratégias para Prevenção e Integração, surgindo no Ano Internacional das Pessoas Deficientes Declaração de Sunddberg, e um programa mundial de ação é implementado pela ONU por força da Resolução 37/52, de 3 de dezembro de 1982. O Programa de Ação Mundial para pessoas com Deficiência, documento assinado também pelo Brasil, em seu parágrafo 12 afirma:

A igualdade de oportunidades é o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade - o meio físico e cultural, a habitação, o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, a vida cultural e social, inclusive as instalações esportivas e de lazer - torna-se acessível a todos.

Segundo o art. 8, da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, da ONU, as pessoas deficientes têm o direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1983, adota a Convenção nº. 159, que recomenda aos países-membros que considerem que o objetivo da readaptação profissional: é permitir que pessoas com deficiência consigam e mantenham um emprego conveniente, progridam profissionalmente, para, por conseguinte, facilitar sua inserção ou sua reinserção na sociedade. Esta convenção foi ratificada pelo Brasil - Decreto legislativo Nº 51, de 28 de agosto de 1989, despertando a necessidade de ser considerado o deficiente como parte integrante da comunidade com o propósito de atendimento às suas necessidades, e a Recomendação nº. 168 determina que:

[...] as pessoas com deficiência devem desfrutar, com equidade, das oportunidades de acesso, conquista e desenvolvimento do seu trabalho, o qual sempre que possível, deve corresponder à sua própria escolha e trazer qualidade de vida sustentável.

Assim, a evolução ocorrida no plano internacional refletiu-se no plano interno dos Estados. A Constituição Brasileira de 1988, moderna em seu enfoque essencialmente humanista, traz para dentro de si praticamente todos os preceitos dos pactos de defesa dos atos e interesses jurídicos e sociais das pessoas portadoras de deficiências.

Nas Constituições Federais anteriores, tais direitos eram assegurados mais sob uma espécie de manifesto político do que como uma lei: “**está na Constituição, mas não é preciso cumprir**”. O novo constitucionalismo acabou com isso. Está na Constituição Federal, é lei e é obrigatório. O § 1º. do art. 5º. da mesma Constituição estabelece que todas as normas de direitos fundamentais são imediatamente aplicáveis. Não dependem de uma lei regulamentadora.

A partir de então, começa a ser ampliado no Brasil o acervo de normas de proteção e afirmação dos direitos das pessoas portadoras de deficiência para dar cumprimento às normas e dos tratados aos quais o país se obrigou. Decretos, leis ordinárias em níveis municipais, estaduais e federais, ao lado de tantas outras portarias interministeriais e instruções normativas, são publicadas em quantidades suficientes para que se possa interferir numa futura organização delas em torno de um novo código destinado à defesa das pessoas com deficiência.

Na década de 1990, três momentos são considerados importantíssimos para a colocação no universo da pessoa com deficiência, como partícipe de um humanismo e não parcial. O primeiro, consubstanciado na Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Viena em 1993 e, um ano depois, a Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais - UNESCO 1994, na Espanha, e a Convenção sobre os Direitos da Criança - Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), de 1995:

O direito à educação, independentemente das diferenças que possuem as pessoas, é princípio básico dos direitos humanos, o que foi corroborado por ocasião da Conferência Mundial sobre Igualdade e Igualdade de Oportunidade, Acesso e Qualidade, realizada de 7 a 10 de junho de 1994 em Salamanca, na Espanha, em cooperação com a UNESCO, e que ficou conhecida como a **Declaração de Salamanca**.

Nesse evento internacional, delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia, reafirmaram o compromisso para com a educação para todos, reconhecendo a necessidade e urgência de educação para as pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. Foi fertilizada a terminologia **Educação Inclusiva**, passando a ser fonte de estudo dos profissionais ligados à **Educação Especial**. Fortificando o termo **Inclusão**: é o ato de incluir, ou seja, envolver, fazer parte, pertencer.

Para as pessoas com deficiência, inclusão representa o conjunto de atitudes e medidas

efetivas, que garantam a **todos** os seus direitos e que o poder público e privado devem adotar. **Inclusão social** é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais comuns, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. É, portanto, um processo bilateral no qual as pessoas, excluídas ou não, e a sociedade buscam em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

6.3.7 CONQUISTAS DOS DEFICIENTES NO BRASIL:

No Brasil, o despertar para esta consciência parte do 1.º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes (1980), consolidando seus ideais na norma constitucional de 1988, contemplada no art. 227, § 1.º, II e § 2.º, complementado pelo art. 244.

Aqueles que participam do movimento social das pessoas com deficiência conhecem as conquistas coletivas do grupo, obtidas através de várias décadas, de idas e vindas de momentos de aceleração. Nos anos 40 e 50, quando profissionais e pais empunharam bandeiras para gerar iniciativas na saúde, reabilitação, educação especial, trabalho protegido e as bases de ações assistenciais; nos anos 70, quando as pessoas com deficiências despontaram como atores sociais emergentes e iniciaram uma nova onda progressista de conquistas de direitos, na equiparação de oportunidades e autonomia.

O esporte para pessoas com deficiência começou em 1948, porém somente em 1989 é que foi fundado o Comitê Paraolímpico Internacional, na Alemanha. E no Brasil, nasceu em 1958, mas só em 1995 foi criado o Comitê Paraolímpico Nacional.

Em 1980, a “Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou que 10% da população mundial é portadora de algum tipo de deficiência (física, visual, auditiva, mental ou múltipla). A ONU quantifica que o mundo conta hoje com mais de seiscentos milhões de habitantes deficientes. No Brasil, estima-se algo em torno de vinte milhões de pessoas”. (HABER, 2001).

Como resultados das lutas anteriores, o *Ano Internacional das Pessoas com Deficiência* foi comemorado em 1981 e serviu de apoio para novas aquisições.

Como nos informa Wantuil et al. (1990):

Até meados dos anos 70, a questão da Deficiência foi encaminhada pelos técnicos ou responsáveis considerados "especialistas" na área. A meta principal do grupo era o atendimento assistencialista dos portadores de deficiência dentro das instituições.

A 1ª entidade a se organizar em nível nacional foi o Conselho Brasileiro para o Bem-estar dos Cegos, fundado em 1954. Em 1979, acompanhando um movimento em nível mundial detonado pela ONU, ao instituir para **1981 o Ano Internacional das Pessoas Deficientes**, grupos organizados e dirigidos por pessoas com deficiência das várias áreas começaram a se reunir para preparar o seguimento. Como consequência, em 1980, em Brasília, DF, aconteceu o I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes que contou com a presença de cerca de mil participantes, representantes de cegos, surdos, deficientes físicos e hansenianos, vindos de todo o Brasil. Nesse Encontro, aprovou-se a primeira pauta de lutas do grupo, criou-se a primeira entidade representativa - **Coalizão Nacional** - englobando todas as áreas e definiu-se a política a ser adotado no ano seguinte, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

Em 1984 foi decisivo do ponto de vista da estrutura do Movimento. Fundaram-se A FEDERAÇÃO Brasileira de Entidades de Cegos (**FEBEC**), a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (**ONEDEF**), a Organização Nacional de Educação e Integração dos Surdos (**FENEIS**) e o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (**MORHAN**). Além disso, em dezembro do mesmo ano, fundou-se o **Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes** para reunir as quatro entidades e substituir a Coalizão Nacional. O Conselho atuou em 1986, hoje se encontra desativado.

Toda essa estrutura foi organizada e gerida pelos próprios deficientes, sob o lema "Plena participação e Igualdade", lançando no Brasil o movimento de auto-ajuda em torno de um grupo até então tutelado pelo Estado e pelas instituições assistenciais.

Em nível de governos estaduais e municipais, surgem órgãos de apoio às pessoas com deficiência, com a participação ativa dos representantes do movimento. Dentro dos partidos políticos surgem candidaturas de deficientes, muitos ocupando atualmente cargos nos três níveis do legislativo.

Durante os anos 80 também se deu a expansão do movimento em nível internacional, passando à ONEDEF a representar o Brasil junto ao Disable People's Internacional, através de seu Conselho Latino-Americano. Os cegos se filiaram à União Mundial de Cegos (UMC) e à União Latino-Americana de Cegos (ULAC).

Atualmente pretende-se incentivar a criação de Seção Braille nas Bibliotecas Públicas de Campo Grande e implementar as Especiais de Braille existentes em número de duas, para que a inclusão social e educacional efetivamente se realize tornando a vida do deficiente em geral mais ajustada no quesito de obter cultura e informações pertinentes aos seus interesses.

6.4. A BIBLIOTERAPIA E O BIBLIOTECÁRIO COMO CONSULTOR DE INFORMAÇÕES, BIBLIOTERAPEUTA E INCENTIVADOR DO HÁBITO DE LEITURA NAS BIBLIOTECAS ESPECIAIS EM BRAILLE

6.4.1. BIBLIOTERAPIA - CONCEITOS:

De acordo com Vicente, (2003) Na área das bibliotecas,

Uma das questões mais debatidas é a intervenção social – tentar determinar as necessidades que os utilizadores de determinada biblioteca sentem, satisfazê-las e criar, assim, laços intensos entre a comunidade e a biblioteca. É neste âmbito que surge a biblioterapia, uma nova forma de terapia que pretende, acima de tudo, prevenir a doença através dos livros, ou seja, curar através da palavra e da leitura.

Por meio da **biblioterapia** “que é um trabalho prático de terapia através da leitura com finalidade terapêutica”, segundo Shordes, (1949), é possível compreender a mais difícil e exigente das artimanhas, que é sair das trevas da ignorância, da obscuridão para alcançar a luz da aprendizagem através da leitura, ação magnânima que o próprio Criador nos permitiu possuir, mesmo com barreiras de visão, audição ou qualquer outro sentido afetado, excluindo-se a capacidade racional.

No Brasil, a escassez de informações nesta área ainda é grande, embora literaturas internacionais demonstrem a eficiência da técnica como função terapêutica.

A biblioterapia faz parte da leitura orientada, onde a responsabilidade do bibliotecário está em selecionar textos, livros, filmes e outros materiais como a poesia, o drama, o humor, que sejam do interesse dos participantes. Sua função é afetar o ajustamento do indivíduo ao texto lido, com a finalidade de depurá-los de qualquer excesso para que causem efeito moderador nos conflitos como meio de superar o medo, as inseguranças, as ansiedades peculiares a cada pessoa, proporcionando bem-estar na diminuição do stress causado por doenças ou problemas emocionais não resolvidos. Chegando-se então à cartase que é a justa medida dos sentimentos e de seu fator moderador. Tem-se também o riso como moderador dos conflitos, do estresse e do alívio da depressão e das angústias.

Freud (197?) em suas Obras Completas v.6, “atribui ao humor a capacidade de transformar o que poderia ser objeto de dor em objeto de prazer”.

Ficher (2002), “Considera a leitura como fator primordial na construção da personalidade, e insere-a como componente básico da infância”.

Encontramos ao longo da história da humanidade, sob o ponto de vista da sociedade de classes, uma divisão social que coloca de um lado os excluídos que não tem acesso à

educação e, por conseguinte à leitura; e de outro, uma minoria privilegiada que dispõe dos meios de produção e, detentores da informação e do poder, surgindo um novo tipo de leitor e de novas formas de leitura do mundo e de seus significantes.

A Biblioterapia é um termo vindo das palavras latinas Biblio = a livros (ou outros materiais convencionais ou não, como os filmes) e Terapia que significa restabelecimento.

Constitui-se em uma atividade interdisciplinar, podendo ser desenvolvida em parceria com as áreas de Biblioteconomia, Literatura, Educação, Medicina, Psicologia e Enfermagem. Tal interdisciplinaridade confere-lhe um lugar de destaque no cenário dos estudos culturais. É um lugar estratégico que permite buscar aliados em vários campos e um exercício aberto a críticas, contribuições e parcerias.

De acordo com o autor Miranda (1996):

Não há como negar a propriedade terapêutica, tanto individual quanto coletiva na leitura não apenas no sentido de "curar", mas também de prevenir, de orientar, de desenvolver o ser humano numa trajetória supostamente mais construtiva e edificante.

Em outro ponto de vista, encontramos a Biblioterapia como alternativa de inclusão social e educacional, uma vez que ela contribui para o atendimento especial aos usuários em geral, podendo auxiliá-los nas buscas de pesquisas e também no seu estado psíquico/emocional, funcionando com uma equipe multifuncional para a realização de uma terapia de grupo, ou mesmo individual, dependendo da preferência do bibliotecário e usuário.

A Bibliotecrapia abre mais uma frente de trabalho, aos Bibliotecários, na demonstração de um método importante tanto para o aumento do acervo de informação para um cego, ou de outro usuário, como para a sua motivação, vivência e adequação ao seu próprio ambiente psico-social. Visando estimular a adoção, nos diversos tipos de Bibliotecas no sentido de identificar os benefícios que a técnica biblioterapêutica possa oferecer aos usuários com ou sem deficiência, destacando o papel do bibliotecário como Consultor e Biblioterapeuta.

"Os profissionais da informação, precisam romper com estereótipos que os marcaram por décadas, apenas como catalogadores e classificadores de livros, permanecendo por muitas décadas como intermediários entre o livro o leitor, enfim, de guardiões de acervos". (PEREIRA 2004)

Quanto à literatura empregada na biblioterapia pode ser didática (instrucional/educacional) ou imaginativa (ficcional). Em resumo, a biblioterapia auxilia o indivíduo a enfrentar a complexidade e a perplexidade do homem contemporâneo diante de situações que cada vez exigem decisões mais rápidas, competentes e criativas.

Conforme Pereira (1996), “o termo tem maior abrangência e significação mais complexa. O prefixo Biblio é ilimitado porque engloba material audiovisual e outros. O sufixo terapia que originalmente significa cura, não se restringe ao contexto médico ou psicológico. Portanto, a Biblioterapia é também a descoberta do mundo”. Ainda, segundo Pereira (1996), “a biblioterapia se subdivide em: institucional, clínica e desenvolvimental. Esta última refere-se ao uso de literatura de modo imaginativo e/ou didático a todos os indivíduos que não estão em crise emocional ou comportamental”.

A biblioterapia para Scalabassi (1973) tem quatro pontos de convergência, ou seja, emocional, comportamental, intelectual e social. O conjunto deles visa permitir que o indivíduo se desenvolva globalmente, como um ser que sabe de suas potencialidades e possibilidades.

6.4.2 BIBLIOTERAPIA E SEU FUNCIONAMENTO:

A terapia ocorre pelo próprio texto, sujeito a interpretações variadas por pessoas com experiências únicas. A aplicação das técnicas de Biblioterapia precisa ser um meio possível e efetivo para a mudança de comportamento, auto-correção e formação dos sujeitos na realidade em que estão sendo vividas.

Portanto, é uma forma de mostrar que a leitura pode ser difundida por diversos canais e tornar-se um meio rico para o encontro consigo mesmo e, para a obtenção de *insights* cultural, emocional e comportamental, mesmo que seu domínio esteja restrito a poucos nesse país e, que a leitura de palavras ou frases, não implique necessariamente em leitura, mas, no resultado obtido. Ler conceitos de um mundo a ser construído. Enfatizando a colocação de Marcinko (1989) temos:

A Biblioterapia pode ser tanto um processo de desenvolvimento pessoal como um processo clínico de cura, que utiliza a literatura selecionada, filmes e participantes que desenvolvem um processo de escrita criativa com discussões guiadas por um facilitador treinado com o propósito de promover a integração de sentimentos e pensamentos, a fim de promover a auto-afirmação, auto-conhecimento ou reabilitação.

É interessante destacar que não é a designação o mais importante na atividade de terapia através dos livros, mas sim as leituras orientadas, que fazem parte do auto-conhecimento, engrandecimento cultural, da auto-satisfação e aperfeiçoamento.

Nossa preocupação é incentivar as atividades dessa natureza, e para isso é preciso promover e manter, se possível em nível nacional, um programa de leitura orientada com o intuito de mobilizar todos os esforços e atenções de profissionais, que desejam especializar-se

neste assunto, sobretudo neste ano de 2005 cujo projeto Viva Leitura, abrilhantou o país todo com eventos relacionados à leitura, extraídas da fonte: “www.mec.org.br”

“VIVALEITURA é o nome dado no Brasil ao Ano Íbero-americano da Leitura, que foi comemorado em 21 países da Europa e das Américas em 2005. Aprovado, em 2003, pela Cúpula dos Chefes de Estado dos países ibero-americanos, é coordenado pela OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos), Cerlalc (Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe), Unesco e Governos dos países da região. No caso do Brasil, pelo Governo Federal, através dos Ministérios da Cultura e Educação e pela Assessoria Especial da Presidência da República”.

O VIVALEITURA é, assim, uma grande mobilização nacional para que 2005 seja marco para o início de um gigantesco esforço de todos para que o Brasil implemente uma Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas com a dimensão demandada pelo País. E dê, dessa forma, o grande salto necessário para construir uma Nação de Cidadãos Leitores. Governos (federal, estaduais e municipais), escolas, professores, bibliotecários, escritores, editores, livreiros, organizações não-governamentais, meios de comunicação, empresas privadas e todos aqueles que vêem a Leitura como uma questão estratégica para a Nação, inclusive para promover a inclusão e cidadania, foram convocados para deflagrar um grande movimento nacional.

O maior desafio é, certamente, criar as condições para não limitar o VIVALEITURA a ações pontuais e esporádicas, mas promover uma grande mobilização nacional em favor da leitura. Por isso, é encarado apenas como o primeiro passo. Seu calendário e as ações nele contidas vão constituir a primeira edição do Plano Nacional do Livro e Leitura, de caráter permanente, composto por Estado, Iniciativa Privada e Terceiro Setor. Uma forma concreta e bastante objetiva de materializar a visão estratégica das políticas públicas para a área.

Há, portanto, dois grandes desafios. O primeiro é identificar, estimular a integração e dar visibilidade a tudo que se faz pelo País afora com abrangência, riqueza, diversidade e dose extraordinária de criatividade e talento. A segunda é fazer mais, seja estimulando novas iniciativas, fomentando as parcerias ou através de ações próprias de ministérios, governos estaduais e prefeituras que dêem à Leitura a dimensão de uma Política de Estado. E tendo como ponto de partida uma visão republicana de planejar e executar políticas de leitura para todos. E, sobretudo, com todos!”

A aquisição da habilidade da leitura é condição imprescindível para a formação global do indivíduo como cidadão consciente dos seus direitos e deveres. Saber ler não significa apenas decifrar letras, mas sim estar preparado para utilizar as capacidades intelectuais e

espirituais adquiridas com a leitura para se adequar à sociedade. Sociedade que adentrou ao novo século e está inserida num universo informacional extremamente globalizado, mutável e dinâmico. A leitura, neste contexto, pressupõe uma visão mais ampla do processo de aquisição do conhecimento, pois este pressupõe saber compreender, interpretar, criticar e criar numa dada realidade. A biblioterapia no contexto da globalização informacional deve almejar o desenvolvimento pleno do indivíduo. Indivíduo detentor de um discurso que leva-lo-á ao encontro de outros discursos e práticas. Pois, é da interpenetração e interpretação destes que o indivíduo tomará conhecimento de si mesmo e do mundo.

6.4.3. LEITURA

A maioria dos leitores cegos lêem, de início, com a ponta do dedo indicador de uma das mãos esquerda ou direita. Mas boa parte deles, podem ler o Braille com as duas mãos.

Este fato acontece somente através da estimulação consecutiva dos dedos pelos pontos em relevo. Essas estimulações ocorrem muito quando se movimenta a mão (ou mãos) sobre cada linha escrita num movimento da esquerda para a direita. Os pontos em relevo permitem a compreensão instantânea das letras como um todo, uma função indispensável ao processo de leitura (leitura sintética). Sua principal vantagem, todavia, reside no fato das pessoas cegas poderem facilmente escrever por esse sistema, com o auxílio da reglete e do punção. Permite uma forma de escrita eminentemente prática.

O processo de leitura é visto por muitos como, simplesmente, o ato de decodificar as letras impressas em algum suporte tradicional, como o livro e o jornal, por exemplo. Por esta concepção bastaria decifrar os sinais para se ler o mundo em que se vive. Porém, o processo de leitura engloba todo o universo, o que implica numa constante interação entre o leitor e o mundo. Para Martins (1986), “a leitura deve compreender todo um sistema de relações interpessoais que englobe as várias áreas do conhecimento”. A leitura como um processo dinâmico deve realizar-se, ainda segundo Martins (1986): “a partir do diálogo do leitor com o objeto lido - seja este escrito, sonoro, uma imagem, ou um acontecimento. Diálogo que, atualmente, tem como veículo de transmissão desde o tradicional livro até os *softwares* e redes de computadores mundiais”.

O importante no processo é que o leitor compreenda o sentido, o porquê da sua leitura. Esta não advém, unicamente da educação formal, mas, principalmente, do engajamento do indivíduo com a sociedade. Podemos citar como exemplo as idéias transmitidas na obra de Umberto Eco, “O nome da Rosa”, em que o personagem principal é um monge deficiente visual, que possui todo o controle sobre os livros e a biblioteca que cuida, prendendo a atenção do leitor até o final onde os mistérios são desvendados. É um belo filme que nos leva a crer que quanto mais o leitor estiver consciente da sua

realidade, mais ele poderá compreendê-la. O importante é que ele não seja um receptor passivo, mas que interaja com o objeto que está sendo lido”.

De acordo com Larrosa (1996), pensar a leitura como formação, implica pensá-la como uma atividade que tem a ver com a subjetividade do sujeito leitor: não só com o que o leitor sabe, mas, também, com aquilo que ele é. Trata-se de pensar a leitura como algo que forma (ou nos de-forma e nos trans-forma), como algo que nos constitui ou nos revela naquilo que somos. A interação ocorrerá se o leitor se posicionar como um "cidadão do mundo", ou seja, integrado à “aldeia global”, com capacitação para o convívio social, político e cultural.

Finalmente, a leitura é um processo único, pois a cada releitura do mesmo objeto haverá novos conhecimentos, novas perspectivas que se somarão as já existentes.

Por sua vez, Lima (2001) e outros autores relacionados neste tópico que lidam com o tema da leitura, fazem suas colocações como o exposto:

A leitura não pode ser apenas informativa. A informação pela informação não modifica o pensar e, quando isto acontece, não há alteração do sujeito que pensa e nem, tampouco, do seu modo de agir na prática. Se assim fosse, aqui, um modo de limitar a capacidade de formação e de transformação, mas o estudo que ora se apresenta defende o sujeito que se vale das informações obtidas pela leitura para selecionar e reelaborar o conhecimento, de modo a aplicá-lo nas suas experiências, tendo uma relação entre o texto e a subjetividade. Quando se maneja informação e se a transforma em conhecimento, demonstra-se a capacidade de obtê-la por meio da aprendizagem reconstrutiva.

A leitura, enquanto formação, tem a ver com aquilo que faz o indivíduo ser o que é; implica pensá-la como um tipo particular de relação, a hermenêutica, de produção de sentido. Uma pessoa que não é capaz de se pôr à escuta cancelou seu potencial de formação e de transformação. Posto isso, na leitura como formação, o importante não é apenas o texto, mas a relação com o texto, desde que não seja exclusivamente apropriação, pois o sujeito deve ser capaz de ultrapassar esse nível.

É necessário um homem que de fato saiba ler; e que ao ler, consiga refletir e relacionar a leitura a partir do que sabe, do que quer, do que precisa e, além disso, seja um homem disposto a escutar que o texto tem a dizer; que consiga, nesse ato de escuta, trazer suas experiências para serem confrontadas e, ao fazer isto, saiba reelaborá-las e valer-se das experiências apreendidas. Enfim, alguém disposto a deparar o que ainda não sabe, o que precisa saber, alguém disposto a deixar-se envolver, indo numa direção desconhecida.

“Aprender a ler é ter acesso a um mundo distinto daquele em que a oralidade se instala e se organiza. Portanto, o texto escrito não se resume e se limita ao simples registro das manifestações orais”. Aprender a ler e escrever são necessidades tão gritantes que sua rejeição

indica o alheamento do sujeito, é tão forte quanto a recusa do alimento, quanto a aceitação da família, ou quanto a aceitação dos bens sociais. Essa valoração tem a sua justificativa pelo fato de que ela pode instrumentar o sujeito para a própria vida, franquear-lhe possibilidades de sobrevivência que, de outro modo, lhe estarão vedadas.

O acesso ao mundo da leitura e escrita é realizado durante o processo de alfabetização. É fácil constatar essa valoração da escrita nas páginas iniciais do primeiro livro de leitura, primeiro mundo constituído pela escrita a que se tem acesso após o processo da alfabetização. Ainda, segundo a autora Lima (2001):

“Pela imposição da escrita como qualificação necessária ao próprio mecanismo produtivo das sociedades contemporâneas, ela persiste de algum modo nesse papel discriminativo”. É possível dizer que a escrita vincula-se a uma necessidade pragmática. A prova desta afirmativa está presente, ao longo dos tempos, nos programas de alfabetização: integrar o indivíduo na leitura e na escrita para que ele seja mais produtivo ao sistema; por exemplo, para que leia e compreenda ordens e mandamentos que, em todo canto, zelam pela manutenção da ordem.

A autora finaliza assim:

Entenderia por escrita propriamente dita, a possibilidade de o sujeito ter o seu próprio discurso. E se entende por leitura o acesso a um conhecimento diferenciado, daquele que lhe permite reconhecer a sua identidade, seu lugar social, as tensões que animam o contexto em que vive ou sobrevive e, sobretudo, a compreensão, assimilação e questionamento seja da própria escrita, seja do real em que a própria escrita se inscreve.

6.4.4 A LEITURA E A BIBLIOTERAPIA

A leitura deve ser compreendida como um processo que permite o desenvolvimento global e contínuo do ser humano. A exigência mínima do mercado de trabalho formal nas grandes cidades atualmente é o Nível Médio completo. Para as melhores colocações as exigências não se restringem a um curso de graduação, mas perfazem requisitos como: fluência em língua estrangeira, conhecimentos de computação, cursos de especialização e cultura em geral. O trabalhador não pode ficar restrito apenas aos seus conhecimentos técnicos, pois é exigido do mesmo um envolvimento com a filosofia da empresa, a tendência do mercado, ao conhecimento global e a sociedade como um todo.

A leitura se insere nesse contexto como elemento fundamental na vida do ser humano, pois para Ouaknin (1996) "ler é entrar no domínio daquilo que se vive". A biblioterapia nasce do encontro entre a força da língua e o local de expressão primordial e primeiro dessa força. Expressão que para Ouaknin (1996) se concretiza no livro, mas que pode ocorrer, por

exemplo, no vídeo de um computador e outros. A leitura biblioterapêutica, ainda segundo Ouaknin deve constituir-se :

“Em criação contínua para o leitor, num incessante movimento de tornar-se. Este tornar-se passa por uma transfiguração, cada vez nova de si e do mundo”. A leitura deve ser sempre criadora no sentido de permitir a abertura de novos mundos, de novos conhecimentos que levarão o sujeito a renovar-se e modificar a sua realidade.

A cada texto uma possibilidade de interpretação que não encerra uma verdade única, mas é uma das proposições possíveis. O importante é que o leitor não se feche para novas possibilidades de interpretação e criação.

A relação biblioterapêutica deve ser contínua e não ser restrita a períodos de crise ou problemas emocionais. Ela deve fazer parte da subjetividade de cada indivíduo, pois é a partir dela que o indivíduo se realiza como ser humano pensante.

A leitura de um texto independentemente do tipo de suporte deve possibilitar que o leitor encontre um sentido para o mesmo em sua vivência. É uma existência, que exige do homem um constante aprimoramento, que deve levar o indivíduo à integração para desenvolver-se socialmente, culturalmente, politicamente e economicamente.

Deve possibilitar, também, que cada cidadão tenha a chance de acesso ao mercado de trabalho cada vez mais mutável e exigente. A leitura biblioterapêutica longe de se constituir num processo exclusivamente empregado para pessoas com problemas emocionais serve de base para a reflexão da existência, que se constitui num constante criar, interpretar, criticar, renovar das várias leituras que se faz sobre a realidade circundante.

Vivência que também supõe o diálogo, a comunicação com o outro, quer seja através de uma *home page* na Internet, quer seja pela leitura e comentário de um clássico da literatura. O importante é (re)descobrir a leitura que existe em cada ser e para cada ser, podendo suprir o encantamento muitas vezes perdido com os problemas existenciais ocorridos ao longo da vida, de forma que possa renascer uma vontade de realizar momentos prazerosos, únicos e tão necessários ao nosso desenvolvimento psíquico-social. Que deve ser partilhado com nossos pares, incentivando-os a seguir um hábito tão saudável e necessário como é o hábito de ler.

A biblioteca não pode continuar a ser uma entidade de mão única, onde o bibliotecário tem poder sobre o conhecimento ali estocado e concebe o seu uso aos leitores. A biblioteca não pode permanecer como espaço cultural comprometido apenas com a cultura gutenberguiana. A biblioteca precisa democratizar-se, abrindo-se para a participação ativa do leitor, ampliando-se para a apresentação de todos os bens culturais e se tornando um centro de vivência comunitária. (MELO, 1983)

Para isso, são necessários os recursos e ter a capacidade seletiva do que devemos ler e buscar o que conhecer, na perspectiva de um futuro que cabe a nós todos construirmos.

6.4. 5 A LEITURA DA GRÉCIA ANTIGA AOS NOSSOS DIAS

O filósofo Sócrates, que viveu em Atenas nos anos 470 a.C a 399 a.C, foi o primeiro dos três pensadores gregos – precedendo a Platão e Aristóteles – que marcaram definitivamente a cultura ocidental, defendeu e praticou a dialética e o debate, inaugurando um novo método pedagógico, a maiêutica. Seus ataques amparavam-se em dois argumentos: 1) acreditava que a escrita teria a capacidade de atrofiar a memória; 2) considerava-a inadequada ao diálogo, porque a única resposta capaz de oferecer às questões que lhe são propostas é o texto já pronto e acabado, não havendo, portanto, lugar para o debate”. As informações sobre Sócrates e seu legado, provém, sobretudo de Platão, seu proeminente discípulo, pois ele próprio jamais escreveu sobre qualquer assunto. (NEVES, 2001)

Um breve apanhado histórico: um milênio depois da destruição da Biblioteca de Alexandria, a palavra escrita renasceria revigorada, anunciando ao mundo moderno sua altivez.

Após a invenção da imprensa por Gutemberg, foi cristalizado e difundido por meio da leitura o material impresso disponível.

Os Relatos de experiências, inventos e teorias, ganharam as páginas impressas e, ao contrário das previsões de Sócrates, defensor ferrenho da dialética e do debate oral, motivaram o debate de idéias e a troca de saberes, impulsionando assim, a revolução científica. (NEVES, 2001)

A difusão dos novos conhecimentos estimulou o interesse das pessoas para usufruir os benefícios do novo meio de comunicação, a imprensa, mas para isto, era necessário aprender a ler e a escrever. A alfabetização foi massificada, ou seja, franqueada a um número abrangente de cidadãos. O caminho para isso seria a sala-de-aula, e o atendimento da demanda só foi possível com o ensino público, amparado em livros que podiam ser oferecidos a custos baixos, crescendo assim o número de leitores.

A criação de bibliotecas foi tornando a leitura tanto de jornais quanto de livros mais acessíveis e a propagação do hábito de ler difundiu-se em todos os rincões provando que seria algo duradouro e necessário.

Com a descoberta da eletricidade por Thomas Edison, foram oferecidas inúmeras vantagens em relação ao tipo de iluminação não natural desenvolvendo a capacidade de ler à noite. Além disso, a luz elétrica incentivou a leitura como um hábito solitário e silencioso, ao contrário do que acontecia com os textos e manuscritos da Antigüidade. E mesmo o ato de ler se efetuava de forma coletiva e sonora, porque era posto em prática a leitura em voz alta. (op. cit).

A mesma energia elétrica que impulsionou a alfabetização, o hábito de ler, assim como a produção da escrita impressa, também viabilizou o aparecimento dos meios de comunicação de massa eletrônicos o rádio e a TV por excelência. No século XX estes por sua vez, não tardaram a ser apontados como concorrentes implacáveis da leitura. A partir dos anos 80, surgindo os primeiros computadores, os padrões culturais foram novamente revistos e reordenados.

Na comunicação de massa, temos o modelo comunicacional no qual o tráfego de informações se dá, de um para todos, (de um jornal para todos os seus leitores, de uma emissora de TV para todos os seus telespectadores, etc) de modo que há um emissor para um grande número de receptores relativamente passivos, isolados uns dos outros. No modelo comunicacional através do computador interligado em rede, o fluxo de informação se dá de todos para todos, através do *e-mail* (correio eletrônico), *Chat* (diálogo em tempo real através da rede) *fórum de discussão* (mural virtual em que são veiculadas opiniões sobre determinado assunto), *homepage* (página na web). Deixamos de ser *destinatários* e nos tornamos *usuários* de um sistema de informação. Não interagimos apenas com a máquina, no uso do controle remoto e da gravação em vídeo cassete, mas também com o conteúdo por ela veiculado. Percorrendo a realidade virtual, podemos alcançar instantaneamente qualquer ponto do planeta, de acordo com a nossa escolha e preferência. (NEVES, 2001).

Com os recursos de multimídia houve um resgate da escrita, o texto digital que reúne as diferenças fundamentais em relação aos manuscritos da Antiguidade e também da escrita impressa, por não ser palpável, pois só se apresenta sob o comando de acesso, ainda dá-nos uma certa insegurança, sua virtualidade dá-nos a impressão de como ocorreu com a destruição da Biblioteca de Alexandria, por alguma fatalidade esses recursos de mídia e hipermídia, virá a nos faltar. E por isso somos impelidos da reprodução de textos em papel cada vez em maiores quantidades.

Para facilitar a leitura nas telas de computadores através da Internet, é possível obter gratuitamente softwares desenvolvidos para este fim, o *reader*. O aplicativo compatível com a segurança exigida pelos detentores de conteúdo permite acessar livrarias e bibliotecas virtuais, criar acervo pessoal, marcar páginas, alterar fontes, sublinhar trechos, consultar dicionário, adicionar notas e outros. Sua instalação pode ser feita em computadores de mesa (*desktop*), portáteis (*laptops e notebooks*) ou de bolso (*palmtops e handhelds*). Outra opção é executar o programa em aparelhos especialmente produzidos para servirem de suportes do texto digital, conhecidos como *reading devices* ou *e-(books devices)*. Mas o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a leitura de livros eletrônicos não para por aí. Uma empresa americana já apresentou o protótipo de uma tela para computador de bolso feita de papel eletrônico. Tão fino quanto um chumaço de cabelo, o monitor tem superfície plástica maleável". É visível de qualquer ângulo. É leve o suficiente para ser carregado embaixo do braço. Com uso de uma caneta especial, basta tocar sobre o título da obra desejada para que ela seja impressa em tempo real no papel digital. A expectativa é de que muito breve, um livro possa substituir uma biblioteca inteira. Um estudo do Instituto Poynter e da Universidade de Stanford mostra que os padrões de leitura divergem de acordo com o meio. Os leitores na Internet lêem em média 75% de cada artigo; nos jornais e revistas, este índice cai para 30%. A informatização, embora seja um processo relativamente recente, expõe as imensas desigualdades entre os que dispõem desta tecnologia e aqueles que estão completamente à margem da evolução tecnológica. (op.cit.).

O acesso à leitura e à escrita ainda hoje é restrito a um seleto grupo de privilegiados, porque parte significativa da população mundial sequer alcançou alfabetização tradicional e, portanto fica excluída social e educacionalmente não podendo usufruir os benefícios existentes, sendo esta uma das mais terríveis e desconcertantes realidades com a qual ainda temos que convivermos.

Há certamente, um sentido revigorante na constatação de que, contrariando todas as previsões de Sócrates, há mais de dois mil anos, os computadores em rede, como nenhum outro meio, permitiram que a palavra escrita se tornasse potencialmente propícia à troca, ao colóquio, à interatividade. Esta mesma tecnologia também nos oferece uma capacidade, sem precedentes de armazenar informações, facultá-las e distribuí-las em tempo real. Porém, embora seja animador que a evolução tecnológica parece caminhar fortalecendo os hábitos de leitura e não o contrário. (NEVES, 2001).

6.4.5.1 Algumas questões desafiadoras:

- Como garantir a todos o acesso aos benefícios oferecidos pela tecnologia?
- Será possível acompanhar o ritmo acelerado das inovações neste campo?
- Depois de termos vivenciado as dificuldades da escassez, como lidar, agora, com o excesso de informações, gerando em nós uma doença chamada Normose?
- De que maneira agir e que critérios eleger para selecionar os conteúdos?
- Haverá uma forma eficaz de controlar a reprodução e assegurar o direito autoral?

Estas são algumas das indagações que nos provocam. O que decerto, é natural, já que atravessamos um nítido momento de transição semelhante àquele do tempo de Sócrates, quando a cultura grega resistia em passar da oralidade à escrita.

6.4.6 O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO, CIENTISTA DA INFORMAÇÃO, MEDIADOR DA LEITURA

Este é justamente o nicho onde cabe a mudança de paradigmas do papel do cientista da informação ou do bibliotecário, como incentivador do hábito de ler em todos os tipos de biblioteca, principalmente nas bibliotecas públicas, escolares e nas especiais como as em Braille.

Vivemos da *democratização da informação, democratização da leitura*, a qual assumiu um valor relevante, quando o relacionamos com os avanços científicos e tecnológicos, que têm exigido a formação de profissionais com habilidades de leitura, não apenas técnica, mas, que sejam pró-ativos, capazes de ser independentes, interagindo com situações que os levem a tomar decisões, o que requer um bom nível de entendimento da leitura que possibilite a esses profissionais construir o seu conhecimento de forma muito segura e transparente.

O trabalho do bibliotecário precisa urgentemente de mudança para uma questão de sobrevivência, que afeta todas as áreas de conhecimento, o mundo do trabalho, e as diferentes profissões.

A sociedade brasileira apresenta inúmeros contrastes, pois convivemos, com uma realidade social voltada para os desenvolvimentos tecnológicos e científicos, marcados pelas conquistas da globalização: informação virtual instantânea, Internet, transmissões via satélites etc e, ainda vivenciamos uma sociedade sucateada, com um alto índice de analfabetos, desemprego em massa, desigualdades econômicas e sociais, contribuindo para que o hiato da marginalização tome formas assustadoras. Nesse conjunto que se nos apresenta, os processos culturais, e as novas formas de leitura, são contraditórias, colocando-nos desafios para uma outra postura educacional, exercendo um novo olhar aos excluídos e aos processos de formação do profissional bibliotecário, envolvendo os diferentes campos do conhecimento.

[...] o movimento transformador que atinge hoje a informação, a comunicação e a própria educação constitui profunda revolução tecnológica. Este potencial deve ser visto como fator de desequilíbrio, reforçando as ilhas de excelência destinadas a grupos privilegiados, ou pode constituir poderosa alavanca de promoção e resgate da cidadania de grande massa de marginalizados, criando no país uma; base ampla de conhecimento, autêntica revolução científica e cultural (DOWBOR, 1996, apud WALTY, CURY, 1996, p.19).

6.4.7 O HÁBITO DE LEITURA E SUA TRAJETÓRIA ATRAVÉS DOS TEMPOS

A chamada explosão cultural foi a tentativa de acompanhar a rápida multiplicação dos documentos escritos no momento de sua divulgação.

Existiram vários motivos por que a humanidade procurou a leitura: um deles foi mudar o traço do seu cotidiano, buscando uma forma de extravasar seus sentimentos e frustrações por meio de uma literatura que a influenciasse por alguns instantes, ensejando o esquecimento de seus queixumes e experimentassem novas sensações que uma leitura fantástica proporcionasse, despertando-os para estímulos não encontrados no dia a dia, entre eles a necessidade do aprimoramento cultural.

Os livros não têm importância menor hoje, do que tiveram no passado. São o que têm sido há milênios: portadores do conhecimento de uma geração para outra, (e dificilmente poderão ser ultrapassados por qualquer outro meio de transmissão das descobertas de informações). Eles nos ajudam a dominar e a conhecer os problemas éticos, morais e sóciopolíticos da vida, tendo o seu lugar garantido na educação permanente. Por conseguinte se quisermos expandir o hábito de leitura precisamos ir além das necessidades e interesses das pessoas, e ir ajustando-as ao conteúdo de suas leituras assim que houver mudanças nas suas necessidades e condições ambientais.

[.] sem leitura não há formação [...] e sem formação de pessoas não há conhecimento; sem conhecimento não há poder, muito menos sobrevivência; não há cidadania, e sem cidadania não pode existir exatamente uma sociedade. (ROMEU, 1994).

Um exame de variações dos hábitos de leitura de um país para outro, de uma sociedade para outra, demonstra o estágio que a leitura ocupa no seu grau de interesse e de valores dessa população. Podemos justificar que, a informação e o conhecimento são os pontos-chave da sociedade contemporânea. Vivemos a era da informação e do conhecimento, devemos ter isso de forma muito objetiva e, nos convenceremos da importância que a leitura ocupa em nosso cotidiano. Em contraste com os desafios, ameaças e oportunidades a que estamos sujeitos, permeados por uma cultura globalizada, transnacional, cujo universo de conhecimentos está sendo revolucionado tão drasticamente que o direito de ler significa o mesmo que desenvolver nossas potencialidades culturais, transformados pela mudança e pelo progresso.

Há muito tempo considera-se a capacidade de ler essencial à auto-realização. É cada vez mais aceito que o progresso social e econômico de um país depende muito do acesso que o povo tem aos conhecimentos indispensáveis e transmitidos pela imprensa. A remoção da barreira do analfabetismo, o incentivo ao hábito de ler e a provisão adequada de livros são objetivos que devem ser sempre almejados e conquistados.

Para a promoção da leitura com vistas à formação de leitores, é necessária a formação de um hábito como os demais adquiridos desde os nossos primeiros contatos com o mundo, por exemplo: dormir e comer nas horas certas, dispor de tempo para brincar, estudar, etc. esses e muito outros são hábitos. Todos eles são os costumes que nos foram transmitidos com certa frequência, até que passamos a executá-los naturalmente.

Mas, se ocorresse o contrário, se ninguém se dispusesse a orientar-nos, seria impossível assim procedermos sozinhos.

“A um certo nível a memória intervém na adaptação momentânea deixando traços e contribuindo para a abreviação dos ensaios ulteriores formando-se o hábito que é a passagem do consciente para o inconsciente”. (GUILLAUME, 1986).

A infância é o período quando o nosso comportamento é moldado, quando limitar-se-ão as nossas atitudes, educando-nos. Como geralmente a criança é receptiva e, tudo o que lhe é ensinado ela aprende com satisfação, é nesta oportunidade que faz sentido despertar o gosto pela leitura, mesmo antes de saber escrever. O hábito de ler pode ser espontâneo ou não e, está ligado diretamente ao comportamento individual.

Se forem concedidas as condições necessárias para a sua prática, os resultados serão os melhores possíveis. Portanto, se não oferecermos condições mínimas, será inútil porque

ninguém aprecia o que lhe é praticamente difícil. Relativamente é fácil reconhecer letras, símbolos e palavras, mas uma leitura bem-feita corresponde, a saber, interpretar e entender o que está sendo lido. O acesso à leitura auxilia na capacidade mental e espiritual das pessoas. Basta que se treine com regularidade, aperfeiçoando o uso da linguagem escrita e falada, para tornar-se prazerosa e útil.

Cabe aos pais, professores, bibliotecários e educadores em geral, despertar o gosto pela leitura, selecionando o que deve ser lido e como ler.

Se por um prisma a linguagem falada, televisionada, computadorizada é uma conquista do ser humano, avanços da tecnologia, a linguagem gráfica vem igualmente a complementar a condição humana na vida em sociedade. O livro terá sempre o seu lugar de destaque, pois estimula o dinamismo indispensável aos estudos, pesquisas, e debates os mais significativos para as descobertas pessoais inclusive através da leitura como entretenimento e lazer, vale registrar a observação de Antunes (1981):

O propósito de difundir o uso do livro através da formação do hábito de leitura é uma constante em todos quantos detém em suas mãos meios e/ou recursos para tal, promovendo um trabalho de assistência cultural, provendo necessidades de informação, levando a leitura como meio de lazer.

Palavras e idéias são exclusividades dos seres pensantes, porque amorfo será o ensinamento que não revelar em sua chave-central uma ação que indique realização e proveito. O bibliotecário que exercer o mister de saber motivar seus usuários ao hábito de ler, é um ser digno e privilegiado, que sabe discernir o que embeleza, realiza e aperfeiçoa a vida humana. A responsabilidade para viabilizar o hábito de ler deveria iniciar na infância e na estrutura familiar, mas também cabe às instituições como a escola, biblioteca e universidade, as quais exigem profissionais competentes para atuar conforme seus objetivos educacionais, sociais e políticos. Para isto, procura-se capacitar os mediadores e promotores da leitura, destacando-se o *profissional da informação — o bibliotecário*, sobretudo a partir da sua capacitação, das práticas educativas e informacionais que dele se esperam. A fim de que planejem e desenvolvam as modalidades de leitura que motivem e envolvam o leitor, valorizando as diferentes formas de linguagem e as experiências culturais dos sujeitos em toda a sua relação de interesses, tendo como objetivo o prazer, a liberdade, a criatividade, elementos fundamentais sem os quais a prática da leitura não se efetiva a contento.

Em decorrência [disso], a motivação aparece como tema central dos discursos que visam à formação do promotor competente. Preparar mediadores significaria antes de tudo realizar a transferência de um saber prático de produção de estímulos capazes de gerar interesse pela leitura. [...] à mediação competente impõe-se principalmente saber separar obras interessantes de obras desinteressantes [...] exige domínio de uma série variada de recursos que exploram os mais diferentes sentidos e as mais diferentes linguagens (PERROTTI, 1990).

A formação de leitores principalmente aqueles que apresentam características diferentes dos comuns, como baixa visão, cegueira, surdez, entre outras, necessitam do nosso incentivo para superar as dificuldades, do apoio, da afetividade, da sensibilidade artística, da valorização e do respeito, para que se desenvolvam de forma eficiente alcançando as técnicas existentes disponíveis: leitura em Braille, o uso de lupas de aumento para melhor enxergar as letras, os livros ampliados para os BV., os sonoros e, a comunicação, entre outros, além dos vários conceitos que compõem o estudo da leitura, como é explicitado por Dumont (2001):

A leitura abarca, o contexto, o sentido, a motivação, advindos em primeira instância, da sociologia, da semiologia e da psicologia. Embora os três conceitos na prática do ato da leitura fundam-se numa interpretação global da escrita, que será finalmente percebida como algo que vai ao encontro do seu interesse, de sua vivência, ou pelo contrário, não lhe desperta atenção.

O profissional que vai trabalhar com a leitura, precisa, antes de tudo ser leitor e, estar engajado num pensamento político-pedagógico que valorize a cultura infantil, onde o lúdico, o brincar, pressupõe uma aprendizagem social, na sua relação com suas experiências vividas. É ser capaz de reconhecer as expressões culturais dos indivíduos e suas formas de relacionamento tanto com o público infantil, juvenil e com os adultos, para abstrair a leitura do mundo que os cerca, estimulando-os na produção da escrita dos seus conhecimentos e de sua cidadania, conforme afirmação de Garcia (1988):

Mediar a leitura significa: [...] abrir caminho para o leitor, sem apresentar uma leitura pronta e sem colocar obstáculos no meio, permitindo que o diálogo entre o texto e leitor se processe do modo mais natural possível; mediar a leitura é ler com o leitor, construindo uma experiência de significação que seja a soma de todas as significações, a soma de todas as histórias das leituras individuais; mediar a leitura não é ler paternalmente para o leitor como se a leitura do professor fosse a única, a mais completa e correta entre todas. Mediar a leitura é estar no meio de uma atividade essencial à escola, à biblioteca, à vida, sem tomar nas mãos as rédeas do processo, como se fosse o profissional o único, a saber, o caminho; é estar presente mesmo que sutilmente ausente: é saber que o ato de ler é condicionado por características psicológicas, sociais, econômicas e intelectuais de cada indivíduo e, nesse sentido, cada leitura faz parte de um todo maior.

O comprometimento com o ato de ler, não significa somente estar no meio da ação, das atividades da leitura, mas, sobretudo atuar como sujeito pró-ativo, que compartilha a leitura e a desenvolve com os leitores e não para os leitores. Precisa ser compreendida como relação constitutiva, interativa, ação que modifica, que transforma e que agrega valores.

O que caracteriza a leitura, não é a quantidade, nem o esforço mental despendido para realizá-la, mas sim a constância para a formação do hábito, onde o bibliotecário, através de seu discurso político, deve inserir-se como mediador, e não assumir uma postura de

mero espectador de atendimento das necessidades dos usuários, mas de possibilitar entre os interlocutores uma abrangência da leitura num contexto histórico-social, onde o direito de acesso à informação é garantido constitucionalmente, relacionado à democratização e à cidadania. Quando aprendemos a absorver conhecimentos por meio de uma leitura, muitas barreiras culturais deixam de existir. Passamos então de simples receptores a participantes diretos, entusiasmados pelo furor de aprender sempre mais, proporcionando uma nova visão diante dos fatos, possibilitando uma argumentação crítica e construtiva, para surtir efeito e transformações sobre o que está sendo recebido.

Ao longo dos anos, o conceito de biblioteca vem-se transformando e tem sido uma questão obrigatória em eventos que discutem a educação e a leitura. Relacionando as bibliotecas com a melhoria de ensino, utilizando-as em sua plenitude como mediadora do processo ensino-aprendizagem, que infelizmente parece uma prática ainda não implantada em todas as escolas e municípios brasileiros. Mas o moderno avanço dos recursos tecnológicos de acesso, controle e recuperação da informação, delineia a existência de bibliotecas sem paredes, sem estoques de informação sem suporte físico, é a chamada *biblioteca virtual*, onde a leitura dá-se na tela de um monitor, mas nem por isso deixa de ser um trabalho dinâmico que envolve outras ciências como: Psicolinguística, Ciência da Informação, Linguística, Sociolinguística, Pedagogia, Sociologia, Psicopedagogia Cognitiva, etc. E que precisa ser realizada em situações reais, onde se tenha uma função social concreta, e que a tarefa do aprendiz seja desenvolver a aprendizagem, conforme esclarece Jolibert:

O professor ou orientador da leitura seja um especialista como leitor em desenvolvimento, que exerce na escola o papel de estimulador, observador e criador de situações de ensino-aprendizagem, oferecendo estratégias para desenvolver as diferentes competências que são necessárias à leitura e principalmente as competências linguísticas. (JOLIBERT, 1994).

Como mediadores podem ser realizadas as pesquisas, descobrindo-se a melhor forma de utilização dos livros, e outros materiais bibliográficos, na orientação da leitura para os usuários, cooperando com a educação e com o desenvolvimento cultural da comunidade. Uma das funções primordiais é incentivar o hábito de leitura, tendo como objetivo a formação dos futuros leitores e, oferecer-lhes condições necessárias através dos serviços de informação, em benefício do desempenho e da competência dos mesmos, na absorção do conhecimento nas bibliotecas e salas de aula, conforme nos instrui Platão & Fiorin:

Auxiliar o aluno a tornar-se um leitor autônomo e um produtor competente de textos é o compromisso primeiro do nosso ofício. Arrisca uma proposta concreta ao desafio de ensinar a interpretar e a produzir textos, contribuindo decisivamente para

melhorar o desempenho do aluno na leitura e na escrita. (PLATÃO & FIORIN, 1997)

Infelizmente evidencia-se que há carência de leitura em nossas bibliotecas públicas, escolares e especiais principalmente, em várias cidades e estados do nosso país; em consequência da falta de acesso ao livro e outros materiais bibliográficos, necessários à educação em geral e também da especial. Falta aos profissionais da informação abraçar esta causa e traçar um comprometimento com as Políticas Públicas para enfatizar a leitura orientada, como possibilidade de melhoria no nível e do desempenho do ato de ler, bem como o gosto e interesse por parte deste hábito, mantendo-o constantemente em todas as situações e circunstâncias da vida.

Sachi Júnior (1986) considera necessário que o profissional da informação:

Precisa ser antes de tudo um leitor, assim como conhecer a coleção que existe em sua biblioteca. Em muitas ocasiões, o leitor não tem bem definido o material que deseja ler e/ou pesquisar, cabendo a este profissional indicar ou sugerir as fontes de informação, sinalizando para as diferentes possibilidades de acesso e uso da informação em diferentes suportes documentais. Este profissional é um motivador/estimulador de leituras, portanto, precisa gostar de ler e ser leitor freqüente e crítico. Sua competência profissional está vinculada não somente à informação acadêmica, mas também ao resultado das leituras que são desenvolvidas ao longo de sua vida, de modo que possa tomar decisões e iniciativas de forma consciente e responsável.

Além disso, esse profissional precisa conhecer os clientes das unidades de informação em que atua, buscando identificar seus interesses e necessidades de leitura, adotando postura pró-ativa, até mesmo, antecipando a informação de acordo com os diferentes perfis da clientela.

Já na visão de Faria (1986), os profissionais que não buscam uma educação política contínua nem sempre:

[...] têm consciência de que cedo o novo fica velho se não se renovar. Muitos dos que já têm essa certeza estão equivocados quanto à colocação da problemática, pois procuram dinamizar seu trabalho em função da competição e não do desenvolvimento do espírito crítico, da criatividade e da ajuda mútua. Eles têm que perceber que precisam buscar uma educação política para sair da neutralidade, participando conscientemente dos esforços de reconstrução nacional, que é dever de todo cidadão que desempenha um papel na sociedade.

O hábito de ler é fundamentalmente um ato de conhecimento. Onde se procura um ponto de apoio, uma ponte que leva-nos a compreender a essência do saber e se a transpusermos descobriremos novos horizontes culturais. Mas não é isto o que verificamos segundo Silva:

O desgosto pela leitura é produzido socialmente. Desvelar criticamente as razões desse desgosto e agir sobre eles, eis aí uma luta de muitas frentes – deve ser a preocupação básica de todos aqueles que militam pela transformação da leitura no Brasil. (SILVA, 1995).

Mas o que é ler? Para o autor Ezequiel Teodoro da Silva, (1995):

Ler é, numa primeira instância possuir elementos de combate à alienação e ignorância, se constitui num instrumento de luta contra a dominação. A manipulação do povo ocorre através de uma real contradição: ao mesmo tempo em que se emprega o valor do livro e da leitura, tenta-se esconder o fato de que as condições de produção da leitura não são tão concretas assim. A existência de um volumoso número de analfabetos, da inexistência de funcionamento de bibliotecas populares, a ausência de uma política para a promoção da leitura são bem calculados pelo poder dominante. A presença de leitores críticos incomodaria bastante a política da ignorância da alienação, estabelecida pelos regimes ditatoriais e disseminada através dos aparelhos ideológicos do Estado.

O autor acima citado acrescenta:

Para um embasamento metodológico, para o ensino da leitura, professores e bibliotecários devem compreender que a língua é um suporte para o pensamento. O estudo da língua se faz através das suas variações por usuários, tempos e espaços. A leitura é um processo de compreensão do mundo, das gentes e das coisas. (SILVA, 1995).

Tais pressupostos geram as seguintes propostas:

- quanto à linguagem: partir de textos escritos em linguagem próxima do aluno, seguindo-se, então, para a leitura de textos mais “formais”;
- quanto ao tempo e assunto: partir de livros mais recentes, com assuntos da nossa realidade atual, seguindo-se para os clássicos.
- quanto à escolha do livro: tanto quanto possível, de livre escolha dos alunos;
- quanto à intervenção do professor e do bibliotecário: atuar como testemunhas ativas, como motivadores do processo.

Para atingir os objetivos educacionais, as instituições escolares não deveriam existir sem o suporte das bibliotecas, sob pena de a formação educativa dos alunos não lhes possibilitar o grau de aprofundamento teórico-prático necessário para seu desenvolvimento pessoal e social, conforme as ênfases de Garcia e Néri, (1989):

Garcia (1989) “ênfatiza que é inadmissível que a maioria das escolas sobrevivam sem bibliotecas, com propostas de leitura inócuas e/ ou confundindo bibliotecas com *punhadinho de livros ali no canto*”.

E Nery (1989) compara: “[...] a biblioteca escolar é o centro do fazer educativo [...]. Uma escola sem biblioteca é como um restaurante sem cozinha”.

Não há dúvida de que uma escola sem biblioteca é uma instituição incompleta, e uma biblioteca não orientada para um trabalho escolar dinâmico torna-se um instrumento estático e improdutivo dentro desse contexto. Portanto, a biblioteca, inserida no processo educativo, deverá servir de suporte a programas educacionais, sobretudo no que se refere ao incentivo à leitura e à formação de leitores. Assim, integrando-se ao planejamento escolar, desenvolvendo um trabalho conjunto de cooperação e participação entre professores, alunos e comunidade em

geral, a biblioteca assumirá uma ação funcional dinamizadora e transformadora no espaço escolar, contribuindo para o aperfeiçoamento educacional e cultural.

Portanto, nesta dimensão, a biblioteca é, por excelência, o espaço das contradições, do conflito, conforme enfatiza Milanesi (1989).

[...] As contradições podem e devem começar no banco escolar. A biblioteca se ordena para desordenar, organiza as suas informações para perturbar os discursos explícitos daquilo que representa a autoridade legítima ou os discursos implícitos e diluídos nos meios de comunicação. A biblioteca deve ter objetivo de acrescentar mesmo que sorrateiramente as conjunções adversativas nos discursos da sociedade, principalmente naqueles fortalecidos pelo poder e, que por isso são praticamente inculcados no conjunto de valores do cidadão.

A concepção de biblioteca enquanto veículo de transformação de mentalidade e da realidade social, não ocorre de forma isolada, mas em conjunto com outras práticas sociais, educativas, culturais e políticas. Práticas essas que são, sobretudo, históricas e mediadas por atores sociais.

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra” (citação do jornalista e educador Paulo Freire, (1982).

Com esta citação entendemos que a leitura pode ajudar a construir um projeto de Nação democrática e produtiva, onde os atores sociais cuja ação é imprescindível para as novas gerações, participarem ativamente da leitura como forma de convivência na construção de uma ordem democrática e na conversão do país em uma sociedade mais culta, mais produtiva competitiva e equilibrada economicamente. Dentre esses atores destacam-se os bibliotecários e educadores, juntamente com os protagonistas, que estão todos no palco, encenando novas formas de serviço. Na expectativa de um público próprio e cativo: os frequentadores das bibliotecas e os alunos especiais e os comuns, frente aos quais pode-se modificar, propor ou negar mensagens que lhes formarão ou deformarão consciências. Todavia, Silva (1986, p. 96) afirma que:

[...] sem a percepção crítica da relação existente entre as bibliotecas, - e a estrutura da sociedade brasileira, sem estabelecer a necessária vinculação entre o nosso trabalho e as reais necessidades do povo brasileiro, sem dirigir nossa ação técnica e política para a arena onde se combatem a ignorância e a alienação, não há possibilidade de transformarmos as pessoas e o mundo, ou seja, de nos colocarmos na posição de educadores.

É evidente que a formação profissional deve ser elemento importante no processo de descoberta e de redescoberta da leitura, até mesmo pelas exigências de estudo e de pesquisa da educação superior. Para tanto, a formação universitária não pode ser o único aspecto a ser considerado nesse processo, mas sim todo um conjunto de circunstâncias vinculadas à realidade sócio-político-econômica e cultural brasileira. A complexidade histórica da realidade brasileira instaura a necessidade de analisarmos as histórias de leitura do

profissional da informação, o que nos remete à sua infância e ao desenvolvimento de sua educação escolarizada. Entender as práticas de leitura, em diferentes percursos históricos da educação formal e informal, significa buscar na memória de cada sujeito suas experiências de leitura na família, na escola, na biblioteca, na universidade, nos espaços de trabalho. A forma como a leitura foi inserida no seu ambiente familiar/escolar influencia diretamente a sua concepção e prática de leitura, que podem ser modificadas ou não ao longo de sua vida profissional, social e política. Ao tomar suas opiniões refletidas em comportamentos na sociedade em que vive, cabe a quem participa intervir, colaborar, interagir para que as informações contidas nas leituras possam alcançar e transformar seu canal difusor junto aos usuários. A educação representa a maior presença do Estado em âmbito nacional e, este fato permite aos educadores criar formas de pensar, de sentir de atuar e de criar cultura. Isso requer que compreendam e propaguem o horizonte ético da democracia no qual se definem os princípios educacionais e sociais, os valores éticos e morais, atualmente tão deturpados.

A convivência democrática começa quando uma sociedade aprende a se auto-fundamentar na ordem social, e isto para ser colocado em prática precisa ser ensinado. O que se pode fazer é assumir uma posição frente ao livro; e outros materiais bibliográficos, selecionando o que vai de encontro com os anseios e enriquecimento cultural dos usuários especiais ou não, menosprezando as informações de somenos importância.

Aprofundando num conteúdo que leve à realização, para que a leitura se infiltre na formação do indivíduo como um hábito saudável, na mediação do que aqui é compreendido como uma relação constitutiva, interativa, uma ação que modifica e transforma à medida em que revela medos e desejos expressos a fim de que possam ser melhor compreendidos.

Nutre a nossa esperança para que os profissionais da Ciência da Informação sejam solidários e, divulguem a Leitura e a Biblioterapia, não só para os participantes seletos de um grupo, mas também que as utilize para o seu crescimento pessoal e profissional e, também dos usuários, favorecendo a socialização, a inclusão e acessibilidade a todos, como biblioterapeuta, para ajudar na cura de um leitor. Se, por um lado, o bibliotecário teme misturar as suas competências, por outro lado, ele é a peça fundamental no processo da biblioterapia. Pois é ele que conhece os frequentadores da sua biblioteca e pode favorecer a socialização, a inclusão e acessibilidade a todos os usuários, para juntos construirmos e encontrarmos o verdadeiro sentido no meio educacional e social daqueles com quem queremos nos comprometer na transformação da nossa educação e do nosso país.

6.5 ECOLOGIA DO CONHECIMENTO: UM NOVO OLHAR EXERCIDO PELO PROFISSIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A complexidade das tarefas e problemas vividos pelos profissionais da informação, com relação ao trabalho realizado em Bibliotecas Especiais, encaminha naturalmente para a busca de soluções. Cada profissional pode fazer progredir sua especificidade, ao instruir, e permutar experiências com outros profissionais, visando o benefício comum no atendimento da sua clientela.

Procurando compreender as diferenças, atender às necessidades especiais, mudar o olhar e a ação da Biblioteca, pensando não apenas na adaptação do usuário, mas na adaptação do contexto geral da Ecologia do Conhecimento dentro do processo de inclusão dos deficientes visuais e demais usuários. Isso significa torná-los múltiplos, ricos de experiências e possibilidades, pronto para viver, (con)viver com o diferente, rompendo barreiras humanas e arquitetônicas, de leitura, estudos e criando novos conceitos, dando novos sentidos, à aprendizagem e, conseqüentemente, ao desenvolvimento humano. Se o processo de inclusão atingir este feito, ele é muito bem-vindo e conquistou seu objetivo. Como nos relata Marcel Proust: "uma verdadeira viagem de descoberta não é procurar novas terras, mas ter um olhar novo".

Meu olhar sobre a prática avaliativa vigente em várias escolas, confirmam a enorme complexidade desse pressuposto. Viemos de um século em que o olhar positivista da igualdade como padrão, como uniformidade, precisão e clareza, sugeriu aos educadores o compromisso de responder sempre, sobre quem pode Mais, quem pode Igual, ou quem pode Menos com a maior preocupação, sem dúvida em destacar quem pode Menos. Este se tornou de certa forma o pensamento norteador "da competência e da justiça", em avaliação educacional, a comparação, a seleção, e por conseqüência a exclusão. (CARVALHO, 2004)

Com o exposto acima, neste ambiente ecológico informacional, sugere-se que deve ser afirmado e ampliado o compromisso político com a educação inclusiva, extensiva às bibliotecas, organizando encontros e atividades comunitárias para:

- fomentar o envolvimento das famílias, comunidade escolar e em geral;
- superar os obstáculos da falta de informação, da ignorância, do medo e do preconceito;
- divulgar os serviços e recursos educacionais existentes;
- difundir as experiências bem sucedidas de educação inclusiva;

- estimular o trabalho voluntariado no apoio à inclusão.

Todas essas práticas citadas, encaminham-nos a concordar com as definições para questões propostas por Carvalho (2001):

A inclusão também nos faz refletir, como nos ensina Maturana e Varela (1995), que a proposta maior da educação é pensarmos na "condição humana como uma natureza cuja evolução e realização está no encontro do ser individual com sua natureza última que é o ser social. Portanto, se o desenvolvimento individual depende da interação social, a própria formação, o próprio mundo de significados em que se existe, é função do viver com os outros. A aceitação do outro é, então, o fundamento para que o ser observador ou autoconsciente possa aceitar-se plenamente a si mesmo". Com base nesse princípio filosófico, acreditamos que uma proposta de Educação Inclusiva possa contribuir para a constituição de uma sociedade mais igualitária, mais solidária e, portanto, comprometida com o seu propósito mais significativo: humanizar.

É uma forma inteligente de agir e de realização pessoal e profissional, procurando atender as necessidades de informação dos usuários deficientes visuais. Criando um ambiente acolhedor deixando de estigmatizar os que normalmente são excluídos.

Neste tópico, pretende-se lançar um novo olhar e mudança de paradigmas baseados na Ciência de Informação envolvidos pela Ecologia de Conhecimento que é capaz de sintetizar a variedade conceitual e as vantagens de demonstrar como o conhecimento, as fontes de informação, e a informática disponível para clientes com necessidades especiais, neste caso usuários cegos ou de baixa visão, estão disponíveis, conceituando conforme nos mostra Vanti, (2002):

A ecologia da informação contempla o ambiente informacional da empresa, focalizando o comportamento, o usuário e não a tecnologia. Ao invés de usar o termo (Ti), se utiliza o termo (It), onde a informação depende muito de quem a utiliza, quem está atrás do microcomputador. O livro lançado no Brasil pela editora futura aborda a estratégia da informação, a política da informação, a cultura e o comportamento em relação à informação e os processos de gestão da informação.

Conforme expõe o autor Félix Gatarri, da mesma forma que temos uma Política para a Saúde por ex., é necessário refletir sobre o que seria uma Ecologia de Informação e, até mesmo uma **Ecologia do Conhecimento**, no intuito de não tornar tóxico o ambiente onde proliferam as informações. A Ecologia do Conhecimento pode ser definida como o local onde se estuda o início da informação, sua transformação na criação de novos saberes, agregando valores, canalizando-os para novas oportunidades de estudo e conhecimento numa Biblioteca Braille, tema desta dissertação.

6.5.1 CONHECIMENTO

De acordo com a definição do dicionarista Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, (2000) **conhecer** é: “Ter noção de saber, ter relações com, ter experimentado, ter ouvido, distinguir, julgar, avaliar, reconhecer, sentir, ter informação de.[...]”

Conforme anuncia Takeuchi (1997) **conhecimento** é a informação que se torna justificada, verdadeira, confiável e que se compõe em duas vertentes: Conhecimento Explícito e Tácito. A concepção de novos conhecimentos torna as Instituições inovadoras e criativas, transformando-se em fonte de vantagem competitiva.

Para o referido autor, **Conhecimento Tácito** é o que vem da experiência pessoal e está ligado às emoções, crenças, intuições, palpites, inspirações, insights, feelings, valores, ideais e percepções, está vinculado a uma linguagem corporal do que algo da mente. Por isso torna-se um conhecimento mais difícil de ser expresso, quer seja verbal ou numericamente. É nesse conhecimento que se baseia o nosso senso comum e o saber prático sobre determinado tema.

Segundo Furnival (1995) o **Conhecimento Explícito** é o tipo de informação que poder ser localizada, escrita em documentos, colocada no computador e prontamente comunicada.

Takeuchi (1997) por sua vez apregoa-o como “o conhecimento quantitativo e o conhecimento de livros-textos, constituindo-se da parte mais facilmente codificável do conhecimento especializado e que caracteriza o saber disponível sobre determinado assunto.”

Todos os sistemas de conhecimento produzidos no mundo até hoje: mito, religião, ciência e filosofia, tecnologia e outros - têm como objetivo dar inteligibilidade ao mundo, explicar e dar sentido aos pensamentos e às ações humanas.

O que garante a idéia generalizada de que o conhecimento ocorre de maneira imediata é o grau de confiança que temos na nossa forma de apreender e pensar o real. É inimaginável estar vendo um objeto e suspeitar que este possa ser uma ilusão, um engano visual. Mais inimaginável ainda é as pessoas viverem em estado constante de dúvida sobre sua capacidade de conhecer e agir no mundo. E muitas vezes nós, de forma repetitiva, ingênua e conservadora, levamos essa confiança nesse modo de conhecer para nosso trabalho, para informar as pessoas. Alguns indivíduos trazem do senso comum a crença, de que o conhecimento se dá como uma relação simples, linear, causal, lógica, bastando para isso que se entre em contato com o objeto e que suas relações sejam explicitadas em fórmulas ou sistemas justificativos. Se o objeto é apresentado primeiro verbalmente, num outro momento visualmente e, posteriormente, em livros, conclui-se que a pessoa fez a conexão com o objeto e agora já o conhece.

Encontramos em Platão as primeiras análises do uso das fontes do conhecimento humano - sensação e intelecto - para produzir as crenças e opiniões, isto é, o erro e a ilusão. No Mito da Caverna (leitura essencial para todos os que trabalham com a informação), encontrado no Livro VII de sua obra "A República", Platão construiu uma alegoria da conquista do conhecimento humano, representando-o em seus diferentes graus. Pela força e beleza do mito, recuperamos suas principais passagens para reflexão.

6.5.2 NO MITO DA CAVERNA, PLATÃO CONSTRUIU UMA ALEGORIA DA CONQUISTA DO CONHECIMENTO HUMANO

Numa caverna profunda, alguns homens estão presos desde a infância. Ficam sentados no chão, com o pescoço e as pernas acorrentadas, olhando para frente, pois não podem mover a cabeça, sendo obrigados a permanecer naquela posição. Às suas costas, existe um muro de aproximadamente 1,60 metro, que vai de um lado ao outro da caverna. Atrás desse muro, passam alguns homens conversando e carregando objetos na cabeça como, por exemplo, jarros, estatuetas de animais, vasos, bacias etc. Uma fogueira, que ilumina os homens que passam, projeta na parede oposta a sombra dos objetos carregados, uma vez que os homens não aparecem por causa do muro. Os prisioneiros crêem que as sombras fantasmagóricas que vêm projetadas são objetos reais, confundindo a sombra com a realidade. Acreditam ainda que o eco das conversas dos homens que passam representa as verdadeiras vozes.

Nessa primeira parte do mito, os homens acorrentados, que passaram a vida inteira na caverna, entendem como verdadeiro o que vêem e ouvem: a sombra dos objetos na parede e o eco das vozes dos homens que conversam entre si. Nas condições em que se encontram, esses homens são prisioneiros dos seus sentidos, visão e audição, não podendo duvidar do que vêem, ouvem e conhecem.. Essa passagem sugere, ainda, a existência de dois graus de realidade: a realidade dos objetos e a de sua sombra, o que permite dois níveis de conhecimento - o do concreto e o do aparente.

A segunda parte do mito - representando uma outra etapa do conhecimento - narra o que aconteceria se um desses prisioneiros fosse libertado dos grilhões e obrigado a fitar a luz da fogueira. Sentiria dor e não seria capaz de fixar os objetos cujas sombras via anteriormente. Primeiramente, olharia para a imagem dos homens e dos objetos refletidos na água. E, ainda, se fosse obrigado a deixar a caverna escura e íngreme, sujeitando-se a quedas e dor nos olhos acostumados à escuridão, ele precisaria adaptar-se à claridade de fora da caverna. De início, contemplaria a tênue luz da Lua e das estrelas, durante a noite. Finalmente, com a acomodação dos olhos à luz, poderia observar o amanhecer e

enfrentar a luz do Sol. Então reconhecera o engano em que vivia e poderia olhar para o mundo real.

A partir de então, se esclarece o mito inteiro. Ele representa a passagem do maior grau de ignorância para o conhecimento do real. Inicialmente, os homens são prisioneiros dos seus sentidos e acreditam no que vêem e ouvem (são os homens que contemplam a sombra e, iludidos, acreditam estar conhecendo o real).

Mas existe um outro mundo, da luz, do real, da verdade. É o que está fora da caverna. A luminosidade representa a inteligência humana, que liberta da ignorância e permite o conhecimento verdadeiro. Para Platão, o que é real e verdadeiro é o "Mundo das Idéias" (as teorias, os conceitos, produto do pensamento puro), do qual o "Mundo Sensível", este mundo que conhecemos, é apenas um arremedo. A crença e a ilusão têm como característica a impossibilidade de se reconhecerem como tais. A opinião e as crenças têm a força da verdade evidente e encontram sua maior fundamentação e legitimidade nos sentidos e no senso comum: todos vemos o Sol nascer no oeste e se pôr no leste, o que permite concluir que o Sol gira em volta da Terra para todos os que acreditam no sentido da visão como fonte de conhecimento. Além da beleza da teoria platônica descrita no Mito da Caverna, o que Platão antecipa em 26 séculos é que o conhecimento é uma realidade da alma humana. É uma criação do intelecto, que vai além dos fatos e dados do mundo dos sentidos. (SENAC, 2004)

6.5.3 OS SENTIDOS E O INTELECTO SÃO FONTES DE CONHECIMENTO MAS TAMBÉM DE ILUSÃO.

O conhecimento do real trabalha com idéias, com intelecto, imaginação e criatividade. E, com esse conhecimento, o homem interage com o mundo externo, com a sociedade, e o transforma, tendo como fundamentos as idéias de justiça, de beleza e de verdade. A relação espontânea e imediata que temos, desde a mais tenra infância, com os objetos externos a nós, é um processo de busca do conhecimento. Por aproximações e ampliações sucessivas, vamos apreendendo o real, identificando semelhanças e diferenças, categorizando, criando instrumentos de comunicação com os outros homens pelas formas de pensar e falar sobre os objetos.

Pela linguagem, criamos um pano de fundo comum das formas de pensar vigentes na cultura. Na verdade criamos um sistema de pertencimento ao mundo, entendendo e interagindo com estratégias para compreendê-lo e nele nos situarmos. Convém ressaltar que os sentidos: tato, audição, olfato, paladar e visão, bem como as faculdades mentais da percepção, memória, imaginação, linguagem e reflexão são fontes do conhecimento, mas, também de erro e ilusão. Erramos se nos orientarmos pelos sentidos, mas da mesma forma se nos guiamos apenas pelo intelecto. (op.cit.).

6.5.4 O CONHECIMENTO E A INFORMAÇÃO SÃO REALIDADES DA ALMA HUMANA, É CRIAÇÃO CULTURAL DO INTELLECTO NA ERA DA INFORMAÇÃO

Uma vez que o espírito humano tem dificuldade de se identificar como fonte do erro, estabelece-se, muitas vezes de forma inconsciente, a seguinte relação:

As faculdades da razão e do pensamento são origem da verdade; as faculdades da vontade e da imaginação são fontes de erro. Atribui-se e inibem o erro, aos preconceitos, às emoções e ao senso comum. No entanto, no mesmo sujeito que imagina, sonha, anseia, deseja e devaneia convivem, de forma indissociável, a razão, o pensamento, o entendimento, a consciência e o conhecimento. Conforme sua capacidade de gerenciar esse antagonismo da condição humana, o sujeito torna-se mais ou menos apto para alcançar o conhecimento. (SENAC, 2004).

CASTELLS (1999) argumenta que o primeiro modelo de relação natureza-cultura foi caracterizado, durante milênios, pela dominação da natureza sobre a cultura. “Os códigos de organização social, expressavam quase que diretamente a luta pela sobrevivência diante dos rigores incontroláveis da natureza”.

Entramos em um modelo genuinamente cultural de informação e de interação: “Por essa razão, é que a informação representa o principal ingrediente da nossa organização social”.

Em razão da convergência da evolução histórica e da transformação tecnológica, a sociedade está entrando em um terceiro estágio, em que a cultura se refere a si mesma, tendo suplantado a natureza ao ponto desta ser renovada (ou preservada artificialmente como uma forma cultural), este é o sentido do movimento ambientalista: reconstruir a natureza como forma cultural ideal. (CASTELLS, 2003)

A partir de 1950, a sociedade passou por mudanças e transformações em sua estrutura que levaram alguns escritores como Davenport (2001) a afirmar que:

“A sociedade estaria entrando em uma nova Era, com base não mais em elementos tradicionais, que foram inovadores do seu espaço histórico. Nesta nova Era tornou-se mais evidente o seu insumo: a informação”.

A relevância da informação de uma nova sociedade é altamente evidenciada com o papel de poder que passa a ser composto na hierarquia social: Dado, Informação e Conhecimento que nos levou à descobrir e vivenciar a **Era da Informação**.

6.5.5 PARA ALCANÇAR O CONHECIMENTO, O SUJEITO PRECISA APRENDER A GERENCIAR SEUS SENTIMENTOS E SEU PENSAMENTO

No período correspondente à Idade Moderna (séculos XV a XVIII, em especial na primeira metade do século XVII), em defesa da preponderância da razão sobre as demais faculdades humanas, a ciência e a filosofia mutilaram o inconsciente, a espiritualidade, as emoções, os instintos, as histórias individuais, os estágios de desenvolvimento cognitivo, as motivações, os interesses, os contextos, as culturas, tradições, e a subjetividade. Dessa forma autoritária, fragmentaram e fragilizaram o sujeito do conhecimento, moldando-o para ser racional e conhecedor da verdade.

Nessa época da História, o que foi negado é que o ato de conhecer é extremamente complexo, envolvendo percepções, traduções e reconstruções cerebrais. É de uma abstração sobre o mundo e as coisas da realidade que resultam idéias, teorias, sistemas, que podem ou não ter correspondência no real.

Nosso usuário, especial ou não, assim como nós, sofre da complexidade da condição humana e que vive das dúvidas inerentes a cada um. O mundo, o real, o externo a nós traz consigo as incertezas próprias da vida. O conhecimento decorrente dessa realidade é por isso relativo, provisório e sujeito ao erro e à ilusão. Caímos na imprevisibilidade. Estamos no reino da aventura com o desafio de criar uma outra forma de educação que, sem negar a racionalidade do conhecimento, dê espaço para as contradições, ambigüidades e diversidades. Nesse sentido, podemos adotar alguns procedimentos:

- problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- reconhecer a tendência ao erro e à ilusão;
- partir da visão mais geral, global, de conjunto e contexto para depois entender o local;
- estabelecer relações e influência entre diferentes fatos;
- reconhecer a existência de uma identidade comum e complexa dos seres humanos;
- procurar estudar aquilo que não se compreende;
- criar recursos para enfrentar o imprevisto, o inesperado, a incerteza, o caráter desconhecido da natureza humana.

A forma de saber como ocorre o conhecimento é fundamental. A compreensão acerca da natureza do conhecimento, de como ele acontece, está intimamente ligado a como se organiza o processo de aprendizagem. Afinal, a compreensão dessa questão interfere nas prioridades estabelecidas no entendimento, determinando desde o tipo de comunicação que se estabelece com os deficientes visuais até a escolha de procedimentos metodológicos, do material a ser pesquisado e, do próprio processo de retenção do conhecimento.

6.5.6 ATUALMENTE O CONHECIMENTO É ENTENDIDO COMO UM PROCESSO EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO/RECONSTRUÇÃO

O problema referente à maneira como se dá o processo de conhecimento é extremamente complexo, o que tem dado margem à elaboração das mais variadas teorias. Para efeito de nosso estudo, a aprendizagem será enfocada sob o pressuposto das epistemologias modernas, que entendem o conhecimento não como um "dado", como algo já acabado, que se possa repassar ou transmitir a outro, mas como um processo em permanente construção/reconstrução. Sobre essa característica do conhecimento, vale a pena retomar as palavras de Pedro Demo:

O conhecimento moderno está menos ligado a conteúdos do que em procedimentos metodológicos de superação dos conteúdos. O exemplo da Informática já é paradigmático: cada novo computador é feito para ser jogado fora. Literalmente, morre de véspera. Não há como imaginar um computador final, porque a idéia de produtos e resultados acabados se extinguiu em ciência. E se o ser humano se apegar a produtos, também vai para o lixo, como é o caso das máquinas industriais". O autor vai além, afirmando que o lado atraente desta perspectiva é a valorização do "saber pensar e do aprender a aprender", cuja base seria o questionamento constante como forma de emancipação do sujeito, no sentido de não aceitar uma história dada, determinada de fora, ou condições objetivas fatais. "Na verdade, o questionamento sempre foi a alavanca crucial do conhecimento, em particular de sua marca inovadora. Não se pode negar que todo o questionamento também é desconstrutivo, pelo menos como ponto de partida. Só é questionável aquilo que apresenta imperfeições ou erros, e são estes que promovem a necessidade de mudar. Cada teoria nova é feita, não para atingirmos algum porto seguro, mas para navegar em frente. (DEMO, 1997).

O Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas citado abaixo, confirma os nossos propósitos de informar aos cidadãos, que a liberdade, a prosperidade e desenvolvimento são valores essenciais à nossa vida, fundamentados no conhecimento e aprendizagem permanentes em nosso meio social.

Liberdade, prosperidade e desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores fundamentais. Eles serão alcançados somente através da capacidade de cidadãos, bem informados, para exercerem seus direitos democráticos e terem papel ativo na sociedade [...] A biblioteca pública porta de entrada para o conhecimento, proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais. (Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas).

Segundo constou na palestra da bibliotecária Márcia Rosseto, apresentada no III SENABRAILLE (2004), a Declaração da IFLA sobre as Bibliotecas e a liberdade intelectual e os direitos da pessoa usuária de serviços prestados por profissionais da informação:

A Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) “apóia, defende e promove a liberdade intelectual,” tal como está definida na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, reafirmando que:

“Todos são iguais diante da sociedade”. Que o compromisso com a liberdade intelectual é uma responsabilidade essencial da profissão bibliotecária. Faz um chamado às Bibliotecas e ao pessoal que atua nelas, para a defesa dos princípios de liberdade intelectual, do acesso sem restrições à informação e da liberdade de expressão. Onde todos têm direito igual a atendimento e serviços oferecidos pelos profissionais de informação, onde não deverá haver discriminação por razão de religião, raça, sexo, idade, limitação física, psicológica ou por qualquer outro motivo”.

Para desenvolver nossos propósitos, todo o ambiente deve ser levado em consideração: os aspectos culturais, sociais, de comportamento, processos de trabalho, políticas públicas e, inclusive o que já existe em sistemas informacionais, aos quais Davenport, (2001) denomina “**Ecologia da Informação**”.

É o começo de uma existência e, “sem dúvida o início de uma nova era, a Era da Informação, marcada pela autonomia da cultura vis-à-vis das bases materiais de nossa existência” (CASTELLS, 2003).

6.5. 7. DEFICIÊNCIA VISUAL (apontamentos de sala de aula, do Curso de Mestrado em Educação- disciplina: **A Educação Especial e a Pessoa com Necessidades Educativas Especiais**, UFMS, 2000):

Distinguem-se dois tipos: os cegos e os indivíduos com baixa visão, caracterizados sob enfoques médico-oftalmológicos e educacional, que se implicam mutuamente. Esta tipologia visa facilitar o entendimento do que realmente seja a deficiência visual. (ANACHE, 2000)

6.5.7.1 DEFINIÇÃO MÉDICA OFTALMOLÓGICO:

“Cego: é aquele que tem 0,1 ou menos de acuidade visual no melhor olho, com a correção óptica possível ou, uma restrição no campo visual a 1 ângulo que subentende 20 graus ou menos.

Visão subnormal: são as pessoas que possuem acuidade visual entre 6/20 e 60/60 no melhor olho após correção óptica (óculos, lentes)

6.5.7.2 CLASSIFICAÇÃO QUANTO A IDADE DE OCORRÊNCIA DE PERDA DA VISÃO

(LOWENDEL, 1950)

- 1) Cegueira total congênita ou adquirida antes dos seis anos de idade.
- 2) Cegueira total adquirida após os cinco anos de idade.
- 3) Cegueira parcial adquirida
- 5) Visão parcial congênita (nas duas visões com resíduos:vultos, sombras, imagens visuais)
- 6) Visão parcial adquirida

OBS. As últimas categorias se diferem pelo grau de visão. Lowendel considera que aqueles que perderam a visão antes dos cinco anos de idade, não são capazes de reter uma imagem visual útil.

6.5.7.3 PRINCIPAIS CAUSAS DA CEGUEIRA

Catarata Congênita: Opacidade do cristalino desde o nascimento, impedindo a chegada dos raios luminosos à retina.

Glaucoma: Doença caracterizada pela dureza do olho em consequência do aumento da tensão intra-ocular, causando perturbações visuais transitórias ou definitivas, chegando à cegueira.

Oncocercose: Tumoração (câncer) na córnea, levando à cegueira.

Tracoma: Doença contagiosa assentada, de preferência na conjuntiva palpebral superior e no fundo do saco, onde forma pequenas granulações (donde o nome, que também se lhe dá, de conjuntivite granulosa) e que ataca, também a córnea.

Traumatismo: Conjunto de doenças causadas por ferimento grave, por tombo, etc. Podendo perder a visão.

Xeroftalmia: Oftalmia caracterizada por degeneração da conjuntiva, que se apresenta seca e enrugada, com ausência de secreção lacrimal, em consequência de falta de vitamina A.

6.5.7.4 DEFINIÇÃO EDUCACIONAL:

Cegos: alunos que apresentam perda total ou resíduo mínimo de visão, necessitando do Sistema Braille como meio de leitura e escrita e outros métodos, recursos didáticos sonoros e equipamentos especiais para sua educação.

Visão Subnormal: ou Baixa visão o aluno que apresenta visão residual em grau que lhe permita ler impressos à tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos com letras

ampliadas e equipamentos especiais, com iluminação adequada, lente, lupa e outros, para atender a limitação de seu campo visual facilitando a sua educação.

6.5.8 CONCEITOS DE DEFICIÊNCIA VISUAL, transcrito de (BRASIL. MEC, 2001).

Para melhor compreensão da nossa pesquisa são necessários alguns conceitos sobre a classificação dos Deficientes Visuais:

Baixa visão: “É a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes que interferem ou limitam o desempenho visual do indivíduo. A perda da função visual pode ser severa, moderada ou leve, podendo ser influenciada também por fatores ambientais inadequados”.

Pessoas com baixa visão – “São as que apresentam desde condições de indicar projeção de luz até o grau em que a redução da acuidade visual interfere ou limita seu desempenho. Seu processo educativo se desenvolverá, principalmente por meios visuais, ainda que com utilização de recursos específicos como óculos especiais, lentes microscópicas, lupas e outros”.

Cegueira: “É a perda total da visão até a ausência de projeção de luz”.

Pessoas cegas: “São aquelas que apresentam desde ausência total de visão até a perda da projeção da luz. O processo de aprendizagem far-se-á através dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato, paladar), utilizando o Sistema Braille, como principal meio de comunicação escrita”.

Com estas informações descritas, pretende-se ter um novo olhar apoiado na Ciência da Informação com uma visão abrangida pela Ecologia do Conhecimento. Podemos considerá-la como o conjunto inserido no ecossistema de relações ensino-aprendizagem construindo-se um conhecimento diferenciado para os portadores de deficiência visual.

A explicação que Capurro (1991) oferece a respeito dessas questões pauta-se na idéia:

A Ciência da Informação apóia-se em três paradigmas epistemológicos: **o paradigma da representação, o paradigma da relação fonte-canal-receptor e o**

paradigma platônico. O primeiro paradigma tem como base o fato de que o ser vivente é cognoscente, ou seja, é observador de uma realidade externa e separada dele. O processo de conhecer consiste na assimilação desse mundo através da capacidade de criar representações dos objetos do mundo na mente do ser cognoscente. O segundo paradigma toma o fenômeno da comunicação humana como uma metáfora a ser aplicada a diferentes níveis de realidade. Quando o ser humano se comunica, diz-se que ele troca informação. A partir desta premissa, a Ciência da Informação é fundamentalmente preocupada com o impacto da informação sobre aquele que a recebe. Ao mesmo tempo, aqueles que recebem a informação são usuários de informação preocupados em resolver seus problemas. E, sob o ponto de vista do último paradigma, o conhecer humano não é um dos processos” biológicos, psicológicos ou sociológicos, mas é algo objetivo por si mesmo. Assim, a Ciência da Informação volta-se para o estudo do “mundo da informação” contribuindo para a análise e para a construção desse mundo.

Nesta linha de pensamento, muitos têm sido os trabalhos que abordam a questão da informação como elemento gerador de conhecimento. Segundo Barreto (1997):

Os anos 80, são marcados por uma modificação no posicionamento dos agentes que operam as práticas informacionais, em virtude da inserção de novos modelos tecnológicos e conceituais. A informação passa a ser vista como um fator que se relaciona com o conhecimento e com o desenvolvimento humano. Ela é considerada como fator modificador da consciência do homem e de seu grupo social.

Assim, as idéias básicas, subjacentes aos estudos da Ciência da Informação, é a de que o conhecimento ocorre quando a informação é percebida e aceita, sendo toda alteração provocada no estoque mental de saber do indivíduo, oriunda da interação com estruturas de informação. Este modo de compreender a informação e o conhecimento pode ser encontrado na “equação fundamental“ de Brookes (1980), para quem o conhecimento:

É uma estrutura de conceitos ligados por suas relações e informação, é como uma pequena parte dessa estrutura. A estrutura de conhecimento, que pode ser subjetiva ou objetiva, é transformada pela informação em nova estrutura de conhecimento.

O usuário adquire autoconfiança ao organizar seus processos mentais e ao ser valorizado enquanto realiza suas pesquisas. Ele compreende que suas idéias se tornam imensamente enriquecidas quando ouve as idéias dos outros, trocam-se as informações, mesmo que seja para duvidar e conferir do que foi dito. Ao ter de explicitar hipóteses, ou provar algo para si ou para outros como professores, colegas, etc, ele aprende mais. Traçando um caminho mental auxiliando-o a aprender como se aprende e a formar o seu conhecimento.

Ao desenvolver um ambiente adequado para pesquisas, o bibliotecário, “cientista da informação”, ou responsável pelas unidades de informação estabelecem alguns procedimentos facilitadores da aprendizagem:

- Propiciam aos usuários deficientes visuais o acesso aos materiais à sua disposição, afim de que possam realizar suas pesquisas. Este fato instiga-os a explicitarem seus pensamentos indo adiante em seus raciocínios,
- Lança dúvidas em cima de dúvidas,
- Admite outros caminhos inesperados,
- Leva os usuários especiais a perceberem que pode haver múltiplas hipóteses e formas de realizar o que procuram.
- Mostra a contribuição das demais áreas do saber, como elas são constituídas e se inter-relacionam na busca de novas aprendizagens.
- É uma construção coletiva de profissionais a partir de grande esforço e pesquisas, nunca suficientes para abstrair todo o conhecimento e a verdade.

6.5.9 ORIENTAÇÕES NO RELACIONAMENTO COM DEFICIENTES VISUAIS:

Geralmente ao estabelecermos contato com as pessoas deficientes visuais, seja de forma ocasional ou regular, ficamos inseguros sobre como agir diante das diferentes situações que possam ocorrer.

É importante, antes de tudo considerar que a convivência em qualquer nível ou dimensão, constitui tarefa complexa. Implica em negociações, concessões, acordos e ajustes. Não por outro motivo, todas as sociedades humanas, em qualquer tempo histórico, trataram de elaborar e implementar códigos de etiqueta, encarregados de dirigir harmoniosamente as relações, amenizando o confronto das diferenças, desafios constantes na invenção do cotidiano.

Nos casos onde a diferenciação social se dá através de marcas inscritas no corpo, tais estigmas podem tornar-se emblemáticas, enviesando todo o processo de interação. Em tais circunstâncias, desinformação, falta de esclarecimentos, estereótipos e as fantasias que daí derivam, dificultam ainda mais o convívio com os deficientes visuais.

6.5.10 “ORIENTAÇÕES NO RELACIONAMENTO COM PESSOAS DEFICIENTES”:

(Lista reproduzida)

Esta informação, é uma espécie de código de etiqueta no qual a relação com as pessoas deficientes visuais, recebem uma orientação básica, desenhada pelo negativo. Dizendo o que **não** se deve fazer no contato com o deficiente visual, define-se, em linhas gerais, um modo de tratamento adequado às interações das quais ele participa. As possibilidades de interação humana são muito amplas e as soluções encontradas pelos grupos para o convívio social harmônico sem dúvida ultrapassam em muito as situações contempladas na listagem de Robert Atkinson, diretor do Braille Institute of America - Califórnia. Esta, porém, sem dúvida proporciona orientações essenciais para um primeiro e, eventualmente, duradouro contato, virtude suficiente para, após adaptá-la à realidade cultural brasileira, republicá-las neste espaço:

Devemos agir naturalmente ao dirigir-se a uma pessoa com deficiência visual.

Trate-as com respeito e consideração. Se for uma criança, trate como criança.

Se for adolescente, trate-a como adolescente. Se for uma pessoa adulta, trate-a como tal.

Não as ignore. Cumprimente e despeça-se delas normalmente, como faria com qualquer pessoa.

Dê atenção a elas, converse e vai ver como será divertido. Seja natural, diga palavras amistosas.

Não super proteja. Deixe que ela faça ou tente fazer sozinha tudo o que puder. Ajude apenas quando for realmente necessário.

Não subestime sua inteligência. As pessoas com deficiência visual têm suas limitações podem até levar mais tempo para aprender, mas são capazes de adquirir muitas habilidades intelectuais e sociais.

Lembre-se: o respeito está em primeiro lugar e só existe quando há troca de idéias, informações e vontades. Por maior que seja a deficiência, lembre-se da eficiência da pessoa que ali está.

Ao chegamos até aqui, certamente nos importamos com o assunto e compreendemos que a maior barreira não é arquitetônica, mas a falta de informação e preconceitos.

Assim, compartilhemos deste texto com todas as pessoas do nosso relacionamento e peçamos que elas façam o mesmo.

Fonte:<http://www.prodam.sp.gov.br/acess/http://www.mbonline.com.br/cedipod/index.htm> (efetuamos alguns acréscimos ao original).

(Texto de Robert Atkinson(Diretor do Braille Institute of America, California).

Adaptação feita pela equipe técnica da Divisão de Documentação e Informação do Departamento Técnico-Especializado e da Divisão de Reabilitação do Departamento de Atendimento Médico, Nutricional e de Reabilitação do Instituto Benjamin Constant, contando com a participação da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais - ABEDEV.

É importante: Lembrar que com o mesmo código de comunicação o deficiente visual ficará mais seguro nas suas interações. Se forem crianças pequenas deve-se usar sempre a mesma forma para estabelecer rituais, costumes e indícios que podem ser: a voz, os passos, os cheiros, o barulho dos objetos, o movimento, a maneira de pegar. Todos estes indícios ajudam-na a organizar-se para a ação, e evitando sustos, auxiliam na antecipação – capacidade de prever o que vai acontecer. As pessoas que vêem pouco ou nada necessitam de pistas integradas de: audição, tato, sinestesia, olfato para poderem se antecipar nas suas relações.

Qualquer movimento muito brusco, vozes estranhas e objetos desconhecidos podem representar ameaças. Por isso, deve-se ter paciência e tentar compreender o que se passa com o deficiente visual. Deve-se usar a mesma forma de agir, tocar e falar. Dar tempo para a sua adaptação.

6.5.11 SUGESTÕES AO ENCONTRARMOS UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL.

Assim procedendo, verificaremos o quanto é importante e enriquecedor aprender a conviver com a diversidade!

Muitas pessoas não deficientes ficam confusas quando encontram uma pessoa com deficiência visual. Isso é natural. Todos nós podemos nos sentir desconfortáveis diante do "diferente".

Esse desconforto diminui e pode até mesmo desaparecer quando percebermos que existem muitas oportunidades de convivência entre pessoas deficientes e não deficientes.

Não faça de conta que a deficiência não existe. Se você se relacionar com uma pessoa deficiente visual como se ela não tivesse uma deficiência, você vai estar ignorando uma característica muito importante dela. Dessa forma, você não estará se relacionando com ela, mas com outra pessoa, uma que você inventou, que não é real.

Aceite a deficiência. Ela existe e você precisa levá-la na sua devida consideração. Não subestime as possibilidades, nem superestime as dificuldades e vice-versa. As pessoas com deficiência visual têm o direito, podem e querem tomar suas próprias decisões e assumir a responsabilidade por suas escolhas.

Ter uma deficiência visual não faz com que uma pessoa seja melhor ou pior do que uma pessoa não deficiente. Provavelmente, por causa da deficiência, essa pessoa pode ter dificuldade para realizar algumas atividades e, por outro lado, poderá ter extrema habilidade para fazer outras coisas. Exatamente como todo mundo.

A maioria das pessoas com deficiência visual não se importam de responder a perguntas, principalmente aquelas feitas por crianças, a respeito da sua deficiência e como ela realiza algumas tarefas. Mas, se você não tem muita intimidade com a pessoa, evite fazer perguntas muito íntimas. Quando quiser alguma informação de uma pessoa deficiente visual, dirija-se diretamente a ela e não a seus acompanhantes ou intérpretes.

Por mais tentador que seja acariciar um cão-guia, lembre-se de que esses cães têm a responsabilidade de guiar um dono que não enxerga. O cão nunca deve ser distraído do seu dever de guia.

Sempre que quiser ajudar, ofereça ajuda. Sempre espere sua oferta ser aceita, antes de ajudar. Sempre pergunte a forma mais adequada para fazê-lo. Mas não se ofenda se seu oferecimento for recusado. Pois, nem sempre, as pessoas com deficiência visual precisam de auxílio. Às vezes, uma determinada atividade pode ser mais bem desenvolvida sem assistência.

Se você não se sentir confortável ou seguro para fazer alguma coisa solicitada por uma pessoa deficiente visual, explique-se e sinta-se livre para recusar. Neste caso, seria conveniente procurar outra pessoa que possa ajudar.

As pessoas com deficiência visual são pessoas como você. Têm os mesmos direitos, os mesmos sentimentos, os mesmos receios, os mesmos sonhos.

Você não deve ter receio de fazer ou dizer alguma coisa errada. Aja com naturalidade e tudo vai dar certo.

Se ocorrer alguma situação embaraçosa, uma boa dose de delicadeza, sinceridade e bom humor nunca falham.

6.5.11.1 COMO DAR APOIO AO ESTUDANTE CEGO

Os estudantes com deficiência visual não têm a mesma possibilidade que os seus colegas em tirar apontamentos das aulas, recorrendo à gravação.

Caso o docente se oponha, deverá fornecer com antecedência, ao estudante, elementos referentes ao conteúdo da cada aula.

Nas aulas deverão ser evitados termos como "isto" ou "aquilo", uma vez que não têm significado para um estudante que não vê.

Quando utilizar o quadro, o docente deverá ler o que escreveu para que, ao ouvir a gravação da aula, o estudante tenha a noção do que foi escrito.

Se usar transparências o docente poderá proceder do seguinte modo: antes do início da aula fornecer ao estudante uma cópia em Braille (ou em caracteres ampliados ou mesmo em suporte digital), e se isso não for possível, fornecer no final uma cópia; durante a apresentação identificar e ler o conteúdo da transparência.

Quando recorrer a quadros, figuras ou slides deverá descrever o seu conteúdo. Alguns estudantes que não nasceram cegos, que ainda conservam algum resíduo visual, têm uma memória residual de objetos, figuras, etc.

6.5.11.2 AUXÍLIOS PARA ORIENTAÇÃO EM GERAL:

Auxílios para orientação são todos os instrumentos e meios empregados por pessoas deficientes visuais para desenvolver, organizar ou melhorar o entendimento das relações espaciais básicas, visando facilitar a compreensão de ambientes específicos, reavivar a memória de percursos, rotas e áreas, assim como para aumentar sua habilidade em planejar percursos alternativos, com o objetivo de capacitá-las a se locomoverem independentemente em áreas não-familiares. Ajudam a esclarecer conceitos, complementando a informação verbal.

“As descrições apenas verbais dos videntes não são suficientes para a maioria dos indivíduos deficientes visuais; são inadequadas ou ineficientes, não permitindo uma conceituação substancial”. (WELSH e LASCH, 1980).

6.5.11.3 RASTREAMENTO (LINHA-GUIA) GUIJARRO (1992)

Esta técnica é desenvolvida para se conseguir uma linha paralela de direção a uma superfície dada, com o objetivo de localizar objetos ou pontos de referência.

Os auxílios para orientação podem ser classificados em três grupos: maquetes, auxílios gráficos e auxílios verbais.

Lembramos, entretanto, que a relação do DV. com o meio ambiente deve ser iniciada através da exploração do esquema corporal, de noções espaciais, de volume etc. O aprendizado deve partir da utilização das medidas do próprio corpo, como palmo, passada etc., para medir distâncias e alturas.

6.5.12 MAQUETES

Instrumento auxiliar muito valioso na exploração e domínio de novos ambientes, as maquetes são representações tridimensionais de objetos ou grupos de objetos encontrados juntos em um ambiente. Devem ser utilizadas pelos DVs. desde suas primeiras tentativas de locomoção. Em escala reduzida, elas reproduzem, sintetizando, acidentes de terreno, diferenças de altura na superfície etc.

6.5.13 AUXÍLIOS GRÁFICOS

Os auxílios gráficos, compreendidos por mapas ou diagramas, podem ser táteis, Visual-táteis ou somente visuais, para os portadores de visão subnormal. A utilização de mapas tem por objetivo a melhor compreensão de percursos, pontos de lazer e turismo, vias de acesso, de serviços públicos etc. O DV. necessita de dados cartográficos palpáveis, em relevo, com tintas ou texturas diferentes ao tato, para indicar água ou acidentes do terreno, ou com tintas de cores fortes e contrastantes para os indivíduos com visão baixa ou subnormal.

6.5.14 AUXÍLIOS VERBAIS

Nesta categoria se incluem recursos auditivos, como toca-fitas, ou escritos gravados em Braille para cegos, ou em tinta com tipos ampliados para usuários amblíopes ou com baixa visão.

O toca-fitas pode ser utilizado para o reconhecimento de ambientes e percursos, bem como para prestar informações detalhadas de pontos de referência, pontos de interesse histórico e cultural. É ideal para deficientes visuais não habilitados em leitura Braille.

6.5.15 TÉCNICA DE PROTEÇÃO SUPERIOR

- *Objetivo:* proteger a parte superior do corpo de obstáculos altos, em ambientes desconhecidos ou perigosos, como toldos, andaimes, galhos de árvores etc., bem como facilitar a localização de objetos como vasos pendurados, prateleiras etc.
- *Posição:* braço levantado à frente do corpo, flexionado em ângulo reto, cotovelo em ângulo obtuso, rotação de antebraço para dentro, palma da mão para fora, em linha diagonal em relação ao corpo, a uma distância aproximada de 20 centímetros. Manter braço e dedos relaxados para evitar choques. Usar preferencialmente o braço contrário à parede, para evitar lastimar o cotovelo.

Para crianças pequenas recomenda-se que coloque a mão à altura do rosto, para maior proteção.

Cuidado! Objetos fora de lugar como sapatos atirados a esmo, brinquedos jogados ao chão, e pisos escorregadios constituem constante fonte de perigo. Há necessidade de se enfatizar a importância da ordem e da limpeza do ambiente.

6.5.15 TÉCNICA DE PROTEÇÃO INFERIOR

- *Objetivo:* proteger a parte inferior do corpo, em ambientes desconhecidos ou perigosos, portas entreabertas, gavetas mal fechadas, mobiliário em geral, assim como para facilitar a localização de cadeiras, mesas, pias, portas etc.
- *Posição:* braço e antebraço abaixados à frente do corpo, em uma linha reta diagonal, a aproximadamente 20 centímetros de distância; palma da mão para dentro, braço e dedos relaxados para evitar choques. O braço é utilizado como um pára-choque.

Se a pessoa preferir, à medida que for adquirindo maior autoconfiança, e também como medida puramente estética, pode aproximar gradualmente o braço, até levá-lo a uma postura mais cômoda e que chame menos a atenção, como "segurar" a fivela do cinto ou atitude similar.

6.5.17 SENTAR-SE

O ato de sentar-se deve ser acompanhado de atitudes adequadas, seguras, polidas e confortáveis. Se orientado pelo guia vidente, este conduzirá o DV. a meio passo da cadeira ou da poltrona, colocará sua mão sobre o espaldar (encosto) da mesma e permitirá que ele deslize a mão por seu braço até tocar o encosto. Com este simples gesto, estará dando ao DV. a oportunidade de pesquisar por si, sem a obrigatoriedade de informá-lo verbalmente. Já no primeiro toque, o DV. receberá várias informações, tais como altura da cadeira, material de que é feita, peso, existência de braços, ou seja, identificará todas as suas características.

6.5.18 LIMPEZA DO ASSENTO

O DV. pesquisar a existência de objetos, sujeira ou líquidos na superfície do assento, executando movimentos ordenados com o dorso da mão, num gesto corriqueiro e displicente, normal a todas as pessoas que "espanam" a cadeira antes de sentar-se em lugares públicos.

6.5.19 SENTAR-SE À MESA

Ao aproximar-se ou ser conduzido à mesa de refeições ou reuniões, o DV. procurará fazer contato com o espaldar da cadeira; com a outra mão, fará contato com a borda da mesa. Moverá então a cadeira para trás, o suficiente para que possa sentar-se, o que fará controlando-a com a perna. Iniciarão movimento de sentar-se, puxando consigo a cadeira, até que esteja a uma distância confortável e alinhado à borda da mesa.

Ao deixar a mesa, deverá realizar os movimentos em ordem inversa e, preferencialmente, recolocar a cadeira na posição inicial.

6.5.20 SENTAR-SE EM UM LOCAL ESTANDO SOZINHO

Ao sentar-se e encontrar por si só um assento vago em bibliotecas em auditório, teatro ou igreja quase lotados é tarefa quase impossível para uma pessoa deficiente visual. Sendo assim, é uma situação em que deve aceitar o auxílio de um guia vidente.

6.5.21 CUMPRIMENTO

O ato de cumprimentar e responder a um aperto de mãos de maneira polida, direta e objetiva, evitando tocar inadvertidamente o corpo do outro, deve seguir algumas regras básicas. Quando o encontro se dá entre uma pessoa cega e um vidente, o DV. deverá simplesmente estender sua mão direita e esperar o aperto de mão da pessoa vidente. Para, no entanto, evitar situações embaraçosas e constrangedoras, como a de estender a mão e não ser cumprimentado, uma atitude empregada por alguns deficientes visuais é "estender a mão com a palma voltada para cima, numa atitude de receptividade" (depoimento). É um gesto econômico, sutil e não corre o risco de ser notado, caso o cumprimento não seja retribuído.

6.5.22 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONVERSAÇÃO E LINGUAGEM:

Muitos deficientes visuais encontram grande dificuldade em manter o rosto voltado para seu interlocutor durante a conversação, alguns porque nunca foram alertados para o fato, outros por quererem garantir uma fiel recepção auditiva. Ambas as atitudes provocam demasiado desconforto social em seu interlocutor, Goffman (1978) afirma:

O fato de que a pessoa cega não consiga voltar o rosto para os olhos dos co-participantes é um acontecimento que repetidamente viola a etiqueta da comunicação e repetidamente desorganiza os mecanismos da interação falada.

Isto ocorre porque o cego está privado das pistas de comunicação social proporcionadas pelas expressões fisionômicas, gestos e movimentos da outra pessoa. O DV. usa expressões faciais e gestos menos freqüentemente e com menos propriedade que os videntes.

Por outro lado, indivíduos cegos causam espanto nos participantes de uma conversação quando mantêm naturalmente seu olhar "preso" ao de seu interlocutor:

[...] as pessoas cegas algumas vezes aprendem a olhar diretamente para seu interlocutor, ainda que seu olhar não signifique visão; porque assim evitam fixar o olhar no espaço ou inclinar a cabeça, ou ainda, violar, sem saber, o código relativo aos sinais de atenção, por meio dos quais se organiza a interação verbal. (TELFORD e SAWREY, 1976).

Já o interlocutor vidente encontra, freqüentemente, certa dificuldade em encarar a pessoa deficiente visual. De acordo com Goffman, (1978)

Os cegos, seguramente, proclamam bastante a sua condição, sem acrescentar a ela nenhum fato cosmético. Não vejo nada que possa aumentar tanto a tragédia da posição de um homem cego do que o sentimento de que, na luta para recuperar a visão, ele não só foi derrotado, como perdeu também o aspecto saudável de sua aparência.

Consultando Piaget, (1990), aprendemos que “a construção da linguagem depende da função simbólica, e da capacidade de distinguir o significado do significante. A aquisição da linguagem só será possível se for representada por imagens daquilo que se vivenciou, organizou e estruturou no período sensório-motor”.

O usuário especial precisa conhecer os objetos do seu modo: explorando-os pelo tato, som ou cheiro, para saber como funciona, o que faz com ele, para que serve, para poder dar-lhes um significado. Ele usa muito o canal auditivo para interação e controle do meio ambiente. Tudo o que as pessoas videntes compreendem automaticamente pela visão, as pessoas com deficiência visual necessitam vivenciar com seu próprio corpo, de forma integrada, assimilando as informações por si mesmas.

Conhecer e tocar as pessoas, fazendo o rastreamento tátil, ajuda o usuário DV. a construir sua auto-imagem e formar a imagem mental do outro.

Estes usuários demonstram prazer em ouvir música, principalmente se for cantada, o ruído sonoro como por exemplo as ondas do mar, os pingos da chuva, e outros ruídos ensinando por detrás e batendo palmas, para que se possa perceber e imitar na compreensão dos significados reais das palavras e a sua representação simbólica.

Convivendo com outras pessoas os deficientes visuais aprendem a expressar seus desejos, sentimentos, emoções, enfim, participar da vida, são suas marcas temporais e espaciais para a construção do sistema de significados e linguagem, além de possibilitar-lhes o intercâmbio de serem partícipes de um propósito educacional socialmente válido na ecologia informacional.

6.6 ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO: APLICAÇÃO DA INDEXAÇÃO DE RECORTES DE JORNAIS E ARTIGOS DE PERIÓDICOS NA BIBLIOTECA BRAILLE

Os assuntos e técnicas relacionando a indexação à arquitetura da informação tem sido difundidos nas unidades de informação, biblioteca Braille e organizações em geral.

A arquitetura da informação se constitui como um meio e não como um fim em si, para que as unidades de informações possam atingir seus objetivos estratégicos entre eles, a satisfação de seus usuários, parceiros e da comunidade na qual está inserida.

É importante entender que os conceitos utilizados na indexação são universais e adequados a qualquer tipo de biblioteca e sendo apresentado nos mais variados suportes. Devem ser utilizados de forma integrada considerando a organização holisticamente tendo como objetivo primordial o atendimento à demanda dos usuários.

Para o usuário o seu foco de interesse está no conteúdo e não no documento. Um empresário, por exemplo, procura a informação para agregar valor aos seus produtos, melhorando a qualidade dos mesmos, reduzindo custos para a obtenção de maiores resultados. Um pesquisador tem o interesse em conhecer as últimas pesquisas e publicações em seu tema de estudo para atualização e novas descobertas. Um usuário especial, com certeza, estará interessado nas últimas legislações da sua área.

Cada usuário tem um interesse específico que deve ser levado em conta no momento do atendimento nas Unidades de Informações (U I's) isto, significa que a U I deve estar preparada com serviços e produtos à disposição dos usuários, com indexadores (no trabalho em questão ele terá um papel relevante como arquiteto da informação) que tenham perfil apropriado, capacitados e motivados para se conseguir um bom desempenho de suas funções.

É importante definir e documentar os procedimentos que possam orientar como são executadas cada etapa do processo. O registro de dados possibilita a geração de indicadores de desempenho das atividades das UIs que alimentam as informações internas sobre os resultados obtidos para a tomada de decisão, definindo o que, quando e quanto fazer, estabelecidos pelo planejamento e programação da organização.

Neste trabalho pretendemos apresentar uma experiência que poderá ser realizada na Biblioteca Braille, desenvolvendo a indexação de artigos de periódicos e recortes de jornais. Destacando que as atividades de indexação, constituem um dos pilares fundamentais da arquitetura de serviços de armazenamento e recuperação da informação.

São definidos os conceitos sobre: INFORMAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, INDEXAÇÃO e outros conceitos, de acordo com a

citação dos autores consultados à respectiva área do conhecimento.

6.6.1 INFORMAÇÃO: Le Coadic (1996) a define como “conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”.

A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação.

6.6.2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Para Barreto (2001) “o objeto da ciência da informação tem como preocupação”:

Os princípios e as práticas da criação, organização e distribuição da informação, bem como o estudo dos fluxos da informação desde sua criação até a sua utilização, e a sua transmissão ao receptor em uma variedade de formas, através de uma variedade de canais. (MACEDO, 2003)

6.6.3 ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO: “Em um sentido mais amplo, a Arquitetura da Informação simplesmente se constitui de uma série de ferramentas que adaptam os recursos às necessidades da informação”.

Ela faz a “ponte” entre o comportamento, os processos e o pessoal especializado e outros aspectos da empresa como: métodos administrativos, estrutura organizacional e espaço físico, inclui mapas, diretórios e padrões.

A arquitetura da Informação ao conduzir o usuário aos locais onde os dados se encontram, melhora muito a possibilidade de estes serem utilizados de maneira eficiente. (DAVENPORT, 1998).

O termo Arquitetura da informação, “como registra a literatura, foi utilizado pela primeira vez pelo arquiteto Richard Saul Wurman em 1976, que definia o conceito como a “ciência e a arte de criar instruções para espaços organizados”. (apud MACEDO, 2003).

Parte-se da hipótese de que a Arquitetura da Informação é a parte do escopo da Ciência da Informação que se concentra na estruturação de Sistemas de Informação, com vistas a promover o acesso à informação, considerando a integração entre contexto, conteúdos e uso. (apud MACEDO, 2003).

Afirma-se ainda que a Arquitetura da Informação, para qualificar-se como disciplina, deve construir seu arcabouço teórico e delimitar seu campo de atuação, e que este não pode estar atrelado a ambientes informacionais específicos ou dependentes de tecnologias específicas, ou seja, não pode ter sua aplicação limitada a Web, por exemplo.

Para confirmar esta premissa, será apresentado um modelo de arquitetura da informação que pode ser aplicado ao ciclo da informação em qualquer ambiente

informativo. Entende-se por ambiente informativo o espaço que integra um contexto, conteúdos e usuários. (op. cit.).

6.6.4 A INDEXAÇÃO pode ser conceituada como:

A representação do conteúdo temático (assuntos) por meio de termos selecionados de algum tipo de vocabulário controlado. Na indexação por extração, palavras ou expressões que aparecem num texto são extraídas e utilizadas para representar o conteúdo do texto como um todo. (LANCASTER, 1993).

Wooster (1964) é ainda mais pragmático. Ele se refere à indexação como a atribuição que temos “provavelmente relacionados de alguma forma com o conteúdo intelectual do documento original, para ajudá-lo a encontrá-lo quando dele se precisar”.

Olafsen e Vock (1983) colocam essa particularidade com clareza:

O indexador tem de fazer conjecturas (hipótese, idéia) sobre quais as consultas que serão formuladas pelo futuro usuário do sistema. Independentemente do grau de habilidade aplicada a esse exercício de adivinhação, ainda assim serão conjecturas, enquanto o usuário recorre ao sistema trazendo sua própria questão concreta, e as associações que ele faz podem ser diferentes das do indexador.

Jones (1976), citando Anderson (1971), destaca que “certas partes de um documento são gratificantes para o indexador”: Parágrafos de abertura (de capítulos ou seções) frases de abertura e encerramento de parágrafos parecem ser especialmente ricos de palavras indexáveis. Isto confirma as conclusões de Baxendale (1958) em seu trabalho sobre o desenvolvimento de processos de indexação automática de documentos. A norma internacional sobre indexação de assuntos (ISO 5963 – 1985 [E]) oferece orientações adicionais para o exame de um documento.

Na Indexação as partes importantes de um texto devem ser examinadas cuidadosamente principalmente as seguintes:

a) título b) resumo quando houver c) sumário d) introdução, frases e parágrafos de abertura de capítulos,) conclusões f) ilustrações, gráficos, tabelas e respectivas legendas,) palavras ou grupos de palavras que apareçam sublinhados ou impressos com tipos diferentes:

OBS. Não é recomendável fazer a indexação apenas do título, e o resumo não deve ser um substituto do texto. Tanto os títulos como os resumos podem conter enganos, ou serem inadequados, muitas vezes, nenhum dos dois constitui uma fonte confiável que o indexador requer”. Documentos não impressos, como os meios audiovisuais, visuais e sonoros, inclusive os objetos tridimensionais, a projeção de um filme, exigem procedimentos diferentes. Então a indexação será feita a partir de um título ou de uma sinopse, ou mesmo assistir ou ouvir o que se encontra gravado. (LANCASTER, 1993).

6.6.5 ESPECIFICIDADE – PRINCÍPIO

É o princípio que, isoladamente, é o mais importante da indexação de assuntos, e que remonta a Cutter (1876), é aquele segundo o qual um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente. Ex. Um artigo sobre cultivo de laranjas, será indexado sob LARANJAS e não sob FRUTAS CÍTRICAS ou FRUTAS. (op. cit.)

6.6.6 ÍNDICES PRÉ-COORDENADOS:

“ A flexibilidade inerente aos sistemas pós-coordenados deixa de existir quando os termos de indexação são impressos em papel ou em fichas catalográficas convencionais ou automatizadas, os índices impressos e os catálogos em fichas são pré-coordenados, suas características são:

- 1) É difícil representar a multidimensionalidade das relações entre os termos.
- 2) Os termos somente podem ser listados numa determinada seqüência (A, B, C, D, E), o que implica que o primeiro termo é mais importante do que os outros.
- 3) Não é fácil (senão completamente impossível) combinar termos no momento em que se faz uma busca.

Os índices mais amplamente usados são: o KWIC (keyword in context) [palavra-chave no contexto], KWOC (keyword out of context) [palavra-chave fora do contexto] e suas variantes. O índice KWIC é o método mais simples de produção de índices impressos por computador, tem uma certa eficiência, pois cada palavra-chave é vista em seu “contexto”.

“Normalmente remetem apenas para alguma forma de número de documento, sendo preciso reportar-se a esse número a fim de obter detalhes bibliográficos completos sobre o item apresentado”. (LANCASTER, 1993).

Armstrong e Keen (1982) descrevem o processo de elaboração de entradas para um índice articulado da seguinte forma: Os termos de entrada são reordenados de tal maneira que cada um deles se liga ao seu vizinho original, por meio de uma palavra funcional ou uma pontuação especial conservando-se assim, a estrutura similar à de uma frase ainda que, muitas vezes disposta numa ordem diferente. Exemplo:

INDEXAÇÃO DE PERIÓDICOS DE QUÍMICA POR PESQUISADORES - -
 PERIÓDICOS DE QUÍMICA, INDEXAÇÃO DE - POR PESQUISADORES - -
 QUÍMICA, PERIÓDICOS DE INDEXAÇÃO DE, POR PESQUISADORES.

6.6.7 VOCABULÁRIO CONTROLADO:

É essencialmente uma lista de termos autorizados. Em geral, o indexador somente pode atribuir a um documento termos que constem na lista adotada pela instituição para a qual trabalha. No entanto ele é mais do que uma mera lista. Inclui em geral, uma forma de estrutura semântica que se destina: a reunir termos cujos significados apresentam relação mais estreita entre si e também para:

- 1) controlar sinônimos, optando por uma forma padronizada, com remissivas de todas as outras.
- 2) diferenciar homógrafos - ex. PERU (PAÍS) e PERU (AVE) e outros.

6.6.8 LINGUAGEM NATURAL:

Keen e Digger (1972) compararam o desempenho de vários tipos de vocabulários no campo da ciência da informação. Talvez de uma maneira não muito imprevisível, essa pesquisa desenvolvida por estes autores produziu resultados que tendem a corroborar com os resultados de estudos anteriores:

As linguagens não-controladas que foram testadas tiveram, em geral, um desempenho tão bom quanto o das linguagens controladas, ao proporcionarem uma eficácia de recuperação coerentemente boa e um desempenho de eficiência que jamais chegou a ser tão ruim quanto o da pior linguagem controlada, nem tão bom quanto as melhores, e em nenhum caso essas diferenças foram estatisticamente importantes . (op. cit.).

Os pesquisadores, ainda afirmam:

O que prescreve para a melhor linguagem da indexação é, evidentemente, que apresente a mais alta especificidade possível sem ter de empregar dispositivos de precisão que sejam mais complexos do que a simples coordenação (e com pouca ou nenhuma pré-coordenação de termos). e, realmente, parece que as palavras simples da linguagem natural se aproximam da provisão desse nível ótimo de especificidade. (op. cit.).

6.6.9 PRINCÍPIOS DA INDEXAÇÃO

Na prática da Indexação, raramente ao indexador é dado o tempo hábil para uma leitura atenta e completa de um documento. A indexação de assuntos e a redação de resumos são atividades intimamente ligadas, porque envolvem a preparação do conteúdo temático dos documentos. Aquele que resume redige uma descrição narrativa ou síntese do documento, enquanto o indexador, descreve seu conteúdo ao empregar um ou vários termos de indexação,

comumente selecionados de algum tipo de vocabulário controlado. Os processos de indexação identificam o assunto de que trata o documento: o resumo serve para sintetizar o conteúdo do documento. Os termos utilizados na indexação serão com frequência extraídos de algum tipo de vocabulário controlado, como um tesauro, mas também podem ser termos” livres “extraído do próprio documento. O propósito principal da elaboração de índices e resumos é construir representações de documentos publicados numa forma que se preste à sua inclusão em algum tipo de base de dados. Essa base de dados de representações pode ser impressa (como numa publicação de indexação e resumos, como o Chemical Abstracts ou o Engineering Index), em forma legível por computador (quando a base de dados muitas vezes será o equivalente aproximado de um serviço impresso) ou em fichas (como num catálogo convencional de biblioteca).

Os arquitetos da informação (indexadores) necessitam saber muito dos princípios da indexação. Devem em especial estar a par dos interesses da comunidade atendida e das necessidades de informação dos membros dessa comunidade. Recomenda-se que o indexador não fique nos bastidores, mas que também procure desempenhar outras atividades, inclusive a de bibliotecário de referência. O indexador precisa conhecer os instrumentos que irão auxiliá-lo na indexação, sendo quatro as possibilidades:

- 1) Anotação no próprio documento;
- 2) Preenchimento de algum tipo de formulário impresso em papel;
- 3) Gravação numa fita de áudio (para Bibliotecas Braille principalmente) ou o
- 4) Preenchimento de um formulário que é mostrado na tela de um monitor de vídeo.

Segundo Tinker, ao atribuir um descritor (isto é, um termo de indexação) a um documento o indexador:

Declara que esse descritor possui um alto grau de relevância para o conteúdo do documento; quer dizer, ele declara que o significado do descritor está fortemente associado a um conceito incorporado ao documento, e que é adequado à área temática do documento”. (LANCASTER, 1993).

6.6.10 QUALIDADE DA INDEXAÇÃO

Define-se a “boa indexação” como a que permite que se recuperem itens de uma base de dados durante buscas para as quais eles sejam respostas úteis, e que impede que sejam recuperadas quando não sejam respostas úteis.

Cooper (1978) vai um pouco além: “Justifica-se a atribuição de um termo a um documento se a utilidade média associada a essa atribuição for positiva, e injustificada se for negativa” A palavra “utilidade” está aqui como sinônimo de “benefício”.

A eficácia de uma triagem depende de dois fatores:

1) Em que grau o arquiteto da informação que faz a busca entende aquilo de que o usuário realmente precisa.

2) Em que medida as representações de documentos armazenadas na base de dados indicam de que tratam os documentos.

Existem erros na indexação: falhas de análise conceitual:

1) Deixar de reconhecer um tópico que se reveste de interesse potencial para o grupo usuário a ser atendido.

2) Interpretar incorretamente de que trata realmente um aspecto do documento, acarretando termos inadequados.

O indexador experiente identificaria e procuraria corrigir os seguintes erros antes da inclusão de um registro na base de dados. O arquiteto da informação infringirá a política, especialmente a que se refere à exaustividade da indexação quando:

1) Deixar de empregar os elementos do vocabulário da forma como devem ser utilizados (ex. Combinação incorreta de cabeçalho principal/subcabeçalho).

2) Não utilizar um termo no nível correto de especificidade (o termo escolhido não é o mais específico existente).

3) Empregar termo incorreto por não ter conhecimento especializado.

4) Omitir um termo importante.

O Sistema de Indexação que estamos tratando, se subdivide em duas partes:

1) Subsistema de indexação de recortes de jornais

2) Subsistema de indexação de artigos de periódicos.

O volume de documentos gerados e incorporados ao acervo de uma Biblioteca Braille leva-nos à adoção de um sistema que seja ágil no atendimento das informações. Pode ser estabelecido um sistema de indexação por palavras-chave, utilizando os índices KWIC (Key Word in Context - índice de palavras-chave existentes no contexto) e sua aplicação no controle dos vocábulos empregado na recuperação pelo volume crescente e a diversidade de termos.

A linguagem natural deve ser empregada no processo de recuperação se necessário, utiliza-se a linguagem controlada, onde deve haver o cuidado com a padronização dos termos, através de uma indexação temática estudada, normalizada e uniforme, procurando, com isto, que haja uma coincidência entre a linguagem de indexação e a linguagem de busca.

6.6.11 O SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS

A Biblioteca Braille deverá, manter um serviço de divulgação de notícias jornalísticas, e de artigos de periódicos como uma de suas atividades oferecidas aos professores, aos alunos cegos e amblíopes (baixa visão) e comunidade em geral. Visando responder, às necessidades de atualização dos usuários e sistematizar a tarefa de análise de assuntos, maximizando a utilização dos documentos.

O serviço se constitui na manutenção de um fluxo regular: informações relevantes aos usuários, de acordo com os seus interesses e necessidades, tendo em vista, principalmente, a pesquisa e a interdisciplinaridade de estudos e projetos desenvolvidos.

É de competência do setor a seleção, montagem, divulgação, preparação para a indexação das notícias contidas nos principais jornais da região, complementadas por jornais de outras localidades.

6.6.11 SELEÇÃO E MONTAGEM

São selecionados recortes sobre assuntos de interesse dos usuários, encontrados nos jornais e em artigos de periódicos, arrolados em uma lista alfabética, com codificação seqüencial. Os termos, até então usados para a descrição de assuntos, são escolhidos da formulação das consultas e dos contatos diários e diretos com os usuários. Os recortes são montados em folhas pré-carimbadas na parte inferior à direita. do carimbo constam dados que identificam o jornal, espaço para a data da notícia e para o assunto não esclarecido na manchete.

6.6.12 – DIVULGAÇÃO

Após as etapas de seleção e montagem, as notícias devem ser divulgadas, seletivamente, de maneira a atingir, não só a grupos de técnicos envolvidos em tarefas com objetivos comuns, mas também às necessidades individuais, segundo um esquema de prioridades e o "cadastro de interesses e interessados". Estabelece-se, e se controla a escala de prioridades dentro de cada assunto, tendo em vista as funções e tarefas dos setores onde os técnicos, usuários e professores estão lotados.

Quando os documentos retornam ao setor, são armazenadas em arquivos convencionais, em pastas suspensas ordenadas pelos assuntos e obedecendo internamente uma ordem cronológica das notícias.

6.6.13 USO E APROVEITAMENTO DOS DOCUMENTOS: SUA IMPORTÂNCIA

Todo o documento que é indexado é gerado tendo em vista a pessoa ou o setor interessado. O recorte de jornal poderá conter uma notícia importante, caso não haja interesse, não será selecionado. O grande valor deste arquivo está fundamentado no fato de ser excelente fonte para pesquisas retrospectivas. Por exemplo: dentro dos assuntos "administração federal, estadual ou municipal" é possível se traçar perfil do desenvolvimento do pensamento político de interesse dos administradores, durante determinado período ou gestão, pelas notícias e pronunciamentos publicados, etc. Trata-se de uma pesquisa muito importante para os cargos diretivos do órgão, além da comunidade como um todo.

6.6.14 ACESSO E FREQUÊNCIA DE CONSULTAS

Considerando o arquivo como instrumento de informação, pode-se classificá-lo, como um arquivo dinâmico. Isto é, os documentos são constantemente consultados e, por isso, devem ser de fácil acesso. A documentação arquivada é sempre considerada corrente, pois mesmo aquela tida como histórica, pode retornar ao ciclo de utilização, por uma necessidade qualquer. É utilizado o índice de consulta de notícias atuais, tanto quanto o índice das pesquisas retrospectivas. A forma de acesso é um parâmetro muito importante na avaliação dos resultados, pois está diretamente relacionada à recuperação da informação.

O arquivo constituído por artigos de periódicos pode ficar junto, com o de recortes de jornais, dos últimos meses, arquivados por assuntos e em ordem cronológica tendo o acesso direto; ordenadas alfabeticamente por assuntos. O acesso pode ser direto, mas usualmente é feito indiretamente com a utilização do índice KWIC.

6.6.15 PREPARAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

A documentação a ser indexada é toda preparada pelo próprio bibliotecário ou indexador. Como os recortes já são montados nos tamanhos limites estipulados o arquivamento, a preparação consiste nas seguintes etapas:

- Seleção e expurgo de notícias de atualidade temporária;
- Divisão por assunto; - Contagem;
- Elaboração de lista de assuntos com as respectivas quantidades de recortes;

São, então, enviados para o processamento, os recortes agrupados por palavras-chave, escritas em seguida em caracteres Braille e já ordenados cronologicamente.

6.6.16 INDEXAÇÃO

Passa-se à fase de indexação dos recortes e artigos que, após o processamento dos dados que dará origem ao índice KWIC. A indexação se constitui num ponto fundamental nas técnicas de organização de arquivos de documentação. Complementada pela codificação, compõe o método global de recuperação de informações.

6.6.17 INDEXAÇÃO PRÉ-COORDENADA E PÓS-COORDENADA

A preocupação inicial e primordial na implantação da indexação pré-coordenada onde os termos representam conceitos simples e são combinados no momento de sua preparação, ou seja, os termos são elaborados com o objetivo de identificar itens específicos. As expressões compostas, que expressam assuntos compostos, são previamente combinados.

Na indexação pós-coordenada os termos são combinados ou correlacionados no momento da pesquisa, para a recuperação da informação. Prevendo-se o uso de uma recuperação "on-line" num futuro próximo, deve-se optar pela pós-coordenação, que oferece:

- a) diminuição sensível da quantidade de termos indexados;
- b) menor trabalho na recuperação.

A adoção de uma indexação pós-coordenada não exclui o uso paralelo da pré-coordenação, principalmente quando o significado dos descritores simples, pós-coordenados, é diferente de seu significado no descritor composto, ou ainda, quando pode resultar em dois descritores diferentes, ambíguos. A pós-coordenação é usada quando a combinação de termos simples não leva à ambigüidade por representar sempre o mesmo conceito.

6.6.18 DESCRITOR E NÃO-DESCRITOR

Passaremos a tratar por descritor e não-descritor os termos indexados autorizados ou não autorizados.

Descritor é um termo de indexação selecionado, empregado para representar sem ambigüidade, os conceitos. O descritor é o elemento de uma linguagem documentária que pode ser usado, independente do texto, para armazenagem e recuperação dos conceitos que ele contém. (LANCASTER, 2003).

Por descritor entende-se também que são termos autorizados que o indexador atribui a um documento, para descrever seu conteúdo temático. Não descritores são termos não autorizados que compreendem sinônimos ou quase-sinônimos e formas diferentes das palavras. São conhecidos também como termos de entrada.

6.6.19 PRINCIPAIS REGRAS DE INDEXAÇÃO

Exporemos, resumidamente, algumas das principais regras de indexação, e que servem de base para o trabalho desenvolvido numa Biblioteca Braille.

6.6.20 SUBSTANTIVO

Os descritores são usados, sempre que possível, na forma substantiva, ou no gerúndio; a forma verbal deve ser evitada bem como a adjetiva. Emprega-se o substantivo adjetivado quando, na pós-coordenação, os descritores reunidos resultam em conceitos diferentes.

6.6.20.1 – ADJETIVOS

Há certo número de casos em que o emprego do adjetivo ou de outras formas não substantivos são necessárias. Uma vez que os objetivos podem ser pré-coordenados com substantivos e terem a entrada como descritores compostos. A decisão de admitir adjetivos isolados deverá ser adotada por considerações, ser prática e flexível.

Recomenda-se a pré-coordenação sempre que um adjetivo aparecer com muita frequência, associado a outro termo particular.

6.6.20.2 NÚMERO

Para determinar o número do descritor toma-se por base, sempre o termo como é usado na linguagem natural. Procura-se empregar no singular os termos indicativos de: materiais; propriedades específicas; nomes próprios e disciplinas.

Usa-se o plural sempre que o termo for conhecido mais dessa forma ou que, quando usada em ambas as formas tenham sentidos diferentes em cada uma delas.

6.6.20.3 HOMÓGRAFOS

Os termos homógrafos - vocabulário com a mesma grafia, mas; - significados diferentes, devem ser diferenciados pela adjetivação.

Quando tal procedimento não é possível, as formas entre parênteses, são utilizadas incluindo-se, então, palavras de diferenciação.

6.6.20.4 ABREVIATURAS E SIGLAS

As abreviaturas somente deverão ser usadas quando os seus respectivos significados estiverem bem definidos entre o grupo de usuários específicos e também internacionalmente, devendo existir vantagens de ordem prática na sua adoção. Caso contrário, devem ser evitadas.

As siglas que formam um termo devem ser aceitas como descritor, quando bem conhecidas dentro da especialidade, bem como aquelas que são familiares aos usuários do sistema.

6.6 .20.5- ALGARISMOS

Os elementos numéricos de um termo indexador são sempre indicados em algarismos arábicos, quer se trate de números romanos ou ordinais.

6.6.21 - TERMINOLOGIA CIENTÍFICA

É dada preferência à adoção do termo usual em lugar do termo científico.

6.6.21.1 - ORTOGRAFIA

Adota-se a ortografia mais comumente aceita e fazem-se remissivas das diferentes versões indicando sua sinonímia.

6..6.21.2 - TRADUÇÃO

Muitos termos técnicos correntes foram formados pela tradução de palavras de outras línguas, mas, às vezes, um termo de língua estrangeira moderna ou um termo grego ou latino é incorporado ao vocabulário especializado de um determinado assunto. Quando o termo estrangeiro e sua tradução admitida coexistem com o mesmo significado, deverão ser incluídos no vocabulário, sendo um deles o descritor e o outro um não-descritor, fazendo-se remissivas para indicar a sinonímia.

6.6.21.3 DESCRITOR X KWIC

O controle de uso dos descritores e não-descritores, é feito através de estudo Cada termo é transcrito em ficha própria, onde, além do termo, haverão suas remissivas, observações, definições, etc.

Os termos indexadores usados para o índice Kwic serão os mesmos usados na

indexação dos livros e publicações seguidas do termo escrito em linguagem Braille. Pretende-se com isto, uma linguagem única de recuperação da informação, visando atender em geral o mesmo usuário.

6.6.21 - DESCRITOR E O ÍNDICE KWIC DE RECORTES DE JORNAIS

Sempre que possível far-se-á a modificação necessária para que possa ser determinado o descritor no próprio título da notícia jornalística, mas quando tal fato não ocorre, quer seja porque a modificação necessária descaracterizaria o título, o descritor é colocado entre barras. O caso mais comum é o aparecimento de sinônimos. Neste caso, se o descritor autorizado está no título da notícia, basta marcá-lo; caso contrário é usado o descritor entre barras.

O uso do singular e plural, bem como o problema de homógrafos não oferece maiores dificuldades, principalmente no segundo caso, pois um título de notícia dificilmente é composto de uma só palavra e um homógrafo, uma frase não deixa margem a dúvidas quanto ao seu significado. O mesmo ocorre com as outras normas, tendo sofrido algumas adaptações, sempre que necessário e sendo estudados constantemente os casos isolados.

6.6.22 - MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO VOCABULÁRIO CONTROLADO

Para atualização e manutenção do vocabulário controlado é necessário fazermos verificações periódicas sobre:

- a) Análise de frequência de utilização dos descritores;
- b) Análise da existência de descritores que são, na verdade sinônimos;
- c) Eliminação de descritores nunca utilizados por serem redundantes;
- d) Eliminação e substituição dos descritores que se tornaram ultrapassados;
- e) Subdivisão de descritores que reúnem grande quantidade de documentos, isto é, aumento de especificidade dos termos de indexação. Por outro lado, a seleção de novos descritores decorre da necessidade de inclusão no sistema, de conceitos novos, que devam ser analisados conforme as normas usadas para a escolha inicial de termos indexadores.

6.6.24 O SUBSISTEMA DE INDEXAÇÃO DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS

O crescente volume da produção cultural divulgada em periódicos sobrecarrega as dependências disponíveis de qualquer Biblioteca. O processo de indexação adotado propiciou dois outros importantes benefícios: a complementação das coleções, usualmente com falhas, a seleção e indicação dos artigos a serem indexados de maior interesse.

6.6.25. FINALIZANDO: Aqui relatamos alguns dos métodos de utilização do serviço de referência e indexação, para as adaptações necessárias ao trabalho de uma Biblioteca Braille. Este conhecimento pretende ser divulgado para fins de intercâmbio técnico, com centros de documentação ou bibliotecas especiais; principalmente para troca e melhoria no sistema de gestão de indexação e de comunicação para Bibliotecas Braille. Citando Totterdell, ele oferece um corolário (proposição - proposta) final para as principais formas de necessidades a serem atingidas: necessidade não-ativadas, necessidades não expressas e necessidades expressas. “Há três principais áreas de eficiência na Biblioteca”.

- 1) A satisfação das necessidades expressas,
- 2) A promoção e direcionamento das necessidades não-expressas,
- 3) A participação da Biblioteca no desenvolvimento de necessidades não ativadas .

Neste tópico, colocamos que há necessidade de sempre melhorar o foco da pesquisa: de um exame das fontes, formas e sistemas utilizados pelos indexadores que poderão aprimorar a qualidade do atendimento. O que deixará os usuários satisfeitos para explorar o papel significativo da arquitetura da informação na comunidade à qual estão inseridos. Utilizando como suporte os recursos da informática que, inegavelmente representaram salto qualitativo no acesso das pessoas cegas e com baixa visão à informação, ampliando consideravelmente suas possibilidades. Graças aos softwares disponibilizados, foi possível a ampliação do campo de trabalho, de cultura, de lazer e das relações interpessoais. Contudo, não devemos esperar que a informática por si só, seja capaz de suprir todas as necessidades educacionais e interacionais destes usuários. A eliminação definitiva dessa defasagem só será alcançada, no dia em que os grupos sociais de atendimento tiverem a coragem de mudar paradigmas vivenciados seja na escola, na família, na biblioteca ou qualquer outro segmento social de comprometimento de todos os envolvidos com a instauração de políticas públicas, para haver equilíbrio, paz, elegendo a leitura e a escrita como canais de fortalecimento e não de segregação das pessoas deficientes. Quando os deficientes visuais não tiverem que enfrentar os obstáculos que os impeçam de prosseguir em seus caminhos e, não ficarem renegados ao segundo plano, mas forem tratados de forma tão natural quanto as demais pessoas. Queremos crer que os estudiosos da arquitetura da informação, da informática e dos sistemas operacionais preverão outras formas de inserção dos usuários especiais por meio de interfaces auditivas e táteis para impulsionar a emancipação social das pessoas deficientes, das cegas e com baixa visão, possibilitando-lhes a inclusão de participar de um projeto educacional feliz, eficaz, compensador, realizador e valioso.

6.7 O GRANDE SONHO DA INCLUSÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS NAS BIBLIOTECAS ESPECIAIS EM BRAILLE

Ao iniciarmos este tópico, à guisa desta apresentação, vislumbramos um novo cenário onde, a distinção inerente de cada ser humano, leva-nos a concluir que as pessoas desenvolvem habilidades distintas, e algumas mesmo com limitações, precisam executar suas tarefas. Com o advento das tecnologias de informática e comunicação, foi possível desenvolver novas formas de realizar estudo, lazer e trabalho ampliando-as aos deficientes de modo geral, e em especial aos deficientes visuais, atores deste estudo.

O ser humano é um grande sonhador, curioso e criativo. Por agir assim foi capaz de envolver-se com seus concidadãos, trocando, aprendendo, ensinando e transformando os seus sonhos em forma de invenções e descobertas, inventou máquinas e instrumentos que facilitassem o seu trabalho. Com o advento das novas tecnologias, provou e modificou a comunicação, o conhecimento, e aprimorou sua interação na sociedade.

Através da globalização, os espaços se encurtaram, o mundo tornou-se a “aldeia global”, prevista e descrita por Mac-Luhan, onde os acontecimentos ocorrem e simultaneamente são divulgados por muitas redes de acesso, chegando-se à Sociedade da Informação e do Conhecimento. Que de um lado expandiu a técnica de informações velozes, a construção de computadores mais potentes e de outro, agravou a exclusão educacional, inclusive a exclusão digital. A tecnologia estimula o aprendizado e torna o ensino mais dinâmico e agradável. Mas nossa missão de educadores e sonhadores deve permanecer, pois é esta a motivação que nos faz vibrar quando vemos o resultado do nosso empenho. Nada é tão gratificante do que sonhar com dias melhores, ter consciência da realização de um trabalho bem feito, de um bom atendimento, de disponibilizar a informação que o usuário procura, de ter ensinado alguém a ler e a escrever, de cumprir nossa tarefa de educadores e colher os frutos daquilo que plantamos...

Freire, (1986) expõe muito bem o seu pensamento quando declara:

Ai de nós educadores, se deixarmos de sonhar sonhos possíveis. Os profetas são aqueles e aquelas que se molham de tal forma nas águas de sua cultura e de sua história, da cultura e da história do seu povo, que conhecem o aqui e o agora, por isso, podem prever o amanhã, que eles mais do que advinham, realizam.

Motivados por esses ideais pensamos que a inclusão dos deficientes nas Bibliotecas pode até parecer utópico, mas não é impossível. Haja vista o crescente número deles que conquistam seu espaço

numa melhor alternativa para galgar novos conhecimentos através de cursos de formação, de nível básico, superior e de pós-graduação.

Quando nos motivamos ao acolhimento dos deficientes visuais nas Bibliotecas Braille, deixamos de segregá-los e, passamos a ter para com eles um comportamento normal, e eficiente, podendo nos ancorar na definição elaborada por (Sasaki, 2001) informando-nos:

O princípio da inclusão no nosso estudo prevê a integração, onde todos, sem ou com necessidades educativas especiais, em particular os portadores de deficiência, possam interagir em um mesmo ambiente em congruência com os interesses, as características e necessidades para um aprendizado global.

A Biblioteca Braille também deve ser o local de inclusão, onde a existência das novas tecnologias de informação adequadas e adaptadas aos indivíduos possibilite melhorias e mudanças em suas atitudes e meios sociais, conforme a colocação da autora Costa (1995):

A utilização de novas tecnologias de informação é imposta nos mais variados setores da sociedade. Fazem assim com que os indivíduos de diferentes níveis sócio-econômicos e culturais convivam com um grande número de modernos produtos que o desenvolvimento científico e tecnológico coloca à disposição dos mesmos. No entanto as tecnologias de informação geram diversidades e mudanças na sociedade, provocando diferentes impactos e exigindo uma nova postura por parte dos indivíduos diante dos novos cenários então vivenciados.

Concordando com esta perspectiva, temos em Tarapanoff (1997) que:

A principal mudança foi a tecnológica, alavancada a partir da popularização e disponibilização para as massas, das novas tecnologias e da telemática. Redes optoeletrônicas interativas, com alcance mundial e de capacidade virtualmente ilimitada, propiciam hoje, a toda população, um extraordinário acesso á informação, criando o que se popularizou chamar de Sociedade da Informação e do Conhecimento. Nesta conjuntura, a unidade informacional, caracterizada como uma organização social de prestação de serviços, desempenha a atividade supersimbólica de provisão de serviços e produtos informacionais.

6.7.1 PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO EM BIBLIOTECAS E OUTROS AMBIENTES INTERNOS OU DESCONHECIDOS

Para adquirir segurança, confiança e domínio em Bibliotecas ou de ambientes desconhecidos, o DV, precisa ser levado a pesquisar detalhadamente cada ambiente novo, realizando o reconhecimento de uma forma ordenada e seqüencial, com utilização da técnica de rastreamento.

É de grande utilidade para ele ser informado sobre todos os aspectos do edifício, desde a

forma geométrica aproximada do prédio, número de andares, corredores, distribuição das salas, até — e principalmente — as saídas de emergência, locais de perigo ou que não ofereçam suficiente segurança física.

É necessário que o DV conheça o tipo e localização das janelas, tipo de piso, localização dos sanitários, escadas e quaisquer outras informações que o ajudem a fazer uma imagem de cada ambiente, "recheando-o" com o mobiliário correspondente, "pintando-o" com as respectivas cores e "habitando-o" com seus usuários. Essas informações, ainda que à primeira vista possam parecer supérfluas, são de imensa valia para o deficiente visual, pois estimulam sua memória visual.

Sua locomoção far-se-á com o braço estendido ao longo do corpo, de forma relaxada, portando o objeto com a ponta (ou a brasa, no caso do cigarro) voltada para baixo, o dorso da mão para fora. Qualquer outra posição acarretará o risco de ferir-se ou de ferir os demais.

Outros obstáculos que representam risco de segurança física ao deficiente visual, são portas entreabertas (inclusive de armários), gavetas mal fechadas, venezianas semi-abertas sobre paredes externas, cadeiras afastadas da mesa etc. Tanto os deficientes visuais como seus familiares e colegas de trabalho e estudo devem ser esclarecidos sobre os perigos que representam estes descuidos, responsáveis por inúmeros acidentes, cortes e ferimentos.

Objetos fora de lugar como cadeiras, gavetas semi fechadas, pisos escorregadios constituem constante fonte de perigo. Há necessidade de se enfatizar a importância da ordem no ambiente.

Quando houver mudança na distribuição do mobiliário da casa, da biblioteca, da sala de aula ou ambiente de trabalho, o deficiente visual. deverá, sempre que possível, participar da "dança dos móveis", ou dela ser informado o mais breve possível. Quando em ambientes externos ou não-familiares, deve evitar tocar paredes ou obstáculos com as mãos, utilizando sempre a bengala que significa a continuação de seus dedos, para detectar e explorar objetos.

Ao hospedar-se em um hotel ou residência alheia, é importante que seja informado sobre saídas alternativas, como destrancar as portas externas, a quem recorrer em caso de necessidade etc.

Torna-se necessário ao DV. procurar obter noções de primeiros socorros para casos de necessidade. Deve também ser esclarecido sobre como atuar em caso de emergência e conhecer as saídas de emergência de sua escola, apartamento ou local de trabalho, assim como a localização dos extintores de incêndio.

É importante para o DV estabelecer seu próprio ritmo de marcha, regulando-o para uma velocidade adequada que leve em consideração sua segurança e a dos demais. É preciso igualmente estar sempre alerta para os descuidos e inadvertências alheias, movimentando-se com precaução para reduzir ao mínimo as possibilidades de choques ou sobressaltos:

Uma medida adotada por alguns deficientes visuais é dividir o ambiente em quatro partes, no caso de ser um aposento de forma quadrada; ou, caso seja retangular, dividi-lo em seis partes, à semelhança de uma cela Braille, para efeito de pesquisa e memorização (Handbook., 1974).

O deficiente visual deve estar atento a todos os estímulos que recebe, elaborando mentalmente o que detectar auditivamente, por exemplo, onde se localiza o telefone; através do sentido do olfato, determinar a localização da cozinha; através do sentido sinestésico, perceber aclives, rampas; por intermédio de sensações térmicas e táteis, determinar cruzamento de corredores, fontes de calor, passagens de ar etc.

“A percepção do espaço não se dá somente ao nível do que é ouvido, mas, também, do que é eliminado, dependendo da capacidade de concentração e interesse do indivíduo”. (PEREZ, 1981).

A movimentação através do ambiente requer não só a compreensão do corpo e conceitos básicos espaciais, como também uma avaliação do que existe no ambiente e como este pode ser dominado. Pistas e pontos de referência devem ser ressaltados, procurando fazer com que haja memorização suficiente para proporcionar ao DV, condições de orientar-se no novo ambiente e nele locomover-se com desenvoltura e segurança.

Villey (apud Telford e Sawrey, 1976), afirma:

“A pessoa cega também faz uso da sua 'memória motora'. Trata-se de um sentido de direção e distância, uma espécie de 'memória muscular'. Percebe-se que o destino se encontra a uma determinada distância, em função do tempo e do movimento”.

Ao detectar um foco de incêndio, não deve tentar apagá-lo em hipótese alguma sem ter, ao menos, absoluta certeza sobre o tipo de fogo. Deverá proceder da seguinte maneira, segundo orientação de Moroni (1987):

- avisar aos demais e abandonar o local o mais rapidamente possível;
- havendo crianças, idosos ou pessoas enfermas ou com dificuldade de locomoção, ajudar na evacuação do local;
- sendo necessário, ajudar a prestar os primeiros socorros;
- procurar o telefone mais próximo e chamar o Corpo de Bombeiros, dando nome, endereço e telefone;

- aguardar a confirmação ao lado do telefone, tendo o cuidado de deixar a linha desocupada.

6.7.2 COMO AGIR COM AS PESSOAS CEGAS OU COM BAIXA VISÃO NA BIBLIOTECA BRAILLE E EM OUTROS SETORES:

01 - Não trate as pessoas cegas como seres diferentes somente porque não podem ver. Saiba que elas estão sempre interessadas no que você gosta de ver, de ler, de ouvir e falar.

02 - Não generalize aspectos positivos ou negativos de uma pessoa cega que você conheça, estendendo-os a outros cegos. Não se esqueça de que a natureza dotou a todos os seres de diferenças individuais mais ou menos acentuadas e de que os preconceitos se originam na generalização de qualidades, positivas ou negativas, consideradas particularmente.

03 - Procure não limitar a pessoa cega mais do que a própria cegueira o faz, impedindo-a de realizar o que sabe, pode e deve fazer sozinha.

04 - Não se dirija a uma pessoa cega chamando-a de “cego” ou “ceguinho”; é falta elementar de educação, podendo mesmo constituir ofensa, chamar alguém pela palavra designativa de sua deficiência sensorial, física, moral ou intelectual.

05 - Não fale com a pessoa cega como se fosse surda; o fato de não ver não significa que não ouça bem.

06 - Não se refira à cegueira como desgraça. Ela pode ser assim encarada logo após a perda da visão, mas, a orientação adequada consegue reduzi-la a deficiência superável, como acontece em muitos casos.

07 - Não diga que tem pena de pessoa cega, nem lhe mostre exagerada solidariedade. O que ela quer é ser tratada com igualdade.

08 - Não exclame “maravilhoso”, “extraordinário”, ao ver a pessoa cega consultar o relógio, discar o telefone ou assinar o nome.

09 - Não fale de “sexto sentido” nem de “compensação da natureza” - isso perpetua conceitos errôneo. O que há na pessoa cega é simples desenvolvimento de recursos mentais latentes em todas as criaturas.

10 - Não modifique a linguagem para evitar a palavra ver e substituí-la por ouvir.

Conversando sobre a cegueira com quem não vê, use a palavra cego sem rodeios.

11 - Não deixe de oferecer auxílio à pessoa cega que esteja querendo atravessar a rua ou tomar condução. Ainda que seu oferecimento seja recusado ou mesmo mal recebido por algumas delas, esteja certo de que a maioria lhe agradecerá o gesto.

12 - Não suponha que a pessoa cega possa localizar a porta onde deseja entrar ou o lugar aonde queira ir, contando os passos.

13 - Não tenha constrangimento em receber ajuda, admitir colaboração ou aceitar gentilezas por parte de alguma pessoa cega. Tenha sempre em mente que a solidariedade humana deve ser praticada por todos e que ninguém é tão incapaz que não tenha algo para dar.

14 - Não se dirija à pessoa cega através de seu guia ou companheiro, admitindo assim que ela não tenha condição de compreendê-lo e de expressar-se.

15 - Não guie a pessoa cega empurrando-a ou puxando-a pelo braço. Basta deixá-la segurar seu braço, que o movimento de seu corpo lhe dará a orientação de que precisa. Nas passagens estreitas, tome a frente e deixe-a segui-lo, mesmo com a mão em seu ombro.

16 - Quando passear com a pessoa cega que já estiver acompanhada, não a pegue pelo outro braço, nem lhe fique dando avisos. Deixe-a ser orientada só por quem a estiver guiando.

17 - Não carregue a pessoa cega ao ajudá-la a atravessar a rua, tomar condução, subir ou descer escadas. Basta guiá-la, pôr-lhe a mão no corrimão.

18 - Não pegue a pessoa cega pelos braços rodando com ela para pô-la na posição de sentar-se, empurrando-a depois para a cadeira. Basta pôr-lhe a mão no espaldar ou no braço da cadeira, que isso lhe indicará sua posição.

19 - Não guie a pessoa cega em diagonal ao atravessar em cruzamento. Isso pode fazê-la perder a orientação.

20 - Não diga apenas “à direita”, “à esquerda”, ao procurar orientar uma pessoa cega à distância. Muitos se enganam ao tomarem como referência a própria posição e não a da pessoa cega que caminha em sentido contrário ao seu.

21 - Não deixe portas e janelas entreabertas onde haja alguma pessoa cega. Conserve-as sempre fechadas ou bem encostadas à parede, quando abertas. As portas e janelas meio abertas constituem obstáculos muito perigosos para ela.

22 - Não deixe objetos no caminho por onde uma pessoa cega costuma passar.

23 - Não bata a porta do automóvel onde haja uma pessoa cega sem ter a certeza de que não lhe vai prender os dedos.

24 - Não deixe de se anunciar ao entrar no recinto onde haja pessoas cegas, isso auxilia a sua identificação.

25 - Não saia de repente quando estiver conversando com uma pessoa cega,

principalmente se houver algo que a impeça de perceber seu afastamento. Ela pode dirigir-lhe a palavra e ver-se na situação desagradável de falar sozinha.

26 - Não deixe de apertar a mão de uma pessoa cega ao encontrá-la ou ao despedir-se dela. O aperto de mão substitui para ela o sorriso amável.

27 - Não perca seu tempo nem o da pessoa cega perguntando-lhe: “Sabe quem sou eu?” Veja se adivinha quem sou?”. Identifique-se ao chegar.

28 - Não deixe de apresentar o seu visitante cego a todas as pessoas presentes, assim procedendo, você facilitará a integração dele ao grupo.

29 - Ao conduzir uma pessoa cega a um ambiente que lhe é desconhecido oriente-a de modo que possa locomover-se sozinha.

30 - Não se constranja em alertar a pessoa cega quanto a qualquer incorreção no seu vestuário.

31 - Informe a pessoa cega com relação à posição dos alimentos colocados em seu prato.

32 - Não encha a xícara ou o copo da pessoa cega até a beirada. Neste caso ela terá dificuldades em mantê-los equilibrados.

33 - O pedestre cego é muito mais observador que os outros. Ele desenvolve meios e modos de saber onde está e para onde vai, sem precisar estar contando os passos. Antes de sair de casa, ele faz o que toda gente deveria fazer: procura informar-se bem sobre o caminho a seguir para chegar ao seu destino. Na primeira caminhada poderá errar um pouco, mas depois raramente se enganará. Saliências, depressões, ruídos e odores característicos, ele presta atenção para sua maior orientação.

Observações:

Nem sempre as pessoas cegas ou com deficiência visual precisam de ajuda, mas se encontrar alguma que pareça estar em dificuldades, identifique-se, faça-a perceber que você está falando com ela, para isso pode, por exemplo, tocar-lhe levemente no braço, e ofereça seu auxílio. Nunca ajude sem perguntar antes como deve fazê-lo.

Caso sua ajuda como guia seja aceita, coloque a mão da pessoa no seu cotovelo dobrado. Ela irá acompanhar o movimento do seu corpo enquanto você vai andando. É sempre bom você avisar, antecipadamente, a existência de degraus, pisos escorregadios, buracos e obstáculos em geral durante o trajeto.

Num corredor estreito, por onde só é possível passar uma pessoa, coloque o seu braço para trás, de modo que a pessoa cega possa continuar seguindo você.

Para ajudar uma pessoa cega a sentar-se, você deve guiá-la até a cadeira e colocar a

mão dela sobre o encosto da cadeira, informando se esta tem braço ou não. Deixe que a pessoa sente-se sozinha.

Ao explicar direções para uma pessoa cega, seja o mais claro e específico possível, de preferência, indique as distâncias em metros ("uns vinte metros a sua frente").

Algumas pessoas, sem perceber, falam em tom de voz mais alto quando conversam com pessoas cegas. A menos que a pessoa tenha, também, uma deficiência auditiva que justifique isso, não faz nenhum sentido gritar. Fale em tom de voz normal

As pessoas cegas ou com baixa visão são como você ou eu, só que não enxergam. Trate-as com o mesmo respeito e consideração que você trata todas as pessoas. No convívio social ou profissional, não exclua as pessoas com deficiência visual das atividades normais. Deixe que elas decidam como podem ou querem participar.

Proporcione às pessoas cegas ou com deficiência visual a mesma chance que você tem de ter sucesso ou de falhar.

Fique a vontade para usar palavras como "veja" e "olhe". As pessoas cegas as usam com naturalidade.

Quando for embora, avise sempre o deficiente visual. Lembre-se que nem sempre um cego é colega de outro cego.

6.7.3 BIBLIOTECA BRAILLE SUA IMPORTÂNCIA E CARACTERÍSTICAS

A Biblioteca Braille tem sua grande importância por se constituir um espaço de estudo e convivência freqüentado pelos deficientes visuais e franqueada a outros usuários.

O respeito à diversidade humana nos conduz a observar que as pessoas possuem habilidades diferentes e algumas necessitam de condições especiais, para poder desempenhar determinadas atividades. O desenvolvimento de ajudas técnicas, principalmente com a contribuição no século XX das tecnologias da informática e comunicação, permitem hoje que muitas pessoas deficientes encontrem as condições necessárias para que possam se dedicar às atividades de estudo, trabalho e lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento da sociedade (MAZZONI, TORRES, OLIVEIRA et al. 2001).

Esta citação de MAZZONI et al. (2001), reafirma as características expostas a seguir: aos Profissionais da Informação, para melhor atenderem aos usuários deficientes visuais:

- . Disponibilizar os recursos de informática interativos, através de som e fala, para o atendimento do indivíduo cego e de baixa visão, facilitando a compreensão e formas de comunicação relativas ao ensino e aprendizagem, além dos materiais escritos em Braille.

- . Disponibilizar os recursos de informática interativos, através de som e fala, para o atendimento do indivíduo cego e de baixa visão, facilitando a compreensão e formas de comunicação relativas ao ensino e aprendizagem, além dos materiais escritos em Braille.

- . Motivar e organizar o setor da Biblioteca Braille, planejando atividades pró-ativas, lúdicas, adaptadas e funcionais a cada necessidade.

- . Orientar professores, bibliotecários e familiares dos deficientes visuais e de baixa visão, visando sua inclusão na Biblioteca Braille, para a realização de um trabalho conjunto, promovendo o desenvolvimento do indivíduo especial, de seu grupo social, com o acréscimo do bem-estar num novo estágio de socialização e estímulos.

- . Promover o desenvolvimento do indivíduo, de seu grupo e da sociedade, entendendo este desenvolvimento como um acréscimo de bem estar, num novo estágio de convivência, alcançado através do atendimento do bibliotecário aos deficientes visuais, acrescentando as propostas de ação compiladas em Tarapanoff (1997):

Adotar a cooperação como principal estratégia, desenvolver parcerias, centrar processos, atividades, produtos e serviços no usuário. Inovar e competir por novos espaços. Adotar novas estruturas, mais horizontalizadas e com maior participação dos usuários, e entidades mantenedoras e, de sua própria equipe de trabalho. Formar grupos de apoio e de expressão, para auxiliar-nos em decisões administrativas e na elaboração de políticas informacionais. Formar redes propiciando a globalização da informação, organizar, recuperar e preparar, para uso, informação disponível em sua organização e em várias redes e sistemas de interesse para o seu usuário. Disponibilizar e acessar informações em nível mundial, oferecer serviços e produtos dentro do conceito “just in time” e outros conceitos de qualidade. Reduzir o ciclo de vida dos produtos e serviços para renová-los e adaptá-los de acordo com necessidades identificadas e não apenas mantê-los indefinidamente sem rever suas finalidades. Preocupar-se com o aprendizado e a educação continuados para fazer face às mudanças telemáticas, gerenciais e comportamentais.

Apontando para os estudos feitos por Nagahama (1986), “a Biblioteca Braille, como qualquer outro tipo de Biblioteca, deve ser um centro de informação e lazer, que visa atender às necessidades informacionais da comunidade”. Neste caso específico dos deficientes visuais. Devido ao seu tipo de usuário, a Biblioteca deve atuar para a integração do mesmo e oferecer oportunidade de desenvolvimento intelectual e social”.

A função de inclusão da Biblioteca Braille é abordada, evidenciando o atendimento diferenciado ao deficiente visual e suas implicações. Chamamos a atenção para as condições determinantes da integração da pessoa cega na sociedade uma vez que a Biblioteca funciona como

agente mediador da formação do indivíduo, constituindo-se em um instrumento, por excelência, capaz de reduzir as diferenças sócio-culturais, combatendo o preconceito e trabalhando a diversidade.

Para minimizar o estigma em relação à capacidade do deficiente visual é necessária a tomada de consciência por parte dos bibliotecários e demais funcionários, modificando-se para intensificar a necessidade de prestação de serviços específicos, com unidade de objetivos e de ações.

Criar e incentivar todo e qualquer programa voltado para o benefício das pessoas com necessidades especiais, visando sua participação inclusiva e educacional, extensivas aos grupos sociais, e da terceira idade, proporcionando, assim, a sua integração para que os usuários venham exercer a plena cidadania e a satisfação de suas necessidades culturais.

6.7.4 A FUNÇÃO SOCIAL DA BIBLIOTECA BRAILLE

A biblioteca braille ocupa um espaço de fundamental importância na sociedade moderna, pois suas ações visam atender aos mais variados interesses dos usuários, no que tange à educação, informação, cultura e recreação. Conforme discorre Araújo (1985):

As funções gerais da biblioteca são relevantes em qualquer país, mas deveria merecer maior atenção nos menos privilegiados, onde a população por dispor de menos recursos pessoais precisa mais desse apoio. No Brasil, essa instituição pode, sem dúvida, colaborar para reduzir as diferenças sócio-culturais, abrindo o seu espaço a todo cidadão que busca a informação.

De acordo com a Declaração Oficial da American Library Association, em suas normas para as Bibliotecas Públicas, desde 1956:

A Biblioteca procura ajudar a população a aumentar seus conhecimentos, a utilizar o tempo livre, de maneira que favoreça seu bem estar pessoal e social, a desenvolver suas atividades criativas, espirituais, a aumentar sua eficácia nas tarefas diárias, a cumprir com suas obrigações políticas e sociais, a atuar melhor na comunidade, a manter o ritmo de progresso em todas as esferas do saber e fazer da educação algo permanente (ENWONWEE, cit. por ARAÚJO, 1985).

Há evidências de que a educação formal, isoladamente, não satisfaz as exigências da sociedade moderna. O papel das bibliotecas braille tem muita importância na educação não formal, oferecendo à população diversas opções: “Desde as mais simples informações até os meios para a aquisição personalizada de conhecimentos” (ARAÚJO, 1985).

6.7.5 OBJETIVOS BÁSICOS DA BIBLIOTECA BRAILLE:

Os objetivos básicos norteadores da ação da biblioteca foram assim descritos por Carvalho (1978) como:

- a) “Despertar o gosto pela leitura que é essencial em todas as fases do desenvolvimento intelectual do indivíduo e auxiliar o leitor a executar sua imaginação,
- b) Constituir-se em uma fonte de conhecimentos, informação e opinião de todas as espécies;
- c) Contribuir para manter a qualidade de vida em todos os seus aspectos: educacional, econômico, industrial, científico, político e cultural, assim como possibilitar ao indivíduo o desenvolvimento de suas habilidades e o exercício consciente de sua cidadania’.

Para alcançar os seus objetivos a biblioteca braille deve basear-se no princípio de igualdade, não se esquecendo dos serviços e materiais específicos para aqueles que, por algum motivo, se encontram privados de ir até ela, contemplando os usuários deficientes visuais.

6.7.6 ACERVO

O acervo precisa ser selecionado cuidadosamente para não crescer desordenadamente e de forma desatualizada. Precisa atender a demanda, com exemplares suficientes para o empréstimo.

Consultar aos professores e demais usuários é fundamental. Pois é por meio de suas informações é que o acervo deverá ser formado. Alguns materiais básicos que devem fazer parte do acervo são:

Obras de Referência: Dicionários, enciclopédias e outros para consulta local, transcritos em Braille e em tinta.

Livros de literatura tanto brasileira como internacional, incluindo os best-sellers transcritos em Braille ou gravados em audio-books, ou ainda em fitas cassetes.

Mapas em relevo,

Revistas gravadas,

Livros didáticos (em Braille, em tinta e gravados em fitas),

Partituras musicais (em relevo no sistema braille de notação musical),

Fonoteca (fitas de músicas clássicas e populares),

Materiais especiais como: lupas, regletes, sorobãs, punção e apagador, (aparelhos da escrita braille) jogos de damas, de xadrez, baralhos em relevos, máquinas de datilografia com adaptação para o Braille. Computadores com Internet, sintetizadores de voz, entre outros.

6.7.7 SERVIÇOS:

A prestação de serviços deve estar de acordo com as necessidades dos deficientes visuais. Ele deve ter acesso à informação. Ter material transcrito para o Braille e gravados em fitas cassetes. Podendo contar com a colaboração de voluntários na realização destes serviços:

- ✓ Programas de leitura orientada ao usuário e informações sobre o acervo em geral.
- ✓ Promover atividades culturais e recreativas também se constitui num importante serviço.
- ✓ A formação e manutenção de uma brinquedoteca para que as crianças cegas possam ter o seu lugar cativo auxiliando-as para o estímulo do tato e da audição.
- ✓ A Hora do conto, apresentação de conjuntos musicais, cursos diversos, trabalhos manuais, exposições táteis e outras, tendo como objetivo incentivar e trabalhar as diferenças, combatendo o preconceito visando à integração no desenvolvimento dos serviços com os deficientes visuais.

6.7.8 SERVIÇO DE REFERÊNCIA / INFORMAÇÃO

O serviço de referência/informação é um dos principais de uma biblioteca e pode desempenhar seu destaque na integração do deficiente visual com o ambiente da biblioteca Braille. Para facilitar a percepção sinestésica, (capacidade de o DV perceber o ambiente, movimentar-se livremente, localizar-se no espaço) recomenda-se a descrição do espaço físico interno da biblioteca antes de qualquer atividade. Na sua primeira visita à biblioteca inicia-se o processo de interação, conhecendo os responsáveis pelo setor onde ele será atendido, com os recursos e os serviços disponíveis. A orientação facilitando a mobilidade no espaço onde as atividades específicas serão realizadas. Após esta etapa, o deficiente visual deve, gradativamente, conhecer as demais dependências da biblioteca para ter a idéia do todo e locomover-se livremente. Nagahama (1986) sugere, para substituir as visitas orientadas, treinamentos e guias de biblioteca: Os programas de orientação a usuário com deficiência visual sejam gravados em fitas cassetes, as quais devem ficar a disposição na sala de referência ou no balcão de informação. Tem como grande vantagem a fácil e rápida atualização, permitindo correções ou nova gravação. Segundo a autora, a voz da fita instrui o usuário passo a passo: vire à direita, aqui é a sala de audições de fitas por ex., temos 10 aparelhos de sons instalados em cabines especiais. Além das fitas, Nagahama acrescenta que folhetos explicativos em braille podem complementar informações sobre o acervo e os serviços de uma biblioteca. Embora o sistema de orientação em fita tenha sido indicado por Nagahama para uso em biblioteca braille, propriamente dita, ele pode ser adaptado para as bibliotecas públicas que tenham seções Braille e mesmo outros tipos de

biblioteca. A autora salienta que, um banco de dados na área da deficiência visual, serviços de DSI (Disseminação Seletiva da Informação) poderão tornar uma biblioteca Braille mais dinâmica. Listas bibliográficas em braille, elaboradas e distribuídas periodicamente aos deficientes visuais, são citadas por Silva, Viana e Carvalhal (1981) “como um meio de mantê-los informados das novas publicações no acervo da biblioteca”. O serviço de referência / informação pode ser viabilizado por contato telefônico. Para isso o sistema de informação deve estar devidamente organizado para atender de maneira eficaz às solicitações dos usuários (Silva, Viana e Carvalhal, 1981, Nagahama, 1987). Tanto os deficientes visuais quanto os profissionais que atuam nesta área, e pessoas interessadas, poderão se utilizar desse recurso, por exemplo, a USP possui o Serviço disque-braille para se informar a respeito de obras disponíveis em braille e/ou em tinta. De grande importância também é o serviço de leitura oral para cegos, feita por leitores voluntários para atender às necessidades de informação desses usuários, já que nem sempre se encontram em braille todos os assuntos solicitados. Livros com informações científicas e tecnológicas, lazer e outros. Este recurso requer necessariamente fones de ouvido que possibilitem também a audição em salas comuns, dispensando a exigência de cabines especiais. Como a maior parte da nossa cultura é orientada para o mundo visual, colocando em situação de séria desvantagem àqueles que não dispõem de uma visão normal, caberia à Biblioteca Braille, que atende a deficientes visuais, fornecer-lhes completo acesso à informação. Do material bibliográfico convencional (livros, revistas e jornais), em braille, em tinta ou falado, às novas tecnologias da informação (Dox Vox, Braille Hablado, Jaws etc), além da comunicação informal por meio de cursos, palestras, debates, seminários, encontros. Não se esquecendo das informações que dão respostas às necessidades do dia-a-dia do deficiente visual como: médicos especializados, postos médicos, cursos, concursos, empregos, recursos tecnológicos específicos, espaços culturais e de lazer, legislação específica para deficientes e em geral, além de organismos governamentais ou particulares a que poderão recorrer para satisfazer uma necessidade.

É importante salientar a possibilidade da biblioteca ao promover cursos em braille para pessoas videntes. Esta proposta, além de divulgar o Sistema Braille, ainda tão pouco conhecido, propicia uma maior aproximação dessas pessoas com o deficiente visual. Para que a maioria delas passe a colaborar voluntariamente, facilitando ao deficiente visual o acesso à informação através de leitura oral, gravações, transcrições, datilografia em máquinas Braille, além de lhes proporcionar a participação em programas sociais e de lazer como festas, passeios e outros, como nos instrui Marques, (1987):

Esse serviço tem se revelado bastante produtivo, não obstante estar muito limitado a pequenos espaços, uma vez que a maioria das bibliotecas públicas não dispõe de salas de leitura, próprias para esse fim. O livro falado é uma alternativa indicada para fazer chegar mais rápida a informação e, assim, contribuir para o melhor desempenho da pessoa cega.

À medida que as relações entre as pessoas videntes e deficientes visuais ou com baixa visão vão se estabelecendo, tem-se a impressão de que a deficiência é um fator acidental, evidenciada apenas quando surge uma necessidade específica. Parafraseando Wright (1974), o que domina o relacionamento são as pessoas envolvidas e não a incapacidade de uma delas.

6.7.9 AÇÕES RECREATIVAS E CULTURAIS PARA OS DEFICIENTES VISUAIS:

A recreação desempenha importante papel no processo de sociabilidade e equilíbrio emocional da pessoa com deficiência da visão. Atividades recreativas, programadas pela biblioteca e realizadas entre deficientes visuais com *peçoas videntes* (ou seja, as que enxergam), podem contribuir para a desmistificação e valorização das potencialidades do deficiente visual, bem como estimular sua socialização. Algumas atividades são recomendadas: jogos recreativos, torneios, gincanas, shows, visitas, excursões e outras. A experiência tem mostrado que todas essas ações contribuem para desbloquear o deficiente visual, onde os problemas de ordem psicológica são os que mais afetam sua participação na comunidade.

Todavia, as atividades recreativas entre deficientes visuais e pessoas que enxergam não devem ter conotação de competitividade. Isso poderia frustrar o deficiente visual e, conseqüentemente, levá-lo à subestimação da sua capacidade. Do ponto de vista de Gaelzer (1979):

Recreação consiste em atividade formativa que concretiza, entre outros fatores, a aventura, a satisfação, a preferência, a expressão, a criatividade, a participação voluntária e a sociabilidade. A autora afirma, ainda, ser a recreação necessária ao equilíbrio da personalidade (...) exerce um efeito libertador, renovador e proporciona segurança emocional.

Ao lado das atividades recreativas, deve-se colocar em prática as atividades culturais, tais como: recitais, coral, orquestras, cursos, exposições, concursos literários, filmes, teatros, interpretação de textos entre outros. O deficiente visual pode participar dessas atividades como os demais usuários da biblioteca.

O intercâmbio de experiências entre as pessoas que "enxergam" e as que "não enxergam", poderá ser uma das formas de combater os paradigmas estigmatizantes sobre o deficiente visual.

“Ao invés da comiserção, as pessoas com deficiência têm necessidade de desenvolver suas potencialidades. E, para tanto, precisam de oportunidades.” (DUARTE, 1992).

De acordo com Pielasch (1974):

“As atividades culturais proporcionam oportunidades ao deficiente visual para indicarem e cultivarem numerosos contatos com o público que, por sua vez, servirá para contrabalançar a tendência à segregação”.

Marques (1987) menciona que:

“Quando a biblioteca pública realiza suas programações culturais sem ignorar o deficiente visual, está contribuindo decisivamente para a interação deste com os demais e para sua emancipação social”.

6.7.10 FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

Quanto à atuação do bibliotecário, Nagahama informa que ela está ligada à função educativa e à ação sócio-cultural deve atuar de acordo com os elementos diretamente responsáveis pela reabilitação, treinamento, lazer, instrução e formação cultural das pessoas deficientes nas instituições especializadas. Quanto à forma de atender aos interesses e expectativas dos deficientes, com o cuidado de não interpretá-los conforme critérios de pessoas "normais", sem limitações. O paternalismo, inerente a tantas pessoas, não deve existir no atendimento ao cego. O Cientista da Informação deve conhecer os seus usuários especiais através de estudos de usuários continuamente.

Nagahama (1986) enfatiza a necessidade do bibliotecário possuir curso de especialização na biblioteca braille, treinamento individual por profissionais da área, ressaltando que a finalidade maior do seu trabalho não é prover informações para as pessoas cegas, mas criar condições para que elas se interessem pelas mesmas e as utilize, desenvolvendo as potencialidades dos cegos e reduzindo suas limitações, uma das formas de desempenho pelo bibliotecário sobre a sua educação continuada, poderá ser conforme nos instrui Tarapanoff:

O treinamento em serviço e educação continuada a serem buscadas pelo próprio indivíduo, devem basear-se na observação e necessidades do dia -a -dia e, estarem norteadas para a qualidade e o conhecimento. Deve identificar necessidades de sensibilização e marketing, dirigidas para as unidades informacionais e de treinamento e educação continuada para o profissional da informação. O aprendizado exige a integração do indivíduo no seu próprio trabalho, visando os objetivos organizacionais e buscando na educação formal e informal a sua atualização e reciclagem. (TARAPANOFF, 1997).

Pereira (1992), ao analisar o bibliotecário destaca:

“Sua função social seria a de valorizar as pessoas como indivíduos e como seres humanos, mostrando-lhes interesse e indicando como se sente fortemente motivado a ajudá-los, mostrando compreensão e preocupação pelos sentimentos dos indivíduos”.

Analisado por esta citação cabe ao bibliotecário:

Ser um elemento dinâmico que se identifica com as necessidades sociais; conhece os hábitos, especialmente os de leitura, e as potencialidades dos usuários, a fim de prestar um atendimento satisfatório. Desta forma poderá servir aos indivíduos e grupos de pessoas

nos seus diversos interesses: culturais, educacionais ou profissionais. Assim, estará contribuindo para o enriquecimento da vida em comunidade. (ARAÚJO, 1985).

É necessário possuir habilidades e conhecimentos que são requisitos essenciais no trato com o usuário e, em particular com os deficientes visuais.

Figueiredo (1991), aponta dois tipos de habilidades necessárias ao desempenho profissional do bibliotecário: habilidade técnica e habilidade humana:

A habilidade técnica é a capacitação para fazer uso de conhecimentos, técnicas e equipamentos necessários para recuperar a informação.

A habilidade humana, por sua vez, é a capacidade e julgamento necessários para lidar com pessoas, inclusive com conhecimentos dos diferentes níveis intelectuais e do comportamento do indivíduo.

No relacionamento profissional com as pessoas deficientes visuais, o paternalismo não deveria existir. Contudo, não se pode prescindir das variáveis de relacionamento humano como:

“Motivação, atitudes, valores, sociabilidade, conhecimento e afetividade, além de outras características psicológicas peculiares a cada pessoa”. (LUZ, 1987).

Assim como as pessoas comuns, o deficiente visual também necessita de amor, carinho, compreensão, paciência, segurança, proteção e independência, principalmente sentindo-se aceito como ele é, com suas limitações e capacidades.

Para Heimers (1970), a relação entre pessoas cegas e videntes deve ocorrer de forma natural, e a pessoa cega deve esforçar-se para integrar-se nesse convívio. O autor afirma que "somente assim é que ela deixará de ser "cega", recusando-se a desempenhar o papel de uma pessoa que apela para a misericórdia alheia".

Heimers diz, ainda, que é comum a pessoa cega procurar o convívio com outros cegos, porque este contato ajuda a liberar sua inibição. No entanto, não deve deixar do contato com os videntes. Nem tampouco deverá abusar das vantagens que este pode lhe oferecer, sob pena de perder sua própria independência e tornar-se inoportuno.

Para uma maior compreensão das limitações e necessidades da pessoa deficiente visual, sugere-se acrescentar à formação bibliotecária conhecimentos na área das deficiências, noções de biblioterapia e de psicologia, principalmente para lidar com os deficientes visuais.

Pereira (1992) compartilha dessa mesma idéia ao anunciar que “a educação de alguns bibliotecários deveria incluir também cursos avançados, em psicologia e em literatura”.

Ainda sobre a formação do bibliotecário, Araújo (1985) comenta:

Parece necessário, assim desenvolver conhecimentos, atitudes e padrões de ação no bibliotecário para que desempenhe suas funções e obrigações como elemento capaz de incrementar e executar atividades junto à comunidade, especialmente nos segmentos mais carentes nesse setor.

6.7.11 ATIVIDADES EDUCACIONAIS PARA DEFICIENTES VISUAIS:

Eis o grande desafio do alfabetizador: estimular, orientar, conduzir para a autonomia, dar oportunidades, favorecimento do ensino global do deficiente visual.

Independentemente da postura pedagógica o alfabetizador dos DVs deve compreender que eles podem necessitar de mais tempo para adquirir habilidades sensório-motoras, simbólicas e pré-operatórias. O desenvolvimento e refinamento da percepção tátil e o domínio de habilidades psicomotoras são essenciais para a facilitação do processo educacional de leitura-escrita pelo Sistema Braille. Dependendo do grau de visão, o aluno aprenderá a ler e a escrever pelo Sistema Braille ou escreverá e lerá por meio da letra impressa em tinta e ampliada para os que possuem baixa visão.(BRASIL.MEC, 2001).

6.7.12 DIFICULDADES ESCOLARES E FRACASSOS:

Não podemos simplesmente atribuir a causa do fracasso escolar aos alunos, familiares ou professores, sem levar em conta as condições de saúde, visão e outros. Caso o aluno não consiga acompanhar a escola regular, precisamos transformar as relações sociais de aprendizado e num esforço interdisciplinar de todos os profissionais envolvidos com a educação: professores, alunos, famílias, bibliotecários, médicos e demais pessoas da convivência dos DVs e auxiliá-los em suas limitações.

Na percepção de Luz (1987): “Nenhum programa educativo pode ser eficiente sem o apoio de instituições públicas. Ele recomenda que entre as atividades de um programa para deficientes visuais, devam ser incluídos: treinamento, adaptação, reeducação ou reabilitação, acompanhamento e integração destes na sociedade”.

OBS. Para a referida autora, a preocupação maior dos responsáveis pela disseminação da informação deveria ser a de multiplicar esforços e concentrar interesses para propiciar o desenvolvimento integral de pessoas deficientes visuais.

A observação acima leva-nos a compreender que as atividades bibliotecárias para deficientes visuais não devem constituir-se em ações isoladas, muito pelo contrário. Deve-se envolver a participação de outros organismos que lidam com a problemática da deficiência visual, para fortalecer o trabalho das bibliotecas voltadas para esse fim. Araújo (1985) reforça o posicionamento de Luz ao citar que:

A biblioteca moderna deve agir de modo a fomentar a cooperação entre biblioteca e os próprios profissionais da área, bem como o intercâmbio com outras instituições que assistem pessoas deficientes ou relegadas socialmente no sentido de estabelecer programas de trabalho conjunto.

Luz (1987) “chama atenção para a importância da participação e da interação dos diversos setores da biblioteca pública nas atividades culturais e educacionais programadas, proporcionando ao deficiente visual uma participação efetiva nesse contexto. Pois, a experiência mostra que a

tendência é o seu isolamento no setor específico para o qual foi criado, contradizendo os princípios de *normalização e integração* da educação especial”.

O principal objetivo da interação entre as atividades programadas de uma biblioteca Braille é fazer com que todos - funcionários e usuários - se conscientizem da necessidade de estimular a participação do deficiente visual, com o desejo de incorporá-lo como cidadão produtivo, capaz, disposto a cuidar de si mesmo e contribuir, também, para o progresso do país. Acrescenta que:

Nesse sentido, às instituições envolvidas com a educação de deficientes visuais caberiam, através da estimulação de habilidades sensoriais, proporcionar ao deficiente visual, além do prazer, condições para ampliar a visão de si mesmo, do homem em geral, afirmação cultural, acesso ao saber e ao mundo do trabalho.(OCAMPO, 1987).

6.7.12 O PRO ENE/UUEL – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO À EDUCACIONAIS ESPECIAIS, (UEL, 2004)

(Transcrevemos as informações importantes a todos que mantém contato com os deficientes visuais)

Inicia –se definindo em linhas gerais o que vem a ser DEFICIÊNCIA VISUAL:

“ É a redução ou perda total da visão no melhor olho, após correção ótica, de modo a comprometer a orientação e mobilidade espacial e a velocidade de trabalho. O cego é uma pessoa que tem uma vida normal, com algumas limitações; que podem ser amenizadas com a sua participação. Por exemplo:

- perguntar se ele necessita de ajuda e oferecer o braço, que ele deverá segurar um pouco acima do cotovelo;
- ficar a um passo, ou meio, à sua frente, para que ele perceba o seu movimento; ao atravessar a rua em linha reta ou em “L “, para que ele não perca a noção de espaço;
- perguntar qual é o ônibus que o cego vai utilizar e, se você tiver que se ausentar, passar a informação para outra pessoa que esteja naquele local;
- deixar que o cego suba e desça do ônibus de modo independente, colocando a mão dele na alça vertical do ônibus ou no corrimão da escada;
- dizer em que lado está o corrimão ao subir ou descer escadas;
- indicar" à direita" ou "à esquerda" tendo como referência a posição da pessoa cega e não a sua;
- colocar a mão do cego no encosto da cadeira, para indicar a posição da mesma quando ele for se sentar;

- manter portas bem abertas ou fechadas e retirar objetos do chão para não se tornarem obstáculos de perigo;
- identificar-se em voz alta, sempre que entrar em um ambiente onde tenha um cego;
- ausentar-se do ambiente somente apenas após comunicar a sua saída, avisar também quando retornar;
- cumprimentar o cego, na chegada e na despedida, com um aperto de mão, o que substituirá o seu sorriso amistoso;
- indicar os obstáculos que ele encontrará no caminho que vai seguir, dizendo **as distâncias em metros, ou em números de passos;**
- ler o cardápio e os preços para ele, quando estiverem em um restaurante ou lanchonete, etc.
- ler os avisos quando adentrarem em qualquer recinto: escola, biblioteca, consultórios, etc”.

Tendo em vista as informações acima descritas, deveriam as bibliotecas em geral, e principalmente as que possuem acervo em Braille, criar os meios adequados para melhor atender aos deficientes visuais. Só assim, estariam contribuindo para a sua educação, condição essencial ao seu desenvolvimento e participação no meio social tendo o livro como instrumento valioso na abrangência de auxiliar na cura dos indivíduos.

6.7.14 O LIVRO E SEUS EFEITOS

Horne citado por Pereira (1992), identifica o livro, comparando-o a um terapeuta, podendo ser recomendado como valioso tratamento para vários tipos de indivíduos. De acordo com Horne, a leitura dá ao indivíduo conhecimentos de diversas experiências que podem contribuir para o seu enriquecimento pessoal, facilitar a liberação de sentimentos reprimidos, assim como prepará-lo para comportar-se de maneira mais natural frente a cada problema que surge, podendo aceitá-lo ou resolvê-lo de forma mais eficiente. Conscientizar-se de que não é a única pessoa a ter problemas e que pode ser capaz de resolvê-los, de acordo com a confiança que tenha em si mesmo, apoios e estímulos recebidos.

Reconhecendo que o deficiente visual sente-se privado de experiências visuais, o livro passa a ter uma importância acentuada, funcionando como recurso facilitador da aquisição de conhecimentos de quem não tem o acesso na vida cotidiana.

Algumas ações podem contribuir para despertar o gosto pela leitura. Luz (1987) ressalta a importância do deficiente visual ter acesso a:

Livros em Braille e sonoros; de ouvir histórias de diferentes gêneros e autores; de manusear, tatear e distinguir revistas, jornais, histórias em quadrinhos; de observar e ouvir telejornais; ouvir noticiários; de dramatizar e contar estórias; manusear um livro descobrir o autor, o título, a paginação e o estilo literário. Segundo a autora, o livro assim observado, manuseado, utilizado, lido, interpretado, consultado, contribui para incentivar o gosto pela leitura. Os estímulos à leitura, à interpretação e aos debates, proporcionam o hábito de leitura e o desejo de fomentar o saber.

Complementando com o que o esclarecimento de Pereira:

“A leitura pode ser necessária para capacitar o indivíduo a viver o tema “conheça-te a ti mesmo”. Ela pode ser recomendada para extroverter o indivíduo e aumentar seu interesse por coisa fora de si próprio”. (PEREIRA, 1992).

6.7.15 CONDIÇÕES DETERMINANTES PARA A INCLUSÃO

Atualmente, a proposta é inserir a pessoa deficiente visual em espaços freqüentados por todos os tipos de pessoas. Porém, o desempenho eficaz da biblioteca, no tocante ao atendimento a deficientes visuais, dependerá, em grande parte, da competência do bibliotecário. Pois, este é quem, juntamente com outros profissionais, deverá traçar e implementar a linha de ação que deve nortear o trabalho a ser proposto ao usuário real e/ou potencial da comunidade de deficientes visuais que se pretende atender.

É interessante analisar que a sua integração vai muito além de colocá-la nesses espaços. Requer condições apropriadas: materiais e metodologias adequadas, formação de recursos humanos, remoção de barreiras arquitetônicas e pessoais, espírito de cooperação, equipe de trabalho multidisciplinar e, vontade política por parte daqueles que se encontram à frente das instituições, também, envolvidas com a problemática da deficiência visual.

Na concepção de Veríssimo (1990):

“A integração é o processo que se caracteriza por atitudes e medidas terapêuticas, pedagógicas, sociais, jurídicas e políticas, que permitiriam ao indivíduo levar uma vida tão normal quanto possível”.

Portanto, as instituições que se propõem a abraçar a questão da deficiência visual devem, de antemão, alargar os espaços educativo-culturais, modificando e/ou diversificando seus procedimentos pedagógicos, adotando políticas que visem realmente à melhoria das condições de vida das pessoas deficientes visuais, propiciando sua inclusão social e educacional. Podendo estabelecer para elas, local acolhedor, arejado, provido de materiais bibliográficos atualizados informativos e de multimídia, que desperte o interesse e a vontade de retornar à biblioteca Braille

quantas vezes for necessário. Providenciar materiais com letras ampliadas para os usuários com baixa visão, materiais em Braille além dos “ audio-books” (livros falados).

É imprescindível procurar uma melhor posição e localização confortável em relação ao “layout” estabelecido na Biblioteca, na melhor distribuição de estantes, mesas e cadeiras sinalizadas em Braille para facilitar o trânsito pelas seções, apresentando de forma segura os materiais convencionais destinados às pesquisas, bem como os livros escritos em Braille, os sonoros, gravados em cds, fitas cassete etc. Incluindo os programas de informática como os sintetizadores de voz: Dox Vox, Braille Hablado, Virtual Vision, entre outros.

Construir ou adquirir para os usuários, materiais feitos com sucata, com impressão em relevo, para que através do tato, possam ser identificados os contornos dos desenhos e dos objetos para que tenham significado para as pessoas que os utilizam.

Não esquecermos de que a carência de estímulos que mobilizam os outros sentidos pode prejudicar a compreensão pelos deficientes visuais. Diante disso, deveremos aceitar e conviver diretamente com a diversidade humana, sabendo respeitar as características, interesses e necessidades, podendo cicatrizar os estigmas e quebrar paradigmas em volta dos "diferentes/deficientes". Portanto, nós que fazemos parte desta sociedade global que é a base, o alicerce de uma grande construção como denomina Castells (2003) “uma sociedade em rede, onde as tecnologias são usadas como forma privilegiada de ação e organização de movimentos sociais de participação”, não podemos ficar alheios e abdicar dos nossos sonhos, de ver aceitos e inseridos todos os usuários inclusive e principalmente os especiais em qualquer tipo de Biblioteca. Isto tudo, pressupõe grandes avanços e mudanças na sociedade com um todo, acabando ou pelo menos, minimizando o preconceito, buscando analisar sobre quais seriam as condições necessárias à integração das pessoas com deficiência na atual conjuntura, abandonando definitivamente discussões meramente opinativas. As Bibliotecas são e serão sempre os locais propícios onde poderemos expressar desejos, sentimentos emoções num contexto educacional, e que todos sem exceção se sintam integrados em busca de um mesmo objetivo que é o encontro das informações solicitadas, e excelência no atendimento com efetividade e afetividade, com a finalidade de ensiná-los a ter independência, de conhecer e utilizar os recursos informacionais disponíveis de acordo com seu grau de entendimento e de interesse sedimentando seu embasamento cultural.

7. METODOLOGIA

Decidimos por um recorte em forma de Pesquisa Participante e a utilização do método crítico-dialético neste trabalho traz consigo a pretensão de nos inserirmos socialmente nesta realidade buscando apreender as relações. Nesse entendimento onde a sociedade é compreendida e composta por em sua maioria por sujeitos amblíopes e deficientes visuais. Sendo a identificação do público alvo o primeiro passo que foi realizado.

Um dos motivos para a concretização desta pesquisa se deve sobretudo, pela escassez de documentos escritos na área de Ciência da Informação sobre Bibliotecas Braille e, pela iniciativa para verificar se realmente acontece a inclusão social e educacional na Biblioteca Braille do CAP.DV/MS e do ISMAC: Professora “Nazareth Pereira Mendes”, ambas em Campo Grande – MS. As atividades por nós desenvolvidas nestas Instituições procuram demonstrar, conforme a constatação de Paulo Freire (1996) de que:

“Não há ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem ensino”.

As práticas vivenciadas apontaram para a necessidade de melhor conhecer a história destas Bibliotecas Especiais, a fim de repassarmos as informações de interesse à comunidade local e às Instituições pesquisadas, na atuação dos profissionais que trabalham nestas Entidades, resgatando a leitura como suporte para a realização da inclusão educacional e social de seus usuários cegos e daqueles com baixa visão ou amblíopes.

Em relação ao tema abordado, torna-se necessário discorrer que, com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ficou preceituado no art.27-1, *in verbis*: “Todo homem tem direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”. (ONU 2000).

Destacamos como complemento as citações dos autores e professores do Deptº de Ciência da Informação da UNB: Antunes (1987), Baptista (2004), Costa (1995), Miranda (1996), Tarapanoff (1997), Suaiden (1994), Amaral (2004), Mueller (2004) entre outros.

Realizamos um sorteio dos alunos participantes, mediante listagem existente na coordenação do ISMAC para responderem os questionários, os professores e demais funcionários, colaboraram voluntariamente.

7.1 PROCESSO METODOLÓGICO PESQUISA PARTICIPANTE – DEFINIÇÃO:

A metodologia deste trabalho seguiu os pressupostos da Pesquisa Participante, que de acordo com Gil (1999):

Se caracteriza pelo envolvimento do pesquisador e dos pesquisados no processo de pesquisa. O pesquisador é parte do contexto o qual ele modifica e é modificado por ele. O trabalho de coleta de dados e informação deverá ser precedido pela colocação do problema de pesquisa. Estar consciente do que deseja levantar é básico, pois, do contrário, não se conseguirá ganhar a confiança, nem tampouco elementos que permitam análises e reflexões. A significância de um trabalho dessa natureza é evidenciada pela riqueza, profundidade e singularidade das descrições obtidas. Esse é o grande desafio intelectual para os pesquisadores que buscam avaliações qualitativas. (...) Além disso, a pesquisa participante mostra-se bastante comprometida com a minimização da relação entre dirigentes e dirigidos, e por essa razão tem-se voltado, sobretudo para a investigação junto a grupos desfavorecidos.

A Pesquisa Participante: é um tipo de investigação que busca a participação da comunidade, analisando sua própria realidade, para a promoção social em benefícios dos envolvidos.

De acordo com o autor Roberto Jarry Richardson (2001), em seu artigo: Pesquisa participante e Pesquisa Ação:

“Todas estas pesquisas tem em comum a procura de processos de investigação comprometidos com as transformações sociais”.

Complementando com as definições de Marcela Gajardo (2001) que se refere a cientistas sociais europeus que assinalam, como próprios aos processos de pesquisa participante, os seguintes aspectos:

São baseados nas necessidades de grupos sociais politicamente marginalizados. Seu objetivo é o de trabalhar com os grupos excluídos, em situações comuns de trabalho e estudo, trocar informações para colaborar na mudança das condições de dominação. Procura realizar este objetivo em colaboração com grupos relativamente homogêneos, do ponto de vista social e local. Ao invés de manter-se à distância entre o pesquisador e o grupo que vai ser examinado, tal como se exige nas ciências sociais tradicionais, propõe-se a interação. Isso significa, para o pesquisador, trabalhar, talvez tenha que viver, no grupo escolhido, a fim de elaborar perspectivas e experimentar ações que perdurem, inclusive depois de terminado o projeto.

7.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA: PRÉ TESTE e QUESTIONÁRIOS

Segundo os autores Aaker, Kumar, Daz (2001): “O propósito do Pré-teste, é assegurar que o questionário atinja as expectativas do pesquisador em termos de informações que precisam ser obtidas”. Em consonância com estes autores citados, “os responsáveis do [pré-teste] devem ser razoavelmente representativos da população da amostra”.

A metodologia desenvolvida compreendeu:

- a) Revisão bibliográfica da literatura pertinente ao tema proposto,
- b) Coleta e análise de dados por meio de consulta documental e legislativa,
- c) Questionários e entrevistas buscando avaliar o que anteriormente foi pretendido.

Este trabalho passou por momentos de:

Perguntas e busca de respostas desde o seu início, perpassando as demais fases: triagem e seleção de usuários e funcionários do CAP.DV/MS e do ISMAC a serem entrevistados; a tabulação e soma dos dados coletados; a Redação do Relatório de Pesquisa na forma de uma Dissertação de Mestrado, bem como a divulgação dos resultados que estão apresentados segundo os objetivos propostos.

7.3 COLETA DE DADOS

Obtivemos dados, que permearam este trabalho como forma de :

- a) Reunir informações coletadas dos questionários levantando questões sobre inclusão educacional e social com o intuito de contribuir com subsídios à formação científica e acadêmica dos interessados em estudar o tema;
- b) Analisar a organização das atividades que são exercidas pelos funcionários que atuam nestas Bibliotecas Braille,
- c) Captar a concepção de homem, sociedade, educação e inclusão dos deficientes visuais e os de baixa visão na aceitação das suas diferenças e limitações.
- d) Estudar as políticas e legislações existentes para informação destes usuários.
- f) A leitura, enquanto nosso objeto de pesquisa, está envolvida numa complexa trama, que perpassa a sociedade como um todo e a educação em especial. Os dados históricos apresentados são importantes para fundamentar o eixo desta pesquisa.

Desse modo, surgiu a necessidade de efetuar algumas questões que procuraram explicitar o problema que foi investigado juntamente com os objetivos expostos. Os resultados do estudo estão aqui apresentados na forma desta Dissertação para obter o título de Mestre, da proponente, na Linha de Pesquisa em Gestão da Informação e do Conhecimento.

8. QUESTIONÁRIO PARA OS *ALUNOS*, *DV's* e *BV's* DO ISMAC:

A Tabela a seguir, identifica qual o número dos entrevistados, e o tamanho da amostra nessa pesquisa de campo com quatro tipos de públicos distintos: Perfazendo um total geral de 72 pessoas para as entrevistas no ISMAC, assim classificadas:

INSTITUIÇÃO	PARTICIPANTES	QUANTIDADE	MASC	FEM
ISMAC	ALUNOS – DVS	40	20	20
	ALUNOS BAIXA VISÃO	14	07	07
	PROFESSORES	12	05	07
	FUNCION. ADMINISTRATIV.	05	02	03
	FUNCION. BCA. BRAILLE	01		01

Total de alunos/usuários: **54**

ESCOLARIDADE DOS DEFICIENTES VISUAIS E COM BAIXA VISÃO PESQUISADOS NO ISMAC

Gráfico 5 - Alunos com deficiências visuais (cegos) **36**

Ensino Fundamental: **04** alunos

Ensino Médio: **32** alunos (completo ou incompleto)

Ensino Superior: **04**

ESCOLARIDADE DOS ALUNOS COM DEFICIENCIA VISUAL PESQUISADOS

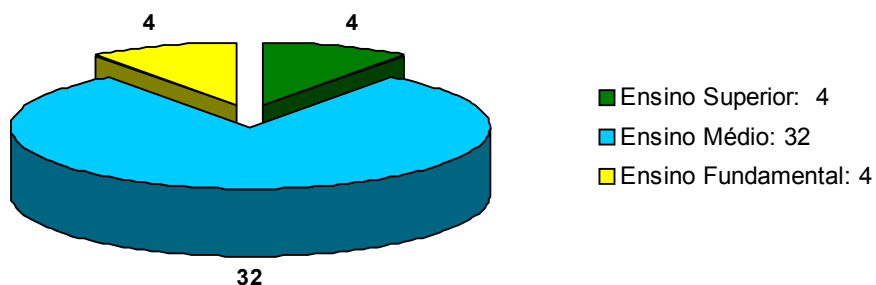
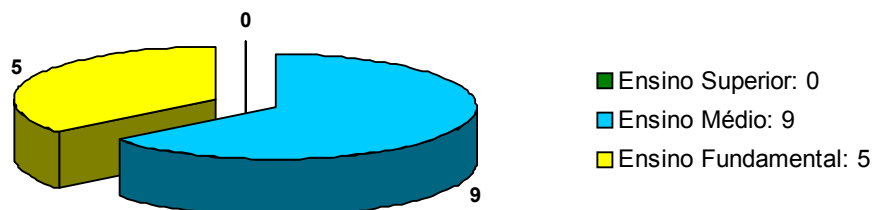


Gráfico 6 .



OBS. Inicialmente foi encaminhado um instrumento de coleta para a amostra piloto, que posteriormente indicou alterações em algumas questões para melhor compreensão dos respondentes. A versão final constou de 4 tipos de questionários (colocados na parte dos Anexos) destinado aos quatro públicos distintos: usuários deficientes visuais totais e com baixa visão, funcionários administrativos, professores e funcionários da biblioteca.

Num segundo momento da coleta de dados foi aplicado o questionário acrescido de algumas modificações pertinentes a cada grupo e cujos dados encontram-se descritos e analisados em seguida.

Grupo 1 – Alunos Deficientes Visuais Totais (DV) e com Baixa Visão (BV)

O total de pesquisados foram: **40** alunos-usuários deficientes visuais totais, sendo **20** do sexo feminino e **20** do sexo masculino. Com idades que variam entre de **24 a 55 anos**.

São em número de **14** os alunos-usuários com baixa visão que responderam aos questionários, sendo **07** do sexo feminino e **07** do sexo masculino. Com idades que variam na faixa de **17 a 80 anos**.

Grupo 2 – Funcionários Administrativos

O total de Funcionários administrativos que responderam ao questionário é de 05 pessoas, sendo 03 do sexo feminino e 02 do sexo masculino. Com idades que variam na faixa de 20 a 50 anos.

Grupo 3 - Professores

O total de professores que responderam ao questionário é de 12, sendo 07 do sexo feminino e 05 do sexo masculino. Com idades que variam na faixa de 20 a 50 anos.

Grupo 4 – Funcionários da Biblioteca São em número de três: um do ISMAC e dois do CAP.Dv.MS

Questão A)-Características Individuais: Idade:.....Sexo.....Instituição.....

Um (01) Funcionário que trabalha no recinto da Biblioteca Braille Professora Nazaré Mendes respondeu ao questionário. Este com idade de 29 anos, possuindo baixa visão.

Questão B) Grau de Instrução: 1º Grau (Ensino Fundamental): ()¹Completo

()² Incompleto; 2º Grau (Ensino Médio): ()³Completo ()⁴Incompleto; Nível Superior: ()⁵ Completo ()⁶Incompleto; Que Curso?

Análise dos dados: A questão B referiu-se ao nível de escolaridade dos alunos cegos, 04 concluíram o Ensino Fundamental completo; 28 alunos completaram o Ensino Médio; 04 cursaram o Ensino Médio incompleto e 04 apresentam-se com Nível Superior completo todos

graduados em Pedagogia. Dentre os alunos com baixa visão, 05 completaram o Ensino Fundamental; 04 completaram o Ensino Médio e 05 apresentam o Ensino Médio incompleto.

Questão C) Assinale a sua opinião sobre a utilização na Biblioteca dos serviços existentes: ()¹ Atendem plenamente suas buscas de informação: **01 BV; 14 DV**
()² Atendem de forma parcial **09 BV; 14 DV** ()³ Não atendem: **04 BV; 12 DV**

Análise dos dados: Neste item a classificação “parcial” indica a opinião da maior parte dos usuários quanto aos serviços oferecidos na biblioteca. A justificativa para essa classificação está na ausência do funcionário lotado na Biblioteca, o qual é também utilizado em serviços para outros setores da instituição, nem sempre estando disponível ao atendimento dos usuários.

Questão D) Com que finalidade você utiliza a Biblioteca? (Marque todas as opções necessárias) ()¹ Leitura de jornais/revistas: **02BV, 06DV**; ()² Estudar com material próprio: **06BV, 15DV**; ()³ Estudar com material da Biblioteca: **05BV, 21DV**; ()⁴ Empréstimos de livros: **12BV, 30DV**; ()⁵ Obter informações: **06BV, 15DV**; ()⁶ Outros (especificar).....

Análise dos dados: O serviço mais utilizado é o de empréstimo. Supõe-se que maioria dos usuários conhecem mais a esse serviço, seguindo-se do estudo com o próprio material.

Questão E) Com que frequência você utiliza a Biblioteca? ()¹ Diariamente **03BV, 09DV**; ()² Semanalmente **08BV, 16DV**; ()³ Raramente **09BV, 24DV**.

Análise dos dados: Com relação à frequência, a maior incidência apontou o item “raramente”. Este fato provavelmente se deve pela pouca divulgação e importância do setor e, do acervo que se encontra em sua maioria desatualizado, conforme as respostas dos entrevistados.

Questão F) Por que frequenta esta Biblioteca? ()¹ Pela localização: **09BV, 24DV**;
()² Pelas instalações confortáveis: **01BV, 02DV**; ()³ Pela variedade do acervo:
03BV, 09DV; ()⁴ Pessoal atencioso: **12BV, 29DV**; ()⁵ Outros: **04DV**.

Análise dos dados: As razões mais indicadas quanto a frequência são: a localização central e o tratamento atencioso por parte do funcionário da biblioteca. Este é um ponto muito positivo, devendo, portanto fornecer outros predicados que envolvam e chamem a atenção dos usuários para melhorar o seu uso.

Questão G) Como é o atendimento? ()¹ Ótimo: **03BV, 14 DV**; ()² Bom: **04 BV, 10 DV**; ()³ Regular: **09 BV, 13DV**; ()⁴ Péssimo. Comentário:.....

Análise dos dados: O item de maior destaque foi “regular”. É possível que a sobrecarga do funcionário lotado no setor da Biblioteca Braille dificulte a realização de um atendimento satisfatório aos usuários, uma vez que este divide suas atribuições atendendo outros setores além da biblioteca.

Questão H) O que precisa ser melhorado? ()¹ O espaço físico: **02BV, 20 DV**; ()² O acervo de livros (em quantidade): **06BV, 35DV**; ()³ O acervo de livros (em qualidade) **06BV, 35DV**; ()⁴ O acervo de periódicos (jornais e revistas): **07BV, 20DV**; ()⁵ O atendimento **14BV, 20DV**; ()⁶ Sinalização de estantes: **03BV, 03DV**; ()⁷ Limpeza **03BV, 09DV**; ()⁸ Horário de atendimento (cite o horário que considera adequado): abrir também no horário do almoço: **03BV, 08DV**; ()⁹ Organização das estantes e prateleiras: **09BV, 09DV**;

Análise dos dados: Todos os itens foram apontados, destacando-se: o acervo em quantidade e em qualidade, assim como o atendimento ao público.

Questão I) Que prazo considera ideal para o empréstimo? ()¹ Materiais sonoros e Braille 7 dias: **10BV, 17DV**; ()² Livros Infantis 05 dias: **14BV, 20DV**; ()³ Literatura em geral 10 dias: **11BV, 35DV**; ()⁴ outros, quais? Material impresso em Braille 7 dias: **11BV, 30DV**.

Análise dos dados: Verificar se a biblioteca segue os prazos ou não e, sugerir possíveis mudanças.

Questão J) Geralmente as obras e/ou informações de que necessita são encontradas nesta Biblioteca? ()¹ Algumas vezes: **10BV, 17DV**; ()² Raramente: **04BV, 03DV**; ()³ Sempre: **04BV, 17DV**; ()⁴ Por quê? Têm poucos exemplares **10BV, 17DV**.

Análise dos dados: O item mais assinalado “Algumas Vezes” devido a poucos exemplares existentes à disposição dos usuários.

Questão K) Quando não encontra qual é o motivo? ()¹ A Biblioteca não possui: **16BV, 22DV**; ()² Está emprestado: **06BV, 17DV**; ()³ Não foi orientado sobre como localizar o material; ()⁴ Outros; Quais? Número de exemplares é muito inferior à demanda. **16BV, 22DV**.

Análise dos dados: O item que mais sobressaiu foi “A biblioteca não possui”, pois o número dos exemplares é muito inferior para atender a demanda.

Questão L) Os jornais e revistas à sua disposição, assinados por esta Biblioteca, atendem ao seu interesse? ()¹ Sim: **13BV, 30DV**; ()² Não: **04BV, 13DV**; Cite os títulos de seu interesse: Veja Sonora, jornal ou outra revista sonora: **06BV, 17DV**.

Análise dos dados: A grande maioria respondeu que os periódicos atendem aos seus interesses. Como sugestão os usuários indicaram a Revista Veja sonora e Jornais sonoros.

Questão M) Além dos materiais em Braille, quais os outros meios utilizados para suas pesquisas? ()¹Internet: **14BV, 26DV**; ()² CD-room: **05BV, 13DV**; ()³livros gravados: **13BV, 27DV**; ()⁴outros? Quais? Atlas Geográfico, Atlas Anatômico: **05BV, 04DV**.

Análise dos dados: Destaque para uso da Internet e livros gravados.

Questão N) Se não encontra as informações desejadas nesta Biblioteca como procede? ()¹Procura em outra Biblioteca: **02BV, 04DV**; ()²Vai embora e fica sem a informação: **01BV, 03DV**; ()³Procura ajuda dos amigos:**14BV, 26DV**; ()⁴Busca na Internet: **13BV, 33DV**.

Análise dos dados: Quando a informação não é encontrada, na Biblioteca, recorrem em primeiro lugar os amigos, em segundo, buscam na Internet.

Questão O) Conhece e tem acesso à Legislação referente aos Deficientes visuais? ()¹Sim: **12BV, 37DV**; ()²Não: **02BV, 03DV**. Em caso afirmativo, onde consegue o documento? Na direção: **03BV, 03DV**; Com Professores: **08BV, 13DV**, na Mídia: **05BV, 13DV**; Com a Assistente Social: **10BV, 13DV**; Na Coordenação: **05BV, 18DV**; na Biblioteca: **04BV, 11DV**; na Internet: **10BV, 15DV**.

Análise dos dados: Os alunos têm conhecimento dos benefícios aos DV's, trazidos na Legislação. As informações sobre as leis são localizadas na Biblioteca e com a Assistente Social pela maioria dos respondentes.

Questão P) Participa ou conhece algum Programa Especial de incentivo à Leitura na Biblioteca Braille que frequenta? ()¹Não: **14BV, 40DV**; ()²Sim qual?.....

Análise dos dados: Todos foram unânimes ao responder que não conhecem.

Questão Q) O que você entende por inclusão social? ()¹Participação **14BV, 40DV**;

Análise dos dados: Todos sem exceção responderam “Participação”.

Questão R) O fato de ser deficiente visual define sua situação como:

()¹incluído, participante, **05BV, 13DV**; ()²excluído: **05BV, 07DV**.

Análise dos dados: A maioria respondeu incluído e participante.

Questão S) Assinale ações que podem ser oferecidas na Instituição, com o apoio da Biblioteca que contribuam para a sua Inclusão Educacional:

()¹Incentivo à leitura e escrita Braille: **13BV, 22DV**; ()²Descobrir novas aptidões: **05BV, 07DV**; ()³Atender demandas Educacionais: **03BV, 07DV**; ()⁴Desenvolvimento de Projetos: **05BV, 07DV**; ()⁵Acervo selecionado e atualizado: **10BV, 15DV**; ()⁶Leitura orientada: **12BV, 31DV**; ()⁷Cursos: **09BV, 19DV**; ()⁸Palestras: **06BV, 22DV**; ()⁹Novas Tecnologias: **11BV, 23DV**; ()¹⁰Divulgação de emprego: **09BV, 24DV**.

Análise dos dados: O item mais cotado foi “Incentivo à leitura e escrita Braille”, seguindo-se da “Leitura Orientada” e das “Novas Tecnologias”. Significando que o usuário está em sintonia, privilegiando o tema central da Pesquisa.

Social: ()¹²Sensibilização para um melhor relacionamento comunitário: **05BV, 38DV**. ()¹³ Conviver com a diversidade e a aceitação das diferenças: **06BV, 28DV**. ()¹⁴Trabalhar a auto-estima: **02BV, 27DV**. ()¹⁵ Mudanças de valores: **03BV, 37DV**. ()¹⁶Outras: adequações arquitetônicas: **05BV, 16DV**.

Análise dos dados: O maior enfoque foi para “Sensibilização para um melhor relacionamento Comunitário”, seguindo-se “Mudança de valores”, “Conviver com a diversidade e aceitação das diferenças” e também “Trabalhar a auto-estima”.

Esportivas e Recreativas: ()¹⁷Gincanas: **05BV, 30DV**; ()¹⁸Ginástica: **03BV, 05DV**; ()¹⁹Natação: **02BV, 06DV**; ()²⁰Dança: **05BV, 06DV**; ()²¹Música: **07BV, 07DV**; ()²²Shows: **08BV, 07DV**; ()²³Coral: **01BV, 05DV**; ()²⁴Teatro: **02BV, 07DV**.

Análise dos dados: Das ações Esportivas e recreativas destacam-se: “Gincanas”, “Música”, “Shows” e “Teatro”.

Questão T) Entendemos também por Princípios de Políticas Públicas as ações de igualdade, de acesso à leitura e escrita e oportunidades indispensáveis à inclusão de todos os usuários. Poderia assinalar os principais adotados nesta Biblioteca que dêem suporte à Educação Especial? ()¹Integração: **14BV, 40DV**; ()²Atendimento sem discriminação: **10BV, 22DV**; ()³ Outros: **05BV, 07DV**.

Análise dos dados: Por princípios de Políticas Públicas foram unânimes no item “Integração”, destacando também o “Atendimento sem discriminação”.

Questão U) Das tecnologias disponíveis, quais você tem domínio para usá-las?

()¹Internet: **10BV, 24DV**; ()²Informática em Geral: **12BV, 21DV**; ()³Sintetizadores de voz: **12BV, 23DV**; ()⁴Outros, citar : Não sabem lidar: **05BV, 07DV**.

Análise dos dados: Os respondentes têm domínio no uso da “Internet” em sua grande maioria, usam os “Sintetizadores de voz” e também a “Informática em geral”.

Questão V) Quais os serviços de tecnologia que são mais procurados nesta Biblioteca Especial? ()¹ Internet: 10BV, 35DV; ()² Virtual Vision: **05BV, 23DV**; ()³ Sintetizadores de Voz : **11BV, 17DV**; ()⁴ Outros. Não sabem: **05BV, 05DV**.

Análise dos dados: Dos serviços de tecnologia, a grande maioria revelou saber quais os mais procurados: “Internet” e “Virtual Vision”.

Questão W) Indique aspectos que lhe desagradam na Biblioteca e que os que gostaria que fossem oferecidos:

()¹ cadeiras e mesas mais confortáveis: **19BV; 23DV** ()² Atendimento no horário do almoço: **05BV, 06DV** ()³ Ventiladores ou ar condicionado: **05BV, 10DV** ()⁴ Mesas adaptadas com luminárias **05 BV**, ()⁵ outros: difícil acesso pela escada: **05 BV, 05DV**

Análise dos dados: Dos aspectos desagradáveis estão: cadeiras e mesas desconfortáveis. Falta mais ventilação ou ar condicionado, o que melhoraria o bem-estar dos usuários e principalmente a melhor conservação do material bibliográfico do acervo; mesas adaptadas com luminárias para os usuários com baixa visão.

Questão X) Freqüenta outras Bibliotecas? ()¹ Sim: **05 BV; 10 DV** ()² Não **08 BV, 20DV** Em caso afirmativo, qual é a finalidade? Pesquisas em geral ()¹: **07 BV; 25 DV** ()² Outras Opções, justificar: estudar: **08BV; 15DV**

Análise dos dados: Existe afirmação por parte da metade dos respondentes, informando que freqüentam outras Bibliotecas no intuito de realizar pesquisas em geral e também para estudar.

Questão Y) Este espaço é para que você possa fazer a sua crítica e/ou sugestão a respeito da Biblioteca Braille: Sugestões colocadas pelos respondentes:

Aquisição de mais livros atualizados e revistas interessantes: **09BV, 16 DV**

Ter mais funcionários para atender em período integral: **08 BV; 15DV**

Contratar um Bibliotecário: **05 BV, 28DV**

Assinar Veja sonora e jornais falados: **10BV; 36DV**

Não sobrecarregar o funcionário da Biblioteca com outros serviços para melhor nos atender com maior disciplina e mais silêncio: **13BV; 38DV**

Funcionário disponível e treinado para atendimento em período integral: **10BV; 36DV**

Análise dos dados: Diante da significativa porcentagem de usuários que acusaram a falta de frequência ou frequência eventual e do desconhecimento dos serviços disponíveis, torna-se evidente a necessidade de um Programa reforçando estímulos de uso e a importância e da Biblioteca.

Novas sugestões de serviços apontadas pelos usuários como prioritários, interessantes, e possíveis de serem realizados, cuja contratação de um bibliotecário poderia agilizá-los, bem como ser capaz de sistematizar e organizá-los otimizando as atividades e serviços de informação. Observando que o atual funcionário está sobrecarregado de outras atividades não pertinentes ao âmbito da Biblioteca Braille, necessitando estar mais presente para o atendimento ao público, necessitando de treinamento e capacitação.

8.1 QUESTIONÁRIO PARA OS *PROFESSORES DOS DV's DO ISMAC:*

Respostas fornecidas pelos professores, funcionários administrativos e funcionário da Biblioteca Braille do ISMAC: Professora Nazareth Pereira Mendes

Na questão 2 Sobre a Forma de implantação dos programas de estímulo ao hábito de leitura temos: 02 por e-mail, 07 conversa face a face, 02 Programa Específico, 02 entrevista, 01 por telefone, 03 outras formas.

Análise dos dados: Verifica-se que a maior parte dos educadores enfatizam a conversa com os seus educandos como relevante ao estímulo do hábito de leitura.

Questão 3: Os professores freqüentam e incentivam a utilização da Biblioteca Braille?

Sim = 10, Não= 02,

Comentário Por que não? Porque os alunos não se encontram em idade escolar.

Por que não? Pela falta de orientação especializada para o público alvo em idade escolar e pré-escolar.

Questão 4: Quais os meios de acesso à informação disponíveis? Internet = 10

Materiais em Braille =11 Livros ampliados =07 Livros sonoros = 11 Outros = 02

Análise dos dados: Percebemos que dentre os meios de acesso às informações disponíveis no ambiente das Bibliotecas Braille, os professores e demais funcionários têm franca preferência à utilização dos multimeios clássicos como o material impresso em Braille e os livros sonoros, este último por estar intimamente vinculado à comunicação oral. Entretanto, os

meios utilizados pelas novas tecnologias vêm ganhando espaço gradativamente, face ao crescimento da Internet e o acesso às ampliações e novas mídias eletrônicas.

Questão 5) Compreensão de Inclusão social: Integração = **05** Socialização = **02**
Participação = **06** Utilização dos benefícios sociais = **05**

Análise dos dados: No universo dos professores entrevistados, a Inclusão Social do indivíduo com deficiência visual, está intimamente relacionada com a sua participação na vida social da comunidade e, que as barreiras existentes são superadas através da integração dos alunos, por meio do processo educacional facilitado pelo acesso à informação, habilitando-os a lutar contra a discriminação e alcançar os benefícios sociais resultantes dessa integração.

Questão 6: a) Ações que contribuem para a Inclusão Educacional:

Incentivo à leitura em Braille = **11**; Novas aptidões = **10**; Atender demandas educacionais = **10**; Desenvolvimento de Projetos = **10**; Atualização e seleção do acervo = **08**, Leitura Orientada = **10**; Cursos = **10**; Palestras = **08**; Novas tecnologias = **07**; Divulgação das ofertas de emprego = **07**

b) Ações que contribuem para a Inclusão Social: Relacionamento comunitário = **09** Auto-estima = **10** Aceitação das diferenças e diversidades = **07** Mudança de valores = **05**

c) Ações que contribuem para a Inclusão Recreativa e Esportiva: Coral = **09** Gincana = **09** Teatro = **07** Artesanato = **01** Natação = **06** Ginástica = **06** Música = **08** ...Dança = **07** Shows = **07**

Questão 7: A biblioteca informa sobre a legislação, direitos e deveres do deficiente visual? Sim = **09** Não = **01** Em quais documentos? Constituição Federal, Estadual e Municipal e, sobre os Direitos Humanos.

Questão 8 Serviços de Tecnologia que são oferecidos pela Biblioteca Especial:

Internet = **09** Sintetizadores de voz = **07** Virtual Vision = **08**

Questão 9 Quais os benefícios obtidos com as diversas tecnologias disponíveis?

Aumento de demanda = **04** Maiores possibilidades de Atendimento = **06**
Ampliação de fontes de informação = **08** Independência = **11** Agilidade = **09**

Questão 10 - Quais os principais pontos das Políticas Públicas que dão suporte à Educação Especial? Apoio = **08** Integração = **07** Atendimento sem discriminação = **11**

Questão 11 - Meios necessários para a inclusão educacional e social:

Desenvolvimento de Projetos = **08** Atender demandas educacionais = **06**

Variedade e atualização do acervo = **09** Adequação de instalações físicas = **05**

Computador = **01** Internet = **01**

Questão 12 - Que aspectos não foram abordados nesta pesquisa considerados importantes:

Valorização da Visão, - Entusiasmo com os resultados da arte como realização pessoal dos deficientes visuais - Criatividade, Projetos de inclusão para a 3ª Idade Atividades lúdicas para as Pessoas com deficiência visual e baixa visão.

8.2 QUESTIONÁRIO DA DISSERTAÇÃO PARA *FUNCIONÁRIOS* DA BIBLIOTECA DO ISMAC:

Nº 1 IDADE 21, SEXO: masculino, FORMAÇÃO ESCOLAR: Nível Médio completo,

CARGO: Auxiliar administrativo Setor: Biblioteca

INSTITUIÇÃO: Instituto sul-mato-grossense para cegos (ISMAC).

1 NOME DA BIBLIOTECA: Profª Nazareth Pereira Mendes

Endereço: Rua 25 de dezembro, 267 tel. 33255490

1.1 Dependência administrativa : ()¹ federal ()² estadual ()³ municipal ()⁴ particular (x)⁵ outras : ONG

1.2 Órgão ao qual a Biblioteca está diretamente subordinada: ao ISMAC

2..INSTALAÇÕES 2.1 Área.. 105 m²

2.2 A área disponível é suficiente: ()¹ para o acervo

()² para os usuários ()³ para ambos (x)⁴ não é suficiente,

2.3.Há projeto para mudança ou construção de novo prédio ou reestruturação do espaço físico e layout? (x)¹ Sim ()² Não (Detalhar, em caso afirmativo): Em andamento com a direção

2 4 Esta Biblioteca está adaptada às necessidades dos usuários especiais? (x)¹ crianças (x)²

adolescentes (x)³ adultos QUANTO à: (x)⁴ luminosidade ()⁵ móveis ()⁶ layout ()⁷ iluminação especial⁷

2.5. A biblioteca possui infra-estrutura para a melhoria das condições de: ()¹ Controle: ambiental ()² de Climatização, ()³ Segurança ()⁴ Prevenção de acidentes ()⁵ Sim (x)⁶ Não

2.5.1 A Manutenção (portas, janelas, fiação, pintura, etc.) do edifício é: ()¹ Total (x)² Parcial ()³ Nenhuma

2.5.2 Conservação da Biblioteca:

	Bom	Regular	Péssimo
Prédio	X		
Móveis	X		
Equipamento	X		
Limpeza	X		
Iluminação	X		

2.5.3 Móveis disponíveis aos usuários:

Móveis	Quantidade	
	Infantil / Juvenil	Adulto
Mesa ¹ (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1)....08....(2)
Assento ² (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1)....12....(2)
Luminárias ³ (1) comum (2) especial	(1).....(2)	---
Cabines individuais ⁴ (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1)....04....(2)
Estantes ⁵ (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1)....30....(2)

2. RECURSOS HUMANOS:

Quantidade 3.1 A Biblioteca tem quadro próprio de pessoal? (x)¹ Sim ()² Não: ()³ Bibliotecário()⁴ Outros de nível Superior.....(x)⁵.Administrativos 01 ()⁶.Voluntários: 05 ()⁷ Estagiários..... ()⁸.Outros.....

3.2. Os funcionários da Biblioteca são **treinados** ()¹ Sim (x)² Não; Para: ()³
Atendimento ()⁴ Questões de Segurança ()⁵ Prevenção de Acidentes ()⁶ Outros.....

4. Sua opinião quanto ao **uso do acervo**: ()¹ É consultado (x)² É pouco consultado (x)³ É desatualizado

4.1 Sua conservação encontra-se: (x)¹ boa ()² regular ()³ péssima

5. ORGANIZAÇÃO DAS COLEÇÕES ()¹ Total (x)² 50 – 20% ()³
10% ()⁴ Nenhuma - Justificar: por ordem alfabética de títulos

5.1. Indique os métodos utilizados para **novas aquisições**: ()¹ conselho e/ou comissão consultora da Biblioteca ()² indicação de professores e/ou usuários ()³ através de catálogos, livrarias, vendedores, etc.

OBS. Não fazem aquisição, os livros didáticos são reproduzidos na gráfica em Braille, por ordem de pedido dos alunos.

6. SERVIÇOS AO PÚBLICO

6.1 Funcionamento da Biblioteca Dias da semana de 2^a à 6^a feiras, no Horário das 7 h 30 às 11 horas, das 13 h 30 às 17 horas.

6.2 A Biblioteca faz empréstimo domiciliar? (x)¹ Sim ()² Não

6.3 CIRCULAÇÃO Número de usuários inscritos **80**, Média mensal de empréstimos: **22** obras Média mensal de consultas **30** Média mensal de frequência à Biblioteca: **80** usuários :

6.4. ACERVO DOCUMENTAL

	2005	TOTAL
Livros falados	10	60
Livros com letras ampliadas		15
Revistas e jornais em Braille		
CD-Room		
Mapas ou globos em relevo		01
Legislação		01

6.5 Periódicos

Periódicos (Nº de títulos) 01	Coleção completa: Revista Brasileira para Cegos do Inst. Benjamim Constant
---	--

6.6 Quais as atividades desenvolvidas pela Biblioteca:

Cursos, conferências, palestras, exposições, etc.

⁴ Serviço de intercâmbio com outras Bibliotecas

Serviço com voluntários, estagiários, etc.

Ledores e gravadores de livros

Impressão em Braille

Sala de apoio pedagógico com material em Braille

Internet e informática em geral

6.7. Quais os recursos especiais existentes? ¹ Lupas ² regletes ³ outros, citar: sorobã, globo, em relevo, máquina de datilografia em Braille, etc

6.8 As atividades de Inclusão: **Educacional** ¹ Incentivo à leitura e escrita Braille ² Descobrir novas aptidões ³ Atender demandas Educacionais ⁴ Desenvolvimento de Projetos ⁵ Variedade e atualização do acervo ⁶ Leitura orientada ⁷ Cursos ⁸ Palestras ⁹ Novas Tecnologias ¹⁰ Divulgação de emprego ¹¹ Outras.....

Social: ¹ Sensibilização para convivência ² Aceitação das diferenças ³ Acolhida ⁴ Trabalhar a auto-estima ⁵ Mudanças de valores ⁶ Trabalhar a diversidade, Outras: Amizade

Recreativas: ⁷ Dança ⁸ Música ⁹ Shows ¹⁰ Teatro ¹¹ Outras artes em cerâmica, gesso. Esportivas: ¹² Gincanas ¹³ Ginástica ¹⁴ Natação ¹⁵ Outras: futsal, judô, golbol.

6.9 As atividades centralizadas na Biblioteca Braille ou setor específico?

¹ Processamento técnico ² encadernação/e ou restauração ³ seleção e aquisição ⁴ Outras atividades. Quais? Consulta, empréstimo, Internet, Informática em geral.

7.A Biblioteca. desenvolve SERVIÇOS DE EXTENSÃO?(x)¹ Sim, ()²Não

7.1 Em caso afirmativo atende: (x)³ escolas s. ()⁴Comunidade
()⁵Presídios ()⁶Hospitais()⁷Outros, Quais? SESC, CNEC

8. A Biblioteca tem setor infanto-juvenil? ()¹ Sim, (X)²Não

8.1. A Biblioteca possui serviço audiovisual? ()¹ Sim, (X)²Não

9. Quais são os instrumentos de apoio utilizados no processo de seleção do material bibliográfico? Assinale os que são utilizados:(X)¹ Catálogos (X)² Sites de editoras
(X)⁵Sugestões de alunos (X)⁶ Indicação de professores ()⁷ outros.....

10. A biblioteca informa a doação de obras através de documento, quando do seu recebimento? (X)¹ Sim ()² Não

11.Quais os critérios utilizados no processo de seleção de material bibliográfico para aquisição e recebimento de doações? Indique os adotados nesta biblioteca:

Critérios	Seleção	Doação
() ¹ Qualidade do conteúdo	(X)	(X)
() ² Atualidade da obra	(X)	(X)
() ³ Autonomia para doação a outras Bibliotecas	()	()
() ⁴ Quantidade de exemplares necessários	(X)	(X)
() ⁵ Assunto ou área de cobertura do título	(X)	(X)

12. Quais são as condições da rede elétrica no prédio da biblioteca?

()¹ ótima (X)² boa ()³ regular ()⁴ ruim ()⁵ não sei responder

13. A biblioteca proporciona orientação quanto ao uso e manuseio da coleção? (X)¹ aos funcionários (X)² aos usuários De que tipo? Verbal, durante o atendimento

8.3 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O ISMAC:

8.3.1 HISTÓRICO

Desde a sua fundação em 4 de fevereiro de 1957 em Campo Grande, o Instituto Sul-mato-grossense para Cegos "Florivaldo Vargas" - ISMAC, é um espaço onde a pessoa

deficiente visual encontra oportunidades favoráveis ao seu desenvolvimento integral. Dedicando ao trabalho educacional para que a pessoa com deficiência visual possa se desenvolver no exercício da cidadania; apoiando a família e propiciando conhecimentos em benefício das crianças, dos adolescentes e dos adultos deficientes visuais no processo de habilitação e reabilitação. É uma história que nos remete ao conhecimento e à credibilidade.

8.3.2 CONTRIBUIÇÕES

Para desenvolver suas atividades no atendimento aos deficientes visuais, o ISMAC conta com a colaboração de: associados; parcerias (desenvolvimento de projetos); convênios com órgãos governamentais nas esferas federal, estadual e municipal; estagiários e voluntários.

8.3.3 INFORMAÇÕES : Fone: (67) 325-0997

Horário de atendimentos: das 7h e 30min às 11h e 10min e das 13h e 30min às 17h e 10min.

Diretoria Educacional para informações.

Diretoria Administrativa para associar-se.

Serviço para inscrever-se em atendimentos.

8.3.4 VISITAS

O ISMAC está sempre aberto à visitação e certamente será uma grande satisfação recebê-los.

8.3.5 ATENDIMENTOS

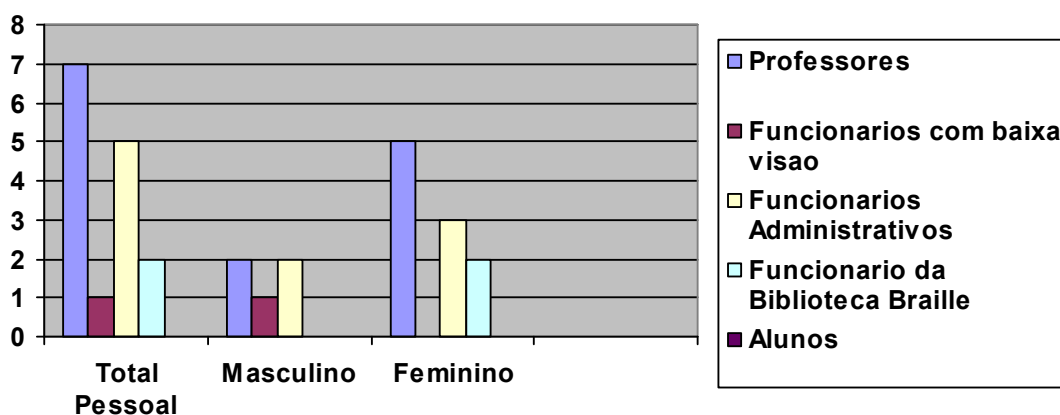
Alfabetização em Braille - através do Sistema Braille, à criança deficiente visual; prepara-se para ingressar no ensino regular; Atividades da Vida Diária - orientações com relação à higiene pessoal, alimentação e vestuário; Baixa Visão - desenvolvimento de programas de estimulação visual; biblioteca - proporciona acesso à informação, através de uma variedade de literatura Braille e livros gravados em fitas cassete; Educação Física - trabalha o desenvolvimento das habilidades motoras básicas; Informática - programas específicos para deficientes visuais (Dosvox e Virtual Vision); Orientação e Mobilidade - técnicas para locomoção; Psicologia - apoio à pessoa deficiente visual e orientação à família.

8.3.6 ENDEREÇO R. 25 de dezembro, 262, Centro CEP 79002-060 Campo Grande - MS

Fone: (67) 325-0997 E-mail: ismac@terra.com.br

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A COLETA DE DADOS FEITA NO CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO AO DEFICIENTE VISUAL CAP. DV/MS

INSTITUIÇÃO	PARTICIPANTES	QUANTIDADE	MASC	FEM
CAP/MS	PROFESSORES	07	02	05
	FUNCION. BAIXA VISÃO	01	01	
	FUNCION. ADMINIST.	05	02	03
	FUNCION. B. BRAILLE	02		02



No CAP. DV/MS entrevistamos um total de 15 funcionários assim distribuídos:

02 funcionárias do que trabalham na Biblioteca, sendo uma estagiária de Biblioteconomia.

05 Funcionários administrativos, sendo **03** do sexo feminino e **03** do sexo masculino, sendo **01** com baixa visão. Com idades que variam na faixa de **22 a 47 anos**. **07** Professores, assim classificados: **05** do sexo feminino e **02** do sexo masculino. Com idades que variam na faixa de **30 a 40 anos** cujas atividades principais são a de capacitar os demais professores que lecionam em escolas estaduais de ensino regular nos níveis Fundamental e Médio e que possuem alunos especiais em suas salas de aula. Perfazendo um total geral de **85** pessoas entrevistadas entre o ISMAC e o CAP.DV/MS.

8.5 QUESTIONÁRIO DA DISSERTAÇÃO DESTINADO AOS PROFESSORES DA INSTITUIÇÃO: CAP.DV /MS

1) O que você como professor faz para que o conteúdo possa ser melhor aproveitado pelos alunos deficientes visuais e na capacitação dos professores no ensino regular?

Transcrições em Braille, gravações = **03**

Material digitalizado = **01**

Adaptações de materiais conforme a necessidade: = **03**

Análise dos dados: A maioria dos professores do CAP.DV/MS, faz a transcrição do material em Braille ou gravações, adaptações diversas, conforme a necessidade dos alunos, elas são feitas principalmente dos livros textos e de matemática. Tais livros passaram a ser ilustrados com figuras e desenhos em relevo, em sua maioria com ângulos tridimensionais, visando alcançar a realidade do aluno para obter maior eficiência no processo de aprendizagem.

2) Indique os meios ou Programas Especiais utilizados para desenvolver o hábito de leitura de seus alunos e professores e como são implantados esses Programas? ()¹ Programa Específico de leitura em Braille **04**()² Entrevistas=**03** ()³ Conversa face a face=**05** ()⁴ Telefone ()⁵ e-mail ()⁶ Outros: gravações **02**

Análise dos dados: para o desenvolvimento do hábito de leitura, a grande maioria dos professores do CAP.DV/MS, responderam que utilizam Programa específico de leitura em Braille, e que são implantados mediante Conversa face à face e entrevistas. É evidente em se tratando de leitura e exposições teóricas, ser necessário uma experiência concreta e significativa, para que não falte a participação direta do aluno por insuficiência de recursos didáticos específicos para uma assimilação favorável e compreensão do conteúdo desenvolvido.

3) Como professor você freqüenta e incentiva seus alunos e professores a freqüentarem e a pesquisarem na Biblioteca Braille da Instituição? ()¹ Sim **07** ()² Não ()³ Por quê?...

Análise dos dados: Por unanimidade todos responderam que são assíduos freqüentadores das Bibliotecas Braille e incentivam alunos e professores a procederem da mesma forma.

4) Quais os meios de acesso às informações disponíveis aos professores, aos alunos cegos e aos com baixa visão nesta Biblioteca? ()¹ Internet:**04** ()² Materiais em Braille=**04** ()³ Livros ampliados: **05** ()⁴ Livros sonoros: **02** ()⁵ outros, quais?.....

Análise dos dados: Os meios de acesso à informação mais freqüentes apresentados pelos professores do CAP.DV/MS são: Livros ampliados, o que demonstra atenção com os deficientes que possuem baixa visão, integrando-os ao ensino, seguindo-se da Internet.

5) O que você entende por inclusão social? ()¹ Participação: **04** ()² outros: Ser potencialidades: **01** Conforme suas potencialidades: **01**, Criar possibilidade: **01**, Assegurar direitos: **01**, Cidadania: **01**

Análise dos dados: Na sua maioria os professores confirmaram entender a Inclusão Social como “Participação” contemplando o quesito cidadania, onde para cada indivíduo é garantido por lei o seu acesso gratuito e irrestrito a todas as formas de convivência, estudo e outros.

6) Cite as ações que poderão ser oferecidas pela Instituição com o apoio da Biblioteca aos DVs e que contribuam para a Inclusão: Educacional: ()¹ Incentivo à leitura e escrita Braille :06 ()² Descobrir novas aptidões: 01 ()³ Atender demandas Educacionais: 01 ()⁴ Desenvolvimento de Projetos: **01** ()⁵ Acervo selecionado e atualizado: **01** ()⁶ Leitura orientada: **04** ()⁷ Cursos: **02** ()⁸ Palestras: **01** ()⁹ Novas Tecnologias: **01** ()¹⁰ Divulgação de emprego : **04** ()¹¹ Outras.....

Análise dos dados: Das ações citadas na Inclusão Educacional evidenciaram: Incentivo à leitura e escrita em Braille, sem as técnicas corretas não é possível manter um ensino de qualidade.

Social: ()¹² Sensibilização para melhor relacionamento comunitário: **02** ()¹³ Conviver com a diversidade e a aceitação das diferenças: **03** ()¹⁴ Trabalhar a auto-estima : **01** ()¹⁵ Mudanças de valores ()¹⁶ Outras.....

Análise dos dados: Conviver com a diversidade eis um dos grandes desafios tanto para os mestres como para os educandos, pois é na diversidade que se desenvolvem os talentos e as aptidões.

Recreativas e Esportivas: ()¹⁷ Gincanas ()¹⁸ Ginástica ()¹⁹ Natação ()²⁰ Dança: : 01 ()²¹ Música : **02** ()²² Shows: **01** ()²³ Coral ()²⁴ Teatro: **01** ()²⁵ Outras: Cerâmica: **03**

Análise dos dados: O Trabalho com cerâmica foi o item destacado, sobretudo a modelagem transfere através do tato o equilíbrio emocional e físico tão necessários aos deficientes visuais seguindo-se da Música, através dos sons são identificadas novas formas de sentir prazer exercitar e participar numa harmonia que é um deleite para o bem-estar psíquico emocional e espiritual.

7) A Biblioteca, informa sobre os direitos, benefícios e deveres dos DVs, trazidos em legislação, e outros meios? ()¹ Sim: : **04** ()² Não, Quais? ...Não sabe: **03**

Análise dos dados: Em sua grande parte, os mestres consideraram que a Biblioteca Braille informa sobre os benefícios e deveres dos DVs, trazidos em legislação, isto é um ponto positivo.

8) Quais os serviços de tecnologia que são oferecidos por esta Biblioteca Especial? ()¹ Internet: **04** ()² Sintetizadores de voz: **01** ()³ Virtual Vision ()⁴ outros

Análise dos dados: o item que mereceu relevância foi sem dúvida o uso pela Internet, através do portal da web, tem-se o mundo ao alcance de um botão, e infinitas possibilidades de se descortinarem as informações.

9) Com a existência das tecnologias disponíveis às pessoas com deficiência visual, quais os benefícios trazidos na busca de informações? ()¹ Aumento da demanda ()² Maiores possibilidades de atendimento: **01** ()³ Diversidade de fontes de Informação: **05**()⁴ independência: **01** ()⁵agilidade: **04**

Análise dos dados: por unanimidade declararam a “diversidade de fontes de Informação”, consideraram os benefícios da não segregação, o intercâmbio das mídias e, a agilidade.

10) Entendemos também por *Políticas Públicas*: ações de democratização do acesso à leitura e escrita, e outras oportunidades indispensáveis às pessoas com deficiência visual. Identifique os principais pontos das Políticas Públicas adotadas nesta Biblioteca que dêem suporte à Educação Especial ()¹ apoio: **04** ()² Integração ()³: **03** Atendimento sem discriminação

Análise dos dados: A interpretação maior dada a esta questão foi o item “Integração”.

11) Quais ações da Biblioteca Especial você considera necessárias para a Inclusão educacional e Social?: ()¹ Desenvolvimento de Projetos: **06** ()² Atender demandas educacionais: **05** ()³ Variedade e atualização do acervo: **02** ()⁴ Adequação de Instalações arquitetônicas: **03** ()⁵ outras, quais? Aumento do espaço físico: **02**

Análise dos dados: “Desenvolvimento de Projetos” foi o mais destacado. Nesta questão é possível avaliar o esforço ocorrido por parte dos envolvidos em se fazerem presentes e atualizados através de projetos para a captação de recursos e outros tópicos que se queiram alcançar, seguido por “Variedade e atualização do acervo”, que é chave da vitória para se conseguir acompanhar a multiplicidade das informações disponibilizadas através do acervo e materiais a serem consultados.

12) Que aspectos relacionados aos DVs que não tenham sido contemplados neste questionário, você acrescentaria?.: Ampliação do acervo e do espaço físico: **07** Descobrir novas aptidões: **01** Acervo Selecionado e atualizado: **06** Leitura Orientada: **06**

Análise dos dados: A “ampliação do espaço físico” foi assinalado nesta questão como prioritário aumentando o espaço físico, na Biblioteca funcionará o Centro de Convivências dos usuários do CAP.DV/MS, bem como o “acervo selecionado e atualizado” e a “leitura orientada”.

8.6 QUESTIONÁRIO DA DISSERTAÇÃO DESTINADO AOS *FUNCIONÁRIOS EM GERAL E OS ESPECIAIS COM BAIXA VISÃO* DA INSTITUIÇÃO CAP.DV/MS:

1) Indique os meios ou Programas Especiais utilizados para desenvolver o seu hábito de leitura e como são implantados esses Programas? ()¹ Programa Específico de leitura em Braille **04** ()² Entrevistas = **04** ()³ Conversa face a face = **04** ()⁴ Telefone ()⁵ e-mail ()⁶ Outros gravações **02**

Análise dos dados: Programa específico desconhecem, mas acreditam, que os meios para implantação seriam: Conversa face a face e Entrevistas, consideram de grande valor e necessário o exercício de uma leitura dinâmica que os auxiliarão no seu dia-a-dia.

2) Explícite os procedimentos para obter as informações de seu interesse: ()¹ Busca no acervo: **05** ()² Internet: **03** ()³ Outras Bibliotecas ()⁴ Outros: Biblioteca pessoal: **01**

Análise dos dados: Os procedimentos geralmente ocorrem pela busca das informações existentes no acervo, sendo este o canal mais conhecido e usualmente consultado em todos os tipos de Bibliotecas. Cumpre lembrar que o material bibliográfico para os amblíopes ou usuários com baixa visão, impõem adaptações, supondo a codificação das e letras de tamanhos variados.

3) Quais os meios de acesso às informações disponíveis aos usuários nesta Biblioteca? (x)¹ Internet **04** (x)² Materiais em Braille: **05** (x)³ Livros ampliados: **04** ()⁴ Livros sonoros ()⁵ outros, quais?

Análise dos dados: Os meios disponíveis assinalados são: Materiais em Braille: o uso do material didático no Sistema Braille, assume destacada importância no ensino especializado, em geral. Tal destaque advém do fato de a cegueira, ou outra forma de deficiência visual, constituir sério obstáculo, que afasta o indivíduo da realidade física seguindo-se dos livros ampliados de diferentes tamanhos, com letras, cores, a serem usados pelos DV's com baixa visão.

4) Manifeste sua opinião sobre a utilização da Biblioteca e serviços existentes: ()¹ Atendem plenamente as buscas de informação: **02** ()² Não atendem ()³ Atendem parcialmente: **04**

Análise dos dados: O item mais apontado quanto ao atendimento foi “parcialmente”, embora os atendentes façam o melhor que podem, carecem do auxílio que um profissional bibliotecário.

5) A Biblioteca informa sobre os benefícios, direitos e deveres dos DVs, trazidos em legislação e outros meios? ()¹ Sim **04** ()² Não, Quais?

Análise dos dados: O maior número de respostas foi afirmativa: a Biblioteca informa sobre os benefícios, direitos e deveres e legislação referentes aos deficientes visuais.

6) Com que frequência você utiliza a Biblioteca? ()¹ Diariamente: **03** ()² Semanalmente: **02** ()³ Raramente

Análise dos dados: A maioria dos entrevistados respondeu que sua frequência é diária à Biblioteca do CAP DV/MS. Isto comprova a importância dada ao setor, para sua ampliação e acesso.

7) Por que frequenta esta Biblioteca? ()¹ Pela localização: **05** ()² Pelas instalações confortáveis ()³ Pela variedade do acervo ()⁴ Pessoal atencioso **05** ()⁵ Outros.....

Análise dos dados: o maior destaque recaiu sobre a localização central da Biblioteca com grande facilidade de acesso. O segundo destaque foi atenção recebida no atendimento.

8) Como é o atendimento? ()¹ Ótimo ()² Bom: **05** ()³ Regular ()⁴ Péssimo.....

Análise dos dados: Todos os participantes foram unânimes em dizer que o atendimento é classificado como “Bom” e que poderia ser melhor com o auxílio de um bibliotecário.

9) O que precisa ser melhorado? ()¹ O espaço físico: **04** ()² O acervo de livros (em quantidade) : **05** ()³ O acervo de livros (em qualidade): **05** ()⁴ O acervo de periódicos (jornais e revistas): **05** ()⁵ O atendimento ()⁶ Sinalização de estantes: **05** ()⁷ Limpeza ()⁸ Horário de atendimento (cite o horário que você considera adequado):..... ()⁹ Organização das estantes e prateleiras: **05** ()¹⁰ Outros

Análise dos dados: O acervo de Livros e de Periódicos precisa de melhorias em quantidade, qualidade e atualização. Aumento do espaço físico, juntamente com aquisição e a organização das prateleiras e estantes com as devidas sinalizações em Braille e tinta.

10) Neste contexto, assinale as ações que podem ser oferecidas pela Instituição, com o apoio da Biblioteca que contribuam para o fortalecimento de sua Inclusão: Educacional: ()¹ Incentivo à leitura e escrita Braille: **05**, ()² Descobrir novas aptidões ()³ Atender demandas Educacionais:**05**, ()⁴ Desenvolvimento de Projetos: **03**, ()⁵ Acervo selecionado e atualizado: **04**, ()⁶ Leitura orientada **05**, ()⁷ Cursos: **03**, ()⁸ Palestras: **05**, ()⁹ Novas Tecnologias: **05**, ()¹⁰ Divulgação de emprego: **05**, ()¹¹ Outras.....

Análise dos dados: os itens mais relevantes foram: Incentivo à leitura e escrita Braille, atender demandas educacionais, divulgação de emprego, desenvolvimento de projetos, acervo selecionado e atualizado, leitura orientada, cursos, palestras e novas tecnologias.

Social: ()¹² Sensibilização para melhor relacionamento comunitário: **04** ()¹³ Conviver com a diversidade e a aceitação das diferenças: **05**, ()¹⁴ Trabalhar a auto-estima: **05** ()¹⁵ Mudanças de valores: **05** ()¹⁶ Outras.....

Análise dos dados: na parte da Inclusão Social os pontos mais relevantes foram: Conviver com a diversidade e a aceitação das diferenças: Trabalhar a auto-estima, Mudanças de valores e a Sensibilização para melhor relacionamento comunitário.

Esportivas e Recreativas: ()¹⁷ Gincanas: **05**, ()¹⁸ Ginástica: **02** ()¹⁹ Natação ()²⁰ Dança: **03**, ()²¹ Música: **05**, ()²² Shows: **05**, ()²³ Coral: **03**, ()²⁴ Teatro: **03**, ()²⁵ Outras.....

Análise dos dados: Para a inclusão de atividades recreativas e esportivas, os itens mais importantes foram: gincanas, música, shows, coral, teatro, ginástica, natação e dança.

11) Entendemos também por Princípios de Políticas Públicas as ações de igualdade, de acesso à leitura e escrita e oportunidades indispensáveis à inclusão de todos os usuários. Poderia assinalar os principais adotados nesta Biblioteca que dêem suporte à Educação Especial? ()¹ Integração ()² Atendimento sem discriminação: **05**, ()³ Outros.....

Análise dos dados: Todos foram cordatas ao responderem ao ponto “Atendimento sem discriminação” isto nos leva a concluir que os DV’s têm recorrido a técnicas e apoios diversos para a conquista de sua independência e o combate à discriminação.

12) Este espaço é para que você possa fazer a sua crítica e/ou sugestão a respeito da Biblioteca Braille:

Sugestões: Aquisição de maior nº de livros ampliados e periódicos, entre eles a Veja sonora, Jornais locais etc. A contratação de um Bibliotecário que fará a diferença na oficialização da Biblioteca, nomeando-a e, estabelecendo a estruturação de novos serviços.

8.7 QUESTIONÁRIO DA DISSERTAÇÃO PARA OS *funcionários* DA BIBLIOTECA DO CAP.DV/MS

Entrevistado nº1:..... idade..40 sexo: Feminino Formação Escolar Superior: Psicologia

Cargo/Setor: Gestor em educação Instituição: CAP. DV/MS

Endereço: Av. Afonso Pena, 3328 CEP: 79.002-075 tel. (67) 3314-1207

COMENTANDO OS DADOS SOBRE A BIBLIOTECA:

1.1 Dependência administrativa : () 1 federal (X) 2 estadual () 3 municipal () 4 outras

1.2 Órgão ao qual a Biblioteca está diretamente subordinada: à Secretaria de Estado de Educação

2. INSTALAÇÕES 2.1.Área.. 24 m²

2.2 A área disponível é suficiente: ()¹ para o acervo ()² para os usuários ()³ para ambos (X)⁴ não é suficiente, Justificar: Não há espaço nem para o acervo, nem para leitura.

2.3 Há projeto para mudança ou construção de novo prédio ou reestruturação do espaço físico e layout? (X)¹ Sim ()² Não (Detalhar ,em caso afirmativo): mudança para duas salas neste mesmo prédio

2.4 Esta Biblioteca está adaptada às necessidades dos usuários especiais? ()¹ crianças ()² adolescentes ()³ adultos QUANTO à: ()⁴ luminosidade ()⁵ móveis ()⁶ lay-out ()⁷ iluminação especial (X) não está adaptada⁷

2.5. A biblioteca possui infra-estrutura para a melhoria das condições de: ()¹ Controle: ambiental ()² de Climatização, ()³ Segurança ()⁴ Prevenção de acidentes ()⁵ Sim ()⁶ Não (X)³: Parcial

2.5.1 A Manutenção(portas, janelas, fiação, pintura, etc.) do edifício é: () 1 Total (X) 2 Parcial () 3 Nenhuma

2.5.2 Conservação da Biblioteca:

	Bom	Regular	Péssimo
Prédio		X	
Móveis			X
Equipamento			X
Limpeza		X	
Iluminação	X		

2.5.3 Moveis disponíveis aos usuários

Móveis	Quantidade	
	Infantil / Juvenil	Adulto
Mesa ¹ (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1)...01....(2)
Assento ² (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1)...08....(2)
Luminárias ³ (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1).....3.....(2)
Cabines individuais ⁴ (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1).....(2)
Estantes ⁵ (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1).....(2)

3. RECURSOS HUMANOS: Quantidade 3.1 A Biblioteca tem quadro próprio de pessoal?

(X)¹ Sim ()² Não: ()³ Bibliotecário(X)⁴ Outros de nível Superior.....**01**
()⁵ Administrativos .. ()⁶ Voluntários... (X)⁷ Estagiários...01...(X)⁸ Outros: NÃO.....

3.2. Os funcionários da Biblioteca são treinados (X)¹ Sim ()² Não; Para: ()³
Atendimento ()⁴ Questões de Segurança ()⁵ Prevenção de Acidentes (X)⁶ Outros..NÃO

4. Sua opinião quanto ao uso do acervo: ()¹ É consultado (X)² É pouco consultado
(X) É atualizado () É desatualizado

4.1 Sua conservação encontra-se: ()¹ boa (X)² regular ()³ péssima

5. ORGANIZAÇÃO DAS COLEÇÕES ()¹ Total (X)² 50 – 20% ()³
10% ()⁴ Nenhuma - Justificar: FALTA de espaço, equipamentos e estantes

5.1. Indique os métodos utilizados para novas aquisições: ()¹ conselho e/ou comissão consultora da Biblioteca (X)² indicação de professores e/ou usuários (X)³ através de catálogos, livrarias, vendedores, etc.

6. Funcionamento da Biblioteca: Dias da semana : de 2ª à 6ª feiras..Horário: das 8 às 17 h e 30

6.1 A Biblioteca faz empréstimo domiciliar? (X) 1 Sim () 2 Não

6.2 CIRCULAÇÃO Número de usuários inscritos **30** Média mensal de empréstimos **20** Média mensal de consultas, **20** Média mensal de frequência à Biblioteca: Profissionais da área: **15** DVs:**05**

ACERVO DOCUMENTAL

	2004	2005
Livros falados	33	44
Livros com letras ampliadas	04	05
Revistas e jornais em Braille	20	20
CD-Room	02	03
Mapas ou globos em relevo	07	07
Legislação	05	06
Outros materiais à tinta	240	260

Total geral: **573** títulos do acervo

6.4 Periódicos

Periódicos (No de títulos)	Coleções completas	Coleções com mais de 5 anos	Coleções recentes (- de 5 anos)

OBS. Não possui coleção significativa, os periódicos são recebidos esporadicamente.

6.5 Quais as atividades desenvolvidas pela Biblioteca:

- (X)¹Inclusão educacional com programas de Incentivo à Leitura e Escrita em Braille
- (X)² Serviço de intercâmbio com outras Bibliotecas
- (X)³ Serviço com voluntários, estagiários, etc.

- (X)⁴ Serviços de tecnologia p/ deficientes da visão: livros adaptados, sintetizadores de voz
 (X)⁵ Ledores e gravadores de livros
 (X)⁶ Impressão em Braille
 (X)⁷ Sala de apoio pedagógico com material em Braille
 (X)⁸ Internet e informática em geral

6.6. () Quais os recursos especiais existentes? ()¹ Lupas ()² regletes ()³ outros, citar:
 DOS VOX, Virtual Vision

6.7 As atividades de Inclusão: **Educacional** ()¹ Incentivo à leitura e e escrita Braille ()²
 Descobrir novas aptidões ()³ Atender demandas Educacionais ()⁴ Desenvolvimento de
 Projetos ()⁵ Variedade e atualização do acervo ()⁶ Leitura orientada ()⁷ Cursos ()⁸ Palestras
 ()⁹ Novas Tecnologias ()¹⁰ Divulgação de emprego ()¹¹ Outras.....

Social: ()¹ Sensibilização para convivência ()² Aceitação das diferenças ()³ Acolhida ()⁴
 Trabalhar a auto-estima ()⁵ Mudanças de valores ()⁶ Trabalhar a diversidade ()⁷ Dança
 (X)⁸ Música ()⁹ Shows (X)¹⁰ Teatro

Esportivas: ()¹¹ Gincanas ()¹² Ginástica ()¹³ Natação ()¹⁵ Outras.....

6.8. As atividades centralizadas na Biblioteca Braille ou setor específico? ()¹ Processamento
 técnico ()² encadernação/e ou restauração ()³ seleção e aquisição ()⁴ Outras atividades. Quais? Não possuem

7. A Biblioteca. desenvolve SERVIÇOS DE EXTENSÃO? (X)¹ Sim, ()² Não

7.1. Em caso afirmativo atende: (X)³ escolas s. ()⁴ Comunidade ()⁵ Presídios ()⁶
 Hospitais ()⁷ Outros, Quais? Capacitação e subsídios aos professores da rede Estadual de
 Ensino em geral.

8. A Biblioteca tem setor infanto-juvenil? ()¹ Sim, (X)² Não: Não possui o setor, somente
 livros infantis.

8.1. Onde funciona? (X)¹ na própria Biblioteca ()² em outra sala

8.2. A Biblioteca possui serviço audiovisual? ()¹ Não (X)² Sim, Computador, Fitas de Vídeo.

9. Quais são os instrumentos de apoio utilizados no processo de seleção do material

bibliográfico? Assinale os que são utilizados: (X)¹ Catálogos ()² Sites de editoras,
(X)⁵ Sugestões de alunos (X)⁶ Indicação de professores ()⁷ outros.....

10. A biblioteca formaliza a doação através de documento, quando do seu recebimento?

(X)¹ Sim, ()² Não

11. Qual o nível de instrução dos usuários? (X) Superior, a maioria são pedagogos.

12. Quais os critérios utilizados no processo de seleção de material bibliográfico para aquisição e recebimento de doações? Indique os adotados nesta biblioteca:

Critérios	Seleção	Doação
(X) ¹ Qualidade do conteúdo	(X)	(X)
(X) ² Demanda do usuário	(X)	(X)
(X) ⁴ Assunto ou área de cobertura do título	(X)	(X)
(X) ⁵ Atualidade da obra	(X)	(X)

13. Quais são as condições da rede elétrica no prédio da biblioteca?

()¹ ótima ()² boa (X)³ regular ()⁴ ruim ()⁵ não sei responder

14. A biblioteca proporciona orientação quanto ao uso e manuseio da coleção? ()¹ aos funcionários (X)² aos usuários De que tipo? VERBAL

8.7.1 QUESTIONÁRIO Da DISSERTAÇÃO para os *funcionários* da Biblioteca do CAP.DV/MS

Entrevistado nº 2 idade.... 35 sexo Feminino Formação Escolar: Superior Incompleto

Cargo/Setor: Estagiária Biblioteca Instituição: CAP.DV/MS

Endereço: Av. Afonso Pena, 3328 CEP: 79.002-075 tel. (67) 3314-1207

8.7.1.1 OS DADOS SOBRE A BIBLIOTECA:

1.1 Dependência administrativa : ()¹ federal (X)² estadual ()³ municipal

1.2 Órgão ao qual a Biblioteca está diretamente subordinada: Secretaria de Estado de Educação

2.INSTALAÇÕES

2.1. Área 24 m²

2.2 A área disponível é suficiente: ()¹ para o acervo()² para os usuários ()³ para ambos (X)⁴ não é suficiente, Justificar Falta de espaço em todos os itens

2.3. Há projeto para mudança ou construção de novo prédio ou reestruturação do espaço físico e *lay-out*? (X)¹ Sim ()² Não (Detalhar, em caso afirmativo): ocupação de mais duas salas

2.4 A Biblioteca está adaptada às necessidades dos usuários especiais? (X)¹ crianças (X)² adolescentes (X)³ adultos QUANTO à: ()⁴ luminosidade ()⁵ móveis ()⁶ layout ()⁷ iluminação especial⁶ NÃO

2.5. A biblioteca possui infra-estrutura para a melhoria das condições de: ()¹ Controle: ambiental ()² de Climatização, ()³ Segurança ()⁴ Prevenção de acidentes ()⁵ Sim (X)⁶ Não

2.5.1 A Manutenção(portas, janelas, fiação, pintura, etc.) do edifício é: ()¹ Total ()² Parcial (X)³ Nenhuma

2.5.2 Móveis disponíveis aos usuários:

Móveis	Quantidade	
	Infantil / Juvenil	Adulto
Mesa ¹ (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1).....(2)
Assento ² (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1)....08....(2)
Luminárias ³ (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1).....(2)
Cabines individuais ⁴ (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1).....(2)
Estantes ⁵ (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1).....3.....(2)
Outros ⁶ (1) comum (2) especial	(1).....(2)	(1).....(2)

OBS. As estantes não são suficientes para todos os livros existentes.

2.5.3. Conservação da Biblioteca:

	Bom	Regular	Péssimo
Prédio ¹		X	
Móveis ²			X
Equipamento ³			X
Limpeza ⁴	X		
Iluminação ⁵	X		

3. RECURSOS HUMANOS: Quantidade 3.1 A Biblioteca tem quadro próprio de pessoal?

(X) ¹ Sim () ² Não: () ³ Bibliotecário () ⁴ Outros de nível Superior.....01

() ⁵ Administrativos () ⁶ Voluntários..... () ⁷ Estagiários.....01... () ⁸ Outros.....

3.2. Os funcionários da Biblioteca são treinados (X) ¹ Sim () ² Não; Para: () ³

Atendimento () ⁴ Questões de Segurança () ⁵ Prevenção de Acidentes () ⁶ Outros: NÃO

4. Sua opinião quanto ao uso do acervo: () ¹ É consultado (X) ² É pouco consultado (X) ³ É atualizado () ⁴ É desatualizado

4.1 Sua conservação encontra-se: (X) ¹ boa () ² regular () ³ péssima

5. ORGANIZAÇÃO DAS COLEÇÕES () ¹ Total (X) ² 50 – 20% () ³

10% () ⁴ Nenhuma - Justificar.....

5.1. Indique os métodos utilizados para novas aquisições: () ¹ Conselho e/ou comissão consultora da Biblioteca (X) ² Indicação de professores e/ou usuários () ³ Através de catálogos, livrarias, vendedores, etc.

6. SERVIÇOS AO PÚBLICO 6.1...Qual o nível de instrução dos usuários?

() ¹ Fundamental () ² Médio (X) ³ Superior), qual? A maioria , Pedagogia..

6.1 Funcionamento da Biblioteca Dias da semana de 2ª à 6ª feira, das 8 h. Às 17 h 30, sendo que à tarde fica fechada porque não tem funcionário

6.2 A Biblioteca faz empréstimo domiciliar? (X) ¹ Sim () ² Não

6.3 CIRCULAÇÃO Número de usuários inscritos: 30 Média mensal de empréstimos: 15

Média mensal de consultas: 20 Média mensal de freqüência à Biblioteca: 30 profissionais da

área

6.3. ACERVO DOCUMENTAL

	2004	2005
Livros falados	33	44
Livros com letras ampliadas	04	05
Revistas e jornais em Braille	20	20
CD-Room	02	03
Mapas ou globos em relevo	07	07
Legislação	05	06
Outros à tinta	240-	260
Total geral	573	títulos

6.5 Periódicos

Periódicos (No de títulos)	Coleções completas	Coleções com mais de 5 anos	Coleções recentes (- de 5 anos)

Análise dos dados: OBS. Não possuem coleção completa, os periódicos são recebidos por doação, esporadicamente.

6.6 Quais as atividades desenvolvidas pela Biblioteca:

- (X)¹ Inclusão educacional com Programas Especiais de Incentivo à leitura e escrita:
 ()² Projetos
 ()³ Cursos, conferências, palestras, exposições, etc.
 (X)⁴ Serviço de intercâmbio com outras Bibliotecas
 (X)⁵ Serviço com voluntários, estagiários, etc.
 (X)⁶ Serviços de tecnologia para deficientes da visão,
 (X)⁷ Leitores e gravadores de livros
 (X)⁸ Impressão em Braille
 (X)⁹ Sala de apoio pedagógico com material em Braille
 (X)¹⁰ Internet e informática em geral : OBS. É insuficiente, só tem um computador

6.7. () Quais os recursos especiais existentes? ()¹ Lupas ()² regletes (X)³ outros, citar:

DOS VOX, VIRTUAL VISION

6.8 As atividades de Inclusão: **Educacional** ()¹ Incentivo à leitura e escrita Braille ()² Descobrir novas aptidões ()³ Atender demandas Educacionais ()⁴ Desenvolvimento de Projetos ()⁵ Variedade e atualização do acervo ()⁶ Leitura orientada ()⁷ Cursos ()⁸ Palestras ()⁹ Novas Tecnologias ()¹⁰ Divulgação de emprego ()¹¹ Outras.....

Social: ()¹ Sensibilização para convivência ()² Aceitação das diferenças ()³ Acolhida ()⁴ Trabalhar a auto-estima ()⁵ Mudanças de valores ()⁶ Trabalhar a diversidade ()⁷ Dança (X)⁸ Música ()⁹ Shows ()¹⁰ Teatro ()¹¹

Esportivas: ()¹² Gincanas ()¹³ Ginástica ()¹⁴ Natação ()¹⁵ Outras: exposição., artes, projetos

7.A Biblioteca. desenvolve SERVIÇOS DE EXTENSÃO?(X)¹ Sim, ()²Não

7.1 Em caso afirmativo atende: (X)³ Escolas s. ()⁴Comunidade ()⁵ Presídios ()⁶ Hospitais()⁷Outros, Quais? Na rede estadual de ensino regular, capacitação e subsídios aos professores

8. A Biblioteca tem setor infanto-juvenil? ()¹ Sim, (X)²Não

8.1 A Biblioteca possui serviço audiovisual? (X)¹ Sim, ()²Não

9. Quais são os instrumentos de apoio utilizados no processo de seleção do material bibliográfico? Assinale os que são utilizados: ()¹ Catálogos ()² Sites de editoras ()³ Lista dos departamentos ()⁴ Bibliografia dos cursos ()⁵Sugestões de alunos (X)⁶ Indicação de professores ()⁷ outros.

10. A biblioteca formaliza a doação através de documento, quando do seu recebimento? (X)¹ Sim, ()² Não

11.Quais os critérios utilizados no processo de seleção de material bibliográfico para aquisição e recebimento de doações? Indique os adotados nesta biblioteca:

Critérios	Seleção	Doação
() ¹ Qualidade do conteúdo	()	(X)
() ² Demanda do usuário	()	(X)
() ³ Quantidade de exemplares necessários	()	()
() ⁴ Assunto ou área de cobertura do título	()	()
() ⁵ Atualidade da obra	()	(X)

12. . Quais são as condições da rede elétrica no prédio da biblioteca?

()¹ ótima ()² boa (X)³ regular ()⁴ ruim ()⁵ não sei responder

13. A biblioteca proporciona orientação quanto ao uso e manuseio da coleção? ()¹ aos funcionários (X)² aos usuários De que tipo? De forma verbal.

8.7.2 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O CAP DV./MS

(Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual de MS)

O CAP DV./MS, fundado em Agosto de 1999, localiza-se na Av. Afonso Pena, 3328 Centro - Campo Grande - MS, está vinculado à Secretaria de Educação do Estado. Tem por finalidade a adaptação e a produção de materiais em Braille, ampliados e gravação de livros para os alunos DVs e os professores que com eles trabalham.

Possui os seguintes equipamentos:

10 computadores ligados à Internet	04 Scanners	02 Impressoras Braille
02 Impressoras jato de tinta	01 Termoform	01 TV
01 CCTV 10 Jogos de Lupas	01 Encadernadora Manual	e outra Eletrônica

8.7.2.1 SERVIÇOS OFERECIDOS:

Produção de livros e textos em Braille, ampliados e sonoros;

Adaptação de materiais em relevo (mapas, gráficos, tabelas e outros);

Transcrição de Braille para tinta; e vice-versa.

Complementação curricular específica: Braille, sorobã, escrita cursiva, datilografia, orientação e mobilidade;

Biblioteca com acervo em Braille e em tinta;

Apoio técnico-didático-pedagógico aos alunos cegos e de baixa visão ;

Assessoria, cursos e atualização na área da deficiência visual.

8.7.2.2 ENDEREÇO CAP - MATO GROSSO DO SUL

CAP – DV/MS (Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual)

Endereço: AV. Afonso Pena nº 3328 Campo Grande – MS Fones: (67) 314-1207

(67) 314-1208 - (67) 383-6629 (fax) E-mail: sec248@sgi.ms.gov.br

8.8 COMENTÁRIOS E ANÁLISES GERAIS SOBRE A EXECUÇÃO DA PESQUISA:

As limitações que encontramos no decorrer desta pesquisa, referem-se às questões tais como:

Julgamos escasso o tempo destinado à formação de um Mestre, pois, o curto processo de aprendizagem, permite pouca maturidade e fundamentação profunda, tão necessária para o profissional, considerando o Curso de Mestrado como a primeira pesquisa de impacto, pela extensão e profundidade necessárias;

Nossa escolha foi pela Pesquisa Participante. Pelas características da metodologia, existe o envolvimento do pesquisador com os pesquisados com a finalidade de trazer viva a proximidade e experiências no intercambio e utilização do método crítico-dialético em benefício da comunidade envolvida.

A subjetividade apresenta-se como uma limitação, considerando que as pessoas são diferentes umas das outras. Olham de diferentes maneiras as mesmas questões, dependendo da vivência de cada uma, ou da sua falta, de seus interesses e de sua história de vida. Este é um dos aspectos abaixo enumerados que tendem a agravar as dificuldades, quanto à realização da pesquisa atingir a compreensão do pensamento educacional que impulsionou as suas ações.

Procuramos colocar de maneira objetiva, nesta abordagem sobre a formação continuada e, que a mesma deve estar imbuída de intencionalidade, de política, de interesse e estudo sobre o saber pedagógico, tendo em seu fazer através dos métodos de leitura e escrita Braille, na concretização e no compromisso com a construção do conhecimento almejando articular realidade e objetivos;

Levantar as representações individuais e da comunidade; buscar uma cultura de pesquisa escolar onde o sistema de leitura e escrita em Braille esteja presente no uso e frequência à Biblioteca Especial;

Consideramos as questões de afetividade, de aceitação das diferenças e cognição, enquanto características interligadas aos seres humanos. Pois não possui fases ordenadas de maneira rígida, e sim alguns momentos, os quais devem ser respeitados, conforme Thiollent (1986) propõe:

- Fase Exploratória é o momento de conhecer a realidade, estabelecendo a partir daí um primeiro levantamento da situação, dos problemas imediatos e de possíveis ações

levantadas no diagnóstico apontando para as necessidades de definir os objetivos e o tipo de ação que se pretende;

- O tema da Pesquisa, este íterim é o de definir o problema prático e o marco teórico específico, por meio das pesquisas bibliográficas, que irão nortear o trabalho;
- O lugar da teoria precisa estar articulado dentro de uma realidade com um quadro de referência teórica; onde identificamos as informações necessárias a fim de evitar dispersão, focalizando os segmentos determinados em que assumem o caráter de condução do pensamento para acompanhar e avaliar as ações na divulgação dos resultados;
- Coleta de Dados: possui, enquanto técnica principal, a entrevista coletiva ou individual, questionários convencionais, estudo de arquivos ou jornais. Todos os dados coletados são levantados a fim de serem discutidos, analisados e interpretados para buscar as soluções e definir as diretrizes de ações, observadas no item sobre as sugestões .
- Aprendizagem: esta perspectiva se dá na relação pesquisado/pesquisador.

Entendemos que esta metodologia nos possibilita a ampliação do conhecimento sobre a comunidade, em situações reais. No entanto, nos deparamos com os desafios teóricos e metodológicos para a realização desta pesquisa. Conseqüentemente, eles ocorrem também na forma de compreender efetivamente o objeto estudado, em toda a sua dinâmica e complexidade.

9 RECOMENDAÇÕES:

Ao final da execução desta dissertação, verificamos de que ela comporta uma série de alcances e limitações. Como alcance constatamos que procurou desmistificar a Biblioteca Braille na proposta de suas ações de atendimento e serviços a serem implantados, resgatando a sua identidade e o espaço profissional do bibliotecário e de novas opções e diversificação de trabalho. Como dificuldades, verificou-se:

- Recursos financeiros insuficientes e repasse cada vez menor e insignificante de verbas para as Bibliotecas e a própria Instituição como um todo,
- Entraves para a contratação de pessoal qualificado,
- Explosão bibliográfica,
- Ausência de políticas de informação,
- Carência de avaliação dos serviços, produtos e acervos,
- Deficiência na conservação dos serviços e, das políticas formais,
- Quadro de pessoal restrito,
- Instalações físicas inadequadas,
- Materiais bibliográficos e equipamentos insuficientes e desatualizados,
- A falta de um sistema anti-furtos,
- Poucos serviços e produtos automatizados.

9.1 OS PONTOS FORTES:

- Durante o desenvolvimento desta pesquisa, identificamos como em uma comunidade coesa, e sensível às propostas de buscar na educação inclusiva uma prática possível de ser estabelecida através da leitura e escrita em Braille, em benefício de todos os participantes.
- O desenvolvimento das novas tecnologias abrindo espaço e oportunidades para novos serviços e agilização de outros.
- Ênfase no acesso e não somente na aquisição das informações, fortalecendo o cooperativismo e o intercâmbio entre as instituições.

Espera-se que ocorra a tomada de consciência e de postura com as questões levantadas para superarmos o “isolamento pessoal e profissional” e a solicitação de ajuda sempre que for necessário aos profissionais bibliotecários e aos canais competentes.

A integração precisa ser discutida e questionada dentro da proposta trazida para não cair no discurso vazio. Observa-se ainda a lentidão na passagem de uma etapa mais avançada de integração para outra.

As barreiras são muitas a serem vencidas e foram conseqüências da própria estrutura educacional conhecida.

No que se refere mercado de trabalho, a principal inovação da última década é a legislação que estabelece quotas de empregos para deficientes nas empresas e no serviço público, garantindo o acesso ao mercado de trabalho e a manutenção do emprego, pelas pessoas com deficiência visual. No entanto a efetivação desse direito requer a qualificação profissional, como em qualquer situação em que a mão-de-obra humana esteja envolvida e, o critério de avaliação seja a produtividade. Ao mesmo tempo, como a lei é ampla, não há quotas específicas para cada tipo de deficiência, e as empresas podem escolher, entre os deficientes, os que lhes são mais úteis, dando também preferência aos que possuem deficiência parcial.

No caso específico dos DVs, as vagas de trabalho geralmente limitam-se a um número reduzido de ocupações, tais como telefonista, vendedor (tele-marketing) e ascensorista, embora haja um número mais amplo de funções que eles poderiam exercer com competência. São poucos os DVs que conseguem uma formação de curso superior, mas isso não lhes garante acesso no mercado de trabalho de acordo com sua qualificação, originando situações de discriminação e uma discrepância em relação a suas habilitações e às funções que exercem na prática.

As Associações de Cegos no Brasil têm atuado decididamente no combate à discriminação, em parceria com a Justiça. Sua ação destaca-se, por um lado, na divulgação da imagem dos deficientes visuais como pessoas capazes de se inserirem plenamente na sociedade e, de outro lado, na defesa de seus direitos à educação e ao trabalho. Elas têm se mantido atentas às falhas em procedimentos de concursos públicos, à reprovação de candidatos DVs em concursos, devido ao que pode ser considerado como discriminação, à manutenção de estereótipos caracterizadores de estigmas na mídia, assim como na ampliação e na melhoria das condições de educação e formação profissional.

10. SUGESTÕES COLOCADAS PELOS RESPONDENTES: DO ISMAC

- Ampliação do acervo para aquisição de mais livros atualizados e revistas interessantes,
- Contratação de um Bibliotecário,
- Assinatura da Revista Veja sonora e jornais falados,
- Não sobrecarregar o funcionário da Biblioteca com outros serviços para melhor atender aos DVs com maior prontidão, e ter um ambiente disciplinado e silencioso,
- Disponibilizar um funcionário treinado para atendimento em período integral.
- Adquirir o mobiliário confortável e adequado aos usuários DVs e aos com baixa visão.
- Ter programa específico de leitura e escrita em Braille visando à inclusão educacional
- Receber verba específica para aquisição de revistas, livros e equipamentos atualizados.

10.1 SUGESTÕES COLOCADAS PELOS RESPONDENTES: DO CAP.DV/MS

- Ampliação do acervo em espaço físico com mais livros e revistas atualizadas,
- Criar oficialmente a Biblioteca Braille, nomeando-a,
- Ter programa específico de leitura e escrita em Braille visando à inclusão educacional,
- Adquirir móveis adequados ao uso dos usuários em geral e aos especiais como os DVs os aos usuários com baixa visão,
- Possuir verba específica para aquisição de revistas, livros e equipamentos atualizados,
- Contratação urgente de um Bibliotecário.

10.2 OUTRAS SUGESTÕES COMPLEMENTARES:

- Apresentar proposta orçamentária anual à direção, responsabilizando-se pelo controle e aplicação dos recursos financeiros recebidos, bem como da prestação de contas.
- Incentivar e elaborar projetos com vistas à obtenção de recursos financeiros para complemento do orçamento destinado às Bibliotecas Braille.
- Garantir ao menos 10% do orçamento global para as Bibliotecas, viabilizando o crescimento, a atualização e o desenvolvimento dos acervos, serviços e equipamentos.
- Criar e manter as atividades das seções de referência, intercâmbio e infantil.

- Manter políticas formais para o desenvolvimento das coleções que contemplem: seleção, aquisição, avaliação e uso do acervo.
- Estabelecer quadro de pessoal técnico (bibliotecário, auxiliares e funcionários de apoio) que atendam às necessidades atuais e futuras.
- Desenvolver programas de treinamento, atualização e aperfeiçoamento para o quadro de pessoal existente.
- Adotar normas e formulários padronizados e essenciais ao âmbito da Biblioteca.
- Promover e incentivar o uso da Biblioteca, através do apoio e da prestação de serviços com qualidade, ambiente agradável e confortável, com sistema de marketing orientados ao público alvo, através de folders, cartazes, apresentações áudio-visuais, boletins, filmes, revistas, reuniões com familiares, professores e usuários.
- Desenvolver estudo de usuários, visando a criação de novos serviços.
- Implantar o serviço de reprografia através de xerox, scanner e outros.
- Estabelecer os serviços automatizados de empréstimo e outros rotineiros.
- Criar programas de leitura orientada, visando a inclusão educacional dos DVs.

Acreditamos que estas recomendações e sugestões sejam úteis e possam auxiliar as Bibliotecas Braille na prestação de seus serviços, explorar seus pontos fortes e minimizar seus pontos fracos. Havendo consenso e aprovação destas recomendações, a próxima etapa poderá ser a elaboração de Planos de ação, incluindo instrumento de acompanhamento, controle e avaliação que assegurem as mudanças necessárias à consecução dos objetivos estabelecidos.

Como participantes, podemos afirmar que o diálogo e as ações entre a educação inclusiva e a Biblioteca Braille assumem diferentes possibilidades de concretização, de acordo com a vontade de novos empreendimentos e o momento sócio-histórico, político e educacional pelos quais a sociedade passa em diferentes épocas.

10.3 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS:

Diante de escassos estudos na área de gerência em serviços de informação para as Bibliotecas Braille e que dê condições necessárias para a capacitação de profissionais de biblioteconomia e de outras áreas para atuar nestes segmentos sugerimos:

- Aprofundar as questões aqui apresentadas na área de Políticas Públicas para a inclusão educacional e social.

- Efetivar pesquisas sobre o mesmo tema Inclusão através da leitura, com outras unidades de informação especializadas e mesmo em criação de seções Braille em outros tipos de bibliotecas como: as universitárias, escolares e públicas principalmente.
- Identificar as necessidades de capacitação gerencial dos profissionais da informação e do pessoal auxiliar para a área de Bibliotecas Especiais.
- Estabelecer estudos e procedimentos de hábito de leitura e da escrita em Braille em conjunto com a educação especial inclusiva.

10.4 SUGESTÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA A ÁREA DA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nesta pesquisa destacaremos alguns pontos, cuja finalidade é contribuir para o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação para surgirem outros estudos concernentes à gestão para a Biblioteca Braille e de seus usuários deficientes visuais:

- 1) Envolver as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS), notadamente na utilização dos recursos encontrados na Internet, juntamente com os sintetizadores de voz, entre eles: Virtual Vision, Jaws e outros que permitem sons e falas e interagem no ensino-aprendizado dos usuários deficientes visuais nas Bibliotecas Braille.
- 2) Mudança de valores do conhecimento e da técnica do mundo moderno para a eficácia e eficiência das bibliotecas especiais na organização das informações.
- 3) Resgatar os valores éticos tão comentados e tão pouco aplicados, imersos na deontologia, na razão e no domínio de aspectos econômicos, mercadológicos, burocráticos e inter-pessoais dentro da área da Biblioteconomia.
- 4) Praticar a Responsabilidade Social suprimindo ações compartilhadas com os Princípios das Políticas Públicas e Sociais voltadas aos deficientes visuais na área de Ciência da Informação.

- 5) Criar novas formas de atender às necessidades que precisam ser supridas na comunidade, com a superação das limitações dos usuários cegos e os de baixa visão, engendrando na busca de instrumentos que otimizem o processo informacional de inclusão.
- 6) Criar espaços de interação, de intercâmbio e de disseminação permanentes de conhecimentos na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, contemplando projetos para os usuários deficientes visuais.
- 7) Pesquisar temáticas que levam à construção do conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação, compartilhando-os na formação de Bibliotecas Especiais.
- 8) As pesquisas devem ter uma estratégia na formação de profissionais que participem do processo de construção do conhecimento, não apenas como apoio, mas como efetivos cidadãos, envolvidos na superação das dificuldades do acesso à informação e que se incluam no universo de pesquisas da Ciência da Informação e da leitura orientada.
- 9) Transformar o discurso consensual da prática biblioteconômica de forma pró-ativa, comprometido com a sociedade e com os usuários excluídos.
- 10) Contribuição na construção de uma Sociedade da Informação voltada à inclusão educacional, na formação de profissionais cidadãos, conscientes, atuantes e integrados com o conhecimento.
- 11) A idéia de sentir-se cidadãos e a possibilidade de exercer a cidadania compreendem o respeito, e a valorização na tomada de decisões na luta pela prática de uma Biblioteconomia mais humanista e social.
- 12) Operar e manter sistemas de informação que contribuam para a organização onde estão inseridos os deficientes visuais, cumprindo sua missão e objetivos propostos.

11. DECÁLOGO PARA REFLEXÕES E AÇÕES:

- 1) Na exclusão digital um dos problemas a ser resolvido é o ensejo de acessibilidade a todos os usuários pelo próprio desenvolvimento tecnológico, em busca de soluções e adequações considerando a Internet uma esfera pública virtual na qual se localizam manifestações de cidadania, tendo a globalização tecnológica como evidência cultural.
- 2) Trabalhar o arsenal tecnológico na perspectiva de uma construção social, de integração com a Inteligência Coletiva em prol de benefícios da comunidade em que atua
- 3) Possibilidade de objetivação nas redes eletrônicas de computador, entre elas a web, onde intensificam-se as buscas de entendimento e de práticas cidadãs.
- 4) No campo das ciências da comunicação, o processo é visto como articulação das práticas de significação de troca de conhecimentos disponíveis na sociedade, tendo a rapidez decorrente da massificação pela mídia informacional e de consumo.
- 5) Abordagem centrada no usuário especial no campo teórico no sentido de buscar e compreender a necessidade de informação sob a perspectiva da individualidade do sujeito.
- 6) Na filosofia , na produção da linguagem, da retórica, da comunicação da lingüística e dos símbolos (Braille) escrita e leitura que implicam sempre em um discurso, suscitando a participação dos atores sociais. a serem pesquisados e seu contexto sócio-cultural. (segundo Habermas, a língua é o primeiro dispositivo técnico desenvolvido na sociedade).
- 7) Trabalhar o processamento das informações existentes nas organizações, permitindo maior embasamento cultural dos indivíduos e grupos sociais.
- 8) Destacar o saber empírico sobre os meios técnicos, relacionados na objetividade, dos paradigmas orientados pelo êxito e agilidade na cooperação.
- 9) Abstrair tanto na vida cotidiana como nos discursos pré-existentes o combate à discriminação e preconceitos ao lidar com pessoas deficientes visuais com afeto e respeito, no estabelecimento de uma Política de Pesquisas que é parte integrante do projeto pedagógico de uma instituição educacional para estabelecer prioridades.
- 10) Inserção do acesso à informação nas políticas públicas e sociais através da pesquisa, imersa numa sociedade cada dia mais mutável e complexa superando os paradigmas educacionais em prol dos usuários excluídos.

12 CONCLUSÃO

A preocupação que nos levou a esta pesquisa deveu-se nesta perspectiva, sobre a Revisão de Literatura que confirmou-se, mediante os autores citados que foram unânimes em suas posições ao lidar com o assunto da deficiência visual, posicionando-se firmemente na questão da inclusão educacional e social em suas amplas modalidades.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, tanto o ISMAC como o CAP.DV/MS, oferecem aos usuários deficientes visuais e amblíopes e aos comuns, um leque de opções que se adaptem às suas necessidades, ampliando sua capacidade intelectual de acordo com a educação especial recebida em sala de aula no ensino regular e nas aulas especiais de reabilitação e convivência, no Instituto dos Cegos e no CAP.DV/MS.

Tendo como resultados: maior abrangência e veiculação das informações, da legislação, da implantação do virtual vision, jaws, e outros softwares que permitem sons e falas, auxiliando de maneira considerável a busca das informações através do computador via Internet.

Destacamos a importância dos leitores e voluntários, cuja disposição em ler e gravar os livros para a biblioteca, tornando imprescindível e valiosa sua atuação, para a formação e atualização do acervo permitindo ao deficiente visual e aos de baixa visão, maior acesso às informações produzidas, em complemento com as novas tecnologias disponíveis.

Estas novas tecnologias prometem satisfazer a execução das tarefas tradicionais de armazenamento, organização e acesso em bibliotecas Braille, não apenas no que se refere a documentos impressos em Braille, mas nas informações em variados suportes, que possam ser digitalizadas e armazenadas com segurança. Apresentam vantagens como: economia de espaço, facilidades de leitura, ao reunir documentos dispersos em um mesmo local. Cabe a cada profissional avaliar as possíveis vantagens e desvantagens, não engessando a organização, mas treinando os auxiliares e usuários no uso das novas tecnologias, para inovação dos modelos até então conhecidos e praticados nas Bibliotecas Braille, para que adquiram autonomia nos processos de busca da informação e acesso às coleções digitalizadas.

Uma das formas de mudança do paradigma entre Educação e Biblioteca Braille, seria a inclusão que os professores, bibliotecários e usuários fizessem ao intercambiarem saberes e práticas, onde assumirão outra postura frente ao atendimento, ao ensino, à inclusão, às políticas públicas de gestão para este segmento. Evidentemente, que estas ações assumem diferentes

delineamentos e proporções, mediante a natureza da instituição e os meios para proclamar a idéia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são indispensáveis à aquisição de uma cidadania responsável e participativa, como parte integrante no processo de construção de uma sociedade justa e igualitária, onde as forças contrárias terão maiores dificuldades em romper os elos estabelecidos.

Procuramos colocar de maneira objetiva, esta abordagem e também sobre a formação continuada, sendo que a mesma deve estar imbuída de intencionalidade, de política, de pesquisa sobre o saber pedagógico, tendo em seu fazer o comprometimento com a construção do conhecimento através dos métodos em Braille.

Nossa intenção também foi projetar um cenário de uma visão realística na criação da diferença que existe entre a formulação e implementação das Políticas Sociais, fortalecendo a capacidade de considerar a leitura e escrita em Braille nas bibliotecas estudadas como alternativas viáveis para os usuários cegos e os de baixa visão.

A maior realização é perceber que rompemos algumas barreiras, avistamos possibilidades para a busca de um novo projeto de cidadania, pioneiro, e arrojado. Com idéias a serem absorvidas e adaptadas em outras realidades com outros vínculos na área da Biblioteca Especial, existindo muito a ser construído, tornando a informação acessível a todos os solicitantes especiais no intuito de conquistar sua realização pessoal e educacional.

As limitações e barreiras são muitas a serem vencidas e são conseqüências que pretendem fazer a Biblioteca Braille mais conhecida, na divulgação dos serviços por ela prestados, e a possibilidade de estabelecer a inclusão educacional e social aos usuários e comunidade, numa apropriação de conhecimentos através do hábito da leitura a ser implementado visando a sua otimização.

Ao término desta trajetória que passamos nas Bibliotecas Braille de Campo Grande/MS, concluímos à luz das diferenças detectadas e, poderíamos inferir algumas questões a serem futuramente discutidas e analisadas, porque os direitos das pessoas deficientes visuais, enfrentam na sua implementação os mesmos obstáculos dos outros direitos prestacionais. Dependem de desenvolvimento econômico, da eleição correta de prioridades pelo Poder Executivo e Legislativo e da coragem de mudança dos magistrados.

É preciso ter um comportamento diferente daquele que normalmente ocorre por parte dos bibliotecários, ter um novo olhar, possuidor da principal característica de conceber uma análise do estudo, realizando um proficuo itinerário pela Educação Especial, apontando suas principais características que envolvem os DV's.

Deixar como legado as mudanças de paradigmas para a funcionalidade da Biblioteca Especial Braille. Para tanto, não se deve envidar esforços no sentido de incentivar o hábito de leitura para a formação dos usuários cegos e amblíopes. A informação deve fluir e chegar ao seu ápice a fim de que sejam minimizadas as distorções ocorridas pela falta de organização e disponibilização da mesma.

Que a leitura seja promovida através de estudos e critérios comparativos de análise, ampliando as pesquisas em andamento existentes.

Pelos temas discorridos e pesquisados na Revisão de Literatura e dos dados apresentados, foi possível verificar que tanto as Bibliotecas Braille visitadas no Brasil, como no exterior têm em comum a preocupação com o atendimento ao usuário especial e sua inclusão.

A literatura consultada veio reforçar esta mesma preocupação na adoção de princípios esclarecedores que nos auxiliaram a conviver de forma mais harmoniosa com os deficientes visuais. Acreditamos que tendo atitudes coerentes no acolhimento destes usuários tão estigmatizados por suas limitações, cabe a nós rompermos com as barreiras e trabalharmos a diversidade e a auto-estima desses usuários, com a finalidade de propagar as informações e a educação inclusiva como forma de integração e realização educacional. Nosso intuito também foi ter uma visão abrangente, e que ao mesmo tempo chamasse a atenção para alguns dos problemas mais relevantes que assinalam a inclusão e educação especial e as possíveis sugestões para resolvê-los.

As informações obtidas através da pesquisa demonstraram que foram dados alguns passos importantes para a inclusão dos deficientes visuais nos aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos da nossa sociedade sul-mato-grossense podendo expressar sua opinião ao responder as questões aqui levantadas e, que serão encaminhadas para as tomadas de providências nas respectivas instituições.

Com o avanço significativo na legislação consultada, graças ao qual aconteceram mudanças na abordagem da problemática das pessoas com deficiência visual, que pode ser descrita como o abandono de uma postura assistencialista/paternalista e a adoção de uma visão e de estratégias buscando a promoção de direitos e a integração social dessas pessoas.

No entanto, a análise realizada durante a pesquisa viabilizou a constatação de que essa legislação só será implementada diante da perspectiva de fiscalização e de pressão por parte

das associações representativas e dos interesses das pessoas com deficiência visual envolvidas.

Constatou-se o aumento no nível de conscientização dos direitos, pelos DV's, e a luta pela efetivação dos mesmos, através dos acontecimentos históricos abordados, em decorrência da mobilização ocorrida nas esferas internacionais, nacionais, estaduais e municipais.

Surgiram avanços relativos à educação inclusiva com a instalação do CAP.DV/MS para a capacitação e especialização dos professores da rede Estadual de ensino ao lidar com a educação para cegos e para os indivíduos com baixa visão.

Pode-se perceber, porém, que as condições sócio-econômicas das famílias dos DV's interferem decisivamente nas condições e oportunidades de acesso à informação e de inserção educacionais e profissionais.

Observou-se que a inclusão pela via educacional dos DV's não se estabeleceu como um procedimento caridoso, demonstrando a nova face do atendimento que visa resgatar a cidadania. Apesar da complexidade do sistema educacional brasileiro, ocorreram grandes limitações, principalmente no que se refere à alocação de recursos.

Destacam-se alguns problemas, que ainda acontecem como:

- a insuficiência de profissionais qualificados no atendimento aos DV's;
- a existência de poucas classes com os recursos didáticos necessários ao atendimento dos deficientes visuais e amblíopes,
- a produção de material em Braille é menor do que a demanda e, a dificuldade de produzir este tipo de material quando a demanda é muito reduzida, como é o caso de alunos DV's isolados em alguns cursos universitários;
- carência de escolas especializadas e professores capacitados na rede pública.

Em que pesem essas dificuldades, os avanços na oferta de vagas e na produção de materiais específicos apontam para perspectivas bastante positivas, pois a educação entendida em sentido amplo é um dos principais meios de inclusão social para os DV's, proporcionando maiores possibilidades de uma vida com melhor qualidade e oportunidades mais efetivas para concorrer ao mercado de trabalho.

Comprovou-se também neste trabalho, o uso relativo feito das Bibliotecas Braille nas Instituições pesquisadas e, conseqüentemente na preocupação por parte dos docentes com a inclusão educacional e social, no que se refere ao exercício da cidadania extensiva aos deficientes visuais, através do incentivo ao hábito de leitura.

Sugerimos que seja feito um estudo analítico de marketing das questões levantadas, e oportunamente encaminhadas aos setores competentes para as devidas tomadas de decisões em prol dos usuários destas Bibliotecas pesquisadas, como nos esclarece Amaral (2004):

Como qualquer organização, as unidades de informação precisam compreender as necessidades, percepções, preferências e interesses dos seus usuários e promover seus produtos, serviços e a audiência de seu público-alvo, por isso, precisam ser orientadas para o marketing.

Foi interessante constatar, na pesquisa, que os avanços tecnológicos como máquinas de datilografia e impressoras em Braille, foram modernizadas, modificadas e ampliadas através dos *softwares* computacionais para uso dos deficientes visuais. Ocorreu a transformação das calculadoras que falam as respostas, possibilitou pesquisas interativas através dos sintetizadores de voz, que começam a ser consumidos logo após sua colocação no mercado, vindo a fazer parte do dia-a-dia dos usuários. Os questionamentos existentes referem-se basicamente ao acesso de um modo geral restrito a quem tem melhores condições financeiras e ao aprendizado de sua utilização.

É necessário maior empenho para que as Bibliotecas Braille despertem interesse e cativem os usuários cegos e os com baixa visão através do seu acervo e serviços prestados. A fim de se transformarem no laboratório propício ao desenvolvimento de seus usuários, prevendo e provendo necessidades de informações para a formação intelectual e social, ofertando os meios e suportes de satisfazê-los nas respostas às suas indagações. Com o propósito de torná-los mais sábios, conscientes de seus direitos e deveres numa sociedade democrática, mais feliz e realizada culturalmente.

REFERENCIAS:

- AAEKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G.S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo:Atlas, 2001.
- AMARAL, Ligia A. **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe, 1995.p.12-34
- _____, Sueli A. **Marketing da informação na Internet**. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2004 330p.
- ANACHE, Alexandra. **Discurso e prática**: a educação do "deficiente" visual em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS 1991. 133p. (Dissertação de Mestrado em Educação).- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1991.
- AQUINO, Miriam A. Leitura crítica e cidadania planetária. In: Linhas Críticas **Rev. Sem.da Faculdade de Brasília- UNB** v.7 n.13. jul-dez., p. 183-202, 2001.
- ATKINSON, R. **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. p.19-35
- ANTUNES, Walda, Vagão biblioteca RS. **Rev. Bmia. de Brasília**, v.19, n.1, jan/jun, p.58-60, 1981.
- ARAÚJO, E.A. **O discurso do livro como discurso do estado: estudo de caso do Instituto Nacional do Livro**. João Pessoa, 1991. 67p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, 1991.
- _____, Walkíria Toledo de. A biblioteca pública e o comportamento social do bibliotecário. **Rev. Escola de Biblioteconomia. UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 106-122, mar.,1985.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação referências e elaboração**. Rio de Janeiro:ABNT, 2002. 89p.
- _____**NBR 10520**: informação e documentação citações em documentos apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 63p.
- BAPTISTA, Sofia G. **As oportunidades de trabalho existentes na Internet na área da construção de páginas de unidades de informação: discussão sobre as idéias divulgadas na literatura**. In: Profissional da informação: o espaço de trabalho/Sofia G. Baptista e Suzana P. M. Mueller (org.). Brasília: Thesaurus, 2004 p. 236.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. As tecnologias intensivas de informação e comunicação e o reposicionamento dos atores do setor. **INFO 97**, Cuba, outubro de 1997. p.3
- BARROSO, M. **La biblioteca en la escuela**. Buenos Aires: Editorial Kapelus, 1934. p.19-28
- BASTOS, A. Ficção: histórias para o prazer da leitura: uma revista literária dos anos 70. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. UNB n.23. jan.-jul., p. 137-150, 2004

BAUMEL, Roseli de C. & SEMEGHINI I. (orgs). **Integrar/incluir: desafio para a escola atual**. São Paulo: FEUSP,1998.p.17-23

BLANCO, R. **Aprendendo en la diversidad: implicaciones educativas**. Panamá: CBR, 1996. p.15-20

BOAVENTURA, R. **Como incentivar o hábito de leitura**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2002. 109p.

BOWER, T.G.R. **The visual world to infants**. London: Scientific News, 1996. p.20

BRASIL, Lei n. 9394/96 de 23/12/96- Lei de diretrizes e bases da educação Nacional LDB.Brasília: **Diário Oficial da União**, n. 248 de 23/12/1996.

BRASIL.MAS/CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994. p.2

BRASIL.MEC, **Diretrizes curriculares para a educação especial na educação básica**. Brasília.:MEC, 2001. p.34

_____. **Política Nacional de educação especial**. SEESP, Brasília, 1994. p.19

_____. **Cadernos da TV Escola Brasília**, (1): 2001 p. 5-20.

_____. **Plano Nacional de educação**. Brasília, 2001. p.5

_____. **Deficiência visual**. Brasília: MEC, 2001 196p.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science. Part. I. Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v. 2, p. 125-133, 1980

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 110p.

BROWN L. et al **Enseigneraux élèves gravement handicaps à accomplir des taches essentielles em milieu de travail hétérogène**. Wisconsin, University of Wisconsin e Madison Metropolitan School District, EUA., 1983

BUENO J. G. S. **Educação especial brasileira: a integração-segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993. p.30-9

_____ **Educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores:** algumas considerações. In: M. Bicudo e C. da Silva Junior (Orgs.) **Formação do Educador e Avaliação Educacional: Formação Inicial e Continua.** São Paulo:UNESP, 1999.

_____ **Práticas institucionais e exclusão social da pessoa deficiente.** In: Conselho de Psicologia. **Educação Especial em Debate.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p.37-45

CALDIN, C. F. A leitura como função terapêutica. **Encontros BIBLI**, n.12, dez., 2001 – disponível em <http://www.encontrosbibli.ufsc.br>. Acesso em 10.06.2002

CAPURRO, Rafael. **Foundations of information science:** review and perspectives. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY, 1998. Disponível em <http://www.capurro.de.tampere91.htm>. Acesso em 29 mar,2005

CARLYE, A, Integração e inclusão: do que estamos falando? In: Salto para o futuro: tendências atuais. . Brasília: MEC. SEED, 1999. 70p.

CARVALHO, M. M.; VIDAL, D.G. (Org.). **Biblioteca e formação docente:** percursos de leitura. São Paulo: Autêntica, 2000.p.22

_____, Maria de Lourdes Borges de. O papel da biblioteca pública na educação. Belo Horizonte. **Suplemento Pedagógico**, n. 52, mai, 1978.

_____, Rosita Edler. **A nova LDB e a educação especial.** Rio de Janeiro:WVA, 1997.p.32

_____ **Educação inclusiva.** 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. 176 p.

_____ **Removendo barreiras para a aprendizagem.** 4.ed. Porto Alegre, Mediação, 2004. 174p.

CASTELLS, Manoel. **Internet e sociedade em rede.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

CASTRO, César Augusto, org. **Leitura de adultos com escolaridade tardia.** São Luis: EDUFMA, 1999. p.71.

_____ **Ciência da informação e biblioteconomia:** múltiplos discursos. São Luís: EDUFMA, 2002. 210p.

CHOO, Chun Vei . Perception and use of information sources by chief executive in environmental scanning. **Library & Information Science Research.** v.16, n.1 p.23-40, 1994.

CLEMENT, A. **Everyday experiences of network services**. out,2000. Acesso 29/02/2005 [http://www.fis.utoronto.ca/research/iprp/eeProposal 2000.pdf](http://www.fis.utoronto.ca/research/iprp/eeProposal%2000.pdf)

COOPER, W.S. Indexing documents by gedanken experimentation. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 29, p. 107-119, 1978

COSTA, Sely M. Impactos sociais das tecnologias de informação. **Rev. Bmia de Brasília**, v.19, n.1, jan/jun, p.3-22, 1995.

CRUZ, A.C. MENDES, M.T.R. **Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses: estrutura e apresentação** (NBR 14724/2002). Niterói: Intertexto, 2003. 130p.

_____, CURTY, M.G. **Citações, quando, onde e como usar: NBR 10520/2002**. Niterói: Intertexto, 2002. 63p.

_____, PEROTA, M.L.L.R. **Elaboração de referências: NBR 6023/2002**. 2.ed. Niterói: Intertexto, 2002. 87p.

CURITIBA. SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Fundamentos teórico-metodológicos para educação especial**. Curitiba, 1998. p.19-39

CURY, T. WALTY, C. **Leitura de jovens e adultos**. São Luis:EDUFMA, 1999. 65p.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. 6.ed. São Paulo:Futura, 2001. 316p.

DECLARAÇÃO mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. In: Conferencia Mundial Sobre Educação Para Todos. Jomtien., Tailândia, 1990. p.2

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1977. 120p.

DERWIN, B. NILAN, M. Information needs and use. **Annual Rew. of Information Science and Technology** v.21 p.48-61,1986.

DAWBOR, R. **Conditions à intégration à l'école seconddaire: déficience in intellectuelle**. Paris: Bulogne, 1996. 30p.

DUARTE, Manuel Trajano. Necessidades de seções braille em bibliotecas. **Rev. Vivência**, Florianópolis, n. 7, 1. sem. 1992.

DUMONT, M. MACIEL. Desenvolvimento psicomotor e prelúdios da inteligência concepção Walloniana. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.9 n.1: 23-38, 1993.

ENWONWEE. T. **Adaptaciones curriculares**. Madrid. Espanha: Ministerio de Educación y Ciencia, Educación Primaria., 1985 200p

ELLIS, M. Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo. **Rev. de História**, São Paulo, v.8, n.30, p.23-35, 1975.

ESPELETA, J. , Rockwell R. E. **Pesquisa participante**. São Paulo, Cortez Editora, 1986 p.25

FADERS, Governo do Rio Grande do Sul). Diversidade e diferença no novo milênio. Fazendo acontecer. **Jornal da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no RS**. nº 8, abr., 2002.

FALVEY, M.A. e HANEY, M.(1989) **Partnerships with parents and significant other**. Baltimore, MD: Paul H. Brookers Publishing , 1989. p.15-34.

FARIA, T.R. **O pensamento educacional brasileiro e o fracasso escolar: o que dizemos artigos dos cadernos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRS, 1990. 150p. (Dissertação de Mestrado em Educação)

FERNANDEZ, Sônia Maria Maltez. **Falando de integração**. Rio de Janeiro : Instituto Helena Antipoff, 1995. p.15

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3.ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128 p.

_____, Julio Romero. **A exclusão da diferença**: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: Unimep, 1995. p.10

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Metodologias para promoção do uso da informação**. São Paulo: Nobel, 1990. p.13

FICHER, L.R. **Biblioterapia**: relatório final do curso de biblioterapia. Florianópolis: UFSC, 2002.

FOREST, M., LUSTROS, E. **Lê kaleidoscope**: une définition au concept de la classification em cascade. In: Forest, M. (org.) Education - Intégration, Ontário: L'Institut A. Roeher. v.2, p. 1-16, 1987.

FOUCAULT. M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.p.20-9

FREIRE, Paulo & SHOR, Ira. **Medo e ousadia**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 224p.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1996. 10-8

FREUD, Sigmundo – **Obras completas**. Trad. De Odilon Gallotti et al. Rio de Janeiro:Delta [197?] v.6

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo estatístico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000 p.29-33

_____ **Censo educacional**. Rio de Janeiro:IBGE, 1988 p.25-45

GAELZER, Lenea.; HEIMERS, Willein. **Lazer benção ou maldição?** Porto Alegre: Sulina, 1979. p.5-20

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa participante na América Latina**. São Paulo, Brasiliense, 2001. p.16-23

GARCIA. (org.). **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: DINALIVRO, 1988. p.65-8

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.24- 35.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. p.47. 57

GLAT, Rosana. **A integração dos portadores de deficiências: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995. p.10-37

GOFFMAN, A. Integração ou segregação? O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro. **Integração**, v.10 n.4: 17 - 22, 1978.

GOMES, S.C. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983. p.34-36.

GRASSER, J. **Manual del desarrollo educativo del niño ciego**. Barcelona: Toray Mason, 1988. 89p.

GUIJARRO, R.B. (org.). **Alumnos com necesidades educativas especiales y adaptaciones curriculares**. Espanha: Ministerio de Educación y Ciencia, 1992. p.12-25

HABERMAS, J. **Theory of communicative action**. London: Thomas Mc Carthy, 1981. p.11

HEIMERS, Willein. **Como devo educar o meu filho?: um guia para educação de crianças cegas e de visão prejudicadas**. Traduzido por Schoenfeldt. São Paulo : [s.n.], 1973. p.17-25

JAEGER, Leyla Gama. Uma biblioteca de livre acesso para cegos. **Biblos**, Rio Grande do Sul, v. 1, p. 9-21, 1985.

JIMÉNEZ, R.B. (org.). **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997. p.17

JOLIBERT, Josette. **Formando crianças leitoras**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, v.1 128p.

JONES, K. P. Towards a theory of indexing. **Journal of Documentation**, Boston, v.32, p. 118-125, 1976

KEANE, John; BALKKA, Ellen N.D. **Behind closed doors and out in public: an investigation of computer use in the public and private spheres**. Acesso em 20.03.2005 <http://www.sfu.ca/~ebalka/Prg98.htm>

KEEN, E. M. **A retrieval comparison of six published indexes in the field of library and information science**. Unesco Bulletin for Libraries, 30 p. 26-36, 1976.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos, 1993. 347p.

LE COADIC, Y.F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 119p.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: [s.n.], 1950. 321p.

LESSA, C.R. As bibliotecas brasileiras nos tempos coloniais. **Rev do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.19, p.13-32, jan./abr., 1946.

LIMA, Teresinha Bazé. **Relação da leitura e da escrita na construção do conhecimento para a formação continuada de professores das séries iniciais do ensino fundamental**. Campinas: UNICAMP, 2001. 160p. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP Campinas, 2001.

LOWENFELD, D. **The visually handicapped child in school**. London: Constable, 1974. 85p.

LUCKASON, R.A. **Mental retardation: definition, classification and systems of support**. Washington - USA: American Association on Mental Retardation, 1992. p.13-33

LUZ, Maria Luzia Pereira. **Projeto de implantação dos serviços bibliotecários na seção braille da futura biblioteca pública de Brasília**. Monografia (Especialização em Administração de Bibliotecas Públicas e Escolares) - Departamento de Biblioteconomia, Universidade de Brasília, 1987.

LUZURIAGA, L. Bibliotecas escolares. Madrid: **Rev de Pedagogia**, p.14-24, 1927.

MACEDO, F.L. A arquitetura da informação no contexto da ciência da informação Brasília:UNB, 2003 18 p.

MANJÓN, D.G.; GIL, J.R. & GARRIDO, A.A. **Adaptaciones curriculares: guía para su elaboración**. Granada-Espanha, 1995. p.20-56 (Colección: Educación para la diversidad).

MANTOAN, Maria Teresa E. (org.) **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 1997. p.2-29

- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5.ed. rev ampl. São Paulo: Atlas, 2002. 282 p.
- MARQUES, Vítor Alberto da Silva. Problemas e perspectivas no acesso à informação para cegos. **Bol. ABDF Nova Ser**. Brasília, v. 7, n. 3, p. 40-42, 1987.
- MARSHALL, T. H. **Class, citizenship, and social development**. New York: Doubleday, 1965.
- MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.p.30-45
- MATTAR, Flávia. Novos números, velhos problemas. **Jornal da Cidadania**, v 8, nº 112, p.7, jul./ago. 2002.
- MAZZONI, E. F. **Trabalho docente e formação de professores em educação especial**. São Paulo:EPU, 1993. p.18-22
- MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: histórias de políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996. p.18-30
- MELO, Abrahan. **Teoria da informação e percepção estética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p.86
- MENEGALE, J.G. **O que é que deve ser a biblioteca pública**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1932. p.11-23
- MILANESI, Luis **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261p.
- MIRANDA, Antonio C. L. Biblioterapia (resenha). **Rev. Bmia de Brasília**, v.20 n.2, jul/dez, 1996
- _____ Marília Faria de. **Num quintal da globalização**: reflexos de “ocidentalização do mundo na educação brasileira de ensino médio. Marília: UNESP, 2000. 203p. Tese de (Doutorado em Educação) – UNESP Marília, 2001.
- MONTEIRO, F. Atitude da escola frente à integração do portador de deficiência. **Insight. Psicoterapia**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 25-7, 2001.
- MORAES, R.B. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979. p.19-50
- MORETO, Marco Antonio Palermo. Leitura em sala de aula. **LUMEN Rev. de Estudos e Comunicações**. São Paulo: UniFAI v.6, n.13, dez. p. 55-84, 2000.
- MUELLER, Suzana P. M. **Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott** – proposta de estudo. In: Profissional da informação: o espaço de trabalho/Sofia G. Baptista e Suzana P. M. Mueller (org.). Brasília: Thesaurus, 2004 p. 24.
- NAGAHAMA, Maria Cristina. O deficiente visual e a biblioteca braille. **Rev. Bras. Bmia. e Doc.**, São Paulo, v. 13, n. 1/4, p. 5-17, dez. 1986.

NEVES, Teresa Cristina da Costa. Leitura e os meios de comunicação. **Lumina**. Juiz de Fora: Facom/UFJF v.4 n.1, jan.-jun., p.129-136, 2001.

NIRJE, B. **The normalization principle and human management implications**. In: Kugel, R. et al. Changing patterns in residential services for the mentally retarded. Washington, DC: Committee on Mental Retardation, 1969.

NERI, C. Historiografia da educação e as fontes. **Rev de Educação**, São Paulo, v.2, n.1, p.20-36 jul./dez. 1987.

OCAMPO, Liana A. Teresa. **Os cegos e os museus: a utilização do museu como espaço educacional para deficientes visuais**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1987 p.59-70.

OLAFSEN, T. VOKAC, L. Authors reply to R. Moss. **Journal of the American Society for Information Science**, v.34 p.294, 1983.

OLIVEIRA, Cristiane Cardoso de. **O trabalhador portador de deficiência física e sua inclusão no mundo do trabalho**. 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de ação mundial para os portadores de deficiência**. PAMPD: ONU, 1982. p.2-5

OUAKNIN, Marc-Alain. **Biblioterapia**. São Paulo: Loyola, 1996. p.12

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Práticas pedagógicas na educação especial**. Campinas: Autores Associados, 2001. 194p.

PATTO, M.H.S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990. p.23-33

PEREIRA, Marília M. G. **Biblioterapia: proposta de um programa de leitura para portadores de deficiência visual em bibliotecas públicas**. João Pessoa: Universitárias, 1996. p.15-35

_____. O bibliotecário como biblioterapeuta. **Integração**, Brasília, n. 8, p, 10-11, jan./mar. 1992.

PIELASCH, Helmut. **Recursos da comunidade para atividades recreativas e culturais para os cegos**. São Paulo: Conselho Mundial para o bem estar dos cegos, 1974. p.22-32

PINHEIRO, Humberto Lippo. **Os direitos humanos e pessoas portadoras de deficiência**. In: Relatório Azul – Garantias e violações dos direitos humanos no RS. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1997/1998. p.144-155.

_____. Lena V. R. **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999 p. 182p.

PLATÃO, F., FIORIN, J. L. **Para entender o texto: leitura e redação**. 13.ed. São Paulo: Ática, 1997.430p.

PONDÉ, G. **A arte de fazer artes**: como escrever histórias para crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: Nórdica, 1985. p.20-5

PURKEY, W; NOVAK, M. **Inviting school success**: a self-concept approach to teaching and learning. Belmont: Wadsworth: 3 M., 1984. p.20-39

RHODE N.E. Information needs. In: **Advances in librarianship**. v.14 p.49-73. New York: Academic Press, 1989.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri, org. **Educação especial do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003 189p.

ROMEU, S.A. **Escola**: objetivos organizacionais e objetivos educacionais. São Paulo: EPU, 1994. 77p.

ROWBOTHAM, J. Librarians – architects of the future? **Aslib-Proceedings**, v.51, n.2, p.59-63, feb., 1999

ROSA, Sanny S. **Brincar, conhecer, ensinar**. São Paulo: Cortez, 1998. 118p.

SÁ, Elizabeth Dias de. **Necessidades dos deficientes**. Belo Horizonte, Braille v. 4, n. 2, p. 52-53.

SACHI, J. Waisman early childhood program :a model for inclusion - teachers make the difference. **Intraactions**, USA, mar. 1986.

SAINT LAURENT, L. **L'éducation intégrée à la communauté em déficience intellectuelle**. Montreal, Québec: Les Editions Logiques , 1994.

SÁNCHEZ, F. M. **De la tecné a la tecnologia**: un camino no siempre adelante. Acesso em 19 jun/2004 em <http://www.tecnologiaedu.us.es>

SANTOS E. **Psicopedagogia**: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p.12

SASSAKI, R.K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.p.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. 4.ed. Campinas:Autores Associados, 2002. 164p.

SENAC. DN **Planejamento e avaliação**: subsídios para a ação docente. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2004. 110p.

SCHWARZ, H. Estrategias participativas en educación de adultos: sus alcances y limitaciones. **La Educación**. v.39 n. 07 Enero – Mayo, p.20-35. , 2001

SCALABASSI, S. H. Literature as a therapeutic tool. **American Journal of Psychotherapy**, v. 7, n. 1, p. 70-77, jan. 1973.

- SHRODES, C. **Bibliotherapy**: a theoretical and clinical experimental study. Berkley, 1949. Dissertation (Doctor of Philosophy in Education) University of California.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 5.ed. Campinas: Papyrus, 1995. 113p.
- _____, Ivani Pires da, VIANA, Maria Cecília Monteiro, CARVALHAL, Maria Olívia de Almeida. Subsídios para organização de biblioteca braille. **Rev Bras. de Biblioteconomia**, São Paulo, v. 14, n. 314, p. 135-138, jul./dez. 1981.
- SIRVENT, Maria Teresa. Estrategias participativas en educación de adultos: sus alcances y limitaciones. **La Educación**. v.19 n. 7 Enero – Mayo: p.20-35, 1985.
- SOUZA, Francisco das Chagas. **Biblioteconomia educação e sociedade**. Florianópolis: UFSC, 1993. 102p.
- SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1994, 112p.
- SWALLOW, R., POULSEN, M. **Cognitive development of young visually handicapped person**: help me become I can be. Minneapolis: M. Mulholland, 1978. p.30-55
- TARAPANOFF, Kira. **Perfil do profissional da informação no Brasil**: diagnóstico da necessidade de treinamento e educação continuada. Brasília:IEL/DF, 1997. 134p.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo, Cortez, 1985. p.20-35
- TOTTERDELL, B. **Library and their users**. In: HARRISON, K. E. .ed., Prospects for British Librarianship. London: The Library Association, 1976 p.150-51
- UNESCO/IFLA. **Manifesto de la biblioteca escolar**, 1999. p.1-4.
- VANTI, S. Paulo N. P., SILVA, Eurides B. **Como entender e aplicar a nova LDB**: (Lei 9.394/96) São Paulo: Pioneira, 2002. 140p.
- VENTURA, Zuenir. Conversa de cego. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03/02/2001. cad. 2
- VERÍSSIMO, Hildemar. Aprendizagem e déficit visual. **Nova Lente**, São Paulo, v. 1, n. 1 jan./jun. 1990. p.18-31
- VIEIRA PINTO, A. **Ciência e existência**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p.23-39
- VOGEL, A. (org.)**Trabalhando com a diversidade no PLANFOR**: raça, cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais. São Paulo:UNESP, 2001. 149p.
- WANTUIL, R. (org.). **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: DINALIVROS, 1990. p.9
- WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.p.13-45
- WRIGHT, Beatrice A. Uma análise de atitudes: dinâmicas e efeitos. Traduzido por Elizabeth Bighetti. **Nova Lente**, São Paulo, p. 16-30, 1975.

WOOSTER, H. Optimal utilization of indexing personnel. **Research Review** (U.S. Air Force. Office of Aerospace Research) v.3 n.4 p.22-3, 1964

WURMAN, R. S. **Ansiedade de informação**. trad. Virgílio Freire. São Paulo:Cultural, 1976. 380p.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

BRASIL. LEI nº 7.853, de 24/10/1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 out. 1989.

BRASIL. Portaria Ministerial MPAS nº 4.677 de 29/6/1998. A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoa portadora de deficiência, habilitadas. Diário Oficial da União, Brasília, 30 jun. 1998.

BRASIL. Decreto nº 3.298 de 20/12/1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 dez. 1999.

BRASIL. Portaria Ministerial MTE nº 604 de 1/6/2000. Institui, no âmbito das Delegacias Regionais do Trabalho, os Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação, encarregados de coordenar ações de combate à discriminação em matéria de emprego e profissão. Diário Oficial da União, Brasília, 2 jun. 2000.

BRASIL. LEI nº 10.098, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2000.

ONU. Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes. Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. 09 dez 1975/1982, 09 dez 2000 p.6


LISTA DOS ANEXOS

- a) ALFABETO BRAILLE**
- b) CENSO 2004 – ALUNOS COM CEGUEIRA E BAIXA VISÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL – BRASIL, REGIÃO CENTRO-OESTE E ESTADO DE MS**
- c) QUESTIONÁRIO PARA OS USUÁRIOS E DV's COM BAIXA VISÃO**
- d) QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES**
- e) QUESTIONÁRIO PARA FUNCIONÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES**
- f) QUESTIONÁRIO PARA FUNCIONÁRIOS DAS BIBLIOTECAS BRAILLE**

ANEXO A – ALFABETO BRAILLE

a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
k	l	m	n	o	p	q	r	s	t
u	v	x	y	z	ç	é	á	è	ù
â	ê	ì	ô	ù	à	ÿ	û	õ	w
í	ó	ã	sinal numérico			-	\$	_	
maiúscula	caixa alta	,	;	:	.	?	!		
()	«	*	»	...	grifo			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	0


 cela braille completa


 numeração convencional dos pontos



Secretaria de Educação Especial Coordenação Geral de Planejamento

Alunos com Cegueira na Educação Especial - Censo 2004 BRASIL, REGIÃO CENTRO-OESTE E ESTADOS

Matriculas em Escolas Exclusivamente Especializadas/Classes Especiais + Escolas Regulares (segundo Comuns com e sem apoio pedagógico especializado)

	Ensino Fundamental										Ed. Infantil	Ensino Médio	EJA	Ed. Profissional
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	8ª série	8ª série				
Total Geral	1.378	464	385	364	305	234	173	162	1.238	409	1.357	1.114		
Total	5.144	936	375	299	322	244	208	140	692	297	987	506		
Públicas	2.459	442	89	86	62	61	26	33	546	112	370	608		
Privadas	2.685	494	286	213	260	183	142	107	142	185	370	148		
Região Centro-Oeste	554	98	49	26	21	15	20	9	85	29	49	143		
Total	281	51	21	22	17	12	16	9	59	17	47	2		
Públicas	273	47	28	4	4	3	4	0	26	12	2	141		
Privadas	8	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Distrito Federal	78	9	2	3	3	3	4	2	18	6	26	0		
Total	73	9	2	3	3	2	4	2	18	3	26	0		
Públicas	5	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0		
Privadas	73	9	2	3	3	1	4	2	18	3	26	0		
Goias	149	17	14	10	13	6	7	3	50	8	12	3		
Total	141	16	14	10	11	6	5	3	50	6	12	3		
Públicas	8	1	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0		
Privadas	141	15	14	10	9	6	3	3	50	6	12	3		
Mato Grosso	192	36	31	9	1	3	4	0	5	0	0	102		
Total	14	2	3	5	0	1	2	0	0	0	0	0		
Públicas	178	34	28	4	1	2	2	0	5	0	0	102		
Privadas	14	2	3	5	0	1	2	0	0	0	0	0		
Mato G. do Sul	135	36	2	4	4	3	5	4	12	14	11	38		
Total	63	24	2	4	3	3	5	4	3	5	9	0		
Públicas	72	12	0	0	1	0	0	0	9	9	2	38		
Privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		

ANEXO B 2 – BV'S – EDUCAÇÃO ESPECIAL - CENSO 2004

Ministério
da Educação



Março de 2005

Secretaria de Educação Especial Coordenação Geral de Planejamento

Alunos com Baixa Visão na Educação Especial - Censo 2004 BRASIL, REGIÃO CENTRO-OESTE E ESTADOS

	Matrículas em Escolas Exclusivamente Especializadas/Classes Especiais + Escolas Regulares com e sem apoio pedagógico especializado)													
	Ensino Fundamental												Ed. Profissional	
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Ed. Infantil	Ensino Médio	EJA			
Brasil	Total	37.248	5.760	4.929	4.234	3.996	3.488	2.572	2.074	1.750	3.005	1.557	3.170	743
	Públicas	33.975	5.213	4.730	4.099	3.885	3.386	2.527	2.036	1.703	1.881	1.465	2.762	268
	Privadas	3.273	547	199	135	111	72	45	38	47	1.124	92	388	475
Região Centro-Oeste	Total	2.929	403	405	345	293	346	233	177	160	225	82	137	103
	Públicas	2.628	374	374	339	287	335	229	171	157	167	68	127	0
	Privadas	281	29	31	6	6	11	4	6	3	58	14	10	103
Distrito Federal	Total	204	11	12	8	11	9	17	8	6	95	16	9	0
	Públicas	197	11	11	8	10	8	15	8	5	94	16	9	0
	Privadas	7	0	1	0	1	1	2	0	1	1	0	0	0
Goiás	Total	1.932	259	267	252	220	281	186	144	135	89	44	115	0
	Públicas	1.925	251	262	249	218	277	184	140	134	55	40	115	0
	Privadas	67	8	5	3	2	4	2	4	1	34	4	0	0
Mato Grosso	Total	435	87	84	55	32	26	12	10	11	20	10	8	80
	Públicas	274	71	60	52	29	20	12	9	10	6	5	0	0
	Privadas	161	16	24	3	3	6	0	1	1	14	5	8	80
Mato G. do Sul	Total	278	46	42	30	30	30	18	15	8	21	10	5	23
	Públicas	232	41	41	30	30	30	18	14	8	12	5	3	0
	Privadas	46	5	1	0	0	0	0	1	0	9	5	2	23

Fonte: MEC/INEP (Censo Escolar - 2004)

ANEXO C – QUESTIONARIO USUÁRIOS BV's E DV's

QUESTIONARIO DE DISSERTAÇÃO destinados aos usuários com baixa visão e aos DVs
INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL NAS BIBLIOTECAS BRAILLE DE CAMPO GRANDE/MS
MIRANDA, Maria Rosa P. F. de

Entrevistado (a):.....
Escolaridade:.....
Profissão/Ocupação:.....
Local/Instituição:.....
Endereço:..... tel.....

1) Com qual finalidade você frequenta a Biblioteca Braille? () estudo () lazer () pesquisa () outras:

.....
.....

2) Se você não encontra as informações desejadas na Biblioteca, como procede? () vai embora, () outras, citar:

.....
.....

3) Além do Livro Braille, quais outros meios ou materiais são utilizados para suas pesquisas? Podem ser emprestados?

.....
.....

4) Conhece e tem acesso à legislação referente aos Deficientes Visuais? () Sim () Não. Como faz para atualizar-se?

.....
.....

5) Participa ou conhece algum Programa Especial de incentivo à leitura e escrita em Braille? () Sim () Não.

Percebe ou não a sua inclusão social e educacional por meio deste Programa? () Sim () Não

Qual é o Programa e ele ocorre na Biblioteca ou em outro local? Por favor explique:.....

.....
.....

6) Como você vivencia os impactos causados pelas tecnologias existentes na Biblioteca, tem domínio para usá-los? (por ex.: Internet () Sim () Não; Braille Hablado () Sim () Não; Dox Vox, () Sim () Não; Outros, quais?

.....
.....

7) Das atividades existentes na Biblioteca, quais participa? () Jogos recreativos () Concursos Literários () Encontros () Treinamentos () Palestras () Seminários () Récitais () Exposições () Visitas () Debates () Excursões () Artes () Interpretação de Textos () Teatros () Torneios () Gincanas () Shows () Leitura. Outras.....

.....
.....

8) Cite barreiras e preconceitos encontrados no seu dia a dia, e também para frequentar Bibliotecas e outros locais:

.....
.....

9) Entendemos por Políticas Públicas as ações de democratização do acesso à leitura e escrita em Braille e outras formas educacionais, indispensáveis a todos os DVs. Poderia citar as ações que o incluem social e educacionalmente? Explicar:.....

.....
.....

10) Gostaria de complementar com outros aspectos e sugestões que não tenham sido questionadas?

.....
.....

Mestranda do Curso de Ciência da Informação em Convênio entre a UNB(Universidade Nacional de Brasília) e UNIDERP (Universidade Para o Desenvolvimento do estado e da Região do Pantanal)

ANEXO D – QUESTIONARIO PROFESSORES

QUESTIONARIO DE DISSERTAÇÃO destinado aos professores da instituição: **INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL NAS BIBLIOTECAS BRAILLE DE CAMPO GRANDE/MS**

MIRANDA, Maria Rosa Pimentel Faria de, *

* Mestranda do Curso de Ciência da Informação em Convênio entre a UnB (Universidade de Brasília) e UNIDERP (Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal).

- 1) O que você como professor (a) faz para que o conteúdo possa ser melhor aproveitado pelos alunos deficientes visuais?.....
- 2) Indique os meios ou Programas Especiais utilizados para desenvolver o hábito de leitura de seus alunos e como são implantados esses Programas? ()¹ Programa Específico ()² Entrevistas ()³ Conversa face a face ()⁴ Telefone ()⁵ e-mail ()⁶ Outros.....
- 3) Como professor você freqüenta e incentiva seus alunos a freqüentarem e a pesquisarem na Biblioteca Braille da Instituição? ()¹ Sim ()² Não ()³ Por que?.....
- 4) Quais os meios de acesso às informações disponíveis aos professores, aos alunos cegos e aos com baixa visão nesta Biblioteca? ()¹ Internet ()² Materiais em Braille ()³ Livros ampliados ()⁴ Livros sonoros ()⁵ outros, quais?.....
- 5) O que você entende por inclusão social? ()¹ Participação ()² outros.....
- 6) Cite as ações que poderão ser oferecidas pela Instituição com o apoio da Biblioteca aos DVs e que contribuam para a **Inclusão Educacional**: ()¹ Incentivo à leitura e escrita Braille ()² Descobrir novas aptidões ()³ Atender demandas Educacionais ()⁴ Desenvolvimento de Projetos ()⁵ Acervo selecionado e atualizado ()⁶ Leitura orientada ()⁷ Cursos ()⁸ Palestras ()⁹ Novas Tecnologias ()¹⁰ Divulgação de emprego ()¹¹ Outras..... **Social**: ()¹² Sensibilização para melhor relacionamento comunitário ()¹³ Conviver com a diversidade e a aceitação das diferenças ()¹⁴ Trabalhar a auto-estima ()¹⁵ Mudanças de valores ()¹⁶ Outras..... **Recreativas e Esportivas**: ()¹⁷ Gincanas ()¹⁸ Ginástica ()¹⁹ Natação ()²⁰ Dança ()²¹ Música ()²² Shows ()²³ Coral ()²⁴ Teatro ()²⁵ Outras.....
- 7) A Biblioteca informa sobre os benefícios, direitos e deveres dos DVs, trazidos em legislação, e outros meios ()¹ Sim ()² Não, Quais?.....
- 8) Quais os serviços de tecnologia que são oferecidos por esta Biblioteca Especial? ()¹ Internet ()² Sintetizadores de voz ()³ Virtual Vision ()⁴ outros.....
- 9) Com a existência das tecnologias disponíveis às pessoas com deficiência visual, quais os benefícios trazidos na busca de informações? ()¹ Aumento da demanda ()² Maiores possibilidades de atendimento ()³ Diversidade de fontes de Informação ()⁴ independência ()⁵ agilidade
- 10) Entendemos também por **Políticas Públicas**: ações de democratização do acesso à leitura e escrita, e outras oportunidades indispensáveis às pessoas com deficiência visual. Identifique os principais pontos das Políticas Públicas adotadas nesta Biblioteca que dêem suporte à Educação Especial ()¹ apoio ()² Integração ()³ Atendimento sem discriminação ()⁴ Outros.....
- 11) Quais ações da Biblioteca Especial você considera necessárias para a Inclusão educacional e Social? ()¹ Desenvolvimento de Projetos ()² Atender demandas educacionais ()³ Variedade e atualização do acervo ()⁴ Adequação de Instalações arquitetônicas ()⁵ outras, quais?.....
- 12) Que aspectos relacionados aos DVs que não tenham sido contemplados neste questionário, você acrescentaria?.....

ANEXO E – QUESTIONARIO FUNCIONARIOS EM GERAL

QUESTIONÁRIO DE DISSERTAÇÃO destinado aos funcionários em geral INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL NAS BIBLIOTECAS BRAILLE DE CAMPO GRANDE/MS

MIRANDA, Maria Rosa Pimentel Faria de, *

* Mestranda do Curso de Ciência da Informação em Convênio entre a UnB (Universidade de Brasília) e UNIFERP (Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal).

1) Indique os meios ou Programas Especiais desta Biblioteca para desenvolver o hábito de leitura de seus usuários e como são implantados esses Programas? ()¹ Programa Específico ()² Entrevistas ()³ Conversa face a face ()⁴ Telefone ()⁵ e-mail ()⁶ Outros.....

2) Explícite os procedimentos para obter as informações solicitadas pelos usuários: ()¹ Busca no acervo ()² Internet ()³ Outras Bibliotecas ()⁴ Outros.....

3) Quais os meios de acesso às informações disponíveis aos usuários cegos e aos com baixa visão nesta Biblioteca? ()¹ Internet ()² Materiais em Braille ()³ Livros ampliados ()⁴ Livros sonoros ()⁵ outros, quais?.....

4) Cite os serviços do Processo de Inclusão: **Educacional:** ()¹ Acesso e incentivo à leitura e escrita Braille ()² Integração pedagógica na diversidade de talentos ()³ Outros.....
Social: ()¹ Sensibilização para convivência ()² Aceitação das diferenças ()³ Outras.....
Recreativas ()¹ Dança ()² Música ()³ Shows ()⁴ Gincanas ()⁵ Outras.....

5) A Biblioteca informa sobre os benefícios, direitos e deveres dos DVs, trazidos em legislação, e outros meios? ()¹ Sim ()² Não, Quais?

6) Quais os serviços de tecnologia que são oferecidos por esta Biblioteca Especial? ()¹ Internet ()² Sintetizadores de voz ()³ Braille Hablado ()⁴ outros

7) Com a existência das tecnologias disponíveis às pessoas com deficiência visual, quais os benefícios trazidos na busca de informações? (..)¹ agilidade (..)² independência (..)³ outros, quais?.....

8) Entendemos por **Políticas Públicas:** ações de democratização do acesso à leitura e escrita, e outras oportunidades indispensáveis às pessoas com deficiência visual. Identifique os principais pontos das Políticas Públicas adotadas nesta Biblioteca que dão suporte à Educação Especial ()¹ apoio ()² Integração ()³ Combate à discriminação ()⁴ Outros

9) Quais ações da Biblioteca Especial você considera necessárias para a Inclusão educacional e Social?: ()¹ Desenvolvimento de Projetos ()² Atender demandas educacionais ()³ Variedade e atualização do acervo ()⁴ Adequação de Instalações arquitetônicas ()⁵ outras, quais?

10) A Biblioteca oferece recursos de apoio à inclusão Educacional e Social? ()¹ Sim ()² Não. ()³ Socialização ()⁴ Mudança de valores ()⁵ Trabalhar a diversidade ()⁶ outras

11) Que aspectos relacionados aos DVs que não tenham sido contemplados neste questionário, você acrescentaria?.....

ANEXO F 1 – QUESTIONARIO FUNCIONARIOS DA BIBLIOTECA

QUESTIONÁRIO DE DISSERTAÇÃO para os funcionários da Biblioteca

INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL NAS BIBLIOTECAS BRILLE DE CAMPO GRANDE/MS

MIRANDA, Maria Rosa Fimentel Faria de, *

* Mestranda do Curso de Ciência da Informação em Convênio entre a Unifil (Universidade de Brasília) e UNIDERP (Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e do Regiões do Pantanal).

Entrevistado (a).....
 Idade.....
 Formação Escolar.....
 Especialização em Educação de Deficientes Visuais.....
 Cargo/Setor.....
 Instituição.....
 Endereço..... CEP..... tel.....

1. NOME DA BIBLIOTECA.....

1.1 Dependência administrativa : ()¹ federal

()² estadual ()³ municipal ()⁴ particular ()⁵ outras

1.2 Órgão ao qual a Biblioteca está diretamente subordinada:

1.3 Possui Organograma e Regimento Interno? (Anexar cópia)

2. INSTALAÇÕES 2.1. Área..... m²

2.2 A área disponível é suficiente: ()¹ para o acervo ()² para os usuários ()³ para ambos ()⁴ não é suficiente, Justificar:

2.3 Há projeto para mudança ou construção de novo prédio ou reestruturação do espaço físico e lay-out? ()¹ Sim ()² Não
 Detalhar, em caso afirmativo.....

2.4 Esta Biblioteca está adaptada às necessidades dos usuários especiais? ()¹ crianças ()² adolescentes ()³ adultos QUANTO À:

()⁴ luminosidade ()⁵ móveis ()⁶ lay-out ()⁷ iluminação especial⁷

2.5. A biblioteca possui infra-estrutura para a melhoria das

condições de: ()¹ Controle: ambiental ()² de Climatização, ()³ Segurança

()⁴ Prevenção de acidentes ()⁵ Sim ()⁶ Não

A Manutenção (portas, janelas, fiação, pintura, etc.) do edifício é: ()¹ Total ()² Parcial ()³ Nenhuma

Móveis disponíveis aos usuários:

Móveis	Quantidade	Infantil/Juvenil	Adulto
Mesa ¹ (1) comum (2) especial	(1)	(2)	(1) (2)
Assento ² (1) comum (2) especial	(1)	(2)	(1).....(2)
Luminárias ³ (1).....(2)	(1).....(2)	(1).....(2)	(1).....(2)
Calhas individuais ⁴ (1) (2)	(1).....(2)	(1).....(2)	(1).....(2)
Estantes ⁵ (1) (2)	(1).....(2)	(1).....(2)	(1).....(2)
Outros ⁶ (1) (2)	(1).....(2)	(1).....(2)	(1).....(2)

2.5 Conservação da Biblioteca:

Item	regular	péssimo
Prédio ¹		
Móveis ²		
Equipamentos ³		
Limpeza ⁴		
Iluminação ⁵		

3. RECURSOS HUMANOS: Quantidade 3.1 A Biblioteca tem quadro próprio de pessoal? ()¹ Sim ()² Não: ()³ Bibliotecário ()⁴ Outros de nível Superior.

()⁵ Administrativos ()⁶ Voluntários ()⁷ Estagiários ()⁸ Outros.....

3.2. Os funcionários da Biblioteca são treinados ()¹ Sim ()² Não; Para:

()³ Atendimento ()⁴ Questões de Segurança ()⁵ Prevenção de Acidentes

()⁶ Outros.....

4. Sua opinião quanto ao uso do acervo: ()¹ É consultado ()² É pouco consultado ()³ É atualizado ()⁴ É desatualizado

4.1 Sua conservação encontra-se: ()¹ boa ()² regular ()³ péssima

5. ORGANIZAÇÃO DAS COLEÇÕES ()¹ Total ()² 50 – 20% ()³ 10% ()⁴ Nenhuma - Justificar.....

5.1. Indique os métodos utilizados para novas aquisições: ()¹ conselho e/ou comissão consultora da Biblioteca ()² indicação de professores e/ou usuários ()³ através de catálogos, livrarias, vendedores, etc.

6. SERVIÇOS AO PÚBLICO 6.1...Qual o nível de instrução dos usuários? ()¹ Fundamental ()² Médio ()³ Superior, qual?.....

ANEXO F 2 – QUESTIONARIO FUNCIONARIOS DA BIBLIOTECA

Social: ()¹ Sensibilização para convivência ()² Acolhimento das diferenças ()³ Acolhimento da ()⁴ Trabalhar a auto-estima ()⁵ Mudanças de valores ()⁶ Trabalhar a diversidade ()⁷ Dança ()⁸ Música ()⁹ Shows ()¹⁰ Teatro ()¹¹ Esportivos: ()¹² Ginásticas ()¹³ Ginástica ()¹⁴ Natação ()¹⁵ Outras.....

6.9 As atividades centralizadas na Biblioteca Braille ou setor específico?
 ()¹ Processamento técnico ()² encadernação ou restauração ()³ seleção aquisição ()⁴ Outras atividades. Quais?

7. A Biblioteca desenvolve SERVIÇOS DE EXTENSÃO? ()¹ Sim ()² Não
 7.1 Em caso afirmativo atente: ()¹ escolas s. ()² Comunidade ()³ Presídios ()⁴ Hospitais ()⁵ Outros, Quais?

8. A Biblioteca tem setor infante-juvenil? ()¹ Sim ()² Não
 8.1 Onde funciona? ()¹ na própria Biblioteca ()² em outra sala
 8.2 A Biblioteca possui serviço audiovisual? ()¹ Sim ()² Não

9. Quais são os instrumentos de apoio utilizados no processo de seleção do material bibliográfico? Assinale as que são utilizados: ()¹ Catálogos ()² Sites de editoras ()³ Lista dos departamentos ()⁴ Bibliografia dos cursos ()⁵ Sugestões de alunos ()⁶ Indicação de professores ()⁷ outros.....

10. A biblioteca formaliza a doação através de documento, quando do seu recebimento? ()¹ Sim, anexar cópia ()² Não

11. Quais os critérios utilizados no processo de seleção de material bibliográfico para aquisição e recebimento de doações? Indique as adotadas nesta biblioteca.

Critérios	Seleção	Doação
() ¹ Qualidade do conteúdo	()	()
() ² Demanda do usuário	()	()
() ³ Autonomia para doação a outras Bibliotecas	()	()
() ⁴ Quantidade de exemplares necessários	()	()
() ⁵ Assunto ou área de cobertura do título	()	()
() ⁶ Atualidade da obra	()	()

12. Quais são as condições da rede elétrica no prédio da biblioteca?
 ()¹ ótima ()² boa ()³ regular ()⁴ ruim ()⁵ não sei responder

13. A biblioteca proporciona orientação quanto ao uso e manuseio da coleção? ()¹ aos funcionários ()² aos usuários De que tipo?

6.1 Funcionamento da Biblioteca Dias da semana
 Horário:

6.2 A Biblioteca faz empréstimo domiciliar? ()¹ Sim ()² Não
 6.3 CIRCULAÇÃO Número de usuários inscritos: Média mensal de empréstimos:
 Média mensal de consultas:
 Média mensal de frequência à Biblioteca:

6.4. ACERVO DOCUMENTAL

	2004	2005
Livros Jôrnais		
Livros com letras ampliadas		
Revistas e jornais em Braille		
CD-Rom		
Mapas ou globos em relevo		
Legislação		
Fólvios em Braille		
Outros		

6.5 Periódicos

Periódicos (N.º de títulos)	Coletor com mais de 5 anos	Coletor com mais de 5 anos	Coleções recentes (- de 5 anos)

6.6 Quais as atividades desenvolvidas pela Biblioteca:
 ()¹ Sociedade Amigos da Biblioteca
 ()² Cursos, conferências, palestras, exposições, etc.
 ()³ Serviço de intercâmbio com outras Bibliotecas
 ()⁴ Serviço com voluntários, estagiários, etc.
 ()⁵ Serviços de tecnologia para deficientes da visão,
 ()⁶ Leitores e gravadores de livros
 ()⁷ Impressão em Braille
 ()⁸ Sala de apoio pedagógico com material em Braille
 ()⁹ Internet e informática em geral
 5.7. ()¹ Quais os recursos especiais existentes? ()¹ Lupas ()² regletes ()³ outros, citar:

5.8 As atividades de Inclusão: Educacional ()¹ Incentivo à leitura e à escrita Braille ()² Descobrir novas aptidões ()³ Atender demandas Educacionais ()⁴ Desenvolvimento de Projetos ()⁵ Variedade e atualização do acervo ()⁶ Leitura orientada ()⁷ Cursos ()⁸ Palestras ()⁹ Novas Tecnologias ()¹⁰ Divulgação de emprego ()¹¹ Outras.....

